



O Mito da Unicidade Cristã

**Desafio para o diálogo inter-religioso
(100 perguntas e respostas)**







José Pinheiro de Souza

O Mito da Unicidade Cristã

**Desafio para o diálogo inter-religioso
(100 perguntas e respostas)**

Fortaleza, 2012



O Mito da Unicidade Cristã - Desafio para o diálogo inter-religioso

©2012 Copyright by José Pinheiro de Souza

Contato com o autor:

E-mail: jpinheirosouza@uol.com.br

Blog: www.jpinheirosouza.blog.uol.com.br

Site: www.professorpinheiro.com

Capa: Mônica Costa

Diagramação: Franciana Pequeno

Ilustração da Capa: Carlos Henrique (Guabiras)

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	11
NÃO IMPORTA O CAMINHO	13
CREDO MACROECUMÊNICO	14
ABREVIATURAS E SIGLAS	15
APRESENTAÇÃO	17
PREFÁCIO	19
INTRODUÇÃO	23
AS 100 PÉRGUNTAS E RESPOSTAS	29
1 - OS EVANGELHOS TRANSMITEM FIELMENTE TUDO AQUILO QUE JESUS DISSE E FEZ?	29
2 - QUAL É O DOCUMENTO DA IGREJA CATÓLICA QUE MAIS DEFENDE O MITO DA UNICIDADE CRISTÃ?	30
3 - QUE OUTRAS EVIDÊNCIAS HISTÓRICAS PODEM AJUDAR A DESMENTIR O MITO DA UNICIDADE CRISTÃ?	35
4 - JESUS É A ÚNICA “VERDADE”?	41
5 - MAS O QUE É A “VERDADE”?	41
6 - A VERDADE É UNA OU MÚLTIPLA?	41
7 - OS DOGMAS (OU MTIOS) SOBRE A UNICIDADE CRISTÃ PODEM SER DISCUTIDOS NA MESA DO DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO?	43
8 - JESUS É O ÚNICO CAMINHO?	44
9 - FOI O ESCORREGAMENTO DE UM PARA O QUE GEROU O MITO DA UNICIDADE CRISTÃ?	46
10 - JESUS FOI O ÚNICO NASCIDO DE UM PARTO VIRGINAL?	46
11 - JESUS FOI O ÚNICO “FILHO DE DEUS”?	49
12 - O CONCEITO TRINITÁRIO DA DIVINDADE É UMA DOCTRINA EXCLUSIVA DO CRISTIANISMO?	53
13 - QUAIS SÃO OS 10 PRINCIPAIS ERROS DO DOGMA TRINITÁRIO CRISTÃO?	54
14 - JESUS É O OU UM SALVADOR?	57
15 - COMO ENTENDER O ESCORREGÃO DE UM PARA O?	58
16 - SÓ JESUS SALVA?	60
17 - JESUS FOI O ÚNICO QUE RESSUSCITOU APÓS TRÊS DIAS?	62
18 - A IGREJA CATÓLICA É O ÚNICO MEIO DE SALVAÇÃO?	63
19 - COMO ENTENDER AS CRENÇAS MITOLÓGICAS EXCLUSIVISTAS A RESPEITO DA PESSOA DE JESUS?	64
20 - A IGREJA CATÓLICA É A ÚNICA DONA DA VERDADE?	64

21 - O QUE SIGNIFICA “SER CRISTÃO”, SEGUNDO JESUS?	71
22 - JESUS FOI O VERDADEIRO FUNDADOR DO “CRISTIANISMO DOGMÁTICO”?	73
23 - JESUS FOI O ÚNICO QUE RESSUSCITOU FISICAMENTE?	76
24 - SOMENTE JESUS RESSUSCITOU MORTOS?	79
25 - JESUS FOI O ÚNICO QUE SUBIU AO CÉU, SENTOU-SE À DIREITA DE DEUS, DE ONDE RETORNARÁ PARA JULGAR A HUMANIDADE?	81
26 - SOMENTE OS MILAGRES ATRIBUÍDOS A JESUS TÊM VALOR HISTÓRICO?	83
27 - SOMENTE JESUS FEZ MILAGRES QUE SUPOSTAMENTE “ANULAM AS LEIS DA NATUREZA”?	83
28 - SOMENTE JESUS TRANSFORMOU ÁGUA EM VINHO?	84
29 - SOMENTE JESUS MULTIPLICOU PÃES?	85
30 - SOMENTE JESUS ANDOU SOBRE AS ÁGUAS?	85
31 - O JESUS DA FÉ DOGMÁTICA NADA TEM A VER COM “DEUS HORUS” DO EGITO ANTIGO?	85
32 - SOMENTE JESUS TRANSGIFURROU-SE?	87
33 - SOMENTE JESUS SUBIU AO CÉU?	87
34 - O “CRISTO DA FÉ” POUCO TEM A VER COM DEUS MITRA DA PÉRSIA?	88
35 - SOMENTE CRISTO É O VERBO DE DEUS?	89
36 - O EXCLUSIVISMO DO CRISTIANISMO E DA BÍBLIA JUDAICO-CRISTÃ É CONTRADITADO PELA HISTÓRIA DAS RELIGIÕES?	89
37 - A IGREJA CATÓLICA É A “ÚNICA IGREJA DE CRISTO”?	90
38 - QUE DISTINÇÃO EXISTE ENTRE “PLURALISMO” E “RELATIVISMO” NO CONTEXTO DAS RELIGIÕES?	91
39 - JESUS É O ÚNICO AUTOR DO VERSÍCULO EVANGÉLICO “CONHECEREIS A VERDADE E A VERDADE VOS LIBERTARÁ”?	91
40 - JESUS É O ÚNICO AUTOR DA VERDADE CRISTÃ EXPRESSA NO APOCALIPSE, “EU SOU O PRINCÍPIO E O FIM, O ALFA E O ÔMEGA?	91
41 - JESUS É TAMBÉM O AUTOR EXCLUSIVO DA CHAMADA “REGRA DE OURO”?	92
42 - EXISTE PARALELISMO ENTRE AS NARRATIVAS EVANGÉLICAS SOBRE O SUPOSTO NASCIMENTO EXTRAORDINÁRIO DE JESUS E O DE OUTOS AVATRES?	92
43 - A REVELAÇÃO FEITA POR DEUS POR MEIO DE JESUS FOI ÚNICA E DEFINITIVA?	93

44 - JESUS FOI ÚNICO QUE NOS ENSINOU A AMAR O PRÓXIMO?...	93
45 - JESUS FOI ÚNICO QUE NOS ENSINOU A AMAR NOSSOS PRÓPRIOS INIMIGOS?	94
46 - CRISTO ERA O ÚNICO MESSIAS?	94
47 - CRISTO ERA A ÚNICA “PALAVRA DE DEUS”?	94
48 - CRISTO ERA O “ÚNICO CAMINHO”, A “ÚNICA VERDADE” E “A ÚNICA VIDA”?	94
49 - POR QUE TANTAS DISPUTAS PELO TÍTULO DE “VERDADEIRO CRISTÃO?	95
50 - QUAL A SOLUÇÃO PARA PÔR FIM ÀS VELHAS DISPUTAS PELO TÍTULO DE “VERDADEIRO CRISTÃO”?	95
51 - “O JESSUS HISTÓRICO” E “O JESUS MÍTICO” É EXCLUSIVIDADE DO CRISTIANISMO?	96
52 - CRISTO ERA TAMBÉM O ÚNICO “DEUS ENCARNADO”?	96
53 - CRISTO ERA TAMBÉM A ÚNICA SEGUNDA PESSOA DA “TRINDADE DIVINA”?	96
54 - CRISTO ERA TAMBÉM O ÚNICO “SALVADOR DO MUNDO”?	97
55 - CRISTO ERA TAMBÉM O ÚNICO “VERBO CRIADOR DO MUNDO”?	97
56 - CRISTO ERA TAMBÉM O ÚNICO “QUE NASCEU MIRACULOSAMENTE (DE UM PARTO VIRGINAL)?	97
57 - CRISTO ERA TAMBÉM O ÚNICO “FILHO DE DEUS COM UMA MULHER DA TERRA”?	101
58 - A MÃE DE CRISTO FOI A ÚNICA FECUNDADA POR “UMA DIVINDADE, E NÃO POR UM HOMEM DA TERRA”?	101
59 - SOMENTE A MÃE DE CRISTO FOI CONCEBIDA SEM PECADO?	101
60 - A MÃE DE JESUS FOI A ÚNICA “MÃE DE DEUS” NA HISTÓRIA DAS RELIGIÕES?	101
61 - CRISTO FOI O ÚNICO “ASSASSINADO POR SOLDADOS E MORREU TRESPASSADO POR UMA SETA”?	104
62 - SOMENTE APÓS A MORTE DE CRISTO FOI QUE “O SOL DESAPARECEU”?	104
63 - SOMENTE CRISTO FOI QUE “APARECEU RESSUSCITADO AOS SEUS DISCÍPULOS”?	105
64 - SOMENTE CRISTO FOI QUE “SUBIU AOS CÉUS APÓS SUA MORTE E RESSUREIÇÃO”?	105
65 - SOMENTE CRISTO FOI QUE “SELOU SUA OBRA COM O SACRIFÍCIO DE SUA VIDA”?	105
66 - SOMENTE O CRISTO BÍBLICO NASCEU DE MANEIRA MIRACULOSA E FOI ANUNCIADO POR ANJOS COMO “O ÚNICO SALVADOR DA HUMANIDADE”?	105

67 - SOMENTE O SIMEÃO DO EVANGELHO CRISTÃO “PROFETIZOU A VINDA DO MESSIAS”?	105
68 - SOMENTE JESUS, COM A IDADE DE 30 ANOS, “INICIA SUA CARREIRA ESPIRITUAL”?	105
69 - SOMENTE JESUS FOI “TENTADO PELO DIABO”?	106
70 - SOMENTE O CRISTO BÍBLICO TEVE “12 DISCÍPULOS”?	106
71 - SOMENTE OS PRIMEIROS SEGUIDORES DO CRISTO BÍBLICO FORAM “DOIS IRMÃOS”?	106
72 - SOMENTE O CRISTO BÍBLICO TEVE “UM DISCÍPULO FAVORITO E UM TRAIADOR”?	107
73 - SOMENTE JESUS PREGOU “UM CÓDIGO DE MORAL (OU DE ÉTICA) UNIVERSAL, RESUMIDO NA LEI DO AMOR”?	107
74 - SOMENTE JESUS APRESENTA-SE COMO “O FILHO DO HOMEM”?	107
75 - SOMENTE JESUS ERA CHAMADO DE “PROFETA”, “MESTRE” E “SENHOR”?	107
76 - SOMENTE JESUS ERA CHAMADO DE “LUZ DO MUNDO” E “LUZ VERDADEIRA”?	107
77 - SOMENTE JESUS AFIRMOU QUE “AQUELES QUE O AMASSEM SERIAM RECEBIDOS NO PARÁISO”?	108
78 - SOMENTE JESUS AFIRMOU A SEUS DISCÍPULOS QUE “QUEM TIVER OUVIDOS PARA OUVIR, QUE OUÇA”?	108
79 - SOMENTE OS DISCÍPULOS DE JESUS FIZERAM MILAGRES?	108
80 - SOMENTE SÃO PEDRO ANDOU SOBRE AS ÁGUAS?	108
81 - “A PARÁBOLA DA VIÚVA POBRE” FOI CONTADA EXCLUSIVAMENTE POR JESUS?	109
82 - JESUS AINDA PODE SER VISTO COMO UM “RELIGIOSO EXCLUSIVO”?	109
83 - JESUS FOI O ÚNICO DEUS ENCARNADO QUE NASCEU E MORREU NA CRUZ PARA APAGAR OS NOSSOS PECADOS?	109
84 - A IGREJA CATÓLICA É A ÚNICA “RELIGIÃO DE DEUS”?	112
85 - JESUS É O NOSSO ÚNICO “BODE EXPIATÓRIO”?	115
86 - A IGREJA CATÓLICA FOI A ÚNICA RELIGIÃO FUNDADA PELO PRÓPRIO DEUS, NA PESSOA DE JESUS?	117
87 - O JESUS DA FÉ DOGMÁTICA É UMA FIGURA RELIGIOSA “EXCLUSIVA”, OU UM MITO IMPORTADO DAS RELIGIÕES PAGÃS?	120
88 - JESUS NUNCA FALOU DE “REENCARNAÇÃO”?	123

89 - JESUS FOI ÚNICO QUE FALOU DO SEU RETORNO FÍSICO PARA JULGAR A HUMANIDADE?	126
90 - JESUS FOI O ÚNICO QUE INSTITUIU E PREGOU O DOGMA DA TRINDADE?	126
91 - JESUS FOI O ÚNICO QUE INSTITUIU E PREGOU O SACRAMENTO DO BATISMO COMO NECESSÁRIO PARA A “SALVAÇÃO”?	127
92 - JESUS FALOU SOBRE O “PECADO ORIGINAL”?	129
93 - O “PECADO ORIGINAL” EXISTIU?	129
94 - A HUMANIDADE DESCENDE DE “ADÃO E EVA”?	130
95 - O EXCLUSIVISMO ATRIBUÍDO A JESUS NOS EVANGELHOS É VERDADEIRO?	130
96 - JESUS FOI O ÚNICO “DEUS ENCARNADO”?	131
97 - JESUS DECLAROU SER “DEUS”?	131
98 - JESUS FOI O ÚNICO QUE INSTIUIU A CEIA EUCARÍSTICA NA HISTÓRIA DAS RELIGIÕES?	135
99 - O CRISTIANISMO É A ÚNICA RELIGIÃO VERDEIRA?	137
100 - OS CHEFES DA IGREJA CATÓLICA (OS PAPAS) SÃO OS ÚNICOS DIRIGENTES INFALÍVEIS DE UMA INSTITUIÇÃO RELIGIOSA DESTE PLANETA?	138
CONCLUSÃO	143
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	147
APÊNDICE A: MENSAGENS DO ALÉM	153
APÊNDICE B: CITAÇÕES DO LIVRO: “The Myth of Christian Uniqueness” (‘O Mito da Unicidade Cristã’)	157



AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos às seguintes pessoas:

Minha esposa, Iaci, por me haver inspirado com suas palavras e seu testemunho de vida a ideia maior de meus livros ecumênicos de que a verdadeira religião é a prática do amor.

Meus agradecimentos especiais aos que fizeram revisões no texto original deste livro: o Professor Hyljoss Angelo de Souza, Jocely de Deus Pinheiro, o escritor judeu Vicente Francimar de Oliveira e o irmão espírita Alberto de Albuquerque Cordeiro.

Meus sinceros agradecimentos ao escritor judeu Vicente Francimar de Oliveira, pela excelente Apresentação deste livro.

Meu muito obrigado a Franciana Pequeno da Silva, pelo suporte na digitação eletrônica e diagramação desta obra (PageMaker), a Mônica Costa, pela elaboração da capa, e a Carlos Henrique (Guabiras), pela ilustração da capa.

Não posso esquecer-me de agradecer a Deus, a Jesus e a outros amigos espirituais, por terem me dado inspiração e coragem de escrever este livro, de natureza bastante polêmica, mas cujo objetivo último é contribuir para a verdadeira paz e fraternidade entre todas as pessoas, independentemente de suas crenças religiosas.



NÃO IMPORTA O CAMINHO

Um juiz passava por uma estrada e encontrou um preto-velho enrolando seu cigarro de palha e cumprimentando a todos que por ali passavam, dizendo:

– “Deus te abençoe, meu filho! Deus te acompanhe! Deus te guie! Deus te proteja!”

O juiz, um tanto curioso, perguntou-lhe:

– “O Senhor sabe onde Deus está?”

E o preto-velho respondeu-lhe:

– “O Senhor sabe onde Ele não está?”

O juiz, não satisfeito com a resposta, retrucou:

– “O Senhor deve ser muito religioso! Qual é a sua religião?”

E o preto-velho respondeu-lhe:

– “Quando vou levar trigo à cidade, posso ir pela rodovia, pela montanha, ou pela estrada do rio, mas, quando chego lá, o patrão não quer saber por onde vim. Ele quer saber se o trigo é de boa qualidade!”

(Autor desconhecido)

Moral da história e sua aplicação a esta obra: Quando formos prestar contas a Deus de nossa vida, Ele não vai querer saber se professamos Religião A, B ou C, mas **se nossas obras foram de boa qualidade!** Ou seja, **para Deus, não importa a religião que se professa, mas o amor que se pratica!** Esta é a chamada tese pluralista da **equivalência funcional** (mas não **doutrinal**) de todas as religiões, defendida neste livro, em oposição aos pontos de vista religiosos que sustentam a exclusividade, unicidade e superioridade de **UM CAMINHO**, isto é, de uma religião em relação às demais. Por essa tese, o catolicismo é tão bom, válido e verdadeiro para os católicos, quanto o judaísmo o é para os judeus, o budismo para os budistas, o espiritismo para os espíritas e assim por diante. Essa tese não afirma, porém, que todas as religiões são igualmente verdadeiras do ponto de vista de suas crenças, de seus dogmas ou de seus mitos, uma vez que, em questões de doutrina, elas se contradizem em muitos pontos. Daí, a necessidade do diálogo religioso aberto e sincero para se saber quem está com a verdade em assuntos doutrinários.

CREDO MACROECUMÊNICO

CREMOS QUE SOMOS TODOS IRMÃOS,
FILHOS DO MESMO PAI.
CREMOS NO AMOR UNIVERSAL,
ENSINADO POR JESUS E POR TODOS
OS MENSAGEIROS DA PAZ,
ENVIADOS POR DEUS
AO LONGO DA HISTÓRIA HUMANA.
CREMOS QUE,
SOMENTE VIVENDO UNIDOS NO AMOR,
EVITANDO QUALQUER ATO DE VIOLÊNCIA
E DISCRIMINAÇÃO CONTRA QUEM QUER QUE SEJA,
PODEREMOS CONSTRUIR UM MUNDO MELHOR,
DE PAZ E FRATERNIDADE.
CREMOS QUE “NÃO IMPORTA O CAMINHO”, ISTO É,
QUE TODAS AS RELIGIÕES
SÃO CAMINHOS VÁLIDOS
NA BUSCA DA VERDADE,
DA PERFEIÇÃO
E DO CRESCIMENTO ESPIRITUAL.
CREMOS QUE
TODO REINO DIVIDIDO PERECERÁ.
CREMOS NO DIÁLOGO FRATERNAL
COMO MEIO DE ESCLARECIMENTO E DE
BUSCA COMUM DA VERDADE RELIGIOSA,
PARA QUE TODOS SEJAMOS UM.
AMÉM.

José Pinheiro de Souza

ABREVIATURAS E SIGLAS

a.C.	Antes de Cristo
d.C.	Depois de Cristo
apud	Citado por (Junto à)
Cf.	Confira (ou confronte)
Ibid.	Ibidem (na mesma obra)
Id.	Idem (o mesmo autor ou a mesma autora)
Op. Cit.	Obra citada
AT	Antigo Testamento
NT	Novo Testamento
SJ	Seminário de Jesus

DICIONÁRIOS DE RELIGIÕES

- DER *Dicionário Enciclopédico das Religiões* (de autoria de Hugo SCHLESINGER e Humberto PORTO, Volumes I e II. Petrópolis, Vozes, 1995.
- DRCO *Dicionário de Religiões, Crenças e Ocultismo* (de autoria de George A. MATHER e Larry A. NICHOLS. São Paulo, Vidas, 2000, publicado originalmente nos Estados Unidos, em 1993.

DICIONÁRIOS DA LÍNGUA PORTUGUESA

- HOUAISS HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- AURÉLIO FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed., rev. aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

Observação: As citações bíblicas contidas neste livro seguem o texto da *BÍBLIA DE JERUSALÉM*, São Paulo, Edições Paulinas, 1981.



APRESENTAÇÃO



Francimar de Oliveira

Que tarefa poderia ser mais prazerosa do que realizar a apresentação de uma obra tão oportuna quanto a que nos oferece o Prof. José Pinheiro de Souza - “O Mito da Unicidade Cristã”?

Este insigne estudioso da história das religiões só merece aplausos de todos nós, ao enfrentar esta difícilíssima proeza - pôr em discussão as crenças básicas do cristianismo, vale dizer, o credo de aproximadamente 89% da população brasileira (dados de 2010). Tarefa nada fácil - convém insistir. Para levá-la avante é necessária alta dose não só de conhecimentos intelectuais, mas principalmente de coragem. Afinal, poucas pessoas se dispõem a enfrentar aquela ameaça plantada no Evangelho de Mateus: “Quem falar contra o Filho do Homem, será perdoado. Mas quem falar contra o Espírito Santo, não será perdoado nem neste século nem no vindouro.” (Mateus. 12,32)

Ora, é sabido que esta suposta pessoa da Santíssima Trindade - o Espírito Santo - é a guardiã das verdades da fé. Logo, qualquer questionamento nesta esfera da crença religiosa está sob a ameaça plantada no Evangelho pela citada passagem evangélica. Poucas pessoas ousam, portanto, discordar das doutrinas dogmáticas, sob pena de arcarem com as consequências daquelas ameaças.

Só merece aplausos quem possui a coragem de contestar tantos dogmas milenarmente impostos aos crentes cristãos. Verdade que a própria lógica logo nos fornece a dose de coragem necessária para ir em frente. E tal lógica brota do próprio conceito de Trindade: com efeito, se o Pai é Deus, o Filho é Deus, e o Espírito Santo é Deus, como é possível alguém pecar contra o Filho e ser perdoado, e contra o Espírito Santo não ser perdoado? Deduz-se, portanto, que aquela passagem de Mateus foi plantada nas páginas evangélicas com o propósito de assustar os fiéis e assim afastá-los de qualquer tentativa de questionar os dogmas da fé cristã.



O propósito básico do Prof. José Pinheiro de Souza é contribuir para o diálogo inter-religioso. Para alcançar seu objetivo maior, critica diversas crenças do cristianismo dogmático, em especial aquelas que pregam o exclusivismo da mensagem cristã, exatamente porque esta postura é que constitui o principal obstáculo ao dito diálogo inter-religioso.

De minha parte, concordo com cerca de 85% das afirmações do Prof. José Pinheiro de Souza, ao longo de sua obra. Vejamos, por exemplo, as Perguntas n. 23 e 24, que tratam do conceito de ressurreição, sob as duas óticas: cristianismo tradicional e espiritismo. O leitor poderá rejeitar a argumentação ali apresentada. Mas são precisamente essas pequenas discordâncias que dão sustentação ao diálogo inter-religioso. Todo diálogo implica discordâncias pontuais. O importante é manter abertos os canais de comunicação entre os adeptos das diversas crenças.

Leiamos a obra do Prof. José Pinheiro de Souza. Só teremos a lucrar.

Fortaleza, 14 de maio de 2012.

PREFÁCIO

Escrevi e publiquei, neste ano de 2012, o meu 7º livro ecumênico, “*O Mito da Unicidade Cristã: desafio para o diálogo inter-religioso*”, disponível no meu site (www.professorpinheiro.com).

Este livro aborda o mito cristão mais exclusivista e antiecumênico de todos, segundo o qual o cristianismo tradicional é a única religião verdadeira e Jesus é o único “salvador” da humanidade. Por isso mesmo, existem, há vários anos, no meio dos próprios cristãos, famosos teólogos que rejeitam, com razão, este mito da unicidade cristã.

Nesse contexto, recomendo a leitura do livro *The Myth of Christian Uniqueness* (‘O Mito da Unicidade Cristã’), organizado pelos teólogos pluralistas cristãos John Hick – protestante – e Paul Knitter – católico (HICK & KNITTER, 1987). Os autores desse livro argumentam, com muita propriedade, que a crença na *unicidade cristã*, não é uma verdade histórica absoluta, mas um mito cristão. John Hick, neste mesmo livro, afirma que “o Cristianismo não é o único e exclusivo caminho de salvação, mas um entre vários” (HICK & KNITTER, 1987, p. 33) (para mais citações deste livro, ver APÊNDICE B).

O Jesus histórico nunca afirmou ser o único caminho de “salvação”. Tal atitude de Jesus feriria frontalmente a base de sua doutrina, qual seja o amor ao próximo e a humildade, caracterizando arrogância espiritual, erguendo assim um muro intransponível entre o cristianismo e todas as demais religiões deste planeta.

Os autores dessa obra têm, pois, muita razão ao argumentarem que o Jesus histórico é um caminho ao lado de muitos outros, mas não o único caminho. Essa velha crença exclusivista do cristianismo ortodoxo precisa mudar. Do contrário, dificilmente poderá haver verdadeira fraternidade entre cristãos e não cristãos e, menos ainda, a existência do diálogo inter-religioso de igual para igual.

Nesse sentido, reflitamos sobre o seguinte pensamento pluralista do historiador italiano Ambrogio Donini:

Fala-se ainda hoje do cristianismo como de uma religião em si, para a qual confluíram e encontraram a sua sistematização motivos antiquíssimos, até representar algo de “excepcional” e de “único”. É necessário despir-se deste hábito dogmático e, se me permitem a expressão, presunçoso (DONINI, 1965, p. 198).

Em meus livros ecumênicos, apresento muitas evidências históricas a favor dessa tese de Ambrogio Donini, esclarecendo ao leitor que o cristianismo tradicional, longe de ser algo de “excepcional” e “único”, tem muito em comum com todas as outras religiões: os mesmos ritos, os mesmos mitos, as mesmas lendas, como veremos neste livro.

Ainda em oposição ao mito da “unicidade cristã”, reflitamos também sobre o seguinte pensamento pluralista de um dos maiores líderes religiosos do século XX, o hinduísta Mahatma Gandhi:

Se, porém, houver alguma suspeita em sua mente de que apenas uma religião pode ser a verdadeira e todas as outras são falsas, **você pode rejeitar a doutrina da fraternidade.** Então, estaremos alimentando um processo contínuo de exclusão e fundando a nossa fraternidade sobre alicerces de exclusivismos (apud ELSBERG, 1996, p. 128) (Negrito meu).

Como bem afirmou Gandhi nessa citação, a ideia exclusivista de haver uma única religião verdadeira é incompatível com a fraternidade e, por conseguinte, com a paz, a humildade e o amor. Logo, essa ideia precisa ser questionada e combatida na mesa do diálogo inter-religioso.

O exclusivismo religioso também conduz facilmente à intolerância e aos conflitos religiosos, como bem esclarece o famoso teólogo católico Leonardo Boff na seguinte citação:

Quem se sente portador de uma verdade absoluta não pode tolerar outra verdade, e seu destino é a intolerância. E a intolerância gera o desprezo do outro, e o desprezo, a agressividade, e a agressividade, a guerra contra o erro a ser combatido e exterminado. Irrompem conflitos religiosos com incontáveis vítimas (BOFF, 2002, p. 25).

Como afirma Frances Young, o exclusivismo religioso também gera facilmente atitudes de **arrogância**: “É arrogância espiritual a convicção de que só a nossa crença é verdadeira e todas as outras são falsas” (YOUNG, 1977, p. 39).

Semelhante pensamento é expresso por Waldemar Boff, ao afirmar que “é leviandade e arrogância afirmar que somente a minha lâmpada ilumina realmente a aldeia e que somente pelo seu caminho se chega ao oceano de Deus” (apud PEDREIRA, 1999, p. 123).

Outro argumento que se oferece em favor da tese pluralista é que em todas as religiões há “santos” (pessoas boas) e “demônios” (pessoas más). Em todas, há “trigo” e “jão”. Logo, é por demais ilógico concluir-se a favor de única religião verdadeira.

Como já sabemos, o *slogan* pluralista adotado em meus livros ecumênicos (**NÃO IMPORTA O CAMINHO!**) expressa a equivalência funcional (mas não doutrinal) das religiões, ou seja, todas as religiões são **funcionalmente equivalentes**, isto é, todas são diferentes caminhos que conduzem ao mesmo destino. Logo, é um erro afirmar que existe um único caminho ideal para todos, isto é, uma única religião ideal para todos. Há diversos caminhos, cada um podendo ser considerado relativamente o melhor para (e por) aqueles que o escolheram, mas ninguém deve achar que o seu caminho, por ser considerado o melhor para si, é também o melhor para todas as outras pessoas do mundo, ou o único caminho verdadeiro para toda a humanidade.

Nesse sentido da **equivalência funcional (mas não doutrinal) das religiões**, o cristianismo é o melhor caminho para os cristãos, assim como o judaísmo é o melhor caminho para os judeus, o islamismo para os muçulmanos e assim por diante.

É chegada a hora, portanto, de dar um basta a essa velha história de “religião exclusiva” e dizer, com Pablo Barrera, que “religião exclusiva é coisa do passado” (BARRERA, 2003, p. 438).

Nessa mesma linha de pensamento, tem muita razão o Espírito São Luís, ao dar a Allan Kardec a seguinte instrução: “Desconfiai dos que pretendem estar na posse da exclusiva e única verdade” (KARDEC, *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, cap. 21, n. 8).

Sem querer agredir a fé cristã dogmática (a qual merece todo o nosso respeito, como qualquer outra crença religiosa), mas apenas contribuir para o conhecimento da verdade que nos liberta (*“conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”*), analisarei neste meu 7º livro ecumênico, à luz da filosofia espírita da “fé raciocinada” (*“aquela que pode encarar a razão face a face, em todas as épocas da Humanidade”*) e da história das religiões, várias afirmações ou interpretações literalistas, exclusivistas, fundamentalistas e, portanto, errôneas e mentirosas, do Novo Testamento, falsamente atribuídas ao Jesus histórico, como o único caminho, o único Deus encarnado, o único Filho de Deus, o único Deus o Filho, o único salvador da humanidade etc.

Fortaleza, 20 de abril de 2012

José Pinheiro de Souza

INTRODUÇÃO

Conforme afirmo no Prefácio deste livro, escrevi este meu 7º livro ecumênico (“O Mito da Unicidade Cristã: desafio para o diálogo inter-religioso”), com o objetivo ecumênico de incentivar o diálogo e o debate inter-religioso, em busca da verdade que nos liberta (“*conhecereis a verdade e a verdade vos libertará*”).

Há anos, li um livro com este mesmo título: (“The Myth of Christian Uniqueness, toward a pluralistic theology of religions” (‘O Mito da Unicidade Cristã: em busca de uma teologia pluralista das religiões’). Este livro foi publicado, em 1987, editado por dois teólogos cristãos, John Hick (protestante) e Paul Knitter (católico).

Já está completando 25 anos que esse famoso livro foi publicado, mas até agora ele parece ser desconhecido pela maioria dos cristãos. Publico no Apêndice B deste meu 7º livro ecumênico várias citações dessa referida obra, traduzidas do inglês pelo Professor baiano Hyljoss Angelo de Souza.

No correto dizer dos autores desta obra (“The Myth of Christian Uniqueness: toward a pluralistic theology of religions” (‘O Mito da Unicidade Cristã: em busca de uma teologia pluralista das religiões’), este livro “enfrenta o maior questionamento teológico do nosso tempo: a relação entre a cristandade e as outras religiões” (Orelha Esquerda do Livro).

Neste meu 7º livro ecumênico (“O Mito da Unicidade Cristã: desafio para o diálogo inter-religioso”), mostro aos meus leitores que o cristianismo dogmático não é a única religião verdadeira deste planeta e que Jesus não foi um personagem “exclusivista”, mas “pluralista”.

Jesus era um personagem “pluralista”, e não “exclusivista”. Mas ele é visto pelos cristãos dogmáticos (**paulinistas**), conforme comprovaremos sobejamente neste livro, como um personagem superexclusivista: o único Deus encarnado, o único Filho de Deus,

o único Salvador, o único Senhor, o único Messias, o único Mediador entre Deus e os homens, o único Caminho, a única Verdade, a única “Palavra de Deus” (o único Verbo de Deus encarnado), o único nascido de um parto virginal por obra e graça do Espírito Santo, o único que ressuscitou fisicamente dos mortos, o único que subiu ao céu em corpo e alma (depois de ressuscitado), o único que retornará fisicamente no fim do mundo para julgar a humanidade, enviando os bons para o céu e os maus para o inferno eterno, o verdadeiro fundador do cristianismo dogmático e da Igreja Católica, tendo instituído sete sacramentos indispensáveis à salvação, o único que fez milagres anulando as leis da natureza, como ressuscitar mortos, andar sobre as águas, multiplicar pães, transformar água em vinho, transformar o pão e o vinho em seu próprio corpo e sangue etc.

Este livro comprova, em muitas das suas respostas, que todos esses títulos exclusivistas e espiritualmente arrogantes, erroneamente atribuídos ao Jesus histórico, não fazem o menor sentido, pois, além de não se coadunarem absolutamente com a lei do amor (pois quem ama não exclui nem discrimina ninguém), os mesmos são igualmente atribuídos a diversas outras pessoas marcantes do mundo e a diversos outros líderes religiosos deste planeta.

Como todos sabemos, “na Antiguidade, as pessoas notáveis ganhavam o título de ‘filho de Deus’. Platão e Apolônio de Tiana também foram assim cognominados. E com Jesus não foi diferente” (José Reis Chaves, “O Jesus Histórico e o Mítico”, Revista Espiritismo e Ciência, nº 56).

Este livro também comprovará que Krishna, Buda, Hórus e Mitra também nasceram “miraculosamente”. Apolônio de Tiana também ressuscitou mortos. Buda também alimentou 5.000 homens com um pouco de pão. Krishna também se transfigurou, teve três discípulos preferidos, foi crucificado e subiu aos céus. Mitra também era o Filho de Deus e a Luz do Mundo, seu sepulcro era de pedra e ressuscitou ao terceiro dia. Dioniso também era literal e etimologicamente “filho de Deus” (da língua trácio-frígia “**dio-niso**” = “**filho de deus**”), que também transformou água em vinho. Krishna e Hórus também declaravam ser **O CAMINHO, A VERDADE E A VIDA**. Krishna, Hórus e Mitra também eram

Messias, Salvadores e Filhos de Deus. Krishna também era a Segunda Pessoa da Trindade hindu. Krishna, Hórus, Buda e Mitra também tiveram 12 discípulos. Os deuses Tamuz, Adônis, Átis e Osíris também ressuscitaram. Mitra também instituiu **sete sacramentos**, entre os quais figuram o batismo, a confirmação e a comunhão: pão e vinho consagrados por fórmulas rituais. No fim do mundo, virá Mitra para o Juízo Final. Será que ainda precisamos de mais dados para comprovar que o **Jesus mítico e exclusivista foi, de fato, um produto criado com elementos das antigas divindades mitológicas?**

As evidências históricas mostram sobejamente que não. Por conseguinte, a maneira mítica e exclusivista de ver Jesus (o **Jesus exclusivista**) não é literalmente correta. Pode até ser metaforicamente correta, mas não confundamos **verdade mítica** com **verdade histórica**, nem **sentidos metafóricos** com **sentidos literais** da linguagem humana.

Convém repetir também, conforme esclarece o famoso teólogo protestante John Hick, no livro *The Myth of God Incarnate* ('O Mito do Deus Encarnado') (HICK, 1977, p. 175), que as crenças mitológicas exclusivistas a respeito da pessoa de Jesus podem ser facilmente entendidas pelo contexto histórico-cultural da época: cultura classicista (**uma só verdade, certa e imutável**), mentalidade escatológico-apocalíptica (**profeta final, revelação definitiva**) e expressão de uma minoria (**linguagem de sobrevivência, único Salvador, único Senhor, único Messias** etc.), como bem expresso em passagens bíblicas exclusivistas como estas: "E não há salvação em nenhum outro, pois não existe debaixo do Céu outro nome dado aos homens, pelo qual tenhamos de ser salvos" (Atos 4,12). "Pois Deus é um só, e um só também o Mediador entre Deus e os homens: esse homem, que é Cristo Jesus, que se entregou à morte para resgatar a todos" (1Timóteo 2,6).

Abordarei neste livro um dos maiores erros do "cristianismo dogmático", ou seja, o cristianismo baseado em "dogmas de fé", ou seja, em verdades absolutas, inquestionáveis, intocáveis, indiscutíveis.

Este meu 7º livro ecumênico ("O Mito da Unicidade Cristã: desafio para o diálogo inter-religioso") está estruturado em 100

perguntas e respostas, quase todas extraídas e adaptadas de meus livros ecumênicos anteriores, referentes ao mito da unicidade cristã.

Além das 100 perguntas e respostas, publico neste livro dois Apêndices: no Apêndice A, publico cinco mensagens de espíritos desencarnados que fazem boa referência às minhas obras ecumênicas; no Apêndice B, faço referência a várias citações do livro *The Myth of Christian Uniqueness* ('O Mito da Unicidade Cristã'), organizado pelos teólogos pluralistas cristãos John Hick – protestante – e Paul Knitter – católico (HICK & KNITTER, 1987).

Antes de encerrar esta Introdução, vou fazer referências aos meus trabalhos ecumênicos anteriores, depois que me aposentei e conheci as obras espíritas básicas de Allan Kardec.

Sou professor universitário, aposentado da Universidade Estadual do Ceará e da Universidade Federal do Ceará, PhD em Linguística e Mestre no Ensino de Inglês como Língua Estrangeira pela Universidade de Illinois (USA).

Até meus 57 anos de idade, fui católico convicto, tendo estudado para padre no Seminário Salesiano, durante 12 anos. Atualmente, me declaro espírita kardecista ecumênico. Depois que me aposentei, procurei uma maneira de ocupar bem o meu tempo, estudando as religiões, com o objetivo principal de poder escrever algumas obras ecumênicas (e macroecumênicas), para incentivar a existência do cada vez mais necessário diálogo inter-religioso, em busca da verdade que nos liberta ("*Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará*").

Como fruto de meus estudos, escrevi e publiquei oito livros ecumênicos (e macroecumênicos):

- 1) Em 2005, escrevi e publiquei o livro *Entrevistas com Jesus: Reflexões Ecumênicas*. Sua 3ª edição revista está disponível no meu site: (www.professorpinheiro.com).
- 2) Em 2007, escrevi o livro *Mitos Cristãos: Desafios para o Diálogo Religioso*, publicado no mesmo ano pelo Grupo Espírita GEEC (Grupo Educação, Ética e Cidadania), de Divinópolis, MG. Sua 2ª edição revista está também publicada no meu site: (www.professorpinheiro.com).

- 3) Em 2008, criei o chamado **Blog do Pinheiro: Diálogo Inter-Religioso** (www.jpinheirosouza.blog.uol.com.br), o qual já recebeu mais de 38 mil visitas e no qual já publiquei 350 matérias.
- 4) Em 2010, escrevi e publiquei dois livros ecumênicos: *Catecismo Ecumênico: 200 perguntas e respostas à luz da "fé raciocinada"* e *Paulinismo: a doutrina de Paulo em oposição à de Jesus*.
- 5) Em 2011, também escrevi e publiquei dois livros ecumênicos: *Mentiras sobre Jesus: desafio para o diálogo religioso* e livro *Três Maneiras de Ver Jesus: a maneira histórica, a mítica literal e a mítica simbólica*.
- 6) Neste ano de 2012, acabo de escrever e publicar no meu site mais dois meu ecumênicos: o meu 7º livro ecumênico ("O Mito da Unicidade Cristã: desafio para o diálogo inter-religioso" e meu 8º livro ecumênico ("O Jesus Histórico e o Mítico: desafio para o diálogo inter-religioso")

Todos os meus livros ecumênicos estão disponíveis no meu site: (www.professorpinheiro.com).

Em todas as minhas obras ecumênicas, faço questão de esclarecer aos meus leitores que minha meta, como a de muitos outros estudiosos atuais do cristianismo, é "chegar o mais perto possível do **Jesus histórico** [...], [uma vez que] nenhum outro personagem histórico suscita reações tão apaixonadas nem engendra conclusões tão opostas" (TABOR, 2006, p. 330). O **Jesus histórico** é **UMA PESSOA INTEIRAMENTE HUMANA**, em contraposição ao **Cristo da fé**, que é **UMA PESSOA INTEIRAMENTE DIVINA**, com duas naturezas (a humana e a divina). Como esclareço em meu 6º livro ecumênico (*Três Maneiras de Ver Jesus: a maneira histórica, a mítica literal e a mítica simbólica*), dou muito valor também ao **Cristo da fé**, quando interpretado *simbolicamente*, e não visto, *literal e exclusivamente*, como um **DEUS-HOMEM histórico**, pois, segundo meu atual modo de pensar, vejo o **Cristo da fé** como um personagem mítico (ou mitológico), juntamente com muitos outros, que todos simbolizam *a centelha divina encarnada em todos nós*.

Quero concluir esta Introdução de meu 7º livro ecumênico, reafirmando que não pretendi hostilizar ou agredir o cristianismo dogmático (o qual merece todo o nosso respeito, como qualquer outra crença), nem diminuir o valor histórico do cristianismo e da Igreja Católica, mas apenas contribuir para o diálogo ecumênico e inter-religioso, em busca da verdade que nos liberta (“*Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará*”).

AS 100 PERGUNTAS E RESPOSTAS

1 - OS EVANGELHOS TRANSMITEM FIELMENTE TUDO AQUILO QUE JESUS DISSE E FEZ?

A Igreja Católica tem proclamado oficialmente a historicidade dos quatro Evangelhos, afirmando, por exemplo, na Constituição Dogmática *Dei Verbum* ('Sobre A Revelação Divina'), um dos principais documentos do Concílio Vaticano II, que os Evangelhos transmitem fielmente aquilo que Jesus disse e fez:

A santa mãe Igreja defendeu e defende firme e constantemente que esses quatro Evangelhos, cuja historicidade afirma sem hesitação, transmitem fielmente aquilo que Jesus, o Filho de Deus, ao viver entre os homens, realmente fez e ensinou (*Dei Verbum*, 19).

Pesquisas atuais, sérias como as do Seminário de Jesus (SJ), desmentem frontalmente essa convicção da Igreja Católica da completa historicidade dos quatro Evangelhos, a respeito do que o Jesus histórico disse e fez.

Os Evangelhos são vistos pelos integrantes do SJ muito mais como narrativas teológicas sobre o "Cristo da fé" do que como fatos históricos reais sobre o "Jesus histórico". Os pesquisadores do SJ chegam a concluir que apenas 18% (dezoito por cento) do total de palavras atribuídas a Jesus nos Evangelhos podem ser realmente consideradas autênticas e que apenas 16% (dezesesseis por cento) do total de ações a ele atribuídas nos Evangelhos podem ser, de fato, consideradas autênticas, ou seja, aproximadamente 82% das palavras e 84% das ações atribuídas ao Jesus histórico nos Evangelhos não são verdades históricas, mas crenças cristãs (cf. FUNK & THE JESUS SEMINAR, p. 1).

2 - QUAL É O DOCUMENTO DA IGREJA CATÓLICA QUE MAIS DEFENDE O MITO DA UNICIDADE CRISTÃ?

O documento da Igreja Católica que mais defende o mito da unicidade cristã é “**A DECLARAÇÃO *DOMINUS IESUS*** (‘O SENHOR JESUS’): sobre a unicidade e universalidade salvífica de Jesus Cristo e da Igreja”, de autoria do Cardeal Joseph Ratzinger (hoje o Papa Bento XVI), com plena aprovação do Papa João Paulo II, Congregação para a Doutrina da Fé (Roma, 6 de agosto de 2000).

Este documento pontifício aborda a relação da Igreja Católica com as demais igrejas cristãs e com as outras religiões, dá um grande passo atrás na abertura ecumênica proposta pelo Concílio Vaticano II, com fortíssima tendência de retorno à velha postura exclusivista eclesiocêntrica da época pré-conciliar (“**Só a Igreja Católica é a Igreja de Cristo**”), e insiste demais no exclusivismo da Igreja Católica. O documento marca, como veremos, um grande retrocesso no movimento ecumênico católico.

A declaração *Dominus Iesus* (DI) inicia advertindo os católicos contra o perigo do “relativismo” e do “pluralismo” que ameaçam “o perene anúncio missionário da Igreja” (DI 4) e que consideram superadas verdades fundamentais da fé cristã. A fim de enfrentar a mentalidade relativista e pluralista de nosso tempo, a DI reafirma “o caráter definitivo e completo da revelação de Jesus Cristo” (DI 5):

É, por conseguinte, contrária à fé da Igreja a tese que defende o caráter limitado, incompleto e imperfeito da revelação de Jesus Cristo, que seria complementar da que é presente nas outras religiões (DI 6).

É igualmente frequente a tese que nega a unicidade e a universalidade salvífica do mistério de Jesus Cristo. Tal posição não tem nenhum fundamento bíblico. Deve, ao invés, *crer-se firmemente*, como dado perene da fé da Igreja, a verdade de Jesus Cristo, Filho de Deus, Senhor e único salvador, que no seu evento de encarnação, morte e ressurreição, realizou a história da salvação, a qual tem nele a sua plenitude e o seu centro (DI 13).

A Declaração *Dominus Iesus* fundamenta a suposta unicidade e universalidade salvífica de Jesus Cristo (**exclusivismo**

crístocêntrico) em passagens exclusivistas e míticas do Novo Testamento como estas:

E não há salvação em nenhum outro, pois não existe debaixo do Céu outro nome dado aos homens, pelo qual tenhamos de ser salvos (Atos 4,12) (DI 13).

[Deus] quer que todos os homens se salvem e cheguem ao conhecimento da verdade. Pois Deus é um só, e um só também o Mediador entre Deus e os homens: esse homem, que é Cristo Jesus, que se entregou à morte para resgatar a todos (1Timóteo 2,4-6) (DI 13).

Além da ênfase nos mitos da suposta unicidade e universalidade salvífica de Cristo (**crístocentrismo**), a DI insiste na afirmação “suicida” (do ponto de vista ecumênico), de que “a Igreja Católica [...] é a única Igreja de Cristo” [**catolicentrismo**] (DI 16). Uma declaração fechada como essa põe fim a todo o esforço anterior da Igreja em prol do ecumenismo:

Os fiéis são *obrigados a professar* que existe uma continuidade histórica – radicada na sucessão apostólica – entre a Igreja fundada por Cristo e a Igreja Católica: “**Esta é a única Igreja de Cristo** [...] que o nosso Salvador, depois de sua ressurreição, confiou a Pedro para apascentar (cf. João 21,17), encarregando a ele e aos demais Apóstolos de a difundirem e de a governarem (cf. Mateus 28,18ss); levantando-a para sempre como coluna e esteio da verdade (cf. 1Timóteo 3,15). [...] **A Igreja de Cristo, não obstante as divisões dos cristãos, continua a existir plenamente só na Igreja Católica** [...] (UR 3/DI 16). (Negrito meu)

Desse modo, a DI discrimina radicalmente as outras igrejas cristãs, afirmando, por exemplo, que elas “não são Igrejas em sentido próprio”, por não admitirem o primado de Pedro, o sacramento da ordem e o ministério eucarístico (cf. DI 17).

O documento rejeita a tese pluralista, defendida em meus livros ecumênicos, da equivalência funcional (mas não doutrinal) entre as religiões (**NÃO IMPORTA O CAMINHO!**), reafirmando a convicção de que a Igreja Católica não é um caminho, mas o caminho, o único caminho de “salvação” – um claríssimo retorno à

velha postura eclesiocêntrica da época pré-conciliar: **EXTRA ECCLESIAM NULLA SALUS – FORA DA IGREJA, NÃO HÁ SALVAÇÃO** – (cf. DI 21).

A DI rejeita, finalmente, o diálogo religioso de igual para igual em assuntos doutrinários, declarando, assim, mais uma vez, a superioridade do cristianismo e da Igreja Católica sobre as demais religiões (cf. DI 22).

Em resumo, com a DI, a Igreja Católica volta a enfatizar claramente suas velhas posições exclusivistas e míticas: só ela é a verdadeira Igreja fundada por Jesus Cristo; só ela possui a plenitude dos meios de salvação; só ela é Igreja no sentido próprio; só a ela foi confiada a plenitude da graça e da verdade etc.

A declaração *Dominus Iesus* é, no correto dizer do teólogo católico Leonardo Boff, um documento *fundamentalista* (e, diria eu, *arrogante*):

O fundamentalismo doutrinário é bem representado no documento *Dominus Iesus* do ano 2000, assinado pelo Cardeal Joseph Ratzinger, prefeito da antiga Inquisição, que aborda a relação de Cristo e da Igreja Católica com as demais igrejas e religiões. Aí se sustenta que a Igreja Católica é a única Igreja de Cristo. As demais denominações cristãs não são igrejas, trata-se de usurpação do título. Possuem apenas elementos eclesiais. O catolicismo comparece também como a única religião verdadeira, e os que não se converterem à Igreja Católica Apostólica Romana correm risco de perdição eterna (BOFF, 2002, p. 17-18).

Dou muita razão a esse mesmo ilustre teólogo católico (Leonardo Boff), ao lamentar o inegável retrocesso ecumênico e macroecumênico da Igreja Católica, marcado por esse documento:

Cinquenta anos de trabalho ecumênico, de diálogo inter-religioso, aparentemente se esvaíram, porque as velhas teses medievais da Igreja como única portadora dos desígnios de Deus, e fora da qual não há salvação, foram ressuscitadas. Isto provocou um escândalo em toda a Igreja, escândalo que não foi ainda digerido nem por nós católicos, muito menos pelos protestantes, que estavam se acercando muito próximos da Igreja Católica (id. *ibid.*).

A Declaração “Dominus Iesus” (DI, 16, nota 56) faz referência à Notificação escrita por Ratzinger, em 1985, sobre a obra de Leonardo Boff, *Igreja: carisma e poder*, em que Boff combate, com razão, a pretensão arrogante da Igreja Católica “de ser a única Igreja de Cristo” (DI, 16). Em termos mais claros ainda, Boff escreve:

A Igreja de Cristo se concretiza na Igreja Católica, apostólica romana, mas não se exaure nesta concretização, a qual, dadas as limitações históricas, culturais-ocidentais e outras, especialmente em razão das sombras e dos pecados nela presentes, não pode identificar-se *in toto, pure et simpliciter* com a Igreja de Cristo. Esta ganha outras expressões histórico-culturais nas diferentes Igrejas cristãs. Juntas e em comunhão, formam a Igreja de Cristo na História, a Igreja de Deus através do tempo (BOFF, 2005, p. 431).

Boff prossegue em seu pensamento ecumênico, defendendo a tese de que as igrejas protestantes também são igrejas cristãs:

Na própria Constituição sobre a Igreja (*Lumen Gentium*), bem como no Decreto sobre o Ecumenismo, fala-se de Igrejas e comunidades eclesiais. No nº 3 do Decreto sobre o Ecumenismo, diz-se que todos os batizados e cristãos crentes pertencem, como membros, ao Corpo de Cristo (cf. 1Cor 12,13). Não se lhes atribui apenas o “ser-cristão”, mas também o “ser-Igreja”. Na verdade, não há “ser-cristão” sem ser membro de alguma Igreja (BOFF, *ibid.*, p. 432).

No dia 10 de julho de 2007, o Vaticano, através da Congregação para a Doutrina da Fé, divulgou um documento, datado de 29 de junho de 2007, com aprovação do Papa Bento XVI, que reafirma as doutrinas católicas exclusivistas, fundamentalistas e míticas da Declaração “Dominus Iesus”. Nesse documento, o Vaticano reafirma que as igrejas protestantes não são “igrejas cristãs”, pois, como declara a DI, “a Igreja Católica é a única Igreja de Cristo” (DI, 16). Esse novo documento exclusivista e arrogante do Vaticano comprova minha tese do retrocesso ecumênico e macroecumênico da Igreja Católica.

Infelizmente, como lamenta o teólogo e sacerdote católico Hans Küng, em seu obra *A Igreja Católica* (KÜNG, 2002, p. 235-237, seção: **Traição ao Concílio**), o empenho ecumênico da Igreja

Católica, tão bem delineado inicialmente pelo Papa João XXIII, ao invés de progredir, sofreu um grande retrocesso com a atuação do Papa João Paulo II e o Cardeal Joseph Ratzinger (hoje o Papa Bento XVI), Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, durante o pontificado de João Paulo II.

Hans Küng faz, com razão, o seguinte comentário crítico a respeito da atuação de João Paulo II e da Igreja Católica, com relação ao ecumenismo, confirmando tudo o que tenho dito na resposta da presente pergunta, acerca do grande retrocesso no empenho ecumênico da Igreja Católica:

Olhando mais de perto, sua “reevangelização” significou “recatolicização”, e seu “ecumenismo” prolixo visa, sob a superfície, a um “retorno” à Igreja Católica” (KÜNG, 2002, p. 235-237).

Se a “reevangelização” significa, de fato, “recatolicização” e se o “ecumenismo” visa a um “retorno” à Igreja Católica, pode-se concluir que o diálogo ecumênico transforma-se então num empenho puramente **unionista** ou **proselitista**, ou seja, elimina-se inteiramente qualquer possibilidade de um diálogo doutrinário sério, o que só poderá aprofundar cada vez mais as barreiras divisionistas entre os cristãos e, particularmente, entre cristãos e não cristãos.

No correto parecer do historiador católico John Cornwell, “**a menos que os católicos possam restaurar o espírito do Vaticano II, vão tomar um choque tão grande ou maior que a divisão do cristianismo ocidental quinhentos anos atrás**” (CORNWELL, 2002, p. 74) (negrito meu).

O exame crítico do Documento “Dominus Iesus” leva-me, por conseguinte, a concluir que a posição exclusivista eclesiocêntrica pré-conciliar da Igreja Católica parece, em essência, não ter mudado muito, mesmo com a sua alternância de eixo, a partir do Concílio Vaticano II, isto é, com a mudança do eixo exclusivista eclesiocêntrico para o eixo exclusivista cristocêntrico, e mesmo com a disposição teórica da Igreja de abertura ao diálogo, uma vez que os mesmos documentos, contraditoriamente, se, por um lado, declaram que a Igreja está aberta ao diálogo, por outro,

ênfatizam demais a superioridade da Igreja Católica sobre as outras igrejas cristãs e as demais religiões. Em síntese, a Igreja diz que está aberta ao diálogo, mas declara que o “depósito da fé” (católica) deve permanecer inegociável e inalterável, o que contradiz os objetivos de um autêntico diálogo religioso doutrinário, que não pode excluir a real possibilidade de revisões e de mudanças em artigos de fé.

3 - QUE OUTRAS EVIDÊNCIAS HISTÓRICAS PODEM AJUDAR A DESMENTIR O MITO DA UNICIDADE CRISTÃ?

Existem inúmeras outras evidências históricas contra a pretensão do cristianismo dogmático de ser uma religião “exclusiva”, “excepcional” e “única”. Apresentarei, a seguir, mais evidências, a fim de comprovarmos que os principais mitos cristãos foram, de fato, copiados dos mitos de outras tradições religiosas mais antigas do que o cristianismo. Os dados apresentados nesta resposta foram extraídos de várias obras, particularmente do livro: *La Desilusión de un Sacerdote: La Verdad Científica sobre la Religión Cristiana*, de autoria do famoso teólogo e ex-padre católico Franz GRIESE (cf. GRIESE, 1957, Segunda Parte, capítulos I e II):

1. Os mitos da filiação divina e da divinização de Jesus, bem como o de seu nascimento miraculoso, foram copiados dos mitos de filiações divinas e de divinizações de outros personagens marcantes da História (como reis, heróis, líderes religiosos etc.). Há coincidências interessantes entre o Jesus mítico que os cristãos apresentam e os deuses e personagens míticos anteriores, como o deus Hórus, do Egito; o deus Mitra, da Pérsia; e o deus Krishna, da Índia. Nas palavras de Juan Arias,
“todos nascem de uma virgem. Hórus e Mitra também nascem em 25 de dezembro. Todos fizeram milagres, todos tiveram 12 discípulos que corresponderiam aos 12 signos do zodíaco, todos ressuscitaram e subiram aos céus depois de morrer. Hórus e Mitra foram chamados Messias, Redentores e Filhos de Deus. Krishna foi considerado a Segunda Pessoa da Santíssima Trindade e foi perseguido

por um tirano que matou milhares de crianças inocentes. Além disso, Krishna também se transfigurou, como Jesus, diante de seus três discípulos preferidos, foi crucificado e subiu aos céus. Exatamente como o profeta de Nazaré. Os mitólogos se perguntam: “Precisamos de mais coincidência?” “ (ARIAS, 2001, p. 111-112)

2. Quanto à origem do mito da ressurreição de Jesus, informamos o historiador das religiões Ambrogio Donini que “o ‘mistério’ [mito] do deus que morre e renasce já inspirava os cultos populares da Mesopotâmia à Grécia e ao mundo romano, cinco ou seis séculos antes do aparecimento do cristianismo” (DONINI, 1965, p. 98). Tamuz (antigo deus da Mesopotâmia), Adônis (deus da Fenícia), Átis (deus da Frígia), Osíris (deus do Antigo Egito) e vários outros também eram deuses que morriam e ressuscitavam (cf. BAIGENT, LEIGH & LINCOLN, 1993, p. 304).
3. Assim como foi dogmatizado a respeito de Jesus, o deus pré-cristão Mitra – chamado o Filho de Deus e a Luz do Mundo – morreu, foi enterrado em sepulcro de pedra e depois ressuscitou em três dias.
4. Assim como supostamente aconteceu com Jesus, após o seu nascimento, o recém-nascido Krishna (deus hindu) também recebeu ouro, incenso e mirra.
5. O dia santo semanal dos cristãos foi copiado dos pagãos, uma vez que, até o século IV, a cristandade celebrava o dia santo semanal no sábado judeu, mas Constantino mudou esse dia de modo que a celebração coincidissem com o dia em que os pagãos veneravam o deus-Sol (*dies Solis*; em inglês, **Sun-day** = “dia do Sol”). O termo “domingo” é uma derivação de “*dies dominica*”, “dia do Senhor”, isto é, do “Senhor-Sol”, pois “o deus-sol era o *dominus* (**senhor**) por excelência” (DONINI, p. 318).
6. Todos os milagres atribuídos a Jesus nos Evangelhos já haviam sido supostamente realizados por profetas e/ou fundadores de tradições religiosas mais antigas (por exemplo, mitraísmo, budismo, taoísmo etc.), tais como a transformação da água em vinho, a multiplicação de pães,

- o andar sobre as águas, a cura de doentes, a expulsão de demônios, a comunhão com pão e vinho consagrados etc.
7. A origem das lendas expostas na Bíblia judaico-cristã, tanto no Antigo como no Novo Testamento, provém do Egito, da Mesopotâmia, da Índia, da Caldeia e de outros países. Assim, o mito do “primeiro homem”, da sua criação, da sua felicidade original e da sua queda tem sua origem na religião babilônica (cf. DONINI, p. 107,109).
 8. O mito da “unicidade cristã”, segundo o qual o cristianismo é a única religião verdadeira e Jesus é o único SALVADOR da humanidade (SÓ JESUS SALVA!), é cópia das crenças nos SALVADORES de religiões mais antigas, como Krishna – o primeiro salvador divino da Índia (4.000 a.C.), Buda – o segundo salvador divino da Índia (550 a.C), além de outros salvadores, como Osíris (deus do Antigo Egito) e Mitra (deus indo-iraniano).
 9. Também o mito da trindade divina (o conceito do Deus uno e trino) já existia em várias religiões bem mais antigas do que o cristianismo, sobretudo nas religiões da Índia e do Egito antigo.
 10. A literatura sagrada dos judeus, escrita por volta do 5º século a.C., foi quase toda copiada, ou melhor, plagiada (para não dizer roubada), da literatura da Índia – a mais antiga literatura sagrada da qual se tem conhecimento. Os judeus, quando estiveram no cativeiro de Babilônia, aprenderam muitas coisas, sobretudo as leis e lendas que tinham vindo da Índia, especialmente as leis de Manu, famoso legislador indiano e protótipo para a criação da figura mítica de Moisés. O escritor Franz Griesse (em seu referido livro, p. 98-106) nos fornece vários exemplos desse paralelismo entre a literatura sagrada dos judeus e a literatura sagrada da Índia, por exemplo, as narrativas da criação do mundo, Adão e Eva, o dilúvio, a lenda de José etc.
 11. Também a literatura cristã expressa nos Evangelhos é quase toda cópia ou plágio da literatura religiosa da Índia. O mesmo escritor Franz Griesse (p. 107-118) nos dá muitas provas dessa verdade incontestável, por exemplo, o paralelismo entre o nascimento miraculoso de Krishna,

pela virgem Devaki e o suposto nascimento miraculoso de Jesus pela virgem Maria; a saudação à Virgem Devaki por um eremita e a saudação à Virgem Maria por Isabel; a saudação a Buda e a Jesus por um venerável ancião; a chacina das crianças (ordenadas pelo tio de Krishna, o rei de Buda e o rei Herodes); aos 12 anos, tanto Buda como Jesus são procurados por seus pais; antes de iniciarem sua vida pública, tanto Buda como Jesus vão ao deserto e são tentados pelo diabo; o apóstolo favorito de Buda (chamado Ananda) e Jesus, sentados junto a um poço, são interpelados por uma mulher de outra casta ou seita (no caso de Jesus, a Samaritana); tanto Buda como Jesus enviaram seus apóstolos a fim de pregarem suas doutrinas; tanto Buda como Jesus predisseram sua morte e foram, por isso, admoestados por seus apóstolos; tanto Krishna como Jesus se transfiguraram; Krishna, Buda e Jesus fizeram muitos discípulos por causa dos mesmos tipos de milagres que supostamente realizaram; tanto Buda como Jesus supostamente alimentaram 5.000 homens com um pouco de pão; tanto Buda como Jesus se utilizaram das mesmas palavras e das mesmas parábolas para transmitirem suas doutrinas.

12. Griese (p. 97) esclarece que a ordem cronológica, genealógica, filológica e literária confirma que o conteúdo da Bíblia cristã é simplesmente uma cópia malfeita da literatura sagrada da Índia.
13. Esse mesmo autor, fazendo referências a outros estudiosos (p.106), nos assegura que, dos 89 capítulos dos quatro Evangelhos, 80 são cópias da vida e da doutrina de Krishna e de Buda!
14. Griese (p. 114) nos informa que, segundo o escritor Rodolfo Seydel, teólogo protestante e professor da Universidade de Leipzig, dos 28 capítulos do Evangelho de Mateus, apenas 2 (o 22 e o 24) estão isentos de textos hindus; também do Evangelho de Marcos, com seus 16 capítulos, apenas 2 (o 7 e o 12) não foram copiados. O

Evangelho de João contém 21 capítulos, dos quais somente os capítulos 10 e 17 estão livres de plágio.

15. O teólogo protestante Happel, historiador das religiões, confirma as afirmações de Seydel e classifica como cópias 36 textos da Bíblia, dentre os quais os seguintes (cf. GRIESE, p. 114-115):
 - a encarnação de Jesus;
 - a sua ida ao Templo;
 - os seus doze anos;
 - a sua terra natal;
 - a tentação do diabo;
 - a figueira;
 - as oito bem-aventuranças;
 - a história da pecadora Madalena;
 - o encontro de Jesus com Nicodemos;
 - o seu encontro com a Samaritana;
 - o cego de nascença;
 - Marta e Maria;
 - O número dos apóstolos e seu envio para pregar o Evangelho;
 - O milagre de caminhar sobre as águas;
 - A entrada triunfal de Jesus em Jerusalém;
 - O jovem rico;
 - A transfiguração de Jesus etc. etc.
16. Como afirma Griese (p. 115), o professor Dr. Bernhard Spiess, grande conhecedor do sânscrito e da escritura cuneiforme, está convicto de que quase todas as parábolas do Novo Testamento são cópias de parábolas hindus, sumérias, persas e sírias, particularmente as narradas no cap. 13 do Evangelho de Mateus.
17. Griese (ibid.) elucida-nos que, pelo menos 4 textos do Novo Testamento são cópias do budismo:
 - Simeão no Templo;
 - a tentação do diabo;
 - o milagre da multiplicação de pães;
 - a caminhada de Pedro sobre o mar.

18. Conforme destaca Griese (p. 116-117), é inegável a grande influência do culto ao Deus Mitra sobre o cristianismo. Como o “Cristo da fé”, o salvador Mitra é também “logos”, ou seja, “emanado de Deus”, “palavra de Deus”, “verbo de Deus”; nasce milagrosamente e os pastores vieram adorá-lo quando nasceu. Mitra é o porto e a âncora da salvação e, terminada sua missão terrestre, voltará ao Céu, permanecendo lá como Protetor Soberano. Os seus adoradores devem servi-lo com absoluta pureza, recebendo **sete sacramentos**, entre os quais figuram o **batismo**, a **confirmação** e a **comunhão: pão e vinho consagrados** por fórmulas rituais. Depois da morte, os fiéis devem comparecer diante de Mitra e, se tiverem sido bons, gozarão a eterna felicidade e, se tiverem sido maus, irão para o inferno eterno. No fim do mundo, virá Mitra para o Juízo Final. Linha por linha, encontramos aqui a religião cristã. O que faltava aos livros hindus encontramos aqui na religião persa. O culto a Mitra chegou a Roma com uma força tão grande, nos primeiros três séculos depois de Cristo, de tal modo que, se não tivesse ocorrido a vitória de Constantino, o mundo, no dizer de Renan, “teria se tornado mitriano, em vez de cristão” (apud GRIESE, p. 117).
19. Duas das divindades mais populares da Grécia antiga, cuja história, seus ritos e suas festas antecipam efetivamente, sob muitos aspectos, a religião cristã, são precisamente “Deméter” (a “mãe” de Deus) e “Dioniso” (o “filho” de Deus). Aliás, o termo “Dioniso” (da língua trácio-frígia – “**dioniso**”) significa etimologicamente “filho de deus” – “**dio-niso**” (cf. DONINI, p. 145, nota 26). A história de Dioniso, o deus libertador, o “filho de deus”, é muito semelhante à história do “Cristo da fé”, o Filho de Deus e o libertador (salvador) da humanidade.
20. Por esses dados históricos, podemos reafirmar que o cristianismo mítico dos cristãos é, de fato, uma religião altamente sincretista, uma vez que é o resultado da fusão de diversas crenças e mitos. Essa verdade histórica deveria diminuir (ou mesmo eliminar) as pretensões exclusivistas

e espiritualmente arrogantes da grande maioria dos cristãos em torno do mito da unicidade do cristianismo.

4 - JESUS É A ÚNICA “VERDADE”?

Jesus não é a única verdade, mas uma verdade ao lado de muitas outras. A verdade não é uma “pessoa”, mas o nosso conhecimento da realidade.

A maior causa de divisões entre as religiões, conforme mostro em meus livros ecumênicos, é a questão da VERDADE. Como afirma o ilustre teólogo e padre católico Hans Küng, “nenhuma questão na história das religiões tem gerado tantas disputas, tantos conflitos sangrentos e tantas guerras religiosas como a questão da verdade” (KÜNG, 2001, p. 19).

Isso ocorre porque cada religião tem certeza de estar com a “verdade” e de ser a única verdadeira, embora a verdade de uma possa contradizer a de outra. E para defender as suas verdades, as religiões se acham no direito de cometer as maiores atrocidades.

5 - MAS O QUE É A “VERDADE”?

A palavra “verdade” é definida nos dicionários como “conformidade a um fato ou realidade; uma declaração aceita como verdadeira”. Em outras palavras, como já foi dito na resposta da pergunta nº 4, o termo “verdade” exprime o nosso conhecimento das coisas (o nosso conhecimento da **realidade, do mundo**), o qual pode ser **absoluto ou relativo, verdadeiro ou falso, parcialmente verdadeiro ou parcialmente falso**.

6 - A VERDADE É UNA OU MÚLTIPLA?

Objetivamente, ela é UNA; mas *subjetivamente*, ela é MÚLTIPLA, por causa do nível subjetivo de seu entendimento por parte de cada indivíduo e de cada coletividade. No dizer do escritor espírita Severino Celestino da Silva,

só existe uma “verdade” no Universo, no entanto, ela ainda se encontra dividida em **“minha verdade”** e **“tua verdade”**. Consequentemente, enquanto a minha **“verdade”** diferir da tua **“verdade”**, ainda não atingimos a

“real e incontestável verdade” que está acima de toda e qualquer divisão. (SILVA, 2000, p. 91) (negritos do autor.)

No dizer do filósofo Pietro Ubaldi, “as religiões são aproximações diferentes da Verdade que é UMA” (UBALDI, 1992, p. 30)

O termo “verdade”, como já foi dito, exprime o nosso “conhecimento” da realidade, o qual é normalmente limitado, parcial, relativo, aproximativo, uma vez que cada um só vê e entende as coisas de acordo com o seu nível de compreensão. Mesmo em se tratando da “verdade religiosa”, nenhuma religião pode pretender já ter alcançado o seu pleno conhecimento. Só Deus conhece toda a verdade. Mas afirmar que nosso conhecimento da verdade, ou seja, da realidade, é geralmente limitado, gradual, aproximativo, relativo, dependendo do grau de evolução de cada pessoa e de cada coletividade, não significa dizer que a verdade em si mesma não seja UNA, mas MÚLTIPLA. A verdade, em seu significado objetivo, é una, mas nosso conhecimento dela, por ser normalmente aproximativo e parcial, é múltiplo, uma vez que cada pessoa (e cada coletividade) tem um grau diferente de conhecimento da mesma realidade. Esse “relativismo”, contudo, não significa “ceticismo”, nem “**ditadura do relativismo**” (como prega o Papa Bento XVI), ou seja, a impossibilidade de conhecermos a verdade (a realidade) de maneira absoluta. Nas palavras do escritor espírita João Batista Roustaing,

a verdade é relativa aos tempos e às necessidades das épocas. É una, porém mais ou menos *encoberta*, não se *desenvolvendo* aos olhares humanos senão à medida que o homem a pode suportar e compreender. Quanto mais o espírito se eleva, tanto mais se lhe *rasgam* a vista os véus da verdade (ROUSTAING, 1989, p. 426).

Em síntese, a verdade é una, mas o seu conhecimento varia de acordo com o nível de entendimento de cada pessoa ou de cada grupo. Nesse sentido, o que é verdade para uma criança, pode não ser para um adulto; o que ontem era verdade para alguém, hoje pode ser visto como erro; e o que hoje é verdade para alguém, amanhã poderá ser visto como erro. É a lei da relatividade epistemológica: todo conhecimento é relativo ao grau de evolução de cada pessoa ou de cada grupo.

Eis aí a razão pela qual cada religião ou seita se julga possuidora única da verdade, o que se explica pelo nível de conhecimento relativo em que cada uma se encontra, fato esse que é bem retratado pela antiga parábola budista “**Os cegos e o elefante**” (cf. CAMPBELL, 1992, v.1, p. 19), segundo a qual um mesmo elefante foi observado por vários cegos de nascença, sendo que cada cego, só conseguindo apalpar uma parte do elefante, descreveu-o de modo totalmente diferente, cada um considerando a sua descrição como a única verdadeira. O mesmo ocorre com os seguidores “cegos” (e fanáticos) das diferentes religiões, ao pretenderem ser donos exclusivos da verdade.

7 - OS DOGMAS (OU MITOS) SOBRE A UNICIDADE CRISTÃ PODEM SER DISCUTIDOS NA MESA DO DIÁLOGO INTER- RELIGIOSO?

Sim. Embora os “dogmas de fé” da Igreja Católica sejam considerados pela grande maioria dos católicos dogmáticos como verdades intocáveis, indiscutíveis e inquestionáveis, defendo a tese em meus livros ecumênicos de que eles precisam urgentemente ser discutidos e debatidos na mesa do diálogo inter-religioso. Mas, para uma pequena minoria de teólogos cristãos, os dogmas cristãos devem ser discutidos na mesa do diálogo inter-religioso.

Ainda bem que, nos últimos tempos, os “dogmas cristãos”, rotulados pelos teólogos cristãos liberais/pluralistas de “mitos cristãos”, tradicionalmente intocáveis, indiscutíveis e inquestionáveis, estão sendo, atualmente, cada vez mais discutidos e debatidos, até mesmo por famosos teólogos católicos. Lembrome, por exemplo, que, no dia 8 de abril de 2007, vi e ouvi, no Programa Fantástico da Rede Globo de Televisão, o famoso teólogo católico (ex-padre católico) John Dominic Crossan (idealizador e cofundador do Seminário de Jesus, autor de 26 livros sobre o Jesus Histórico), sendo entrevistado e afirmando que o dogma da ressurreição de Cristo deve ser interpretado metaforicamente, e não literalmente.

Nesse contexto, os dogmas cristãos constituem hoje sérios desafios para o diálogo inter-religioso, mas creio que é chegado o tempo de os cristãos dogmáticos sentirem a necessidade de

dialogar abertamente (com os seguidores de outras religiões) sobre suas crenças religiosas dogmáticas e supostamente exclusivas do cristianismo.

Na minha visão (e na de muitos outros estudiosos críticos do cristianismo), um dos maiores erros do cristianismo é o dogma exclusivo da divindade de Jesus, segundo o qual Jesus é literalmente o único Deus encarnado, uma pessoa totalmente divina, com duas naturezas (a divina e a humana). Neste livro, comprovaremos que essa crença não é verdadeira, mas uma grande mentira sobre o Jesus histórico.

8 - JESUS É O ÚNICO CAMINHO?

Segundo o Evangelho de João, Jesus teria afirmado ser “o caminho, a verdade e a vida” e que ninguém iria ao Pai a não ser por ele: “Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida. Ninguém vem ao Pai a não ser por mim” (João 14,6).

Essas afirmações superexclusivistas não são de autoria de Jesus, mas do evangelista João: Em minhas publicações ecumênicas, argumento que este versículo joanino (João 14,6), um dos mais citados em toda a literatura cristã, não é de autoria de Jesus, porque ele é superexclusivista e Jesus foi um personagem altamente pluralista. Por isso, faço um forte alerta macroecumênico a respeito desse famoso versículo joanino, segundo o qual Jesus teria afirmado ser O ÚNICO CAMINHO, A ÚNICA VERDADE E A ÚNICA VIDA.

Imaginem quanta discriminação por parte dos cristãos, ao longo de toda a sua história, contra as outras religiões, exatamente com base em interpretações literalistas e exclusivistas dos escritores do Novo Testamento (NT), a respeito de palavras inautênticas atribuídas a Jesus, como as desse famoso versículo joanino.

Se Jesus é literalmente o único caminho, não há outro caminho, ou seja, ficam excluídas automaticamente todas as pessoas que seguem outros líderes religiosos e outras religiões. Nesse sentido, o slogan tão repetido em meus livros ecumênicos (**NÃO IMPORTA O CAMINHO!**) perde totalmente o seu sentido

pluralista, em favor de uma interpretação altamente exclusivista a respeito da pessoa de Jesus.

Imaginem que dois terços da humanidade (hoje mais de 4 bilhões de seres humanos não cristãos) ficariam todos excluídos, caso passagens evangélicas exclusivistas como essa fossem realmente autênticas. Em outras palavras, para os cristãos exclusivistas, baseados num Evangelho também superexclusivista, como o de João, só há um caminho. Se Jesus é a verdade, todos os outros caminhos tornam-se automaticamente “falsos”. Se Jesus é a única vida, quem não o segue está “morto”, está “perdido” e “condenado” às penas eternas, conforme a interpretação da maioria dos cristãos. É mais do que evidente que o Jesus histórico, pluralista e ecumênico, jamais tenha sido o autor desse versículo joanino exclusivista.

É preciso esclarecer também, com base na história das religiões, que o conteúdo do versículo joanino (João 14,6) já tinha sido atribuído a outros líderes religiosos do mundo, quatro ou cinco mil anos antes de Cristo. Por exemplo, na literatura sagrada do hinduísmo, Krishna, o filho de Deus, o verbo encarnado, o primeiro salvador do mundo, nascido miraculosamente (de um parto virginal), cerca de quatro mil anos antes de Cristo, também declarava ser **O CAMINHO, A VIDA E A LUZ DA VERDADE: “Eu sou o caminho [...]; eu sou a vida [...]; sou eu mesmo a luz da Verdade [...]”** (ROHDEN, *Bhagavad Gita*, p. 92, n. 18-19; p. 101, n. 11). Hórus (divindade egípcia), há três ou quatro mil anos antes de Cristo, também declarava ser **A LUZ DO MUNDO, O CAMINHO, A VERDADE E A VIDA** (cf. HARPUR, 2008, p. 93). Essa mesma afirmação já era feita pelo deus Mitra da Pérsia, cerca de mil anos antes de Cristo.

Em suma, para concluir a resposta da presente pergunta, reafirmo que o conhecidíssimo versículo joanino (João 14,6), literalmente interpretado, e atribuído exclusivamente a Jesus, é, de fato, uma das maiores mentiras do cristianismo dogmático. O Jesus histórico, repito, nunca afirmou ser o único caminho e a única verdade, e que ninguém iria ao Pai a não ser por ele. Tal atitude exclusivista de Jesus feriria frontalmente a base de sua doutrina pluralista, qual seja, a do amor ao próximo e a humildade,

caracterizando arrogância espiritual, erguendo assim um muro intransponível entre o cristianismo e todas as demais religiões deste planeta. Jesus é um caminho ao lado de muitos outros, mas não o único caminho. Essa velha crença exclusivista do cristianismo dogmático paulinista precisa mudar. Do contrário, dificilmente poderá haver verdadeira fraternidade entre cristãos e não cristãos e, menos ainda, a existência do diálogo inter-religioso de igual para igual.

9 - FOI O ESCORREGAMENTO DE UM PARA O QUE GEROU O MITO DA UNICIDADE CRISTÃ?

Exatamente! Com base no escorregamento de um para o (ou de uma para a), os cristãos paulinistas criaram o **mito errôneo da unicidade cristã**, ou seja, o mito segundo o qual Jesus não é um, mas o (único) salvador da Humanidade (**SÓ JESUS SALVA!**), “**pois não há sob o céu outro nome dado aos homens pelo qual devemos ser salvos**” (Atos 4, 12) (negrito meu).

Segundo esse mesmo escorregamento humano dos cristãos, Jesus não é um, mas o (único) caminho e a (única) verdade (cf. João 14,6); Jesus não é um, mas o único “mediador entre Deus e os homens” (1 Timóteo 2,6), com ele se encerrou definitivamente toda a Revelação divina, a religião supostamente fundada por ele é a única religião verdadeira e a igreja também supostamente fundada por ele é a única igreja verdadeira etc.

O escorregamento de um para o (ou de uma para a), conforme já vimos, não é exclusividade do cristianismo, mas também do hinduísmo e, diria eu, de todas as demais religiões. O exclusivismo é um fenômeno comum a todas as crenças, uma vez que cada religião se considera a única verdadeira.

10 - JESUS FOI O ÚNICO NASCIDO DE UM PARTO VIRGINAL?

De modo algum. O mito de nascimentos virginais é uma crença antiquíssima, ocorrente em muitas religiões anteriores ao cristianismo, como exemplificarei a seguir.

“Segundo os historiadores das religiões, nascer de uma mãe virgem significava, na antiguidade, que a criança seria um personagem importante” (ARIAS, 2001, p. 52).

Por isso, os evangelistas, tendo que anunciar aos primeiros cristãos que Jesus era o Messias prometido pelos profetas ao povo de Israel, explicaram-no dizendo que ele nascera de uma mulher virgem.

Como esclarece o escritor espiritualista Ramacháraka,

a ideia do Nascimento Virginal não foi uma Doutrina Cristã original, porém foi introduzida nos Ensinos, cem anos mais ou menos depois do começo da Era Cristã (apud JOMANO, 2001, p. 170-171).

O escritor italiano Ambrogio Donini, grande especialista em História das Religiões, também afirma, com razão, que “o mito do nascimento milagroso de um salvador, ligado a um parto virginal, encontra-se na religião grega, em muitos cultos orientais, na literatura persa, nos textos hindus e na hagiografia budista” (DONINI, 1965, p. 240, nota 22).

Cerinto, considerado um dos primeiros “hereges” do cristianismo primitivo, por negar a divindade de Jesus, já ensinava, corretamente, que Jesus não nascera miraculosamente de uma Virgem, mas fora filho de seus pais por uma geração semelhante à de todos os outros homens.

Também a “doutrina adocionista”, comum a vários grupos cristãos dos séculos II e III, afirmava, corretamente, que Jesus não era um ser literalmente divino, mas um ser puramente humano e que, portanto, não nascera miraculosamente de uma Virgem, mas nascera da união sexual normal de seus pais, como qualquer outra pessoa.

Outra explicação que se pode dar para o mito de partos virginais é que, nas culturas antigas, uma das condições necessárias para alguém ser “salvador” era ter nascido miraculosamente, sendo ao mesmo tempo **homem e deus (e filho de um deus)**.

Ora, se nas culturas antigas, uma das condições necessárias para alguém ser “salvador” era ter nascido miraculosamente, sendo ao mesmo tempo **homem e deus (e filho de um deus)**, fica mais fácil entender o argumento de muitos pesquisadores críticos dos Evangelhos, segundo o qual foram os cristãos (**a começar por**

Paulo de Tarso) que “divinizaram” Jesus, fazendo com que ele possuísse o caráter **humano e divino** de qualquer salvador.

O renomado escritor rosa-cruz H. Spencer Lewis, em sua obra *A Vida Mística de Jesus*, nos fornece os seguintes dados históricos convincentes sobre o fato de que “Jesus não foi o primeiro dos grandes mestres mensageiros de Deus a nascer de uma virgem, ou a ser concebido pelo Princípio divino”:

É tão verdadeiro que Nascimento Divino e Concepções Divinas eram fatos aceitos pelos antigos que, sempre que eles ouviam falar numa pessoa que se distinguiu notavelmente nos assuntos humanos, imediatamente a classificavam como uma pessoa nascida de linhagem sobrenatural. Mesmo nas religiões pagãs, supunha-se que vários deuses haviam descido do Céu e se encarnado como homens. O erudito Thomas Maurice, em seu singular livro *Indian Antiquities*, chega a declarar que “em todas as eras e em quase todas as religiões do mundo asiático, parece haver florescido uma tradição uniforme e imemorial segundo a qual um deus, por toda a eternidade, tinha *gerado outro deus*”. [...]

A Índia teve um grande número de Avatares ou Mensageiros divinos, Encarnados por Concepção Divina, tendo dois deles levado o nome de “Chrishna” ou “Chrishna o Salvador”. Consta que Chrishna nasceu de uma virgem casta chamada Devaki que, por sua pureza, fora escolhida para se tornar a mãe de Deus. Neste exemplo, encontramos a antiga história de uma virgem dando à luz um mensageiro de Deus divinamente concebido.

Buda foi considerado por todos os seus seguidores como *gerado por Deus* e nascido de uma virgem chamada Maya ou Maria. Nas antigas histórias sobre o nascimento de Buda, tais como são compreendidas por todos os orientais e como são encontradas em seus escritos sagrados muito anteriores à Era Cristã, vemos como **o poder Divino, chamado o Espírito Santo, desceu sobre a virgem Maya**. (Negrito meu) [...]

Ao nos voltarmos para a Pérsia descobrimos que Zoroastro foi o primeiro dos redentores do mundo a ser aceito como nascido em plena inocência, pela

concepção de uma virgem. [...] Ciro, rei da Pérsia, também era tido como nascido de origem divina, e nos registros de seu tempo ele é chamado de *Cristo* ou *Filho ungido de Deus* e considerado mensageiro de Deus. (LEWIS, 1997, p. 73-76) (Negrito meu)

Concluindo a resposta da presente pergunta, reafirmo, á luz das evidências apresentadas, que é, de fato, um grande erro dos cristãos paulinistas acreditar que o Cristo da fé foi supostamente o único personagem que nasceu miraculosamente de uma virgem, por obra e graça do Espírito Santo. Essa crença, repito, é literalmente falsa, pois a história das religiões, como estamos vendo nesta pergunta, comprova que o mito de nascimentos virginais é antiquíssimo, ocorrente em muitas religiões anteriores ao cristianismo. Além disso, nenhum dos Avatares ou Mensageiros divinos (incluindo Jesus) nasceu, de fato, miraculosamente, através de um parto virginal. Todos eles nasceram normalmente como qualquer um de nós. Repito, com Juan Arias, que, “segundo os historiadores das religiões, nascer de uma mãe virgem significava, na antiguidade, que a criança seria um personagem importante” (ARIAS, op. cit.,p. 52).

11 - JESUS FOI O ÚNICO “FILHO DE DEUS”?

Evidentemente, não. Krishna, como Cristo, também era o “filho de Deus” (cf. SCHURÉ, 1986, p. 54-58). Como comprovo em minhas obras ecumênicas, inúmeros outros personagens da história foram também chamados de “filhos de Deus”: o próprio Platão, nascido em Atenas em 429 a.C., era considerado um divino Filho de Deus, nascido de uma virgem pura chamada Perictione, segundo acreditava o povo em geral (cf. LEWIS, 1997, p. 78); na mitologia egípcia, o rei, chamado faraó, era considerado um *deus* vivente e dava-se-lhe o título de “Filho de Deus”; na mitologia da Pérsia, Zoroastro foi o primeiro dos redentores do mundo a ser aceito como nascido pela concepção entre um deus e uma virgem (cf. LEWIS, *ibid.*, p. 76); Ciro, rei da Pérsia, também era tido como nascido de origem divina, e era chamado de “Cristo” ou “Filho ungido de Deus” (*ibid.*).

A grande maioria dos cristãos continua acreditando no dogma mítico e errôneo segundo o qual Jesus é *literalmente* o único “Filho de Deus”. Ora, Jesus não pode ser literalmente “Filho de Deus”, porque Deus não é literalmente “pai” de ninguém. Simbolicamente (metaforicamente), podemos dizer que Jesus é “Filho de Deus”, como todos nós também os somos, mas literalmente, não, pois Deus, sendo puro espírito, infinito, imaterial, não pode “gerar filho”. Nesse contexto, convém lembrar o que diziam vários escritores dos primeiros séculos do cristianismo, como, entre outros, Celso (séc. II) e Porfírio (séc. III): “A Encarnação é um absurdo. Deus, o perfeito, o imutável, não pode rebaixar-se a ponto de se tornar uma criancinha” (apud COMBY, 1996, p. 35).

A linguagem religiosa para falar sobre Deus é tipicamente *analógica* ou *metafórica*, pois o ser humano só pode falar sobre Deus fazendo uso dos recursos limitados que sua linguagem lhe oferece: analogias, comparações, parábolas, alegorias, metáforas, imagens, símbolos etc., uma vez que Deus não pode ser *literalmente* definido por meio de nossos limitados conceitos humanos.

Mais explicitamente, como já diziam os filósofos e teólogos escolásticos, particularmente Santo Tomás de Aquino (cf. HICK, 1990, p. 83-84), toda linguagem humana sobre Deus é sempre *analógica* (fundada na “analogia”), ou seja, é a expressão do desconhecido e do inexprimível em termos do conhecido.

Por conseguinte, não podemos confundir sentido figurado/metafórico com sentido literal da linguagem humana. Com base nessa distinção, Jesus não é *literalmente* “Deus” nem “Filho de Deus”, uma pessoa totalmente divina, com duas naturezas, como foi dogmatizado no Concílio de Niceia, no ano 325 da era cristã, e confirmado no Concílio de Calcedônia, no ano 451. Como pode Jesus ser *literalmente* “Filho de Deus”, se Deus também não é *literalmente* “Pai” de ninguém, no sentido *biológico*, a não ser no reino da mitologia?

E se Deus não é *literalmente* “Pai”, ninguém pode ser *literalmente* “filho de Deus”.

Na linguagem judaica, usa-se amiúde o termo “filho” para designar alguma semelhança. Por exemplo,

“filho de touro” significa um homem forte; [...] “filho da gordura” significa um homem gordo. Analogamente, **a expressão “Filho de Deus” significa um homem intimamente unido a Deus ou um pregador de Deus. É neste sentido que se atribui a Cristo o título de “Filho de Deus”, um título que o rei Davi também o tinha** (GRIESE, 1957, p. 28, nota 2) (negrito meu).

Ser “filho de Deus”, na cultura hebraica, não significava ser Deus, mas era um título honorífico aplicado geralmente aos reis de Israel por ocasião de suas coroações. Os judeus, sendo estritamente monoteístas, rejeitavam qualquer crença que tivesse sabor de politeísmo. Por isso, não podiam admitir que alguém pudesse ser “filho de Deus”, no sentido natural/físico/biológico e, muito menos ainda, acreditar que Deus pudesse literalmente encarnar-se em forma humana.

Como estamos comprovando neste livro, à luz da história das religiões, o mito de alguém ser literalmente “Filho de Deus” ou “Deus encarnado” era muito comum em outras culturas.

Por exemplo, na cultura greco-romana, e em muitas outras culturas antigas, era muito comum a ideia mitológica de alguém importante ser considerado “filho de Deus”, no sentido natural (físico, biológico), através da concepção miraculosa entre uma divindade e uma mulher da Terra, ou entre uma deusa e um homem da Terra, como era igualmente comum a ideia de uma divindade encarnar-se (ou reencarnar-se) em forma humana (o chamado MITO DO DEUS ENCARNADO).

Assim, por exemplo, os chamados *heróis* na mitologia grega eram tidos como “filhos de um deus e de uma mortal” (COMMELIN, 1997, p. 215); Teseu, o décimo rei de Atenas, também é chamado, às vezes, de “filho de Netuno”, a grande divindade dos trezenienses (ibid.); Júpiter, o pai, o rei dos deuses e dos homens, também engravidou um grande número de mulheres da Terra, e delas nasceram muitos filhos, que foram todos colocados entre os deuses e semideuses (ibid., p. 21-22); “a deusa Vênus (‘Afrodite’, em grego) gerou Eneias e um grande número de mortais” (ibid., p. 60-61); o taumaturgo Apolônio de Tiana, contemporâneo dos primeiros cristãos, também nascera de uma mãe virgem, tendo sido

concebido miraculosamente pela mãe terrena e um deus egípcio de nome Proteu (cf. RIFFARD, 1996, p. 405); na mitologia egípcia, o rei, chamado faraó, era considerado um *deus* vivente e dava-se-lhe o título de “Filho de Deus”;

Analogamente, o MITO DO DEUS ENCARNADO, isto é, a crença segundo a qual uma divindade se encarna numa pessoa humana, era (e continua sendo) muito comum. Assim, por exemplo, no hinduísmo, Krishna é considerado a oitava encarnação do deus hindu Vishnu; para os hinduístas, Buda é considerado a nona encarnação da mesma divindade (Vishnu); “O Dalai Lama do Tibete é considerado um avatar [= encarnação divina] de Avalokitezvara” (BLAVATSKY, 2000, p. 65); “A Sociedade Teosófica anunciou, como encarnação divina da época, em suas próprias fileiras a Krishnamurti” (ARMOND, 1999, p. 137); ainda hoje, em vários países, monarcas são considerados a reencarnação de um deus. Como também já foi dito, o guru indiano Sathya Sai Baba era considerado uma encarnação da divindade (cf. HISLOP, 2003).

Diante de todos esses exemplos de supostas filiações e encarnações divinas na História de muitos povos, fica muito difícil aceitar a crença mítica e exclusivista da maioria dos cristãos, segundo a qual Jesus seria o único Filho de Deus e a única encarnação de Deus na História. Somente quem se deixa guiar pela “fé cega” (a que não admite interferência da razão, nem da ciência), é que ainda pode acreditar que Jesus é literalmente o único Filho de Deus e a única encarnação de Deus na História. Os cristãos que se guiam pela “fé raciocinada” (“*aquela que pode encarar a razão face a face, em todas as épocas de Humanidade*”) já não podem mais crer literalmente em mitos religiosos como verdades históricas absolutas.

O cristianismo dominante dos primeiros séculos da era cristã proclamou, de fato, a “filiação divina” de Jesus, não no “sentido adotivo/adocionista” (como defendiam vários grupos do cristianismo primitivo), nem no “sentido metafórico/analógico” (como sustentam hoje muitos teólogos pluralistas), mas no “sentido *natural*” de uma consustancialidade entre o “Deus-Pai” e o “Deus-Filho”, como definido no Concílio de Niceia (325) e confirmado no Concílio de

Calcedônia (451), que proclamou a existência em Jesus de **duas naturezas** (a *divina* e a *humana*) numa só *pessoa divina*.

Assim, a partir dessas decisões conciliares, o título de “Filho de Deus”, que no judaísmo e em vários grupos do cristianismo primitivo tinha apenas o sentido de **filiação adotiva**, passou a ter em relação a Jesus o sentido de **filiação natural**. Quase todas as controvérsias cristológicas, isto é, a respeito da verdadeira identidade (ou natureza) de Jesus, giraram em torno desses dois sentidos de “filiação divina”.

É preciso repetir que Jesus nunca declarou ser *literalmente* o “Filho de Deus”, ou uma *encarnação da divindade*. Foram os cristãos, sobretudo Paulo e João, que, influenciados pela cultura greco-romana, atribuíram-lhe esses títulos míticos e pagãos de “Filho de Deus” e de “Deus encarnado” no sentido natural/físico/biológico dessas expressões, a fim de enaltecer ao máximo a pessoa mítica do Cristo da fé e assim atrair muitos adeptos para a fé cristã tradicional.

Para concluir a resposta da presente pergunta, reafirmo que admitir a crença mitológica (em sentido literal, como verdade histórica), segundo a qual Jesus é o único “Filho de Deus”, é reduzir o Infinito ao finito, o Absoluto ao relativo, o Imutável ao mutável etc., além de não distinguir “mitos” de “fatos históricos”, nem “sentidos metafóricos” de “sentidos literais” da linguagem humana.

12 - O CONCEITO TRINITÁRIO DA DIVINDADE É UMA DOUTRINA EXCLUSIVA DO CRISTIANISMO?

O conceito trinitário da divindade não é uma doutrina exclusiva do cristianismo, uma vez que é uma crença comum a muitas outras religiões, bem mais antigas do que o cristianismo, como nos seguintes exemplos, quase todos extraídos do livro do escritor mineiro José Reis Chaves, *A Face Oculta das Religiões: uma visão racional da Bíblia* (cf. CHAVES, 2006, p. 132):

- 1) Pai, Filho e Espírito Santo (Cristianismo).
- 2) Buda, Darma e Sanga (Budismo do Sul).

- 3) Amithaba, Avalokitesshvara e Manddjusri (Budismo do Norte).
- 4) Tulac, Fan e Mollac (Druidas).
- 5) Anu, Ea e Bel (Caldeus).
- 6) Odim, Freva e Thor (Mitologia Escandinava).
- 7) Osíris, Ísis e Hórus (Egito Antigo).
- 8) Ptah, Sekhmet e Nefestum (Egito Antigo: Mênfis).
- 9) Amon, Mut e Khonsu (Egito Antigo: Tebas).
- 10) Brama, Vishnu e Shiva (Hinduísmo).
- 11) Brama, Krishna (encarnação de Vishnu) e Shiva (Hinduísmo).

O conceito trinitário da divindade nas religiões foi criado por analogia com a trindade da família humana: **pai, mãe, filho**. Como as religiões antigas possuíam conceitos antropomórficos de suas divindades, isto é, concebiam suas divindades de maneira humana, muitas delas cultuavam e adoravam um deus uno e trino, ou seja, um deus em três pessoas: **deus-pai, deus-mãe e deus-filho**, por exemplo, os egípcios antigos cultuavam e adoravam a seguinte trindade divina: Osíris, Ísis e Hórus (deus-pai, deus-mãe e deus-filho).

Em algumas religiões, por exemplo, no hinduísmo e no cristianismo, em vez da trindade deus-pai, deus-mãe e deus-filho, cultua-se uma trindade constituída de **Deus-Pai, Deus-Filho e Deus-Espírito Santo**. Assim, na principal trindade indiana, o filho de Deus chama-se "**Vishnu** ou **Krishna** (encarnação de Vishnu)", o pai chama-se "**Brama**" e o Espírito Santo chama-se "**Shiva**".

O dogma cristão da Santíssima Trindade foi proclamado pela Igreja no fim do século IV (ano 381).

13 - QUAIS SÃO OS 10 PRINCIPAIS ERROS DO DOGMA TRINITÁRIO CRISTÃO?

- 1) O primeiro erro é interpretar Deus (literal e antropomorficamente) como *pessoa*, ou melhor, como três pessoas distintas, pois Deus não é literalmente *pessoa*, embora Ele possua *aspectos* ou **atributos pessoais**, uma vez que Ele nos conhece, nos ouve, nos vê, nos entende

e nos ama. Conceituar Deus literalmente como *pessoa* é, como já vimos, um *antropomorfismo*, ou seja, é conceber Deus na forma de um ser humano.

- 2) O segundo erro é proclamar a *igualdade das três pessoas divinas*, o que não é verdade, pois a própria Bíblia expressa uma aberta inferioridade e subordinação do Filho em relação ao Pai, e do Espírito Santo em relação ao Filho: o Filho é enviado à Terra pelo Pai e o Espírito Santo é enviado à Terra pelo Filho; ora, todo enviado é obviamente inferior ao que o enviou. Logo, as três pessoas da Trindade cristã não são iguais.
- 3) O terceiro erro é declarar que Jesus não é uma *pessoa humana*, mas uma *pessoa inteiramente divina*, quando sabemos que Jesus é uma pessoa histórica e humana, como qualquer outro ser humano que já habitou neste planeta.
- 4) O quarto erro é proclamar que Jesus é *literal e antropomorficamente* “Filho de Deus”, tendo sido “gerado” (e não “criado”) pelo Pai. Ora, afirmar que Deus “gerou” alguém é pura linguagem metafórica, mitológica e antropomórfica. Por conseguinte, Jesus é “Filho de Deus” (como todos nós também o somos), mas apenas em sentido figurado/metafórico.
- 5) O quinto erro, como nos esclarece o escritor José Reis Chaves, é afirmar que nós não podemos questionar esse dogma, porque ele é “um mistério de Deus”. “Na verdade, isso é mistério dos teólogos e não de Deus” (CHAVES, 2006, p. 133).
- 6) O sexto erro diz respeito à dogmatização da divindade do “Espírito Santo” da Santíssima Trindade, no fim do século IV, no Concílio de Constantinopla (ano 381), no qual Jesus e o Espírito Santo foram transformados, respectivamente, na segunda e terceira pessoas divinas da Trindade Cristã.
- 7) O sétimo erro é afirmar que Jesus foi *gerado* pelo Pai e que o Espírito Santo foi *gerado* do amor entre o Pai e o Filho. Essa história de Deus “gerar” *literalmente* um filho ou de o Espírito Santo ser *literalmente* “gerado” do amor

mútuo entre o Pai e o Filho é pura linguagem mitológica e antropomórfica sobre Deus.

- 8) O oitavo erro refere-se à transformação da expressão bíblica “um espírito santo” (para designar a “alma” ou o “espírito” individual de alguém), por exemplo, “Nosso corpo é santuário de um espírito santo” (1Coríntios 6,19), na expressão “o Espírito Santo” da Trindade Cristã, o que resultou na seguinte tradução errada do presente versículo Paulino: “Nosso corpo é santuário do Espírito Santo”. Nesse versículo, Paulo empregou a expressão original “um espírito santo” (e não “o Espírito Santo”), para designar a alma ou o espírito individual (“santo”) que habita em nosso corpo. Em suma, depois da proclamação do dogma da Santíssima Trindade (ano 381), quase todas as passagens bíblicas que continham a expressão “um espírito santo” (para designar a “alma” ou o “espírito” individual de alguém), foram transformadas no Espírito Santo da Santíssima Trindade.
- 9) O nono erro dos teólogos cristãos, para a formulação exata do dogma trinitário, foi o uso que fizeram da filosofia grega, com respeito à distinção entre os termos *ousía* (essência, natureza) e *hypóstasis* (pessoa), utilizando-se do seguinte tipo de “fé cega racionalizada”: “A *ousía* (a essência, a natureza, a Divindade) é única; as pessoas, porém, são três, sem esfacular nem retalhar a natureza divina, como são três os ângulos de um triângulo sem esfacular a superfície do triângulo” (DER, verbete **Trindade**).
- 10) O décimo erro dos teólogos cristãos, no primeiro Concílio Ecumênico do cristianismo, realizado em Niceia (Ásia Menor), no ano 325, diz respeito à redação de uma profissão de “fé cega racionalizada”, cujo texto “acentua a identidade de substância do Pai e do Filho para afirmar que **o Filho não foi criado** (quem cria tira do nada), **mas gerado** (quem gera se prolonga no filho gerado); o Filho é Deus de Deus, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro” (DER, verbete **Trindade**) (negrito meu). Essa teologia cristã emprega, erroneamente, os termos “Filho” e “gerar” no sentido real, literal, enquanto sabemos, pela interpretação

do versículo bíblico “Tu és meu Filho, eu hoje te gerei” (Salmo 2,7), que nem o nome “Filho”, nem o verbo “gerar” devem ser tomados nesse contexto em sentido real, literal, mas em sentido espiritual, figurado, metafórico.

Em resumo, se Deus não é literalmente *pessoa* e Jesus não é igual ao Pai (nem é literalmente Deus), cai por terra o dogma (ou mito) da Trindade Cristã, segundo o qual em Deus há *três pessoas distintas*, mas ao mesmo tempo *iguais*. O Espírito Santo é, por conseguinte, à luz da “fé raciocinada”, pura ficção, criação mítica dos teólogos cristãos, naturalmente influenciados por várias religiões bem mais antigas do que o cristianismo (por exemplo, o hinduísmo), que também adoravam um Deus uno e trino. Assim, no hinduísmo, convém repetir, temos: “**Brama**” = **Deus-Pai**; “**Vishnu** ou **Krishna**” = **Deus-Filho** e “**Shiva**” = **Deus-Espírito Santo**.

14 - JESUS É O OU UM SALVADOR?

Na visão teológica pluralista que adoto, Jesus é um Salvador (ao lado de muitos outros). O escorregão de um para o (ou de uma para a), embora seja um fenômeno humano comum, é outro grande erro dos cristãos dogmáticos e dos membros de outras religiões, uma vez que é um fenômeno superdiscriminatório. Mediante esse escorregão, os cristãos defendem o dogma exclusivista segundo o qual Jesus não é um Salvador, mas o (único) Salvador da humanidade. Jesus não é um caminho (ao lado de outros), mas o (único) caminho de Salvação etc.

É interessante notar que o evangelista Lucas afirma que, na cidade de Davi, nasceu um Salvador, e não o Salvador: “Nasceu-vos hoje um Salvador...” (Lucas 2,11) (sublinhado meu). O apóstolo Paulo, num dos versículos mais citados de sua carta aos Romanos, também se refere a Jesus como “Senhor”, sem artigo definido, ou seja, como um Senhor, e não como “o Senhor”: “Porque se confessares com tua boca que Jesus é Senhor...” (Romanos 10,9). Essas passagens provam que o escorregão de um para o a respeito dos títulos exclusivistas aplicados a Jesus foi feito posteriormente pelos cristãos.

O escorregão de um para o também foi responsável pela criação da expressão “o Espírito Santo” (da Trindade cristã), como

no versículo Paulino: “Nosso corpo é santuário do (dum no original grego) Espírito Santo” (1Coríntios 6,19) (sublinhado meu).

Simbólica e metaforicamente, contudo, não há nenhum problema em afirmar que Jesus é o Salvador, o Senhor, o Filho de Deus, o Caminho etc. O grande erro dos cristãos, porém, é tomar essas expressões ao pé da letra, literalmente, de maneira exclusivista.

Dizer, por exemplo, que Jesus é o Salvador (e não um Salvador ao lado de outros), o Caminho (e não um Caminho ao lado de outros) expressa apenas um ponto de vista (uma fé, uma crença) particular de uma determinada religião, no presente caso, o cristianismo dogmático, o qual merece todo o nosso respeito, mas expressões exclusivistas como essas a respeito de Jesus não devem ser tomadas ao pé da letra, como verdades históricas absolutas, mas apenas como verdades teológicas, particulares, relativas, simbólicas, míticas, do cristianismo ortodoxo.

Além disso, a interpretação literal desses títulos exclusivistas aplicados a Jesus e ao cristianismo como verdades históricas absolutas (por ex., **SÓ CRISTO SALVA!**) cria uma barreira intransponível entre o cristianismo dogmático e as outras religiões deste planeta, impedindo o cada vez mais necessário e urgente diálogo inter-religioso de igual para igual. Como os cristãos dogmáticos podem dialogar abertamente com os membros das outras religiões, se eles argumentam que suas crenças são verdades históricas absolutas e que somente eles têm verdades e os outros têm mentiras?

15 - COMO ENTENDER O ESCORREGÃO DE UM PARA O?

A respeito do *escorregão* (ou *escorregamento*) inevitável de um para o ou de uma para a nas crenças religiosas (por ex., o escorregamento de “Jesus é um Caminho” para “Jesus é o Caminho”), reflitamos sobre o que escreveu o ex-padre católico John Dominic Crossan, em sua obra *Quem Matou Jesus?*:

Quando confesso que Jesus é divino, Cristo ou Senhor, é Cordeiro de Deus, Palavra de Deus, Filho do Homem, Filho de Davi ou Filho de Deus, não quero dizer que estes termos

são essenciais ou substanciais, mas relacionais e interativos. [...] Dizer que Jesus é divino, por exemplo, significa para mim que *eu* vejo Jesus como a manifestação de Deus. Analogamente, como um historiador das origens cristãs, devo ser capaz de explicar, porque naquele primeiro século, algumas pessoas viram Jesus e disseram: “Vamos ignorá-lo”, outros disseram: “Vamos executá-lo”, e outros: “Vamos adorá-lo.” Para as perguntas da mídia e da audiência insistindo: “Sim, sim, mas ele era realmente *divino*”, eu respondo repetidas vezes que, tanto para o primeiro quanto para o vigésimo primeiro século, Jesus era e é divino para aqueles que experimentam nele a manifestação de Deus. Concentre-se, por um instante, nessa palavrinha, *a*. Ser humano é ser absolutamente particular, isto é, absolutamente relativo ou relativamente absoluto. Em qualquer coisa que seja de suprema importância para nós, seja cônjuge ou família, passatempo ou paixão, trabalho ou profissão, língua ou país, há sempre um escorregamento inevitável de *uma* para *a*. [...] Se lhe mostram um recém-nascido e lhe perguntam: “Não é o bebê mais bonito do mundo?”, a resposta mais sábia é sempre a afirmativa. Mas, lá no canto de nossas cabeças, reconhecemos que *um* tornou-se *o*, e sabemos que isto é perfeitamente humano e não apresenta problema – *a menos que* seja tomado literalmente e os igualmente absolutos relativos dos outros sejam negados. Assim também, ou especialmente, com a fé ou com a religião de alguém. Deve ser experimentada como *a* manifestação do Sagrado, mas nunca devemos esquecer ou negar que é, na verdade, *uma* manifestação para mim e *para nós*. Ser humano é viver em *um* como *o*; ser desumano é negar aquele necessário escorregão. (CROSSAN, 1995, p. 250-251)

Esse mesmo autor nos esclarece, com razão, que um ato de fé é *interpretação*, e não *fato histórico*, e que “os cristãos, como todos os outros seres humanos, vivem das profundezas dos mitos e das metáforas”:

Não aceito o argumento de que a própria fé cristã nos diz o que precisamos saber a respeito do Jesus histórico. A fé cristã nos diz como o Jesus histórico (fato) é a manifestação de Deus para nós aqui e agora (interpretação). Não se pode

acreditar num fato, apenas numa interpretação. E nenhuma quantidade de fé pode transformar uma interpretação num fato. Aqui ocorre um engano letal que, muitas vezes, transforma em selvagem o coração do cristianismo. Argumentamos que temos fatos e não interpretações, que temos história e não mito, que *nós* temos verdades e *os outros* têm mentiras. Isto não mais funciona, nem para nós nem para ninguém. Precisamos comparar os mitos e as metáforas uns dos outros para vermos quão humana é a vida que eles engendram, mas não podemos negar que *todo mundo* constrói firmemente sobre tais fundações inevitáveis. **Os cristãos, como todos os outros seres humanos, vivem das profundezas dos mitos e das metáforas. Mas ainda permanece, especialmente agora, o desafio urgente de aceitar o nosso próprio mito fundacional sem vergonha ou negação, e os dos outros, sem ódio ou menosprezo.** (CROSSAN, 1995, p. 252-253) (negrito meu).

Concordo plenamente com esse renomado teólogo e ex-padre católico, John Dominic Crossan, a respeito do *escorregamento* inevitável que os seres humanos fazem de um para o ou de uma para a (por ex., o escorregão feito pelos cristãos de “Jesus é um Filho de Deus” para “Jesus é o Filho de Deus” ou de “Jesus é um Salvador” para “Jesus é o Salvador”), bem como com sua explicação de que um ato de fé é *interpretação*, e não *fato histórico*, e com sua declaração de que “os cristãos, como todos os outros seres humanos, vivem das profundezas dos mitos e das metáforas”, e devem enfrentar o desafio urgente de aceitar seu próprio mito fundacional sem vergonha ou negação, e os dos outros, sem ódio ou menosprezo.

16 - SÓ JESUS SALVA?

SÓ O AMOR SALVA! Com base no escorregamento de um para o (ou de uma para a), os cristãos dogmáticos, particularmente os fundamentalistas, criaram o **mito errôneo da unicidade cristã**, ou seja, o mito segundo o qual Jesus não é um, mas o (único) salvador da Humanidade (**SÓ JESUS SALVA!**), “pois não há sob o céu outro nome dado aos homens pelo qual devamos ser salvos”

(Atos 4, 12); segundo esse mesmo escorregamento mítico dos cristãos, Jesus não é um, mas o (único) caminho e a (única) verdade (cf. João 14,6); Jesus não é um, mas o único “mediador entre Deus e os homens” (1 Timóteo 2,6), com ele se encerrou definitivamente toda a Revelação divina, a religião supostamente fundada por ele é a única religião verdadeira e a igreja também supostamente fundada por ele é a única igreja verdadeira etc.

É preciso esclarecer também, com base em muitos estudiosos críticos da Bíblia, como os integrantes do Seminário de Jesus (cf. FUNK & THE JESUS SEMINAR, 1998, p. 419), que o famoso versículo joanino, segundo o qual Jesus teria afirmado ser “o Caminho, a Verdade e a Vida” (João 14, 6), não é de autoria do Jesus histórico, mas do evangelista João, que certamente o copiou da literatura sagrada de outras religiões mais antigas do que o cristianismo. Como já vimos neste livro, no hinduísmo, Krishna, o filho de Deus, o verbo encarnado, o primeiro salvador do mundo, nascido miraculosamente (de um parto virginal), cerca de quatro mil anos antes de Cristo, também declarava ser **O CAMINHO, A VERDADE E A VIDA**: “**Eu sou o caminho [...]; eu sou a vida [...]; sou eu mesmo a luz da Verdade [...]**” (ROHDEN, *Bhagavad Gita*, p. 92, n. 18-19; p. 101, n. 11). Hórus (divindade egípcia) também declarava ser **A LUZ DO MUNDO, O CAMINHO, A VERDADE E A VIDA** (cf. HARPUR, 2008, p. 93). Essa mesma afirmação era também feita pelo deus Mitra da Pérsia, cerca de mil anos antes de Cristo.

Vemos assim, por conseguinte, que o escorregamento de um para o (ou de uma para a), não é exclusividade do cristianismo, mas também do hinduísmo e, diria eu, de todas as demais religiões. O exclusivismo é um fenômeno comum a todas as crenças, uma vez que cada religião se considera a única verdadeira.

Se for literalmente verdade que só Jesus salva, então todas as outras religiões estão erradas e têm que aceitar Jesus como o único Salvador, pois, do contrário, não poderão salvar-se. Esse, não me cansarei de repetir, é o chamado **erro (ou mito) da unicidade cristã**, um dos mais combatidos em meus livros ecumênicos, porque é radicalmente incompatível com o amor, a paz, a fraternidade, a união, o pluralismo e o diálogo inter-religioso de igual para igual. Nesse contexto recomendo, mais uma vez, a leitura do livro *The Myth of*

Christian Uniqueness ('O Mito da Unicidade Cristã'), organizado pelos teólogos pluralistas cristãos John Hick – protestante – e Paul Knitter – católico (HICK & KNITTER, 1987). (Ver Apêndice B, para mais informações sobre esta obra).

17 - JESUS FOI O ÚNICO QUE RESSUSCITOU APÓS TRÊS DIAS?

De modo algum. O número três tem um rico sentido esotérico e simbólico e a ressurreição de divindades solares pagãs (como Átis, Adônis, Osíris/Hórus) e Jesus Cristo, “após três dias”, tem uma explicação astrológica, referente ao solstício de inverno, conforme veremos nesta resposta.

No dizer do escritor Tom Harpur,

O número **três** ganhou dimensão esotérica e simbólica pelo fato conhecido de que, por **três dias** e duas noites a cada mês, a Lua deixa de ser visível da Terra. Simbolicamente, acreditava-se que a Lua mantinha relações com o Sol nesse período para conceber a Lua nova. Portanto, **três** tornou-se um símbolo de qualquer período importante de mudança ou renovação. **Isso também explica os três dias de Jesus no tumulto antes da sua suposta ressurreição física** (HARPUR, 2009, p. 45) (negrito meu).

Como também afirma Joseph Campbell, em sua obra “O Poder do Mito”,

a morte e ressurreição do deus [solar] é associada, em toda parte, à lua, que morre e ressuscita todo mês. São duas noites ou **três dias** de escuridão; e ali temos Cristo, por duas noites e **três dias**, no túmulo. Ninguém sabe exatamente qual a data do nascimento de Jesus, mas adotou-se a data que costumava ser a do solstício de inverno, 25 de dezembro, quando as noites começam a ficar mais curtas e os dias mais longos. Este é o momento do renascimento da luz. Essa é exatamente a data do nascimento do deus persa da luz, Mitra, Sol, o sol (CAMPBELL, 2011, p. 188) (negrito meu).

Os astrólogos e astrônomos explicam que o Deus-Sol “morria” e “ressuscitava” “**após três dias**”, no solstício de inverno, ou seja,

o Sol desaparecia (isto é, “morria”) e, “**depois de três dias**”, reaparecia (ou seja, “ressuscitava”).

Ao longo da história, muitos personagens foram identificados como o Deus-Sol, “Salvador do mundo”, “Filho de Deus”, que “morre” e “ressuscita”, “**após três dias**”, para nos salvar, tais como Hórus (do Egito Antigo), Krishna (da Índia), Mitra (da Pérsia) e, obviamente, Jesus Cristo e muitos outros.

Diante de todas essas evidências históricas, não há mais como negar o fato de que o Jesus da fé cristã dogmática (semelhante a muitas outras divindades solares deste planeta) é realmente um mito pagão de origem solar, o qual, *simbolicamente* interpretado, tem (igualmente com muitas outras divindades solares) o rico sentido de representar a divindade dentro de nós, o nosso “salvador”, ou seja, Deus dentro de nós, uma vez que Deus habita dentro de cada um nós.

18 - A IGREJA CATÓLICA É O ÚNICO MEIO DE SALVAÇÃO?

De forma alguma. Uma das crenças exclusivistas fundamentais da Igreja Católica, pelo menos até o Concílio Vaticano II (1962-1965), era esta: “**FORA DA IGREJA NÃO HÁ SALVAÇÃO**”. Vejamos a esse respeito o que declarou oficialmente o Concílio Ecumênico de Florença (1442):

A santa Igreja Católica Romana... firmemente acredita, confessa e proclama que ninguém que esteja fora da Igreja Católica – pagão, judeu, descrente ou cismático – poderá ser salvo; será, ao contrário, condenado ao fogo eterno preparado para o demônio e seus anjos, a não ser que retorne [à Igreja Católica] antes de sua morte. (Apud KÜNG, Hans. *Is there one true religion? An essay in establishing ecumenical criteria.* In: HICK & HEBBLETHWAITE, 2001, p. 122).

Por conseguinte, mediante esse decreto oficial do Concílio de Florença, pode-se concluir, catolicamente, que todas aquelas dezenas de bilhões de seres humanos que morreram fora da Igreja Católica desde 1442 até o período do Concílio Vaticano II (1962-1965) foram todas para o “fogo eterno”! Será isso uma verdade

absoluta? Sim, para quem mantém uma “fé cega”, mas não, para quem mantém uma “fé raciocinada”.

O Concílio Vaticano II tentou amenizar essa crença exclusivista e mítica da Igreja Católica, mas, a partir do ano 2000, como já vimos na resposta da pergunta nº 2 deste livro, o Vaticano vem tentando **ressuscitá-la**, particularmente através da Declaração “*Dominus Iesus*” (**O Senhor Jesus**), sobre a unicidade e universalidade salvífica de Cristo e da Igreja Católica, de autoria do Cardeal Joseph Ratzinger (hoje o Papa Bento XVI), com plena aprovação do Papa João Paulo II, Congregação para a Doutrina da Fé (Roma, 6 de agosto de 2000).

19 - COMO ENTENDER AS CRENÇAS MITOLÓGICAS EXCLUSIVISTAS A RESPEITO DA PESSOA DE JESUS?

O escritor inglês John Hick (HICK, 1977, p. 175), o maior filósofo e teólogo pluralista do mundo, esclarece que as crenças mitológicas exclusivistas a respeito da pessoa de Jesus podem ser facilmente entendidas pelo contexto histórico-cultural da época: *cultura classicista (uma só verdade, certa e imutável)*, *mentalidade escatológico-apocalíptica (profeta final, revelação definitiva)* e *expressão de uma minoria (linguagem de sobrevivência, único Salvador)*, como bem expresso em passagens do Novo Testamento como estas: “**E não há salvação em nenhum outro, pois não existe debaixo do Céu outro nome dado aos homens, pelo qual tenhamos de ser salvos**” (Atos 4,12). “**Pois Deus é um só, e um só também o Mediador entre Deus e os homens: esse homem, que é Cristo Jesus, que se entregou à morte para resgatar a todos**” (1Timóteo 2,6) (negrito meu).

20 - A IGREJA CATÓLICA É A ÚNICA DONA DA VERDADE?

De modo algum. Desde o século IV, a Igreja Católica considera-se a dona absoluta e exclusiva da verdade religiosa. Para ela, todas as outras religiões são falsas, mentirosas.

Na terceira encíclica do Papa Bento XVI (publicada no dia 7 de julho de 2009), intitulada *Caritas in Veritate* (**A CARIDADE NA VERDADE**) (disponível na Internet), Bento XVI continua defendendo

a tese exclusivista e fundamentalista, segundo a qual a Igreja Católica é a única portadora da verdade religiosa e, logo, **FORA DA VERDADE DA IGREJA CATÓLICA NÃO HÁ CARIDADE, NEM SALVAÇÃO!** A caridade, nas palavras de Bento XVI, “há de ser compreendida e praticada sob a luz da verdade [obviamente da verdade católica]” (*A Caridade na Verdade*, n. 2). “Só na verdade é que a caridade refulge e pode ser autenticamente vivida” (*A Caridade na Verdade*, n. 3). Em outros termos, para o Papa Bento XVI, **NÃO EXISTE CARIDADE (NEM SALVAÇÃO) FORA DA VERDADE ENSINADA PELA IGREJA CATÓLICA.** Ele inicia sua encíclica com esta declaração exclusivista:

A caridade na verdade, que Jesus Cristo testemunhou com sua vida terrena e sobretudo com a sua morte e ressurreição, é a força propulsora principal para o verdadeiro desenvolvimento de cada pessoa e da humanidade inteira. (*A Caridade na Verdade*, parágrafo 1).

Esta declaração de Bento XVI é exclusivista, e não pluralista, pelo fato de ele declarar explicitamente que **a caridade, baseada sobretudo na verdade cristã da morte e ressurreição de Jesus Cristo, “é a força propulsora principal para o verdadeiro desenvolvimento de cada pessoa e da humanidade inteira”** (negrito meu).

Por conseguinte, de acordo com essa crença católica exclusivista e fundamentalista, quem não adere à verdade cristã da salvação pela fé em Cristo morto e ressuscitado, não pode viver a caridade e nem salvar-se, ou seja, não pode libertar-se e evoluir espiritualmente. Isso é verdade ou mentira? Claro que é, segundo a fé raciocinada, uma grande mentira.

Essa velha doutrina exclusivista do catolicismo, apoiada em várias passagens bíblicas (por ex., Atos 4,12; 1Timóteo 2,4-6, 1Timóteo 3,15), está também expressa em muitos documentos do Vaticano, principalmente, como já vimos, na Declaração *Dominus Iesus*, do ano 2000, de autoria de Joseph Ratzinger (hoje o Papa Bento XVI), em que ele reafirma que **só a Igreja Católica possui a plenitude da verdade.**

A tese exclusivista da salvação somente pelo conhecimento da verdade católica é também claramente expressa na seguinte passagem do *Catecismo da Igreja Católica*:

Deus quer a salvação de todos pelo conhecimento da verdade. A salvação está na verdade. Os que obedecem à moção do Espírito de verdade já estão no caminho da salvação; mas a Igreja, a quem esta verdade foi confiada, deve ir ao encontro de seu anseio, levando-lhes a mesma verdade. (*Catecismo da Igreja Católica*, parágrafo 851)

Que tese absurda! Jesus, no Sermão da Montanha, o cerne de sua doutrina autêntica (Mateus 5-7), não ensina que é preciso aderir às verdades de determinada religião para “salvar-se”, ou seja, para alcançar o Reino de Deus. Ele ensinou que

os bem-aventurados, os cidadãos do reino dos céus, são os “pobres pelo espírito”, são os “puros de coração”, são os “mansos”, os que “sofrem perseguição por causa da justiça”, são os “pacificadores”, são os “misericordiosos” e “os que choram”, são os que “amam aos que os odeiam” e “fazem bem aos que lhes fazem mal” (ROHDEN, 2007, p. 16).

Para o Papa Bento XVI, porém, que tem um terrível medo do “pluralismo religioso”, rotulado por ele mesmo de a “ditadura do relativismo”, não existe equivalência funcional das religiões, continuando a defender a velha tese exclusivista e fundamentalista, de suposta autoria de Paulo de Tarso, segundo a qual “**a Igreja é a coluna e o fundamento da verdade**” (1Timóteo 3,15) (negrito meu). Logo, **FORA DA VERDADE (DA IGREJA CATÓLICA) NÃO HÁ CARIDADE NEM SALVAÇÃO**, tese essa totalmente inconciliável com os ensinamentos pluralistas do verdadeiro Jesus de Nazaré.

Se a Igreja Católica é a única portadora da verdade religiosa, todas as outras religiões deste planeta estão totalmente erradas. Argumento, em minhas obras ecumênicas, que essa doutrina básica do catolicismo é inteiramente falsa.

Como todos os meus leitores já sabem, mas não me cansarei de repetir, emprego o termo “amor” no sentido de “caridade”, ou seja, o ato de ajudar uma pessoa em estado de necessidade, sem

esperar nenhum tipo de recompensa. Para praticar esse tipo de amor (o amor-caridade), não precisamos aderir a nenhum credo religioso ou filosófico. Existem muitos ateus que praticam mais amor-caridade do que muitos que se dizem seguidores de determinada religião ou filosofia. Para mim, como já disse inúmeras vezes, em minhas obras ecumênicas, a verdadeira religião, ou melhor, a verdadeira religiosidade (ou espiritualidade) não consiste em se aderir a crenças, a dogmas ou a mitos de Religião A ou B, mas em vivenciar o amor-caridade, pois, como bem expressa o espiritismo, **FORA DA CARIDADE NÃO HÁ SALVAÇÃO!** A Doutrina Espírita não ensina que **FORA DO ESPIRITISMO NÃO HÁ SALVAÇÃO**, ou seja, que **FORA DA VERDADE ESPÍRITA NÃO HÁ SALVAÇÃO**, mas que **FORA DA CARIDADE NÃO HÁ SALVAÇÃO**, ou melhor, **LIBERTAÇÃO** ou **EVOLUÇÃO ESPIRITUAL**.

Devemos discordar, portanto, de todas as religiões e/ou filosofias que põem suas verdades acima da caridade, como vem fazendo a Igreja Católica há mais de dois mil anos. O amor-caridade (que nos une) deve estar acima das crenças (que nos dividem). Insisto nesse tema maior de minhas obras ecumênicas, por acreditar que somente o amor-caridade será capaz de unir a humanidade, atualmente tão dividida por milhares de crenças religiosas exclusivistas.

Infelizmente, muitos “religiosos” de nosso planeta ainda põem suas crenças (suas “verdades”, seus dogmas, seus mitos, sua religião) acima do amor-caridade, chegando mesmo a matar o próximo em nome de sua fé, de sua verdade religiosa, como sempre ocorreu no mundo das religiões, particularmente no cristianismo dogmático e mítico, fundado por Paulo de Tarso, o qual criou **a doutrina mítica da salvação exclusivamente pela fé** (*sola fides*), ou seja, pela “fé cega” no Cristo morto e ressuscitado, em contradição com sua própria afirmação, em sua Primeira Epístola aos Coríntios (cap. 13), de que **o amor é maior do que a fé**.

Conforme já sabemos, a verdade central da Igreja Católica, bem como das igrejas protestantes, consiste na crença de que Jesus é literalmente Deus encarnado, o único Salvador da humanidade, mediante seu sangue derramado na cruz. Quem não

crê nessas verdades (ou melhor, conforme meu atual ponto de vista, nessas mentiras cristãs), está condenado ao inferno eterno.

Para defender suas verdades exclusivistas e fundamentalistas, o catolicismo passou a ser, desde o século IV, a religião mais cruel, dominadora e intransigente dentre todas as religiões deste planeta. Quem, durante os 600 anos de sua “Santa Inquisição” (também denominada de “Tribunal do Santo Ofício”), não acreditava nas verdades católicas era queimado vivo na fogueira. Segundo vários pesquisadores, a Inquisição católica foi responsável pelo extermínio de muita gente ao longo de seus 600 anos (1226-1826). Alguns estudiosos do cristianismo falam que a Inquisição católica foi responsável pela morte de mais de um milhão de pessoas:

As inquisições católicas, em seu todo, mataram centenas de milhares de católicos dissidentes, hereges e supostos bruxos (**alguns estudiosos falam em mais de um milhão**). Começando na França, no século XIII, as inquisições eram uma rede de tribunais autorizados pelos papas para investigar os acusados de heresia. [...] Os inquisidores eram padres que não tinham escrúpulos de usar tortura para arrancar confissões. A violência e as execuções só chegaram ao fim quando a última vítima foi enforcada em Valência, em 1826 (CORNWELL, 2002, p. 213) (negrito meu).

Convém esclarecer que o Tribunal do Santo Ofício continua vivo na Igreja Católica, com o nome oficial de “Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé”, instituição que continua a perseguir os dissidentes do catolicismo, não mais de formas violentas e sangrentas, como na época da velha Inquisição, mas com outras formas de violência, como excomunhões dos dissidentes da Igreja Católica, queima de seus livros, proibições de eles lecionarem em instituições católicas, discriminação contra os milhares de padres casados etc.

Em outros termos, padres, teólogos e/ou escritores católicos contemporâneos que questionam qualquer dogma ou norma moral do catolicismo sofrem os efeitos punitivos do ex-Santo Ofício (Congregação para a Doutrina da Fé). Assim, por exemplo, o padre jesuíta indiano Anthony de Mello, falecido em 1987, autor de vários

livros traduzidos em muitos países do mundo, teve seus livros condenados pelo ex-Santo Ofício por defender a ideia pluralista de que Jesus foi um mestre ecumênico junto com outros, que ele não era literalmente Deus encarnado nem Filho de Deus no sentido natural do termo.

Em 1990, o Vaticano retirou a licença do Padre Charles Curran, um teólogo da Universidade Católica em Washington, capital dos Estados Unidos, porque ele, por cerca de vinte anos vinha criticando a encíclica papal *Humanae Vitae* (doutrina de Paulo VI sobre controle de natalidade) (cf. CORNWELL, 2002, p. 209).

Em 1994, o Vaticano mandou queimar todos os exemplares do livro da escritora inglesa e teóloga católica Irmã Lavinia Byrne, intitulado *Woman at the Altar* [Mulher no Altar], livro que defendia a possibilidade da ordenação de mulheres e também declarava que a anticoncepção era um passo importante na libertação feminina no século XX (cf. CORNWELL, p. 203).

Em 1997, o Padre Tissa Balasuriya, de 72 anos, do Sri Lanka, foi excomungado pelo Vaticano, por ter sido considerado herético, uma vez que ele dizia em seus livros que a divindade de Cristo e a inspiração da Bíblia só se encontram na doutrina da Igreja, “não vêm necessariamente direto de Jesus”, ou seja, do Jesus histórico (cf. CORNWELL, p. 227). Ele também manifesta dúvidas sobre a virgindade de Maria: “Devido ao desejo de afirmar certa perspectiva de santidade, houve uma tendência a atribuir virgindade perfeita e perpétua a Maria, mesmo quando a própria prova bíblica é de importância duvidosa” (CORNWELL, *ibid.*). Ele julga o pecado original aberto a questionamento, “como proposto na teologia tradicional” (*ibid.*), e duvida se “o batismo era essencial para a salvação e a vida espiritual” (*ibid.*). Além disso, afirma que a doutrina tradicional do pecado original é um entrave para os povos da Ásia: “Em nossos países, essa ideia de que os seres humanos nascem alienados do criador pareceria um conceito abominável do divino. Acreditar que gerações inteiras de continentes inteiros viveram e morreram com menos possibilidades de salvação é repugnante à ideia de um Deus justo e amoroso” (*ibid.*). Ele também negava todos os dogmas marianos (*ibid.*).

Em 1978, o teólogo holandês Edward Schillebeeckx foi humilhado e interrogado em Roma por ousar enfatizar a humanidade de Cristo numa obra erudita. No mesmo ano, Hans Küng [famoso escritor e padre suíço] foi proibido de chamar-se teólogo católico, porque levantara questões sobre o escopo da infalibilidade papal. Em 1984, Frei Leonardo Boff, um expoente da teologia da libertação no Brasil, foi punido e depois deixou o sacerdócio. [...]

Em julho de 1998, outro destacado padre católico sofreu interdição do Vaticano. O Padre Paul Collins é um conhecido escritor e homem de rádio e televisão australiano. Seu livro *Papal Power* [Poder do Papa], publicado em 1997, contestava a atual ideologia de autoridade papal como não histórica (CORNWELL, p. 217; 220).

O Cardeal Joseph Ratzinger (hoje o Papa Bento XVI), em sua última homilia como cardeal, no dia 18 de abril de 2005, poucas horas antes que se iniciasse o conclave que o elegeu Papa, fez o seguinte comentário sobre as correntes ideológicas que mais ameaçam a fé católica na presente década, dando destaque especial ao que ele chama de “ditadura do relativismo”, que é, segundo ele, a maior ameaça atual às verdades da fé católica:

Quantos ventos de doutrina, conhecemos nestas últimas décadas, quantas correntes ideológicas, quantos modos de pensar... A pequena barca do pensamento de muitos cristãos foi agitada, não raramente, por estas ondas – jogada de um extremo a outro: do marxismo ao liberalismo, até o libertinismo; do coletivismo ao individualismo radical; do ateísmo a um vago misticismo religioso; do agnosticismo ao sincretismo e assim por diante. Todos os dias, nascem novas seitas e acontece o que disse São Paulo sobre o engano dos homens, sobre a astúcia que tende a empurrar para o erro. Ter uma fé clara, segundo o Credo da Igreja, é frequentemente rotulado como fundamentalismo, enquanto o relativismo, isto é, o deixar-se levar “por qualquer que seja o vento da doutrina”, aparece como o único gesto apropriado para os tempos de hoje. Vai-se constituindo uma **ditadura do relativismo** que não reconhece nada como definitivo e que deixa como última medida somente o próprio eu e suas vontades. Nós, ao contrário, temos outra medida:

o Filho de Deus, o verdadeiro homem. Ele é a medida do verdadeiro humanismo. **“Adulta” não é uma fé que segue as ondas da moda e a última novidade; adulta e madura é uma fé profundamente enraizada na amizade com Cristo... E é esta fé – só a fé – que cria a unidade e se realiza na caridade.** (Apud TORNIELLI, 2006, p. 33-34) (negrito meu).

Na visão espírita que defendo, **“adulta e madura” é a “fé raciocinada”** (“*aquela que pode encarar a razão face a face, em todas as épocas da humanidade*”), e não a “fé cega”, isto é, a fé que não admite interferência da razão, nem atualizações em assuntos doutrinários.

Outro questionamento que faço é este: se a Igreja Católica é realmente a dona exclusiva e absoluta da verdade religiosa, **a Igreja de Deus** (fundada pelo próprio Deus, que é Amor e Verdade), como justificar, então, seus inúmeros erros doutrinários e seus milhares de crimes hediondos, cometidos durante os 600 anos de sua “Santa Inquisição”?

Em face de todas as atrocidades e crueldades cometidas pela Igreja Católica, ao longo de mais de dois mil anos, não podemos concordar, à luz da “fé raciocinada”, que ela seja a dona absoluta da verdade religiosa. Por isso, é preciso muito diálogo inter-religioso aberto e sincero para se saber quem realmente está mais próximo da verdade religiosa.

Para concluir essa longa resposta, reafirmo (com o Espiritismo) que não é preciso aderirmos às verdades ou aos dogmas de fé de nenhuma religião ou filosofia, para vivenciarmos o amor-caridade, pregado e vivido por Jesus (e por muitos outros líderes religiosos deste planeta). O Espiritismo está corretíssimo ao nos ensinar que **FORA DA CARIDADE NÃO HÁ SALVAÇÃO!** (no sentido de evolução espiritual).

21 - O QUE SIGNIFICA “SER CRISTÃO”, SEGUNDO JESUS?

O termo “cristão” significa literal e etimologicamente “discípulo” (“seguidor”) de Cristo. No Evangelho de João (João 13,35), Jesus afirmou que, para ser seu “discípulo” (seu “seguidor”), ou seja,

para “ser cristão”, a condição necessária e suficiente é **AMAR O PRÓXIMO**: “**Nisso conhecerão todos que sois meus discípulos** [isto é, que sois meus “seguidores”, “cristãos”], **se tiverdes amor uns pelos outros**” (João 13,35) (negrito meu).

Como esclarece o autor dos Atos dos Apóstolos, foi em Antioquia que, pela primeira vez, os discípulos de Jesus receberam o nome de “cristãos”, isto é, “seguidores (“discípulos”) de Cristo” (cf. Atos 11, 26).

Embora tenha sido somente em Antioquia que, pela primeira vez, os discípulos de Jesus receberam o nome de “cristãos”, o sentido de ser “cristão”, isto é, de ser “seguidor” (“discípulo”) de Jesus Cristo, já havia sido dado pelo próprio Cristo, conforme se lê no referido versículo do Evangelho de João (João 13,35).

“Cristão”, portanto, em seu significado literal e etimológico, é “aquele que segue Cristo”, ou seja, aquele que segue ou tenta seguir a sua doutrina autêntica. Mas qual foi a doutrina verdadeiramente ensinada pelo “Cristo histórico”? Não foi o **AMOR**? Não é verdade que ele resumiu todos os seus ensinamentos no **MANDAMENTO DO AMOR**? “**Isto vos ordeno: amai-vos uns aos outros**” (João 15,17). “**Um novo mandamento vos dou: que vos ameis uns aos outros**” (João 13,34). “**Amarás ao Senhor teu Deus com todo o teu coração, com toda a tua alma, com todo o teu sentimento e com toda a tua força. Este é o primeiro e mais sublime preceito, porém é igual a este: amarás o teu próximo como a ti mesmo**” (Lucas 10,27; Mateus 22,37) (negrito meu). Esta foi a verdadeira religião ensinada e vivida por Jesus. **Uma religião essencialmente moral, moral religiosa, a qual foi substituída posteriormente por dogmas e mitos exclusivistas.**

Respeito a crença de que “JESUS é o **único** caminho”. Mas essa crença é baseada num “fé cega” (a que não se guia pela razão). Deus nos deu a razão para fazermos bom uso dela, sobretudo em busca da verdade que nos liberta. A Doutrina Espírita se guia não pela “fé cega”, mas pela “fé raciocinada” (“aquela que pode encarar a razão face a face, em todas as épocas da Humanidade”). Quem faz uso da “fé raciocinada” não pode mais crer que “JESUS é o **único** caminho”, pois essa fé discrimina e exclui todos os outros líderes religiosos do mundo, e quem exclui

ou discrimina o próximo não o ama. Jesus pregou e viveu o amor. Sendo assim, todos que discriminam e excluem o próximo não podem amá-lo. E quem não ama o próximo, não pode dizer que é discípulo de Jesus nem que é “cristão”, pois o termo “cristão”, como já vimos, significa literal e etimologicamente “discípulo” (“seguidor”) de Cristo. No Evangelho de João (João 13,35), convém repetir, Jesus afirmou que, para ser seu “discípulo” (seu “seguidor”), ou seja, para “ser cristão”, a condição necessária e suficiente é **AMAR O PRÓXIMO**: “**Nisso conhecerão todos que sois meus discípulos [isto é, que sois meus “seguidores”, “cristãos”], se tiverdes amor uns pelos outros**” (João 13,35) (negrito meu).

22 - JESUS FOI O VERDADEIRO FUNDADOR DO “CRISTIANISMO DOGMÁTICO”?

O verdadeiro fundador do cristianismo dogmático, isto é, do cristianismo fundamentado em verdades absolutas, únicas, exclusivas, intocáveis e inquestionáveis foi Paulo de Tarso, como defendo em meu livro “Paulinismo: a doutrina de Paulo em oposição à doutrina de Jesus” (SOUZA 2010b). Conforme esclarece o professor de História das Religiões Ambrogio Donini,

a fé no deus-redentor das religiões de mistério é absorvida no cristianismo por Paulo de Tarso, ao qual se deve notadamente a representação de Jesus como *salvador* (DONINI, p. 287).

Sabemos, contudo, que o cristianismo dogmático e mítico, ao ser adotado pelo imperador romano Teodósio (e não pelo imperador Constantino), no final do século IV, como religião oficial do Império Romano, sofreu grande influência de outras tradições religiosas mais antigas, como comprovaremos ao longo desta obra. Isso não nega a tese, defendida por muitos especialistas, de que foi Paulo de Tarso o verdadeiro fundador do cristianismo dogmático e mítico dos cristãos. Por isso, muitos estudiosos afirmam, com razão, que o termo mais apropriado para designar o cristianismo dogmático e mítico dos cristãos é “**PAULINISMO**” e não “**CRISTIANISMO**”. A razão simples para essa alegação é que alguns dogmas (ou mitos) básicos do cristianismo tradicional, como o da divindade de Cristo, o

da sua universalidade salvífica, o da sua ressurreição e o da redenção de todos os homens pelo seu sangue derramado na cruz, fazem parte integrante da teologia paulina.

Quero reafirmar que Paulo é, sem dúvida alguma, o verdadeiro fundador do “cristianismo dogmático e mítico dos cristãos” (incluindo obviamente a Igreja Católica e as igrejas protestantes), chamado mais corretamente de “**paulinismo**”, termo bem apropriado, usado por vários autores, entre os quais destacamos Yuri Vasconcelos, em seu excelente artigo, “O Homem que Inventou Cristo” (VASCONCELOS, 2003; cf. também MIRANDA, 1988, p. 31), enquanto o “Jesus histórico” simplesmente propôs o corretamente chamado “cristianismo de Jesus” (o “cristianismo das origens”), não uma nova religião (ou igreja) exclusivista, mas **uma comunidade de amor**, isto é, uma comunidade de pessoas que se comprometessem a pautar suas vidas pelo **código de moral (ou de ética) universal** que ele autenticamente pregou e viveu, muito bem resumido no chamado *Sermão da Montanha* (Mateus 5-7).

Quando argumento que o cristianismo dogmático e mítico não foi fundado pelo Jesus histórico, mas por Paulo de Tarso, estou apenas querendo dizer que a **doutrina cristã**, consolidada em dogmas e mitos exclusivistas, é, essencialmente, a doutrina fundamentalista, discriminatória e mítica de Paulo de Tarso, e não a doutrina racional e pluralista de Jesus (do Jesus histórico), a qual não discrimina ninguém, pois se fundamenta não em mitos exclusivistas e divisionistas, mas na lei pluralista (ecumênica e macroecumênica) do amor ao próximo, a única forma de religiosidade que pode unir todas as religiões e todas as pessoas deste planeta.

A tese de que Paulo de Tarso é o verdadeiro fundador do cristianismo universal (exclusivista e mítico) é também confirmada pelo escritor Michael H. Hart, ao escrever que

Paulo, mais do que qualquer outro homem, foi o responsável pela transformação do cristianismo de seita judaica em religião universal. Suas ideias centrais sobre a divindade de Cristo e de justificação exclusiva pela fé mantiveram-se na condição de conceitos básicos do cristianismo durante todos os séculos. [...] **Na verdade, a influência**

das suas ideias foi tão grande, que alguns defendem o fato de que ele e não Jesus deveria ser considerado o principal fundador da religião cristã (HART, 2005, p. 80-81) (negrito meu).

O mesmo pensamento é expresso pelo escritor vaticanista espanhol Juan Arias, ao considerar a hipótese segundo a qual

a Igreja possa ter nascido da fé dos primeiros cristãos e da concepção religiosa de **Paulo de Tarso, considerado por alguns autores o verdadeiro fundador do cristianismo, ao fazer com que o cristianismo primitivo se afastasse de suas originais raízes judaicas** (ARIAS, 2001, p. 128) (negrito meu).

A ideia de que **há dois cristianismos no Novo Testamento (o cristianismo do Jesus celeste e o do Jesus terrestre)**, e de que Paulo de Tarso é o principal fundador do cristianismo mítico do “Jesus celeste”, é também claramente expressa pelo escritor cristão James D. Tabor nos seguintes termos:

Há dois cristianismos inteiramente separados e distintos enraizados no Novo Testamento. Um deles é bem familiar e se tornou a versão da fé cristã conhecida por bilhões de pessoas ao longo dos dois últimos milênios. **Seu principal proponente foi o apóstolo Paulo.** Outro foi amplamente esquecido e, por volta da virada do primeiro século d.C., tinha sido efetivamente marginalizado e eliminado. [...] Paulo ensinou que Jesus era um ser celestial divino preexistente, criado como o “primogênito” de toda a criação de Deus. Existia sob a “forma de Deus” e era “igual a Deus” (Filipenses 2,6). [...] **A história cristã dominante acabou, na verdade, baseando-se muito mais nas revelações de Paulo do que nos ensinamentos de Jesus.** [...] A mensagem que Paulo começou a pregar nos anos 40 e 50 d.C., como ele mesmo reiterou de maneira inflexível, não dependia de maneira alguma nem era derivada do grupo original dos apóstolos de Jesus dirigido por Tiago, em Jerusalém. Baseava-se antes em sua própria experiência visionária de um Cristo celestial (TABOR, 2006, p. 277-278; 321, 324) (negrito meu).

Em suma, nas palavras do teólogo Holger Kersten,

o que conhecemos hoje como cristianismo não passa de uma vasta e artificial doutrina de regras e preceitos criados por Paulo, e que pode ser melhor designado pelo nome de “Paulinismo” (KERSTEN, 1986, p. 34).

23 - JESUS FOI O ÚNICO QUE RESSUSCITOU FISICAMENTE?

Não. De acordo com a Doutrina Espírita (que sigo), não existe “ressurreição”, no sentido da volta de alguém à vida no mesmo corpo físico que tinha antes de morrer. Nesse sentido, não existe “ressurreição”, mas “**reencarnação**”, ou seja, a volta do espírito em um novo corpo físico, mas não no seu próprio corpo físico que tinha antes de morrer.

Defendemos também a tese de que a “morte” não existe; somente o corpo físico é que morre, e não o espírito, que é imortal. O corpo físico também não ressuscita; após sua morte, suas moléculas formam novos organismos. De acordo com essa nossa visão, Jesus não “ressuscitou”, no sentido comum de “ressurreição” como o retorno à vida no mesmo corpo físico que se tinha antes de morrer.

Mais explicitamente, Jesus, de fato, nem “morreu” nem “ressuscitou” (fisicamente), porque ninguém “morre” (a morte não existe). É por demais conhecida a afirmação de que nada, de fato, morre no universo, tudo apenas se transforma. O que inadequadamente chamamos de “morte” é apenas o descarte de nossa vestimenta física, ou seja, de nosso corpo físico, que não é parte essencial de nossa natureza (pois somos essencialmente “espíritos”). Nosso corpo é apenas uma vestimenta temporária de trabalho, adequada ao plano físico-material do planeta em que vivemos. Quando essa vestimenta de trabalho não mais cumpre sua função, desfazemo-nos dela, continuando a viver num outro plano, com nosso “corpo espiritual” ou “corpo de ressurreição”, para usar uma terminologia bíblica, corpo esse que é formalmente idêntico ao corpo físico, mas diferente na substância (ele é fluídico).

É com esse “corpo espiritual” que muitas pessoas, depois de “mortas”, se manifestam concretamente, “aparecem” (materializadas) aos “vivos” para demonstrar que a morte não existe

(como no caso das aparições de Jesus) ou para comunicar-nos determinadas mensagens (como ocorre em algumas sessões espíritas). Esse tipo de “ressurreição de mortos”, isto é, esse fenômeno de aparições de “mortos” sempre ocorreu e continua ocorrendo na humanidade. Nesse sentido, todos nós podemos “ressuscitar” dos mortos.

Por conseguinte, na visão espiritualista/espírita que adoto, afirmar que Jesus “ressuscitou dos mortos” significa dizer, precisamente, que ele, após sua “morte”, ou melhor, após seu “desencarne”, “apareceu” (materializado), com seu corpo espiritual (e não com seu corpo físico), a várias pessoas, para demonstrar que ele não morreu e que a morte não existe. Mas, como bem elucida o escritor espírita Hermínio C. Miranda,

não é Jesus o primeiro, e está longe de ser o último, que se manifestou concretamente, ou seja, objetivamente e até materializado a homens, mulheres e crianças, depois de “morto”, em seu corpo espiritual (MIRANDA, 1988, p. 116).

Mas, se a materialização (aparição) de “mortos” é um fenômeno comum, como, de fato, o é, cai logicamente por terra o caráter único, exclusivo, extraordinário e miraculoso da ressurreição (= materialização) de Cristo.

Para os espiritualistas espíritas, repito, a “morte não existe”. Na realidade, se, como diz a ciência, “na natureza nada morre, tudo se transforma”, é uma contradição de termos afirmar que o homem “morre”. O homem não morre, apenas continua a viver com um corpo mais leve, mais sutil, fluídico (o chamado “corpo espiritual”), após descartar o corpo velho, pesado, físico-material, o qual passa a ser cadáver que será decomposto na sepultura, cujas moléculas formarão novos organismos e que, portanto, jamais foi ou será “reanimado” (ou revivificado/ressuscitado fisicamente).

Nesse sentido, por conseguinte, a “ressurreição” de Cristo significa a sua “sobrevivência” com seu “corpo espiritual”, após o descarte de seu corpo físico, o qual nunca foi (nem será jamais) revivificado. Esses dois tipos de corpos (o corpo físico e o corpo espiritual) se assemelham em tudo, menos na matéria de que são

feitos: o corpo espiritual (chamado no espiritismo de “perispírito”) é sutil, fluídico, leve, enquanto o corpo físico é denso, pesado.

Convém esclarecer que o apóstolo Paulo não acreditava na ressurreição física de Cristo, bem como na de todos os mortos, mas com o corpo físico transformado num corpo espiritual, glorioso, imortal: “O mesmo se dá com a ressurreição dos mortos: semeado corruptível, o corpo ressuscita incorruptível; semeado desprezível, ressuscita reluzente de glória; semeado na fraqueza, ressuscita cheio de força; semeado corpo psíquico, ressuscita corpo espiritual” (1Coríntios 15,42-44).

O grande erro (ou a grande mentira) de Paulo (e de todos os demais cristãos dogmáticos) é acreditar que haverá “ressurreição dos mortos”, sim, com seus mesmos corpos físicos que tinham antes de morrer, porém transformados em corpos espirituais, gloriosos, imortais, o que não é verdade, pois o corpo físico, depois de sua morte, jamais será transformado em corpo espiritual e jamais retornará a este plano físico. Ele se decomporá em moléculas que formarão novos organismos, como comprova a ciência.

Nesse contexto, enquanto a Bíblia garante que, por ocasião do suposto Juízo Final, todos os corpos “ressuscitarão”, ou seja, todos sairão das sepulturas, mesmo que transformados, e voltarão à sua existência físico-material, a Ciência comprova que isso é impossível, uma vez que, com a desintegração física dos cadáveres nas sepulturas, suas moléculas passam a formar novos organismos. Como poderiam essas moléculas retornar (por ocasião do suposto Juízo Final) aos corpos enterrados e decompostos há séculos ou há milênios, cujas moléculas já serviram para compor milhares de outros organismos? O dogma cristão da ressurreição da carne é, por conseguinte, literalmente falso, mentiroso.

Jesus, portanto, não ressuscitou com seu corpo físico transformado num corpo espiritual, no sentido paulino, mas apenas apareceu materializado em seu corpo espiritual, após seu desencarne.

O núcleo da fé cristã tradicional (“paulinismo”) é a crença na ressurreição de Jesus. Esse é indubitavelmente o dogma central do cristianismo ortodoxo. Sem a crença no dogma da “ressurreição

de Jesus”, desmorona toda a fé cristã ortodoxa, como bem expressa o próprio apóstolo Paulo, principal fundador do cristianismo dogmático e mítico, na seguinte passagem do Novo Testamento: “Se Cristo não ressuscitou, vazia é nossa pregação, vazia também é a vossa fé” (1Coríntios 15,14).

Para concluir a resposta da presente pergunta, reafirmo que o que é verdade não é, portanto, a crença irracional cristã na “ressurreição da carne (ou dos mortos)”, com seus corpos físicos transformados em corpos espirituais, mas a doutrina racional espiritualista/espírita da “**reencarnação**”, ou seja, do retorno de nossa alma (ou espírito) em novos corpos físicos, neste ou em outros planetas, quantas vezes isso for necessário para a nossa evolução espiritual.

24 - SOMENTE JESUS RESUSCITOU MORTOS?

Além de defender a tese de que a ressurreição física de Jesus é um mito, e não história, também defendo a tese de que Jesus também não ressuscitou nenhum morto.

Vários profetas, como Elias e Eliseu (1Reis 17; 2Reis 4), também “ressuscitaram” mortos. Apolônio de Tiana também teria ressuscitado um morto e assim por diante.

Na literatura cristã e na de outras religiões, há vários relatos acerca de milagres de “ressurreição de mortos”. A Jesus os autores dos Evangelhos atribuem três casos de ressurreição de mortos, além dos relatos sobre a sua própria ressurreição física.

Minha pergunta é esta: um morto de verdade já “ressuscitou”, isto é, retornou à existência terrena com seu mesmo corpo físico que tinha antes de morrer? Como interpretar os supostos milagres de “ressurreição de mortos”? Jesus realmente ressuscitou mortos? E a sua própria ressurreição física é história ou mito? Os supostos milagres de “ressurreições de mortos” relatados na literatura cristã e na de outras religiões devem ser interpretados como acontecimentos históricos ou como narrativas mitológicas com a finalidade de enaltecer ao máximo o suposto operador de milagres?

Esclareço, com Alfons Weiser (cf. WEISER, 1978, p. 136-137), que os chamados milagres de “ressurreição de mortos” narrados

na literatura cristã e na de outras religiões podem ter várias interpretações, desde a posição que os interpreta ao pé da letra, em sentido histórico e real, “passando pelas hipóteses de morte aparente e por explicações parapsicológicas, até à opinião segundo a qual esses textos tratam apenas de lendas, de narrativas simbólicas, ou da transposição do mito do deus-sol que morre e ressuscita” (id. *ibid.*, p. 137).

Há, de fato, vários relatos de milagres de “ressurreições de mortos” na Bíblia judaico-cristã e na literatura religiosa de outros povos. O Antigo Testamento nos fala de dois casos de ressurreição de mortos realizados, respectivamente, pelos profetas Elias e Eliseu (1Reis 17; 2Reis 4).

O Novo Testamento atribui a Jesus três milagres de ressurreição de mortos: a de Lázaro (João 11), a do filho da viúva de Naim (Lucas 7) e a da filha de Jairo (Marcos 5; Mateus 9; Lucas 8).

Além dos milagres de ressurreição atribuídos a Jesus, o NT atribui um milagre de ressurreição a cada um dos dois apóstolos Pedro e Paulo (Atos 9; 20). “A literatura cristã nos diz que muitos santos teriam ressuscitado mortos durante suas vidas. Entre estes, mencionam-se Martinho de Tours, Bento de Núrsia, Francisco de Assis e Dom Bosco” (WEISER, p. 136).

Casos de ressurreições de mortos encontram-se igualmente na literatura de outras religiões, por exemplo, na literatura judaica, atribuem-se casos de ressurreições de mortos a alguns rabinos; na literatura helenística relata-se um milagre de ressurreição operado por Apolônio de Tiana e assim por diante.

No parecer de Alfons Weiser, “de todo o material das fontes não se pode deduzir, com suficiente certeza, um único caso sequer em que um morto de verdade tenha retornado alguma vez à existência terrena” (WEISER, p. 137).

Concordando com esse mesmo autor, reafirmo que jamais um morto de verdade – incluindo Jesus – retornou alguma vez à existência terrena com o mesmo corpo físico que tinha antes de morrer.

A crítica histórica moderna das narrativas bíblicas também tem enfrentado o problema da suposta ressurreição de Jesus,

“procurando as origens desta crença, não rara na Antiguidade” (DONINI, p. 295):

As religiões de salvação, baseadas no culto de seres divinos ou semidivinos que morrem e ressuscitam, não só influíram sobre o modo de apresentar a ressurreição de Jesus, como tornaram mais fácil a sua aceitação, até transformar esta questão de fé num elemento decisivo do sucesso da nova religião (DONINI, p. 295).

Em suma, a crença em “ressurreição de mortos” (ou em “ressurreição da carne”), no sentido de reanimação do cadáver de alguém que “desencarnou”, definitivamente, é mais um mito que precisa ser devidamente questionado e reavaliado na mesa do diálogo inter-religioso. (Ver SOUZA, 2007, p. 143-151; ver também SOUZA 2012, **P239**).

25 - JESUS FOI O ÚNICO QUE SUBIU AO CÉU, SENTOU-SE À DIREITA DE DEUS, DE ONDE RETORNARÁ PARA JULGAR A HUMANIDADE?

Não. Uma importante semelhança entre Cristo e Osíris (deus egípcio) diz respeito às representações de ambos como **juizes das almas, depois da ressurreição**: Depois da ressurreição, Osíris tonar-se-á o juiz das almas dos mortos, com o poder de conceder a vida no céu para aqueles que se comportaram honradamente na Terra.

Convém esclarecer que tudo isso não passa de crenças mitológicas e parabólicas tanto sobre Osíris como sobre Jesus. No Evangelho de Marcos, está escrito: “Ora, o Senhor Jesus, depois de lhes ter falado, **foi arrebatado ao céu** e sentou-se à direita de Deus” (Marcos 16,19) (negrito meu). No Evangelho de Lucas, temos a seguinte passagem sobre a “ascensão de Jesus: “Depois, levou-os até Betânia e, erguendo as mãos, abençoou-os. E enquanto os abençoava, distanciou-se deles e era elevado ao céu” (Lucas 24,50-51). Nos Atos dos Apóstolos, escrito pelo mesmo Lucas, existe outra passagem que fala da subida física de Jesus ao céu e de seu retorno físico, nos seguintes termos: “Dito isso, elevou-se à vista deles, e uma nuvem o ocultou a seus olhos. E como fitassem

o céu enquanto ele ia, eis que apareceram junto deles dois homens vestidos de branco, que lhes disseram : ‘Homens da Galileia, que estais aí a contemplar o céu? **Esse Jesus, que vos foi arrebatado, virá do mesmo modo que para o céu o vistes partir**’ “ (Atos 1,9-11) (negrito meu).

A suposta subida física de Jesus aos céus e o seu retorno físico, ou seja, sua segunda vinda física apocalíptica, para julgar a humanidade, são lendas sobre Jesus, e não verdades históricas (exclusivas do cristianismo).

Se Jesus não ressuscitou fisicamente, como é que ele pode ter subido ao céu fisicamente, de onde retornará fisicamente para julgar a humanidade, por ocasião do suposto fim do mundo?

Convém repetir que a humanidade, na visão espírita (que sigo), não terá um fim, mas uma *transformação*, na época de sua regeneração. Será o fim do mundo velho, a decadência das ideias antigas.

Além disso, a frase “e ele foi arrebatado ao céu”, como nos informa o escritor Bart D. Ehrman, é um acréscimo significativo, para ressaltar **a fisicalidade da partida de Jesus por ocasião de sua suposta ascensão ao céu**, a qual, no Evangelho de Lucas ocorreu no mesmo dia da aparição de Jesus como ressuscitado, mas que, nos Atos dos Apóstolos, escrito pelo mesmo Lucas, teria ocorrido somente quarenta dias depois de sua aparição como ressuscitado (cf. EHRMAN, 2006, p. 179).

A própria expressão “subir ao céu”, como no caso da *ascensão* de Jesus e de outros personagens bíblicos (como Elias), é um simbolismo parabólico, baseado na visão tripartida do mundo: céu (em cima), inferno/lugar dos mortos (embaixo) e terra (no meio).

Esse erro e inúmeros outros, que existem tanto no Novo Testamento como no Antigo Testamento, são provas de que a Bíblia, literalmente interpretada, não é isenta de erros e, portanto, a Bíblia inteira não é a “Palavra de Deus”, mas “palavras dos homens”, pois Deus não pode errar nem contradizer-se, e a Bíblia, literalmente interpretada, está cheia de erros, mentiras, contradições, alterações e variações (cf. SOUZA, 2010a).

Para concluir a resposta da presente pergunta, reafirmo que tudo não passa de mentiras sobre Jesus afirmar que ele ressuscitou fisicamente, subiu ao céu fisicamente (ascensão), sentou-se à direita de Deus, onde ainda se encontra, esperando para retornar fisicamente, em glória (parusia), a fim de julgar a humanidade, enviando os bons para o céu e os maus para o inferno eterno.

26 - SOMENTE OS MILAGRES ATRIBUÍDOS A JESUS TÊM VALOR HISTÓRICO?

De forma alguma. É preciso também combater, como faço em minhas obras ecumênicas, duas atitudes exclusivistas e errôneas da maioria dos cristãos: 1) a crença de que os milagres supostamente realizados por Jesus são provas de sua divindade e 2) a crença de que somente os milagres atribuídos a Jesus têm valor histórico; os demais milagres atribuídos a outros líderes religiosos do mundo sendo considerados como “magia” ou como relatos puramente mitológicos, sem nenhum valor histórico. Por que essa discriminação?

Essas atitudes são totalmente falsas (mentirosas), pois os milagres não constituem por si mesmos um critério suficiente para julgar a origem divina ou humana de uma pessoa, uma vez que o próprio Jesus teria afirmado que milagres podem também ser realizados por “falsos Cristos e falsos profetas”: “Surgirão falsos Cristos e falsos profetas e farão grandes milagres” (Mateus 24, 24).

A crença cristã segundo a qual somente os milagres atribuídos a Jesus têm valor histórico, os demais milagres atribuídos a outros líderes religiosos do mundo sendo considerados como “magia” ou como relatos puramente mitológicos, sem nenhum valor histórico, é inteiramente falsa, mentirosa, uma vez que todos os tipos de milagres atribuídos a Jesus no Novo Testamento já tinham sido supostamente realizados por outros líderes religiosos do mundo.

27 - SOMENTE JESUS FEZ MILAGRES QUE SUPOSTAMENTE “ANULAM AS LEIS DA NATUREZA”?

De forma alguma. “Na mitologia religiosa, todos os tipos de milagres são possíveis” (HASSNAIN, 1999, p. 73). Logo, para quem

acredita no mito da divindade de Jesus, isto é, que ele seja *literalmente* Deus encarnado, todos os tipos de milagres são possíveis, inclusive os que aparentemente anulam as leis da natureza. Aliás, para os cristãos dogmáticos, todos os milagres atribuídos a Jesus no Novo Testamento tinham a função de provar que ele era realmente um ser divino, com poderes singulares e exclusivos, em relação aos outros milagreiros.

Por isso mesmo, a maioria dos cristãos, na sua convicção de Jesus ser literalmente Deus encarnado, acredita que ele fez vários milagres que supostamente anulam as leis da natureza, como ressuscitar mortos, acalmar uma tempestade, andar sobre as águas, multiplicar pães, transformar água em vinho, mudar a substância do pão e do vinho em seu próprio corpo e sangue etc.

Mesmo na hipótese de que Jesus tenha, de fato, realizado todos esses milagres, que supostamente anulam as leis da natureza, não é justo os cristãos pensarem que esses tipos de milagres tenham sido realizados única e exclusivamente por Jesus, uma vez que prodígios dessa natureza são igualmente atribuídos a inúmeros outros personagens da literatura religiosa deste planeta.

28 - SOMENTE JESUS TRANSFORMOU ÁGUA EM VINHO?

Não. Quanto à interpretação exclusivista de Jesus ter sido o único que transformou água em vinho, convém esclarecer, com os especialistas em história das religiões, como já vimos neste livro, que os deuses Hórus (do Egito) e Dioniso (da Grécia) também transformaram água em vinho. Dioniso era um deus do vinho (cf. HARPUR, 2009, p. 112-113).

No Capítulo 2 do Evangelho de João, encontra-se a narrativa do primeiro milagre atribuído a Jesus, o da transformação da água em vinho, nas bodas de Caná.

Este “milagre”, interpretado ao pé da letra, como fato histórico e exclusivo do cristianismo, é uma grande mentira sobre Jesus, mas, interpretado simbolicamente, tem um grande valor espiritual, conforme esclarece Tom Harpur nos seguintes termos:

Todos os que conhecem bem não só a Bíblia judaico-cristã, como também as outras “Bíblias” ou escritos sagrados do

antigo Oriente Próximo, sabem que o simbolismo do vinho é quase uma constante. Muitos deuses da Antiguidade eram deuses do vinho, desde Hórus no Egito até Dioniso ou Baco nas antigas Grécia e Roma. Como observei em meu livro *The Spirituality of Wine* ["A Espiritualidade do Vinho"], o vinho, as uvas e os vinhedos são mencionados centenas de vezes, tanto no Antigo quanto no Novo Testamento. O vinho [...] era o símbolo perfeito do milagre da Encarnação – [de Deus em cada um de nós] (HARPUR, 2009, p. 112-114).

29 - SOMENTE JESUS MULTIPLICOU PÃES?

Não. Sabe-se, por exemplo, que o profeta Eliseu (cf. 2Reis 4,42-44) também "multiplicou" pães. Buda também alimentou 5.000 homens com um único pão (cf. meu livro "Catecismo Ecumênico, p. 286).

30 - SOMENTE JESUS ANDOU SOBRE AS ÁGUAS?

Não. Um discípulo de Buda também "andou" sobre as águas do rio Acivarati (cf. FUNK & THE JESUS SEMINAR, 1998, p. 207).

31 - O JESUS DA FÉ DOGMÁTICA NADA TEM A VER COM "DEUS HORUS" DO EGITO ANTIGO?

O Jesus da fé dogmática (o "Cristo da fé") tem muito a ver com o deus Hórus do Egito antigo. Como o Cristo da fé, também Hórus era visto como Deus encarnado, o Filho de Deus, o Salvador do mundo, nascido de um parto virginal e filho de uma mãe divina. Como o Cristo da fé, também Hórus, conforme já vimos, era "o Senhor da Luz" [...], "o Caminho, a Verdade e a Vida" (HARPUR, 2008, p. 88 e 93).

Eis o que escreveu esse mesmo autor, Tom Harpur, em seu livro *O Cristo dos Pagãos*, mostrando-nos como a história de Jesus (do "Jesus mítico") não é original:

A história de Jesus não é original como nos parece nos Evangelhos do Novo Testamento. Gerald Massey isolou **180 exemplos de semelhança muito próxima ou**

identidade real entre Hórus, o Cristo do velho Egito, e o Jesus do Evangelho (negrito meu). [...] O Egito foi verdadeiramente o berço da figura do Jesus dos Evangelhos. Ali já existia a história de como o filho divino “deixou as cortes celestiais”, conforme Massey descreve, e desceu à Terra como o bebê Hórus. Nascido de uma virgem (por meio de quem ele “se fez carne”, ou entrou na matéria), ele depois se torna um substituto da humanidade, desceu ao Hades como o ressuscitador dos mortos, capaz de perdoá-los e redimi-los, “os primeiros frutos”, e líder da ressurreição para a vida futura. [...] Depois que ocorreu a historicização e a literalização do personagem central no mito de Jesus, e que começaram como uma série de dramatizações baseadas em um redentor simbólico ou mítico fortemente cristalizadas nos quatro Evangelhos como histórias reais de um deus disfarçado, as acusações dos inimigos pagãos e dos críticos do cristianismo se fizeram ouvir. Vocês roubaram todas as nossas crenças e os nossos ritos, clamaram eles, e ao transformá-los em eventos concretos, históricos, os reivindicaram como seus. O que vocês escreveram nos seus Evangelhos já estava tudo escrito antes pelos sábios e semideuses a que reverenciamos. Na minha opinião, esse veredicto dos chamados pagãos é hoje inatacável. Quando se lê, por exemplo, sobre o personagem salvador de Hórus fazendo explicitamente afirmações do tipo “Eu sou”, que os cristãos conservadores ensinam enfaticamente como pertinentes integral e exclusivamente a Jesus – em especial no Evangelho de João –, percebe-se o que aqueles críticos pagãos estavam dizendo. Pense no seguinte: Hórus (*O Ritual: O Livro dos Mortos egípcio*, c. 78) diz: “Eu sou Hórus em glória”; “Eu sou o Senhor da Luz”; “Eu sou o vitorioso (...) Eu sou o herdeiro do tempo eterno”; “Eu, eu mesmo, sou aquele que conhece os caminhos para o céu”. Essas frases todas fortemente remanescentes (ou melhor, talvez se devesse dizer proféticas) das palavras de Jesus: “Eu sou a luz do mundo”, e novamente, “Eu sou o caminho, a verdade e a vida”. [...] A “vida” de Jesus nos Evangelhos já estava escrita, em essência, pelo menos 5 mil anos antes da vinda dele. Um Jesus egípcio ressuscitou dos mortos um Lázaro egípcio em uma Betânia egípcia, na presença de uma Maria e uma Marta egípcias, nas inscrições daquela

terra antiga pelo menos 5 mil anos antes da era cristã (HARPUR, 2008, p. 86-89).

32 - SOMENTE JESUS TRANSFIGUROU-SE?

Não. A “transfiguração” de Jesus significa “o estado glorioso em que apareceu Cristo aos apóstolos sobre o monte Tabor” (Dicionário AURÉLIO, verbete transfiguração).

Convém esclarecer, de início, que Jesus Cristo não foi o único personagem mítico a passar por uma transfiguração, pois Krishna (divindade hindu), que viveu cerca de quatro mil anos antes de Cristo, também se transfigurou, como Jesus, diante de seus três discípulos preferidos. Buda, que viveu seis séculos antes de Jesus, também sofreu uma transfiguração quando subiu uma montanha do Sri Lanka chamada Pandava, ou Amarelo-esbranquiçada. “Lá os céus se abriram e uma grande luz apareceu e o envolveu totalmente e a glória de sua pessoa resplandeceu com ‘energia redobrada’. Ele refulgiu com o esplendor do Sol e da Lua” (HARPUR, 2008, p. 46).

Na cena da transfiguração de Jesus, no monte Tabor, a face de Jesus “resplandeceu como o sol, e as suas vestes tornaram-se brancas como a luz”. Simbolicamente interpretadas, as histórias de transfiguração ensinam o poder iluminador da divindade que se encontra em cada um de nós (cf. HARPUR, 2008, p. 215).

A Transfiguração de Jesus ou mudança gloriosa de aparência, portanto, é um símbolo profundo da nossa metamorfose futura em seres de luz. [...] Feitas as contas, essa história é um glifo ou metáfora de nosso glorioso destino final como filhos e filhas de Deus (HARPUR, 2009, p. 80).

33 - SOMENTE JESUS SUBIU AO CÉU?

Não. Os cristãos fundamentalistas, baseados no Evangelho de Lucas e nos Atos dos Apóstolos – de autoria do próprio Lucas, acreditam que Jesus, após sua ressurreição, foi o único personagem religioso que subiu fisicamente ao céu, de onde retornará fisicamente um dia para julgar a humanidade, enviando os bons para o céu e os maus para o inferno eterno.

O renomado escritor Joseph Campbell resume os relatos sobre a ressurreição e ascensão de Jesus da seguinte maneira:

Jesus morre, ressuscita e ascende ao Céu. Essa metáfora exprime uma espécie de mistério religioso. Jesus não poderia ter ascendido literalmente ao Céu, pois não há um lugar geográfico aonde ele pudesse ir. Elias subiu ao céu numa “carruagem de fogo” segundo a Bíblia, mas não podemos encarar isso como descrição de uma jornada literal. São acontecimentos espirituais descritos por meio de metáforas (Campbell, apud HARPUR, 2009, p. 181).

No dizer do escritor Tom Harpur,

a ascensão de Jesus simboliza a verdade de que em última análise, quando morremos, o atual corpo físico se desintegra, mas nosso Eu verdadeiro segue adiante em direção a uma glória mais alta (HARPUR, 2009, p. 181).

34 - O “CRISTO DA FÉ” POUCO TEM A VER COM DEUS MITRA DA PÉRSIA?

Não. Quero esclarecer, com o teólogo e ex-padre católico Franz GRIESE (GRIESE, 1957, p. 116-117), que é inegável a influência do culto ao Deus Mitra sobre o cristianismo. Como o “Cristo da fé”, o salvador Mitra é também “logos”, ou seja, “emanado de Deus”, “palavra de Deus”, “verbo de Deus”; nasce milagrosamente e os pastores vieram adorá-lo quando nasceu. Mitra é o porto e a âncora da salvação e, terminada sua missão terrestre, volta ao Céu, permanecendo lá como Protetor Soberano. Os seus adoradores devem servi-lo com absoluta pureza, recebendo sete sacramentos, entre os quais figuram o batismo, a confirmação e a comunhão: pão e vinho consagrados por fórmulas rituais. Depois da morte, os fiéis devem comparecer diante de Mitra e, se tiverem sido bons, gozarão a eterna felicidade e, se tiverem sido maus, irão para o inferno eterno. No fim do mundo, virá Mitra para o Juízo Final. Linha por linha, encontramos aqui a religião cristã. O que faltava aos livros hindus encontramos aqui na religião persa. O culto a Mitra chegou a Roma com uma força tão grande, nos primeiros três séculos depois de Cristo, de tal modo que, se não tivesse ocorrido a vitória de

Constantino, o mundo, no dizer de Renan, “teria se tornado mitriano, em vez de cristão” (apud GRIESE, p. 117).

35 - SOMENTE CRISTO É O VERBO DE DEUS?

Para os cristãos exclusivistas, sim; não, porém, para os cristãos pluralistas. No Evangelho de João está escrito: “No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus” (João, 1,1). Essa mesma doutrina mítica já existia na literatura religiosa da Índia, cerca de 4 ou 5 mil anos antes de Cristo: “No princípio era Brahman [=Deus], com quem estava o Verbo [=Krishna], e o Verbo era Brahman “ (Rig-Veda, apud LEWIS, 2008, p. 45).

36 - O EXCLUSIVISMO DO CRISTIANISMO E DA BÍBLIA JUDAICO-CRISTÃ É CONTRADITADO PELA HISTÓRIA DAS RELIGIÕES?

Evidentemente, sim. A história das religiões, bem ao contrário, comprova que Deus sempre se revelou aos homens desde a mais remota antiguidade, e certamente continuará se revelando, à medida que o homem for evoluindo e sendo capaz de entender seus ensinamentos. O exclusivismo do cristianismo mítico e da Bíblia judaico-cristã é, incontestavelmente, contraditado pela história das religiões, a qual comprova que muito pouco é original no cristianismo tradicional e na Bíblia judaico-cristã. Em outros termos, quase tudo no cristianismo convencional e na Bíblia judaico-cristã foi adaptado, copiado ou plagiado, de tradições religiosas mais antigas (ver, entre outros especialistas em história do cristianismo, GRIESE, 1957, cap. II; DONINI, 1965; BAIGENT, LEIGH & LINCOLN, 1993, cap. VIII; BROWN, 2004, cap. 55). Essa verdade está muito bem documentada, por exemplo, pelo escritor espírita Jayme Andrade, nos seguintes termos:

Assim é que os “Dez Mandamentos” foram adaptados dos Livros Védicos, muito anteriores à Bíblia, nos quais se achavam classificados como “pecados do corpo” (bater, matar, roubar, violar mulheres), “pecados da palavra” (ser falso, mentir, injuriar) e “pecados da vontade” (desejar o mal, cobiçar o bem alheio, não ter dó dos outros). [...] Da

mesma forma, a lei de amor pregada por Jesus já havia sido objeto de pregação pelo filósofo hindu Krishna e era crença comum entre os povos da antiguidade oriental. [...] O ponto que desejamos salientar é que, se a Bíblia trouxe revelações divinas ao homem, outras revelações têm sido ministradas por Deus a outros povos. Vários livros religiosos da antiguidade, cada um a seu tempo e atendendo às circunstâncias da sua época, contribuíram para a elevação moral dos povos (ANDRADE, 1995, p. 26).

Em outras palavras, muitas das leis incluídas no código de leis e ensinamentos supostamente revelados por Deus exclusivamente a Moisés no Antigo Testamento, ou a Jesus no Novo Testamento, já faziam parte de outros códigos ético-morais mais antigos, como as leis do Código de Hamurábi, escritas na Babilônia há mais de vinte séculos antes de Cristo e, portanto, muitos séculos antes de Moisés, e os livros sagrados dos hindus, escritos cerca de quatro ou cinco mil anos antes de Cristo.

Continuando com minha exemplificação, quatro mil anos antes do apóstolo Paulo declarar a verdade segundo a qual “o que o homem semeia, isso mesmo colherá” (Gálatas 6,7), “os livros sagrados hindus já diziam que uma pessoa se torna boa por atos bondosos e ruim por atos malévolos” (BACH, 1998, p. 28-29), o que vem a ser a mesma coisa.

37 - A IGREJA CATÓLICA É A “ÚNICA IGREJA DE CRISTO”?

No dia 10 de julho de 2007, o Vaticano publicou um documento afirmando que a Igreja católica é, e sempre foi e será a única Igreja de Cristo. Essa afirmação da Igreja Católica, por ser superexclusivista, discrimina todas as igrejas protestantes e ortodoxas. Quem discrimina o próximo não o ama. Por conseguinte, a Igreja Católica, que tanto fala de ecumenismo, contradiz-se ao afirmar que somente a Igreja Católica é “a Igreja de Cristo”. Como dialogar com as Igrejas protestantes e ortodoxas?

Conforme já vimos, este documento do Vaticano foi fortemente criticado pelo famoso teólogo católico Leonardo Boff.

38 - QUE DISTINÇÃO EXISTE ENTRE “PLURALISMO” E “RELATIVISMO” NO CONTEXTO DAS RELIGIÕES?

A perspectiva pluralista, como definida em meus livros ecumênicos, representa “o encerramento das hegemonias confessionais” (DER, verbete **pluralismo**), isto é, significa o fim da superioridade de uma religião sobre as demais e, por isso, representa um perigo para a fé cristã tradicional (cf. DER, *ibid.*), que sempre se considerou “superior” a todas as outras crenças religiosas deste planeta.

Pela **visão exclusivista**, cada cultura, etnia, raça, língua, religião etc. tende a proceder a uma autoavaliação como “superior” às demais. Com o advento da modernidade, essa velha postura tradicional tende a ser cada vez mais rejeitada.

39 - JESUS É O ÚNICO AUTOR DO VERSÍCULO EVANGÉLICO “CONHECEREIS A VERDADE E A VERDADE VOS LIBERTARÁ”?

Evidentemente, não. Quatro ou cinco mil anos antes de Jesus ensinar que o conhecimento da verdade liberta o homem, “conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” (João 8, 32), no Bhagavad Gita dos hindus – correspondente ao Evangelho dos cristãos – Krishna já ensinava que,

se alguém se apoderar da Verdade, entrará na mansão da suprema beatitude e repousará na paz da divindade. [...] Quem se integra no Ser Supremo e nele repousa está livre da incerteza e trilha caminho luminoso, do qual não há retorno, porque a luz da verdade o libertou do mal (apud ROHDEN, *Bhagavad Gita*, p. 57, 62).

40 - JESUS É O ÚNICO AUTOR DA VERDADE CRISTÃ EXPRESSA NO APOCALIPSE, “EU SOU O PRINCÍPIO E O FIM, O ALFA E O ÔMEGA?”

Evidentemente, não. A mesma verdade religiosa expressa no Apocalipse cristão, “Eu sou o princípio e o fim, o Alfa e o Ômega (cf.

Apocalipse 1,8), já havia sido expressa no *Bhagavad Gita*: “Eu sou o princípio dos mundos e sou o seu fim” (ROHDEN, *ibid.*, p. 78).

41 - JESUS É TAMBÉM O AUTOR EXCLUSIVO DA CHAMADA “REGRA DE OURO”?

Evidentemente, não. Jesus também não é o autor exclusivo da chamada “regra de ouro”: “Tudo aquilo, portanto que quereis que os homens vos façam, fazei-o vós a eles...” (Mateus 7, 12). Esta máxima de comportamento já era muito conhecida em religiões bem mais antigas do que o cristianismo, por exemplo, no judaísmo: “Não faças a ninguém o que não queres que te façam” (Tobias 4,15); no hinduísmo: “Não faças aos outros aquilo que, se a ti fosse feito, causar-te-ia dor” (apud RAMATÍS, 1996b, p. 9); no confucionismo: “Não faças aos outros aquilo que não queres que te façam” (*ibid.*).

42 - EXISTE PARALELISMO ENTRE AS NARRATIVAS EVANGÉLICAS SOBRE O SUPOSTO NASCIMENTO EXTRAORDINÁRIO DE JESUS E O DE OUTROS AVATRES?

Evidentemente, sim. O já referido teólogo Holger Kersten (cf. KERSTEN, p. 136-137), indica semelhanças incontestáveis entre as narrativas evangélicas sobre o suposto nascimento extraordinário de Jesus (cf. Lucas 1, 30-35) e as antigas lendas indianas sobre o nascimento de Krishna, o “Salvador” dos hindus, tido como a encarnação do deus Vishnu. Vejamos, em suas palavras, o seguinte paralelismo:

Vishnu, de acordo com as mais antigas fontes, apareceu sob a forma de homem em 4 000 a. C. à virgem Devanaki (= mulher criada para Deus) que pertencia à casa real. Devanaki caiu em êxtase, ofuscada pelo espírito de Deus, que se uniu a ela em divino e majestoso esplendor. Devanaki concebeu uma criança. Uma profecia no Atharva-Veda narra o acontecimento da seguinte forma: “Bendita és tu, Devanaki, entre todas as mulheres, e bem-vinda sejas entre os sagrados Rishis. Foste escolhida para a obra da salvação [...]. Ele virá com uma coroa de luz e o céu e a terra se encherão de júbilo [...]. Virgem e mãe, nós te

saudamos, como a mãe de todos nós, pois darás à luz ao nosso salvador, a quem darás o nome de Krishna". (KERSTEN, p. 136-137)

43 - A REVELAÇÃO FEITA POR DEUS POR MEIO DE JESUS FOI ÚNICA E DEFINITIVA?

Evidentemente, não. Do mesmo modo como o cristianismo mítico pretende ser a última e definitiva revelação de Deus à humanidade (a primeira tendo sido a revelação mosaica), o islamismo é considerado por seus seguidores como a terceira (e última) revelação de Deus aos homens, com o intuito de aperfeiçoar e atualizar as duas primeiras grandes revelações: a revelação de Deus por intermédio de Moisés (no judaísmo) e a revelação de Deus por intermédio de Jesus no cristianismo.

Esclareço que essa crença mítica em Revelação Religiosa Definitiva é um grande erro, pois ela não encontra nenhum apoio na história das religiões.

44 - JESUS FOI ÚNICO QUE NOS ENSINOU A AMAR O PRÓXIMO?

Evidentemente, não. É igualmente inegável a semelhança entre os **ensinamentos morais do hinduísmo** e os do **código de moral (ou de ética) universal**, autenticamente ensinados por Jesus no Sermão da Montanha (Mateus 5'7), tais como:

- a bondade,
- a retidão,
- o amor ao próximo,
- a retribuição do mal com o bem,
- o desapego,
- a caridade,
- a humildade,
- a esperança,
- o perdão,
- a renúncia das riquezas,
- a união com Deus etc. (cf. SCHURÉ, p. 54-58)

Em outras palavras, muitas das leis incluídas no código de leis e ensinamentos supostamente revelados por Deus

exclusivamente a Moisés no Antigo Testamento, ou a Jesus no Novo Testamento, já faziam parte de outros códigos ético-morais mais antigos, como as leis do Código de Hamurábi, escritas na Babilônia há mais de vinte séculos antes de Cristo e, portanto, muitos séculos antes de Moisés, e os livros sagrados dos hindus, escritos cerca de quatro ou cinco mil anos antes de Cristo.

45 - JESUS FOI ÚNICO QUE NOS ENSINOU A AMAR NOSSOS PRÓPRIOS INIMIGOS?

Evidentemente, não. Krishna, como o Cristo (ou Jesus) histórico, também ensinava um código de moral (ou de ética) universal, resumido na lei do amor: a bondade, a retidão, o amor ao próximo (até mesmo ao inimigo), a retribuição do mal com o bem, o desapego, a caridade, a humildade, a esperança, o perdão, a renúncia das riquezas, a união com Deus etc.(cf. KERSTEN, 1986, p. 136-137).

46 - CRISTO ERA O ÚNICO MESSIAS?

Evidentemente, não. Como vimos neste livro, Krishna, como Cristo, também era considerado o Messias (cf. KERSTEN, 1986, p. 136-137). Como já vimos neste livro, Hórus e Mitra também eram Messias, Salvadores e Filhos de Deus.

47 - CRISTO ERA A ÚNICA “PALAVRA DE DEUS”?

Evidentemente, não. Krishna, como Cristo, também era a “Palavra de Deus” (cf. KERSTEN, 1986, p. 136-137).

48 - CRISTO ERA O “ÚNICO CAMINHO”, A “ÚNICA VERDADE” E “A ÚNICA VIDA”?

Evidentemente, não. Como já vimos, mas convém repetir, Krishna, como Cristo, também declarava ser **O CAMINHO, A VERDADE E A VIDA**: “**Eu sou o caminho [...]; eu sou a vida [...]; sou eu mesmo a luz da Verdade [...]**” (ROHDEN, *Bhagavad Gita*, p. 92, n. 18-19; p. 101, n. 11) (negrito meu).

Como o Cristo da fé, também Hórus era visto como “o Senhor da Luz” [...], “o Caminho, a Verdade e a Vida” (HARPUR, p. 88 e 93).

Mitra (deus da Pérsia), que viveu mil anos de Cristo, também já fazia essa mesma afirmação.

49 - POR QUE TANTAS DISPUTAS PELO TÍTULO DE “VERDADEIRO CRISTÃO?”

Os cristãos dogmáticos normalmente negam o título de “verdadeiro cristão” a quem não crê nos dogmas do cristianismo tradicional.

Em face dessa polêmica, é necessário esclarecer que qualquer religião ou seita pode dizer-se “cristã”, mesmo que não adira aos dogmas ou mitos do cristianismo tradicional, contanto que procure pautar sua vida pelo código de moral universal que o Jesus histórico pregou. É de conhecimento geral que os cristãos tradicionais (católicos, ortodoxos e evangélicos) negam expressamente o título de cristão a quem não crê nos dogmas míticos que eles atribuíram a Jesus ao longo da história do cristianismo. Basta que alguém negue uma só das verdades dos Credos da Cristandade para não merecer, por hipótese alguma, o título de “cristão”. Menos ainda pode fazer jus ao título de “cristão”, alegam, quem acredita em “comunicação com os mortos” e em “reencarnação”.

Essa disputa pelo título de “verdadeiro cristão” teve (e continua tendo) trágicas consequências para a convivência fraterna entre todos aqueles que se dizem “cristãos”: seguidores do “cristianismo dogmático/mítico” com (ou sem) a prática do amor ou apenas praticantes do amor (sem adesão a dogmas ou mitos).

50 - QUAL A SOLUÇÃO PARA PÔR FIM ÀS VELHAS DISPUTAS PELO TÍTULO DE “VERDADEIRO CRISTÃO?”

A saída lógica sugerida para pôr fim às velhas disputas pelo título de “verdadeiro cristão” é a seguinte: uns e outros têm direito a esse título, mas em sentidos distintos do mesmo termo. Assim, os católicos, ortodoxos e evangélicos têm o direito de acreditar em seus dogmas ou mitos e de afirmar que só é “cristão”, no sentido dogmático e exclusivista, aquele que professa as verdades dos credos cristãos. Por outro lado, todos aqueles que simplesmente procuram vivenciar a lei do amor, mesmo não aderindo aos dogmas

míticos do cristianismo ortodoxo, também têm o direito ao título de “cristão”, no sentido definido pelo próprio Jesus histórico, como aquele que ama o próximo: “Nisso conhecerão todos que sois meus discípulos [isto é, que sois “cristãos”], se tiverdes amor uns pelos outros” (João 13,35).

Em síntese, mediante essa clara distinção entre as duas modalidades básicas de cristianismo, deveriam cessar os ataques e os preconceitos de ambos os lados. Bastaria que cada lado entendesse em que sentido o outro se define como “cristão” e que cada lado respeitasse o sentido do título de “cristão” de cada um.

51 - “O JESUS HISTÓRICO” E “O JESUS MÍTICO” É EXCLUSIVIDADE DO CRISTIANISMO?

Evidentemente, não. Assim como é preciso distinguir o “Jesus histórico” do “Jesus mítico”, do mesmo modo é preciso distinguir também o “Buda histórico” do “Buda mítico”. O Buda histórico não nasceu de um parto virginal e miraculoso, mas o Buda mítico, sim, conforme comprovo em todos os meus livros ecumênicos, à luz da história das religiões. Do mesmo modo como o Jesus histórico foi mitificado, isto é, transformado num personagem mítico (ou mitológico), o mesmo aconteceu com o Buda histórico, que foi mitificado, isto é, transformado num personagem mítico (ou mitológico).

52 - CRISTO ERA TAMBÉM O ÚNICO “DEUS ENCARNADO”?

Evidentemente, não. Krishna, como Cristo, também era “Deus encarnado” (cf. SCHURÉ, 1986, p. 54-58). Também Hórus era visto como “Deus encarnado” (HARPUR, p. 88 e 93). Inúmeros outros personagens da história deste planeta eram vistos como “Deus encarnado”.

53 - CRISTO ERA TAMBÉM A ÚNICA SEGUNDA PESSOA DA “TRINDADE DIVINA”?

Evidentemente, não. Krishna, como Cristo, também era a Segunda Pessoa da Trindade (cf. SCHURÉ, 1986, p. 54-58).

54 - CRISTO ERA TAMBÉM O ÚNICO “SALVADOR DO MUNDO”?

Evidentemente, não. Krishna, como Cristo, também era considerado o Único Salvador do mundo (cf. SCHURÉ, 1986, p. 54-58). Como já foi dito neste livro, Hórus e Mitra também eram Messias, Salvadores e Filhos de Deus.

55 - CRISTO ERA TAMBÉM O ÚNICO “VERBO CRIADOR DO MUNDO”?

Evidentemente, não. Krishna, como Cristo, também era considerado o Único Verbo Criador do mundo (cf. SCHURÉ, 1986, p. 54-58).

56 - DEUS “AUTOESVAZIOU-SE” SOMENTE NA PESSOA DE JESUS CRISTO?

Evidentemente, não. A crença mítica no “autoesvaziamento” temporário de Deus, para encarnar-se num ser humano, era comum a muitas outras culturas religiosas bem mais antigas do que o cristianismo. Segundo esse mito antigo, Deus pode “autoesvaziar-se” temporariamente de seus atributos divinos e encarnar-se na forma de um ser humano, assumindo todas as nossas imperfeições e limitações, o chamado mito da *kenosis*, ou do “autoesvaziamento” de Deus.

O apóstolo Paulo, em sua carta aos Filipenses (Filipenses 2, 6-11), expõe a chamada doutrina da *kenosis* de Cristo, ou seja, a doutrina mítica do “autoesvaziamento” de Deus na pessoa de Jesus,

*o qual, subsistindo na forma de Deus,
não se aferrou a sua igualdade com Deus,
mas aniquilou-se a si mesmo
para assumir a condição de servo,
e se fez semelhante aos homens;
foi ainda mais humilde,
a ponto de aceitar a morte,
e morte na cruz.
Porém Deus o exaltou
e lhe deu o nome*

*que está acima de todos os nomes,
para que, ao nome de Jesus,
todas as criaturas,
nos céus, e na terra, e debaixo da terra,
e toda língua aclame
Jesus como o Senhor [kyrios]
para a glória de Deus Pai. (Filipenses 2, 6-11) (versão
extraída de ARMSTRONG, 2008, p. 124-125)*

Essa crença mítica (paulinista) é outra grande mentira sobre Jesus. É a doutrina mítica segundo a qual Deus “autoesvaziou-se” temporariamente de seus atributos divinos, ao encarnar-se na pessoa física de Jesus, a fim de que ele sofresse e morresse na cruz para pagar os nossos pecados.

Este chamado mito da *kenosis*, ou do “autoesvaziamento” de Deus, é idêntico ao mito do “Deus encarnado”, comum a muitas outras religiões, e não exclusivamente ao cristianismo, em que Deus supostamente se encarna num ser humano, que passa a ser chamado de “avatar” ou “salvador”, o qual vem ao mundo para nos redimir ou nos salvar, inclusive com seu derramamento de sangue.

No cristianismo exclusivista paulinista, conforme já sabemos, Jesus é visto como o único salvador da humanidade, a única encarnação de Deus na história, o único “avatar” enviado por Deus a este mundo para nos redimir de nossos pecados mediante seu sangue derramado na cruz. Para os cristãos dogmáticos paulinistas, **SÓ JESUS SALVA!** Que grande mentira!

O escritor Tom Harpur nos esclarece, em seu livro “O Cristo dos Pagãos”, que os estudos comparativos das religiões (sobretudo das chamadas “religiões de mistérios”) comprovam que quase todas as crenças tradicionais do mundo repousam em um mito central de um “Salvador” (um “avatar”), ou seja, um filho de um rei/deus celestial que desce para o mundo de trevas inferior, sofrendo, morrendo e ressuscitando, antes de voltar ao seu mundo superior de origem (cf. HARPUR, 2008, p. 50-51):

A história nos diz como esse rei/deus conquista a vitória sobre os seus inimigos, tem um cortejo triunfante e é entronizado nas alturas. [...] **Os pesquisadores dedicados**

ao estudo comparativo das religiões fizeram listas de trinta a cinquenta desses avatares ou salvadores. Kersey Graves escreveu um livro intitulado *The World's Sixteen Crucified Saviors* [**Os 16 Salvadores Crucificados no Mundo**]. Frank e Gandy mostram que a religião cristã e as religiões de mistério dos períodos anteriores e contemporâneo compartilham praticamente todas as mesmas crenças, doutrinas, rituais e ritos (HARPUR, *ibid.*) (negrito meu).

O mito da salvação cristã, segundo nos esclarece o escritor Ambrogio Donini, também se origina da fórmula antiga de um escravo que adquire a sua liberdade:

O preço do resgate pode ser pago diretamente, ou por um terceiro, sob várias formas, em favor do escravo. A concepção total do mito da salvação cristã já está contida nesta fórmula. [...] Sendo o homem um pecador e incapaz de libertar-se pagando à divindade o preço do seu resgate, intervém um “redentor”, o qual paga por ele com a sua paixão e a sua morte: esta é a essência da doutrina soteriológica entre os primeiros escritores cristãos gregos, latinos e sírios. [...] Para alguns, o “preço do resgate” é pago a Satanás, que tinha o homem em seu poder (DONINI, p. 203).

Conforme venho argumentando, à luz da filosofia espírita da “fé raciocinada”, o que nos salva, ou melhor, o que nos liberta e nos faz evoluir espiritualmente, é a prática da caridade, a qual inclui, obviamente, a “kenosis”, no sentido de “desapego”, “humildade”, “mansidão”, “amor”, “perdão”, mas não a “kenosis” no sentido mítico da crença num avatar ou salvador exclusivista, como o Cristo da fé, que supostamente veio ao mundo para nos salvar, nos redimir, mediante sua morte expiatória com seu derramamento de sangue na cruz.

Para o apóstolo Paulo, como já vimos, a salvação não vem pelas obras de amor-caridade, mas exclusivamente pela fé em Cristo morto e ressuscitado. Segundo essa sua doutrina, se uma pessoa pudesse se salvar apenas pelo cumprimento da lei judaica (incluindo obviamente a Lei do Amor), então não teria sido preciso que o Deus-Jesus se “autoesvaziasse” e viesse morrer na cruz. Logo, o fato de

o Deus-Jesus ter se “autoesvaziado” e morrido na cruz tinha de significar, no raciocínio de Paulo, que Deus queria mesmo que Jesus morresse na cruz, pois, para Paulo, **“a salvação exigia sofrimento. Ainda mais que isso, exigia o horrendo sofrimento da crucificação”** (EHRMAN, 2008, p. 128) (negrito meu).

Como aceitar essa doutrina absurda, repugnante, sadista, masoquista e sadomasoquista, ou seja, essa chamada “teologia do sangue”, pela qual o Deus antropomórfico dos cristãos parece ter tido prazer com o sofrimento de seu próprio Filho Jesus morto na cruz? O Deus verdadeiro pode deleitar-se com o sofrimento dos outros? Além disso, Deus poderia morrer? Alguns teólogos defendem a tese de que Jesus morreu como homem, e não como Deus, mas esses mesmos teólogos paulinistas se contradizem ao ensinar que **“não se pode separar o lado humano de Jesus do seu lado divino!”** Logo, segundo essa visão, Jesus teria morrido como homem e Deus. Por isso, “a Igreja Católica, durante milênios, dedicou-se a tachar os judeus de **assassinos de Deus**” (ARIAS, 2001, p. 92) (negrito meu).

Por influência de religiões pagãs mais antigas, os teólogos cristãos paulinistas sempre defenderam a tese absurda de que Deus, tendo ficado aborrecido, por causa do suposto “pecado original”, decidiu enviar seu próprio Filho Jesus Cristo para sofrer e morrer na cruz a fim de pagar nossa culpa original e nos salvar.

Para concluir a resposta da presente pergunta, reafirmo que, segundo o ponto de vista que defendo, não é a crença num avatar ou salvador externo, ou seja, num Deus encarnado, que se “autoesvaziou” de seus atributos divinos e morreu crucificado, como no caso do Cristo da fé, que nos redime, que nos salva, ou melhor, que nos liberta e nos faz evoluir espiritualmente, mas unicamente a prática do amor-caridade: **FORA DA CARIDADE NÃO HÁ SALVAÇÃO**, como prega o espiritismo. O “Jesus histórico” também pregou que não queria sacrifícios, mas a prática do amor-caridade: **“Misericórdia é que eu quero, e não sacrifício”** (Mateus 9,13) (negrito meu).

57 - CRISTO ERA TAMBÉM O ÚNICO “FILHO DE DEUS COM UMA MULHER DA TERRA”?

Evidentemente, não. Krishna, como Cristo, também era filho de Deus com uma mulher da Terra (cf. SCHURÉ, 1986, p. 54-58). Assim, por exemplo, os chamados *heróis* na mitologia grega eram tidos como “filhos de um deus e de uma mortal” (COMMELIN, p. 215); Teseu, o décimo rei de Atenas, também é chamado, às vezes, de “filho de Netuno”, a grande divindade dos trezenienses (ibid.); Júpiter, o pai, o rei dos deuses e dos homens, também engravidou um grande número de mulheres da Terra, e delas nasceram muitos filhos, que foram todos colocados entre os deuses e semideuses (ibid., p. 21-22); “a deusa Vênus (‘Afrodite’, em grego) gerou Eneias e um grande número de mortais” (ibid., p. 60-61).

58 - A MÃE DE CRISTO FOI A ÚNICA FECUNDADA POR “UMA DIVINDADE, E NÃO POR UM HOMEM DA TERRA”?

Evidentemente, não. A mãe de Krishna, como a mãe de Cristo, foi fecundada por uma divindade, e não por um homem da Terra (cf. SCHURÉ, 1986, p. 54-58) (negrito meu).

59 - SOMENTE A MÃE DE CRISTO FOI CONCEBIDA SEM PECADO?

Evidentemente, não. A mãe de Krishna, como a mãe de Cristo, foi concebida sem pecado (cf. KERSTEN, 1986, p. 136-137).

60 - A MÃE DE JESUS FOI A ÚNICA “MÃE DE DEUS” NA HISTÓRIA DAS RELIGIÕES?

Evidentemente, não. Sabemos, pela história das religiões, que o mito da “Mãe de Deus” era muito comum entre as religiões bem mais antigas do que o cristianismo. As religiões pagãs costumavam dar uma mãe às suas divindades, por exemplo, na Babilônia, existiu “Istar” (ou ‘Ishtar’), a mãe virgem do deus Tamuz. Segundo esclarece o escritor José Reis Chaves, “a palavra inglesa *Easter* (Páscoa) é derivada de *Istar* (mãe virgem de Tamuz imolado)” (CHAVES, 2006, p. 103).

Na Grécia, existiu “Deméter” (a “mãe” de Deus) e “Dioniso” (o “filho” de Deus), duas das divindades mais populares da Grécia antiga, cuja história, ritos e festas antecipam efetivamente, sob muitos aspectos, a religião cristã (cf. DONINI, 1965, p. 145).

Aliás, o termo “**Dioniso**” (da língua trácio-frígia, “dioniso”) significa etimologicamente “filho de deus” – “**dio-niso**” (cf. DONINI, *ibid*, nota 26). A história de Dioniso, o deus libertador, o “filho de deus”, é muito semelhante à história do “Jesus mítico” (o “Cristo da fé”), o Filho de Deus e o único libertador (salvador) da humanidade, segundo o mito exclusivista cristão.

Mas se Jesus não é Deus, como argumento que ele, de fato, não o é, cai por terra a crença mítica na maternidade divina de sua mãe, conforme já defendiam, corretamente, os chamados “hereges” nestorianos da Igreja primitiva (século V), os quais afirmavam, contrariamente ao dogma católico, que Maria não é “Mãe de Deus” (em grego, “Theotókos”), mas apenas “Mãe do homem Jesus Cristo” (em grego, “Cristotókos”).

O monge Nestório de Antioquia, num de seus sermões, afirmava:

Ninguém venha me dizer que Maria é mãe de Deus; ela foi mulher, e Deus não pode nascer de mulher; sustentar o contrário é imitar os pagãos que dão uma mãe às suas divindades (FRANGIOTTI, 1995, p. 128).

Nestório foi condenado no terceiro Concílio Ecumênico, realizado em Éfeso, no ano 431 (o qual proclamou o dogma mítico da maternidade divina de Maria), e, porque se recusou a submeter-se às definições dogmáticas desse Concílio, foi enviado para o exílio, onde morreu.

O escritor José Reis Chaves, em seu livro *A Face Oculta das Religiões: uma visão racional da Bíblia*, explica a questão nestoriana nos seguintes termos:

O Nestorianismo surgiu com Nestório, Bispo Patriarca de Constantinopla, no século V. Sua tese ensinava que em Jesus Cristo havia duas pessoas: uma divina e outra humana, e que essas pessoas eram separadas entre si, sendo uma delas a do Cristo, o Verbo de Deus, e a outra a

do homem Jesus, no qual veio encarnada a Pessoa Divina do Verbo de Deus, o Cristo. Nestório não aceitava o título em grego de “Theotókos” (“Mãe de Deus”) dado a Maria, Mãe de Jesus. Para Nestório, Maria era apenas Mãe do homem Jesus, portanto, deveria receber o título em grego de “Cristotókos” (“Mãe do homem Jesus Cristo”). Mas o Concílio Ecumênico de Éfeso (431), apreciando a questão nestoriana, condenou-a, afirmando que em Jesus havia uma só pessoa, ou seja, a Pessoa Divina, e que Maria deveria ter o título grego de “Theotókos” (“Mãe de Deus”). E, assim, a Igreja criou a oração “Santa Maria, Mãe de Deus...” que foi acrescentada à Ave Maria bíblica da saudação do anjo Gabriel a Maria. [...] O título de “Mãe de Deus” para Maria é estranho e deixa confusos e enrolados os próprios teólogos, pois Deus nunca pode ter tido mãe e nunca poderá tê-la! (CHAVES, 2006, p. 47-48).

Não há como não concordar plenamente com Nestório, com sua tese de que Maria não é, de fato, literalmente, Mãe de Deus (“Theotókos”), mas apenas Mãe do homem Jesus (“Cristotókos”). “Aliás, seria o cúmulo do absurdo alguém aceitar que Deus tem Mãe” (CHAVES, *ibid.*, p. 100).

Além de nenhuma mulher poder ser “Mãe de Deus”, as mulheres (incluindo a mãe de Jesus) só podem ser mães do **corpo** e não do **espírito** (ou **alma**) de alguém, como bem esclarece o escritor José Reis Chaves nos seguintes termos:

Alegam os teólogos dogmáticos que Maria é Mãe de Deus porque a mãe de uma pessoa é mãe do conjunto todo de alma e corpo. Isso não é verdade, pois a mãe de uma pessoa é apenas mãe da parte biológica, de cuja criação ela participou, mas jamais do espírito que, além de não ter mãe, preexiste à criação biológica do corpo. [...] O próprio Jesus destaca que o que é nascido da carne é carne e o que é nascido do espírito é espírito (João 3,6). [...] Em outros termos, o corpo é filho da sua mãe biológica, mas o espírito do corpo não tem mãe. O espírito vem de Deus, o corpo vem do pai, da mãe e, mais remotamente, da terra. O espírito só forma um conjunto com o corpo, enquanto o espírito está reencarnado no corpo. [...] E, se o espírito não é criado junto com o corpo, a mãe biológica do corpo não entra na criação

do espírito, do que se conclui que ela não é mãe também do espírito. E disso tudo se infere que **Maria, Mãe de Jesus, só é mãe do corpo e não do espírito de Jesus** (CHAVES, 2006, p. 100-101) (negrito meu).

Com base nessa convincente argumentação, mesmo para os que acreditam que Jesus seja Deus e que o seu corpo não tenha sido biologicamente gerado por Maria e seu esposo, mas por obra do Espírito Santo, conforme os dogmas (ou mitos) cristãos, Maria não pode ter sido mãe do espírito (ou alma) de Jesus (ou de Deus).

Em suma, para concluir, reafirmo que Maria não é literalmente mãe a “Mãe de Deus”, mas apenas **mãe do corpo físico de Jesus**. Defender o contrário, é querer permanecer no erro, na mentira, sobre Jesus e sua mãe.

61 - CRISTO FOI O ÚNICO “ASSASSINADO POR SOLDADOS E MORREU TRESPASSADO POR UMA SETA”?

Evidentemente, não. Krishna, semelhante a Cristo, também foi assassinado por soldados e morreu trespassado por uma seta (cf. SCHURÉ, 1986, p. 54-58).

62 - SOMENTE APÓS A MORTE DE CRISTO FOI QUE “O SOL DESAPARECEU”?

Evidentemente, não. Após a morte de Krishna, como após a morte de Cristo, o sol sumiu, um grande vento surgiu de repente e uma tempestade de neve tombou no Himávat sobre a terra. O céu escureceu, um turbilhão negro varreu as montanhas (cf. SCHURÉ, 1986, p. 54-58).

63 - SOMENTE CRISTO FOI QUE “APARECEU RESSUSCITADO AOS SEUS DISCÍPULOS”?

Evidentemente, não. Krishna, como Cristo, também apareceu ressuscitado aos seus discípulos (cf. SCHURÉ, 1986, p. 54-58).

64 - SOMENTE CRISTO FOI QUE “SUBIU AOS CÉUS APÓS SUA MORTE E RESSUREIÇÃO”?

Evidentemente, não. Krishna, como Cristo, também subiu aos céus após sua morte e ressurreição (cf. SCHURÉ, 1986, p. 54-58).

65 - SOMENTE CRISTO FOI QUE “SELOU SUA OBRA COM O SACRIFÍCIO DE SUA VIDA”?

Evidentemente, não. Krishna, como Cristo, também selou a sua obra com o sacrifício de sua vida (cf. SCHURÉ, 1986, p. 54-58). Por causa do Deus-Sol, criou-se o antigo mito pagão do jovem deus solar expiatório que ressuscitava três dias depois de sua morte, uma lenda que se aplicou totalmente ao Jesus mítico.

66 - SOMENTE O CRISTO BÍBLICO NASCEU DE MANEIRA MIRACULOSA E FOI ANUNCIADO POR ANJOS COMO “O ÚNICO SALVADOR DA HUMANIDADE”?

Evidentemente, não. Como o Cristo bíblico, Buda também nasceu de maneira miraculosa e foi anunciado por anjos como o salvador da humanidade (cf. KERSTEN, 1986, p. 85-93).

67 - SOMENTE O SIMEÃO DO EVANGELHO CRISTÃO “PROFETIZOU A VINDA DO MESSIAS”?

Evidentemente, não. Existe, também, um Simeão budista, que profetizou o nascimento de Buda, de forma semelhante àquela com que o velho e santo Simeão profetizou a vinda do Messias (cf. KERSTEN, 1986, p. 85-93).

68 - SOMENTE JESUS, COM A IDADE DE 30 ANOS, “INICIA SUA CARREIRA ESPIRITUAL”?

Evidentemente, não. Mais ou menos com a idade de 30 anos, isto é, com a mesma idade de Jesus, Buda inicia sua carreira espiritual (cf. KERSTEN, 1986, p. 85-93).

69 - SOMENTE JESUS FOI “TENTADO PELO DIABO”?

Evidentemente, não. Durante um jejum e penitência, Buda é tentado pelo mal, da mesma forma como Jesus o foi pelo diabo, após 40 dias e 40 noites de abstinência (cf. KERSTEN, 1986, p. 85-93).

70 - SOMENTE O CRISTO BÍBLICO TEVE “12 DISCÍPULOS”?

Evidentemente, não. Como o Cristo bíblico, também Buda teve doze discípulos (cf. KERSTEN, 1986, p. 85-93). Como já foi dito neste livro, Krishna, Hórus e Mitra também tiveram 12 discípulos.

Conforme já vimos, mas convém repetir aqui, há coincidências interessantes entre o Jesus mítico que os cristãos apresentam e os deuses e personagens míticos anteriores, como o deus Hórus, do Egito; o deus Mitra, da Pérsia; e o deus Krishna, da Índia. Nas palavras de Juan Arias,

todos nascem de uma virgem. Hórus e Mitra também nascem em 25 de dezembro. Todos fizeram milagres, **todos tiveram 12 discípulos que corresponderiam aos 12 signos do zodíaco**, todos ressuscitaram e subiram aos céus depois de morrer. Hórus e Mitra foram chamados Messias, Redentores e Filhos de Deus. Krishna foi considerado a Segunda Pessoa da Santíssima Trindade e foi perseguido por um tirano que matou milhares de crianças inocentes. Além disso, Krishna também se transfigurou, como Jesus, diante de seus três discípulos preferidos, foi crucificado e subiu aos céus. Exatamente como o profeta de Nazaré. Os mitólogos se perguntam: “Precisamos de mais coincidência? (ARIAS, 2001, p. 111-112) (negrito meu).

71 - SOMENTE OS PRIMEIROS SEGUIDORES DO CRISTO BÍBLICO FORAM “DOIS IRMÃOS”?

Evidentemente, não. Os primeiros seguidores de Buda são também dois irmãos, exatamente como aconteceu com Jesus (cf. KERSTEN, 1986, p. 85-93).

72 - SOMENTE O CRISTO BÍBLICO TEVE “UM DISCÍPULO FAVORITO E UM TRAIADOR”?

Evidentemente, não. Como Jesus, Buda também teve um discípulo favorito e um traidor (cf. KERSTEN, 1986, p. 85-93).

73 - SOMENTE JESUS PREGOU “UM CÓDIGO DE MORAL (OU DE ÉTICA) UNIVERSAL, RESUMIDO NA LEI DO AMOR”?

Evidentemente, não. A grande afinidade existente entre os ensinamentos éticos de Buda e de Jesus é bem conhecida: Ambos proibem matar, roubar, mentir e ter relações sexuais ilícitas. Ambos mandam respeitar os mais velhos. Ambos louvam a paz interior. Ambos querem pagar o mal com o bem, e **recomendam amar os inimigos**, não acumular riquezas supérfluas, e optar pela misericórdia em vez do sacrifício (cf. KERSTEN, 1986, p. 85-93) (negrito meu).

74 - SOMENTE JESUS APRESENTA-SE COMO “O FILHO DO HOMEM”?

Evidentemente, não. Buda e Jesus apresentam-se como “o Filho do Homem” (cf. KERSTEN, 1986, p. 85-93).

75 - SOMENTE JESUS ERA CHAMADO DE “PROFETA”, “MESTRE” E “SENHOR”?

Evidentemente, não. Buda e Jesus eram chamados de “Profeta”, “Mestre” e “Senhor” (cf. KERSTEN, 1986, p. 85-93). Como comprovo em minhas obras ecumênicas, inúmeros outros personagens deste planeta também foram chamados de “Profeta”, “Mestre” e “Senhor”.

76 - SOMENTE JESUS ERA CHAMADO DE “LUZ DO MUNDO” E “LUZ VERDADEIRA”?

Evidentemente, não. As denominações de Buda, “Olho do Mundo” e “Luz Inigualável”, correspondem àquelas de Jesus: “Luz do Mundo” e “Luz Verdadeira” (cf. KERSTEN, 1986, p. 85-93).

Conforme já foi dito neste livro, Mitra também era o Filho de Deus e a Luz do Mundo.

77 - SOMENTE JESUS AFIRMOU QUE “AQUELES QUE O AMASSEM SERIAM RECEBIDOS NO PARAÍSO”?

Evidentemente, não. Assim diz Buda: “Aqueles que acreditam em mim e me amam serão certamente recebidos no paraíso. Aqueles que acreditam em mim serão salvos”. No Evangelho de João, as palavras são incrivelmente similares: “Quem ouve minha palavra e crê naquele que me enviou tem a vida eterna...” (João 5, 24). E mais: “Quem crê em mim, viverá” (João 11,25) (cf. KERSTEN, 1986, p. 85-93).

78 - SOMENTE JESUS AFIRMOU A SEUS DISCÍPULOS QUE “QUEM TIVER OUVIDOS PARA OUVIR, QUE OUÇA”?

Evidentemente, não. Buda [como Jesus] diz a seus discípulos: “Quem tiver ouvidos para ouvir, que ouça”. Por sua intercessão acontecem milagres, os doentes são curados, os cegos voltam a ver, os surdos ouvem, os aleijados começam a andar (cf. KERSTEN, 1986, p. 85-93).

79 - SOMENTE OS DISCÍPULOS DE JESUS FIZERAM MILAGRES?

Evidentemente, não. Se os discípulos de Jesus fazem milagres, o mesmo aconteceu com os discípulos de Buda (cf. KERSTEN, 1986, p. 85-93).

80 - SOMENTE SÃO O APEDRO ANDOU SOBRE AS ÁGUAS?

Evidentemente, não. Antes de São Pedro, também um discípulo de Buda andou sobre as águas; nesse episódio Pedro afunda quando sua fé começa a ser abalada e o mesmo acontece com o discípulo de Buda ao despertar de uma profunda meditação sobre seu Mestre. São Pedro foi salvo pelo Senhor; o discípulo de Buda, pela renovação de sua confiança no Mestre. É claro que o Novo Testamento importou esses particulares de fora, uma vez que o fenômeno de caminhar sobre as águas era totalmente

estranho aos judeus, ao passo que era muito comum na Índia (cf. KERSTEN, 1986, p. 85-93).

81 - “A PARÁBOLA DA VIÚVA POBRE” FOI CONTADA EXCLUSIVAMENTE POR JESUS?

Evidentemente, não. Um dos mais surpreendentes paralelos entre as escrituras budistas e o Novo Testamento é **a parábola da viúva pobre** (cf. Marcos 12, 41-44). Essa parábola foi copiada da literatura budista (cf. KERSTEN, 1986, p. 85-93) (negrito meu).

82 - JESUS AINDA PODE SER VISTO COMO UM “RELIGIOSO EXCLUSIVO”?

Evidentemente, não. Diante de todas as evidências feitas pela comparação entre o Jesus dos cristãos dogmáticos e outras divindades de religiões bem mais antigas do que o cristianismo, Jesus Cristo não pode mais ser visto como um personagem exclusivo, excepcional e único. Defender a exclusividade de Jesus é um grande erro, é uma grande mentira religiosa que precisa ser discutida e debatida na mesa do diálogo inter-religioso.

83 - JESUS FOI O ÚNICO DEUS ENCARNADO QUE NASCEU E MORREU NA CRUZ PARA PAGAR OS NOSSOS PECADOS?

Deus pode nascer e morrer? Que crença absurda! Deus, sendo puro espírito, infinito, imaterial, não pode nascer nem morrer. Nesse contexto, tinham muita razão vários escritores dos primeiros séculos do cristianismo, como, entre outros, Celso (séc. II) e Porfírio (séc. III), os quais diziam: “A Encarnação é um absurdo. Deus, o perfeito, o imutável, não pode rebaixar-se a ponto de se tornar uma criancinha” (apud COMBY, 1996, p. 35). Porfírio (apud COMBY, p. 37) escreveu:

Mesmo supondo que algum dos gregos seja bastante obtuso para pensar que os deuses habitam nas estátuas, essa seria uma concepção mais pura que a de admitir que o Divino tenha descido no seio da Virgem Maria, que se tenha tornado embrião, que, após o seu nascimento, tenha sido

envolvido em panos, todo sujo de sangue, de bÍlis e pior ainda [...] .

No ConcÍlio de Niceia (ano 325), convocado pelo imperador Constantino,

os bispos acrescentaram ao Filho de Deus o adjetivo *homousios*, que significa que o Filho tem a mesma *ousía*, a mesma substância que o Pai – em outras palavras, que é consubstancial ao Pai. Esse termo afirma a perfeita igualdade entre o Pai e o Filho. [...] O acordo de Niceia é rapidamente questionado. Muitos rejeitam o termo *homousios* porque não é encontrado nas Escrituras. Outros recordam que a palavra foi utilizada por heréticos que distinguiam de modo errôneo o Pai do Filho. Logo, a maior parte dos orientais recusa a fórmula de Niceia, excetuando-se *Atanásio*, bispo de Alexandria a partir de 328. O Ocidente latino permanece, de maneira geral, fiel a Niceia (COMBY, p. 92-93).

A verdade histórica, porém, é que as interpretações literalistas de Niceia e de Calcedônia, acerca da identidade mítica de Jesus, nunca deixaram de ser contestadas ao longo de toda a história do cristianismo, tendo causado muitos conflitos ideológicos e sérias divisões entre os próprios cristãos. A interpretação literal da encarnação de Deus na pessoa de Jesus é, de fato, uma crença absurda.

Na minha visão (e na de muitos outros estudiosos críticos do cristianismo), o maior erro doutrinário do cristianismo é o dogma da divindade de Jesus, segundo o qual Jesus é literalmente Deus encarnado, uma pessoa totalmente divina, com duas naturezas (a divina e a humana).

O dogma da divindade de Jesus é, indubitavelmente, o fundamento de todo o cristianismo tradicional. Se esse dogma é literalmente falso, como, de fato, argumento que o é, falsos são também todos os demais dogmas ou mitos cristãos que dependem dessa crença literal na divindade de Cristo, tais como: a trindade, o nascimento miraculoso de Jesus, sua morte expiatória, sua ressurreição dos mortos, sua unicidade salvífica e da religião (ou

igreja) por ele supostamente instituída, seu retorno físico por ocasião do suposto juízo final, o batismo das crianças, a maternidade divina e a virgindade perpétua de sua mãe etc.

Segundo o ponto de vista que defendo, a crença de que Jesus é literalmente Deus encarnado, Segunda Pessoa da Santíssima Trindade, não é uma verdade histórica, mas um mito, por sinal, o mito cristão fundamental, do qual, repito, dependem todos os demais dogmas ou mitos do cristianismo tradicional.

O Jesus histórico nunca declarou ser uma pessoa divina (no sentido literal da palavra). As passagens evangélicas que lhe atribuem tal declaração (por ex., Mateus 26,63-64; Marcos 14,62; João 10,30;14,9-10) foram criações dos evangelistas para enaltecer a sua pessoa e para dar credibilidade exclusiva ao cristianismo dogmático.

Nas palavras do escritor inglês John Hick (o maior teólogo pluralista do mundo),

o Jesus histórico não advogou para si ser Deus, Filho de Deus, segunda pessoa da Trindade, encarnado, e a doutrina da encarnação é uma criação da Igreja, apenas finalmente definida no Concílio de Calcedônia no ano 451, depois de mais de quatro séculos de muitas lutas e brigas entre as maiores lideranças do cristianismo primitivo (HICK, 1977, p. ix-x).

O Jesus histórico não pode ter cometido a blasfêmia de ter declarado ser “Filho de Deus” – no sentido *literal, natural* – como dogmatizaram os cristãos, fundamentados na mitologia de muitos povos antigos, principalmente na mitologia greco-romana, em que as encarnações e filiações divinas (no sentido natural/biológico) eram vistas como fenômenos normais.

Convém sabermos que, como o Cristo da fé, também Hórus (do Egito) era visto como Deus encarnado, o Filho de Deus, o Salvador do mundo, nascido de um parto virginal e filho de uma mãe divina. Como o Cristo mítico, também Hórus era “o Senhor da luz” [...], “o Caminho, a Verdade e a Vida” (HARPUR, 2008, p. 88 e 93).

84 - A IGREJA CATÓLICA É A ÚNICA “RELIGÃO DE DEUS”?

Nos Atos dos Apóstolos, Paulo de Tarso, principal fundador do cristianismo dogmático e mítico, faz uma clara referência à Igreja Católica como **“a Igreja de Deus, que ele adquiriu para si pelo sangue de seu próprio Filho”** (Atos dos Apóstolos, 20,28) (negrito meu). Na visão que defendo, há, pelo menos, três erros nessa teologia paulina: (1) Deus não fundou nenhuma religião ou igreja; (2) Jesus não é literalmente “Filho de Deus” nem “Deus encarnado” e (3) se Deus quisesse fundar uma religião ou igreja, Ele não precisaria do sangue derramado de ninguém, pois o verdadeiro Deus não é “masoquista”, ou seja, não tem prazer com o próprio sofrimento. Essas crenças são velhos mitos cristãos que precisam urgentemente ser discutidos na mesa do diálogo inter-religioso.

“A RELIGÃO DE DEUS”, como acertadamente prega a **LBV (Legião da Boa Vontade)**, é a **prática do Amor**, pregada e vivida por Jesus, há dois mil anos, mas que tem sido bastante negligenciada pela grande maioria dos que se dizem “cristãos”, os quais, como tenho acentuado por diversas vezes em meus livros ecumênicos e em meu *blog*, sempre deram mais valor aos dogmas (ou mitos) cristãos teológicos e cristológicos, isto é, relativos à natureza de Deus e à pessoa de Jesus, do que à sua mensagem verdadeiramente redentora de amor a Deus e ao próximo. Prova disso é a fragmentação constante do cristianismo dogmático e mítico ao longo de sua história, suas guerras, suas pretensões exclusivistas, seu sentimento de unicidade e de superioridade em relação às outras religiões etc. Quantas mortes, intolerância e discriminações ao longo da história do cristianismo mítico. Quem discrimina o próximo não o ama! Quem mata o próximo não o ama. O amor só pode fazer o bem, e não o mal.

O Jesus histórico, de fato, resumiu todos os seus ensinamentos no **MANDAMENTO DO AMOR**: **“Isto vos ordeno: amai-vos uns aos outros”** (João 15,17). **“Um novo mandamento vos dou: que vos ameis uns aos outros”** (João 13,34). **“Amarás ao Senhor teu Deus com todo o teu coração, com toda a tua alma, com todo o teu sentimento e com toda a tua força. Este é o primeiro e mais sublime preceito, porém é igual a este: amarás o teu próximo como a ti mesmo”** (Lucas 10,27; Mateus

22,37) (negrito meu). Esta foi a verdadeira religião ensinada e vivida por Jesus. **Uma religião essencialmente moral, moral religiosa, a qual foi substituída posteriormente por dogmas e mitos exclusivistas.**

Nesse contexto, tanto o Espiritismo como a Legião da Boa Vontade (LBV) definem-se como o “renascimento” do verdadeiro cristianismo, o “*cristianismo redívivo*”, o “cristianismo das origens”, o “cristianismo do amor-caridade”, o “cristianismo ecumênico”, o “cristianismo do diálogo inter-religioso”, não uma nova religião ou seita (nem uma igreja) no sentido institucional, mas **um código de moral (ou de ética) universal, resumido na lei do amor**, autenticamente ensinado e vivenciado por Jesus, “o terreno onde todos os cultos podem se reencontrar, a bandeira sob a qual todos podem se abrigar, quaisquer que sejam suas crenças, porque jamais foi objeto de disputas religiosas, sempre e por toda parte levantadas pelas questões de dogma” (KARDEC, *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, Introdução, 1º parágrafo), enquanto o cristianismo exclusivista e divisionista dos cristãos é um novo credo religioso, caracterizado, sobretudo, por um conjunto de dogmas (ou de mitos), fragmentado em centenas de igrejas, seitas e denominações, objeto de inúmeras controvérsias e de numerosos conflitos ao longo de sua história, originalmente fundado, não por Jesus de Nazaré, mas por Paulo de Tarso, daí ser também chamado de “**paulinismo**” e de “**cristianismo mítico**”, uma vez que é fundamentado muito mais em mitos (literalmente interpretados) do que em fatos históricos.

O cristianismo racional e pluralista de Jesus, repito, é a única forma de religiosidade (ou de espiritualidade) capaz de unir todas as pessoas e todas as crenças deste planeta, enquanto o cristianismo irracional, dogmático, exclusivista e mítico dos cristãos nunca teve (nem terá jamais) condições de unir a cristandade e a humanidade.

É inegável o fato de que, só por fazer renascer e tentar praticar **a Verdadeira Religião – a “vivência do amor”** – o Espiritismo e a LBV merecem todos os elogios e deveriam ser seguidos, pelo menos nesse ponto, por todas as pessoas, uma vez que **a Religião do Amor deve ser vivenciada por todos os seres humanos,**

independentemente do credo religioso que professem e independentemente de pertencerem ou não a uma instituição religiosa particular, pois o amor é universal, não tem fronteiras.

Como o Espiritismo e a LBV, também eu, em minhas obras ecumênicas, não tenho almejado alcançar outro objetivo maior, a não ser restaurar o verdadeiro “Cristianismo do Jesus Histórico” – **A VIVÊNCIA DO AMOR, A PRÁTICA DA CARIDADE, A VERDADEIRA RELIGIÃO, A ÚNICA RELIGIÃO DE DEUS E DE JESUS, QUE HÁ DE DURAR ETERNAMENTE.**

Como tenho dito e repetido, somente a prática dessa verdadeira religião terá condições de realmente unir a humanidade – atualmente tão fragmentada em milhares de religiões e seitas “todas lutando entre si, exclusivistas na posse da Verdade e isso em nome do próprio Deus, aplicando-se não a procurar a ponte que as una, mas a cavar o abismo que as divide” (UBALDI, 1992, p. 30).

Para concluir a resposta da presente pergunta, reafirmo que não somente a **Legião da Boa Vontade (LBV)**, mas toda e qualquer outra instituição (religiosa ou não), cujo objetivo central é fazer com que as pessoas pratiquem **a Religião do Amor, a Prática da Caridade**, ensinada e vivida por Jesus (e por muitos outros líderes religiosos), pode e deve ser corretamente chamada de “**A RELIGIÃO DE DEUS**”, pois **Deus é Amor e o Amor é Deus.**

Quero encerrar esta resposta, convidando os cristãos dogmáticos a se convencerem de que são chegados os tempos de conhecermos melhor as verdades cristãs, mediante o diálogo ecumênico e/ou inter-religioso, sobretudo as verdades a respeito da verdadeira identidade (ou natureza) de Jesus: **QUEM FOI JESUS?**

A resposta a essa pergunta, objetivo principal de meus livros ecumênicos, tem sido a maior polêmica cristã de todos os tempos. Mas a única saída para se chegar a um consenso é a prática do diálogo inter-religioso, aberto e sincero, à luz da “fé raciocinada”. Não vejo outra saída. Enquanto isso não acontecer, repito, nunca haverá unidade e paz entre os próprios cristãos, nem unidade e paz entre os habitantes da Terra, e nunca chegaremos ao conhecimento da verdade que nos liberta (“*Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará*”).

85 - JESUS É O NOSSO ÚNICO “BODE EXPIATÓRIO”?

O Jesus mítico, sim; não, porém, o Jesus histórico. Abordarei nesta resposta o mito antigo e bárbaro do perdão de nossas faltas por meio da oferta de sacrifícios expiatórios a Deus, com o **derramamento de sangue da vítima**, rito esse praticado não somente pelo povo hebreu, mas por muitos outros povos mais antigos. Mediante esse velho rito mítico, seres humanos (principalmente heróis, crianças e moças virgens) eram sacrificados para agradar aos deuses e obter deles favores e perdão dos pecados. Foi esse mito que gerou a doutrina cristã mítica da salvação defendida por Paulo de Tarso e pelo cristianismo dogmático, ou seja, **“Paulo diz que os pecados são perdoados se a pessoa acreditar que Jesus morreu na cruz por ela. É a doutrina da salvação em que o herói derrama seu sangue e todos são perdoados por causa dele”** (VASCONCELOS, Yuri. O Homem que inventou Cristo. *SUPER* Interessante. Edição 195, dez, 2003).

Com o passar dos tempos, animais (como bois, bodes, cordeiros, ovelhas e pombas) substituíram os seres humanos nos sacrifícios expiatórios.

No judaísmo, anualmente, no Dia da Expição dos Pecados, conforme Levítico 16, um bode era sacrificado como oferecimento pelos pecados dos judeus e outro bode era enviado ao deserto, conduzindo os pecados do povo hebreu.

Foi sobretudo esse mito judaico do “bode expiatório” que deu origem à doutrina cristã dogmática (**paulinista**) da “expição” do “pecado original” pelo sacrifício de Cristo na cruz, ou seja, Jesus (o mítico) passou a ser interpretado como o único bode (ou o cordeiro) expiatório final e definitivo pelos pecados de todos os seres humanos deste planeta.

Mais explicitamente, o Jesus mítico sempre foi visto pelos cristãos dogmáticos (**paulinistas**) como a personificação da prática mítica antiga de transferir os pecados de um grupo para um animal ou para um bode expiatório humano, que seria banido ou mesmo sacrificado como meio de expurgar as faltas cometidas pelos membros da sociedade.

Esse animal, ou ser humano, era algumas vezes revestido de divindade e, assim, **um homem-deus** podia morrer como um bode expiatório e transformar-se num “redentor”. Por isso, o Jesus mítico é “o Cordeiro de Deus”, o “redentor” da humanidade pelo seu sangue derramado na cruz.

A doutrina central do cristianismo dogmático da expiação dos pecados da humanidade pelo sangue de Cristo derramado na cruz é vista, com razão, por muitos escritores modernos como cruel, repugnante e masoquista (ou sadomasoquista).

“**Masoquista**” (ou “**sadomasoquista**”) é uma pessoa que busca o sofrimento, a humilhação, ou até mesmo a morte, sentindo muito prazer (cf. Dicionário HOUAISS da Língua Portuguesa, verbete **masoquismo**). Nesse sentido, refletamos sobre o que escreveu o escritor Richard Dawkins:

Agora o sadomasoquismo. Deus encarnou-se como homem, Jesus, para que pudesse ser torturado e executado em *expição* do pecado hereditário de Adão. Desde que Paulo expôs essa doutrina repugnante, Jesus vem sendo adorado como o *redentor* de todos os nossos pecados. Não apenas o pecado passado de Adão: pecados *futuros* também, decidam ou não as pessoas futuras cometê-los! [...] Se Deus quisesse perdoar nossos pecados, por que não perdoá-los, simplesmente, sem ter de ser torturado e executado em pagamento...? [...] Paulo... estava impregnado do velho princípio teológico judaico de que sem sangue não há expiação. [...] [Em suas epístolas], ele diz exatamente isso. Os estudiosos progressistas da ética hoje em dia já acham difícil defender qualquer tipo de teoria retributiva da punição, imagine então a teoria do bode expiatório – executar um inocente para pagar pelos pecados dos culpados. [...] E, para completar, Adão, o suposto executor do pecado original, nem existiu: [...] Ah, mas é claro, a história de Adão e Eva era apenas *simbólica*, não era? *Simbólica*? Então, para impressionar a si mesmo, Jesus fez-se ser torturado e executado, numa punição indireta por um pecado *simbólico* cometido por um indivíduo *inexistente*? (DAWKINS, 2007, p. 325, 326 e 327) .

Mesmo não sendo ateu, concordo plenamente com o que escreveu este escritor ateu Richard Dawkins nessa citação. Como é que Jesus pode ter morrido para pagar o pecado original, cometido por Adão, se nem Adão nem o pecado original existiram historicamente, mas apenas simbolicamente? E se a história de Adão e Eva é apenas *simbólica*, como defendem atualmente, com razão, muitos teólogos cristãos, como é que Jesus pode ter sido sacrificado na cruz para pagar uma culpa apenas *simbólica*, cometida por indivíduos *inexistentes*?

Essa argumentação lógica é mais do que suficiente para desmentir, à luz da “fé raciocinada”, o dogma cristão da redenção de nossos pecados pelo sangue de Cristo derramado na cruz. Essa doutrina mítica, cruel, repugnante e sadomasoquista é, portanto, totalmente falsa.

Como já esclareci em respostas anteriores deste livro, **“associando a morte do Unigênito de Deus à redenção de nossos pecados, Paulo de Tarso retrocedeu às primitivas religiões semíticas, em que os pais deviam imolar seus primogênitos”** (KERSTEN, 1986, p. 35) (negrito meu).

Em suma, para concluir a resposta da presente pergunta, reafirmo, à luz da fé raciocinada, que Jesus não é o nosso “bode expiatório”. Ele não foi morto para pagar nossos pecados. Somente o amor-caridade será capaz de nos redimir de nossos pecados, em múltiplas (re)encarnações, neste e em outros planetas, e não o sangue de Cristo derramado na cruz. O que nos salva, o que nos liberta, o que nos faz evoluir espiritualmente, não me cansarei de repetir, é somente a prática do amor-caridade, e não a fé em Cristo morto e ressuscitado, como defende o cristianismo dogmático (**paulinista**), há dois mil anos.

86 - A IGREJA CATÓLICA FOI A ÚNICA RELIGIÃO FUNDADA PELO PRÓPRIO DEUS, NA PESSOA DE JESUS?

Como já foi dito, Deus não fundou nenhuma religião ou igreja. A Igreja Católica sempre teve a convicção de ser a única religião (ou Igreja) fundada pelo próprio Deus, na pessoa de Jesus Cristo. Essa pretensão católica tem sido questionada e até negada por

muitos especialistas em história das origens do cristianismo (incluindo até mesmo famosos teólogos católicos). Como escreve o escritor espanhol vaticanista Juan Arias,

uma das perguntas mais delicadas, comprometedoras e complexas sobre Jesus é se ele quis fundar uma nova Igreja e uma nova religião. Uma pergunta difícil, já que a Igreja Católica e, em geral, as igrejas cristãs jamais admitirão que não foram fundadas por Jesus [...]. Contudo, **não poucos especialistas se fizeram seriamente essa pergunta** (ARIAS, 2001, p. 127) (negrito meu).

O famoso teólogo católico Leonardo Boff, por exemplo, em seu livro “Igreja: Carisma e Poder”, publicado (pela Editora Vozes) em 1981, reconhece a existência dentro do próprio catolicismo de duas correntes opostas entre os teólogos: uma corrente afirmando que Jesus fundou a Igreja e outra afirmando que “a Igreja como instituição não estava nas cogitações do Jesus histórico...” (BOFF, Igreja: Carisma e Poder, edição revista, 2005, p. 425). Por causa dessa afirmação, Boff foi duramente criticado por Joseph Ratzinger (hoje o Papa Bento XVI), que o acusa nos seguintes termos, citando o próprio Boff:

Segundo suas próprias palavras, (L. Boff) coloca-se dentro de uma orientação na qual se afirma que “a Igreja como instituição não estava nas cogitações do Jesus histórico, surgindo, isto sim, como evolução posterior à ressurreição, particularmente com o processo progressivo de desescatologização” (p. 133) (RATZINGER, apud BOFF, ibid.).

A crença de que a Igreja Católica foi fundada por Jesus Cristo é baseada na seguinte passagem do Evangelho de Mateus:

Também eu te digo que tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei **minha Igreja**, e as portas do Inferno nunca prevalecerão contra ela. Eu te darei as chaves do Reino dos céus e o que ligares na terra será ligado nos céus, e o que desligares na terra será desligado nos céus (Mateus 16,18-19) (negrito meu).

Essa passagem não se encontra em nenhum outro Evangelho e em nenhum outro escrito canônico ou apócrifo do Novo

Testamento, o que já constitui uma das maiores provas de sua inautenticidade. Como argumenta o escritor espírita Hermínio C. Miranda, em seu livro “Cristianismo: a mensagem esquecida”,

é pouco provável, contudo, que Jesus tenha, por exemplo, instituído uma igreja, ou melhor, **a sua igreja**, conforme consta em Mateus 16:18. Essa é a única referência específica nos Evangelhos, ressaltando-se, naturalmente, que a palavra original grega – *ekklesia* – quer dizer comunidade, reunião de pessoas, religiosas ou não. É com essa conotação que começou a ser aplicada, nos Atos e nas Epístolas, ou seja, um local onde se reuniam os cristãos, não como uma Igreja fundada e institucionalizada por Jesus, com a sua estrutura administrativa, ritualística, sacramental e doutrinária (MIRANDA, 1988, p. 168).

O mesmo autor prossegue em sua brilhante argumentação, à luz da “fé raciocinada”, mostrando que Jesus não fundou nenhuma igreja:

Em suma, Jesus não fundou **a Igreja** e nem mesmo **igrejas**, como Paulo e outros apóstolos. Pregou as suas ideias e deu seu testemunho. Não estava cogitando de templos de pedra nem de hierarquias sacerdotais, dogmas ou normas de direito canônico (ibid.).

Existem famosos teólogos cristãos (incluindo católicos) que negam, corretamente, que o Jesus histórico tenha, de fato, fundado uma igreja durante a sua vida terrena. Um famoso escritor católico que defende essa verdade é o ilustre teólogo Hans Küng, padre suíço, nomeado pelo Papa João XXIII como consultor teológico para o Concílio Vaticano II. Eis suas palavras:

Jesus não fundou uma igreja durante sua vida. [...] Hoje, até exegetas católicos aceitam que a famosa frase sobre Pedro como a pedra na qual Jesus construirá sua igreja (Mateus 16,18-19: a declaração está no futuro), e da qual os outros Evangelhos não têm conhecimento, não é uma frase do Jesus terreno, mas foi composta após a Páscoa pela comunidade palestina, ou mais tarde pela comunidade de Mateus (KÜNG, 2002, p. 28) (negrito meu).

Essa mesma tese, apoiada pelo historiador belga (teólogo e ex-padre católico) Eduardo Hoornaert, já havia sido defendida, no início do século XX, pelo padre francês Alfred Loisy, o qual, no dizer de Eduardo Hoornaert,

sofreu muito por causa desse seu posicionamento, foi humilhado e proibido de ensinar em instituições da Igreja. Morreu isolado de seus colegas. Mesmo assim, **sua tese é vitoriosa, hoje, pelo menos entre os estudiosos da história das origens do cristianismo** (HOORNAERT, 2006, p. 34) (negrito meu).

Concordo com a tese de que o Jesus histórico não fundou uma nova religião nem uma igreja. Ele formou, sim, uma **COMUNIDADE DE AMOR** (o “cristianismo das origens”), ou seja, uma **COMUNIDADE DE PESSOAS**, para viver e pregar os princípios do **código de moral (ou de ética) universal** que ele ensinou: **a paz, a união, a fraternidade, a justiça, a humildade, o perdão e o amor**, sem exclusivismos e divisionismos de nenhuma espécie. Como poderia o “cristianismo mítico” ter sido fundado por Jesus (ou por Deus), se as centenas de igrejas que se dizem “cristãs” vivem a desunião, a intolerância e o exclusivismo, fazendo guerras entre si? Deus não pode ser exclusivista, mas pluralista. Não foi o Jesus histórico, portanto, que fundou uma nova religião ou uma “igreja” (a sua “igreja”), mas foram os cristãos que o fizeram, a começar por **Paulo de Tarso**. Jesus ensinou e praticou não uma nova religião, mas A RELIGIÃO, A VERDADEIRA RELIGIÃO – **A VIVÊNCIA DO AMOR!**

87 - O JESUS DA FÉ DOGMÁTICA É UMA FIGURA RELIGIOSA “EXCLUSIVA”, OU UM MITO IMPORTADO DAS RELIGIÕES PAGÃS?

Defendo (com muitos outros estudiosos do cristianismo) que o Jesus da fé cristã dogmática é sobretudo um mito das chamadas “religiões de mistérios”, ou seja, das religiões de salvação, em que um deus-homem nasce, morre e ressuscita em três dias, sobe ao céu, de onde retornará para o Juízo Final. Como venho comprovando e continuarei a comprovar neste livro, o Jesus mítico,

ou Cristo da fé, não é um personagem “exclusivo”, “excepcional” e “único” do cristianismo dogmático.

O escritor Richard Russell Cassaro mostra, por exemplo, que há profundas semelhanças entre o “Cristo da fé” (divindade cristã) e **Osíris**, a divindade egípcia mais importante de todas e **a primeira de que se tem registro como tendo sido ressuscitada dos mortos**, o que comprova claramente que o cristianismo dogmático não é uma doutrina original, mas é cópia de outras crenças pagãs bem mais antigas, particularmente do Egito.

Osíris era o personagem central da antiga religião egípcia e os principais fundamentos do seu culto eram (do mesmo modo como no culto paulinista ao “Cristo da fé”) a crença na sua **divindade, morte e ressurreição**.

Caixões representando a imagem de Osíris também exibem um cajado de pastor na mão esquerda, um símbolo inconfundivelmente cristão – Jesus atribuiu a si mesmo o papel de Bom Pastor do rebanho humano e imagens de Cristo mostram-no segurando o cajado de pastor. Objetos de arte egípcios incluem o cajado de pastor nas mãos de Osíris. (Richard Russell Cassaro. O Paralelismo com Osíris. In: KENYON, 2008, p. 30.)

O escritor espanhol Pepe Rodríguez afirma que “a figura de Jesus Cristo foi construída segundo o modelo pagão dos deuses solares” (RODRÍGUEZ, 2001, p. 115). Esse mesmo autor nos fornece os seguintes dados comparativos entre Jesus Cristo e os deuses solares pagãos:

O deus que Saintyves identifica como “o jovem Sol” é obviamente Jesus Cristo, em cuja concepção mítica intervieram todos os elementos simbólicos e lendários característicos de desenvolvimentos religiosos muito anteriores que tiveram os seus primórdios nos cultos agrícolas que divinizaram todas as forças e manifestações da natureza que intervinham na sobrevivência dos homens nesta terra. [...] Nos mitos solares, o papel central pertence a um deus jovem. De origem astral, morre e ressuscita todos os anos, compendiando em si próprio os ciclos vitais da natureza. [...] Na época em que se formou a lenda de

Jesus Cristo os cultos solares dominavam inteiramente o espéctro religioso do Império Romano. [...] Durante a Antiguidade, o Sol foi em todo o planeta o emblema de todos os grandes deuses, e os monarcas de todos os impérios fizeram-se adorar como filhos do Sol, sempre identificado com a sua divindade principal. Neste contexto, a antropomorfização do Sol num deus jovem tem antecedentes fundamentais na história das religiões. Deuses como Hórus, Mitra, Adónis, Dioniso, Krishna são exemplos desse mesmo processo. O deus egípcio Hórus, filho de Osíris e de Ísis, é o grande dominador do mundo. [...] Ele é o *Christós* e simboliza o Sol. [...] Mitra, um dos principais deuses da religião iraniana anterior a Zaratustra, era uma divindade de tipo solar. [...] O deus Mitra hindu, como o persa, é igualmente uma divindade solar. [...] Todas as personalidades dos deuses solares acabam por ser vítimas propiciatórias que expiam os pecados dos mortais, carregando com as suas culpas. Morrendo de morte violenta, são posteriormente ressuscitados. Assim, Osíris, que nasceu como um salvador ou libertador e veio ao mundo para pôr fim à tribulação dos humanos, depositado no seu túmulo, ressuscita e, ao fim de três dias (ou de quarenta, noutras versões), ascende aos céus. [...] Baco, outro deus solar destinado a arcar com as culpas da humanidade, também foi assassinado [morto e ressuscitado] [...] Idêntico destino estava reservado a Adónis, a Dioniso, a Atis e a uma extensa lista de seres divinos que, como Krishna – morto atado a uma árvore, com o corpo atravessado por uma flecha – e como Jesus Cristo – morto numa cruz de madeira, penetrado no lado por uma lança –, foram todos eles condenados à morte, chorados e restituídos à vida. São deuses que desceram ao *Hades* e regressaram, de novo, cheios de vigor, como faz a natureza com o seu ciclo anual das estações. [...] Se a Páscoa católica fosse o equivalente de uma celebração onomástica – a da suposta ressurreição de Jesus, a ser um fato, teria ocorrido num dia determinado – realizar-se-ia por norma numa data fixa o que, como se sabe, não acontece. Pelo contrário, varia de acordo com o ano astronômico, prova da origem pagã deste mito fundamental (RODRÍGUEZ, 2001, p.115-120).

Em face desses e de muitos outros dados históricos que estão sendo apresentados neste livro, ninguém poderá mais duvidar de que o “Jesus mítico” é, de fato, uma incorporação de “elementos de outros deuses ou personagens mitológicos de séculos anteriores a ele” (ARIAS, 2001, p. 111-112).

Em minhas obras ecumênicas, mostro que o processo de transformação do “Jesus (ou Cristo) real” no “Jesus (ou Cristo) mítico”, do nascimento à paixão e à morte, vem sendo confirmado por todas as pesquisas contemporâneas, as quais comprovam que a imagem do “Jesus (ou Cristo) mítico” é apenas uma criação fantástica, elaborada no curso dos tempos (cf. DONINI, 1965, p. 283).

Mas o que é “mito”?

A palavra “mito”, infelizmente, até hoje, ainda não possui uma definição de consenso universal na literatura sobre o assunto, embora os mitólogos afirmem que todas as religiões são baseadas em mitos. Há, de fato, vários sentidos para a palavra “mito”, dentre os quais destaco os quatro seguintes:

- 1) O sentido platônico de mito como mentira (cf. BRUNEL, 1997, p. xv);
- 2) O conceito usual de mito como ficção, ilusão, lenda, fábula, invenção (cf. ELIADE, 2006, p. 7-8);
- 3) O sentido arcaico de mito como “tradição sagrada, revelação primordial, modelo exemplar” (ELIADE, *ibid.*, p. 8); e
- 4) O conceito de mito como uma história (uma crença, uma doutrina) que pode ser *metaforicamente* verdadeira, mas que é *literalmente* falsa (cf. HICK, 1977, p. 178).

Adoto em minhas obras ecumênicas esses quatro sentidos de mito, uma vez que um sentido não exclui necessariamente o outro.

88 - JESUS NUNCA FALOU DE “REENCARNAÇÃO”?

É mais uma grande mentira sobre Jesus afirmar que ele nunca falou de “reencarnação”. No encontro com Nicodemos, ele não falou da necessidade do batismo, mas da reencarnação. Em João 3,3-10, Jesus mostra que todos temos que nascer **de novo**, ou seja, **reencarnar**, e não nascer **do alto**, isto é, “nascer da água e do Espírito”— alusão ao batismo e à sua necessidade salvífica.

Mais explicitamente, os cristãos antirreencarnacionistas alegam que, nesse encontro com Nicodemos, Jesus, ao contrário da interpretação dos reencarnacionistas, não falou (cf. João 3, 7) que devemos “nascer de novo” (isto é, que devemos **reencarnar**), para entrar no Reino de Deus, mas sim, que devemos “nascer do alto”, ou seja, que devemos “nascer da água e do Espírito” (João 3,5) – “alusão ao batismo e à sua absoluta necessidade” – (*A Bíblia de Jerusalém*, João 3,5, nota z).

Repito que, em João 3,1-10, Jesus disse que, para entrar no Reino de Deus, é preciso “nascer de novo”, isto é, “reencarnar”. A tradução “nascer do alto” – adotada pela *Bíblia de Jerusalém* (e por outras Bíblias cristãs) – fica totalmente sem nexo em face da pergunta de Nicodemos: “Como pode um homem nascer, sendo já velho? Poderá entrar uma segunda vez no seio de sua mãe e (re)nascer?” (João 3, 4)

Além disso, é preciso esclarecer, com Allan Kardec, o sentido de “água” e “Espírito” na expressão bíblica “**nascer da água e do Espírito**” (João 3,5):

Para compreender o verdadeiro sentido dessas palavras, é necessário reportar à significação da palavra água, que não foi empregada em sua acepção própria. Os antigos tinham conhecimentos imperfeitos sobre as ciências físicas, e acreditavam que a Terra havia saído das águas. Por isso, consideravam a água como o elemento gerador absoluto. É assim que encontramos no Gênesis: “O Espírito de Deus era levado sobre as águas”, “flutuava sobre as águas”, “que o firmamento seja feito no meio das águas”, “que as águas que estão sob o céu se reúnam num só lugar, e que o elemento árido apareça”, que a água produza a terra e debaixo do firmamento”. Conforme essa crença, a água tornou-se o símbolo da natureza material, como o Espírito o era da natureza inteligente. Estas palavras: “Se o homem não renasce da água e do Espírito, ou em água e em Espírito”, significam, pois: “Se o homem não renasce com seu corpo e sua alma.” Neste sentido é que foram compreendidas no princípio. Essa interpretação, aliás, está justificada por estas outras palavras: *o que é nascido da*

carne é carne, e o que é nascido do Espírito é Espírito.[...] O que é nascido da carne é carne indica claramente que só o corpo procede do corpo, e que o Espírito é independente do corpo (KARDEC, *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, cap. 4.8).

Vamos analisar um pouco mais a pergunta de Nicodemos: “Como pode um homem nascer, sendo já velho? Poderá entrar uma segunda vez no seio de sua mãe e (re)nascer [ou seja, **reencarnar**]” (João 3,4)?

A tradução “nascer do alto”, convém repetir, feita por quem não crê na reencarnação, fica totalmente sem nexos. Respondeu-lhe Jesus: “Em verdade, em verdade, te digo: quem não nascer **da água e do Espírito** não pode entrar no Reino de Deus” (João 3,5) (negrito meu). Esta tradução, como nos esclarece o escritor espírita Severino Celestino da Silva (SILVA, 2000, p. 226), está incorreta, pois, no texto original grego, não há artigo diante das palavras “**água**” e “**espírito**”; portanto, o texto fala em nascer “**de água e de espírito**”, e não nascer **da água do batismo, nem do espírito**, mas **de água** (materialmente, com o corpo denso/físico) e **de espírito** (pela reencarnação do espírito).

Na época em que a Bíblia foi escrita, a água era o símbolo da natureza material, como o espírito o era da natureza inteligente. Por isso, as expressões: “Se o homem não nasce da água e do Espírito, ou melhor, **de água e de espírito**”, significam, pois: “Se o homem não renasce com seu corpo e sua alma”. Em suma, a expressão original grega é “**nascer de água e de espírito**”, que significa “nascer de novo” (**reencarnar**), e não “nascer do alto”.

Concluindo a resposta da presente pergunta, reafirmo que a expressão “nascer da água e do Espírito”, ou melhor, “**nascer de água e de espírito**”, significa “**nascer de novo**” (**reencarnar**), e não “**nascer do alto**” (João 3,5). O advérbio original grego “*another*” (cf. CHAMPLIN, 2002, p. 304) não significa apenas “do alto”, mas também “de novo” e, nesse contexto, ele só tem sentido correto se for traduzido por “de novo”, e não “do alto”.

89 - JESUS FOI ÚNICO QUE FALOU DO SEU RETORNO FÍSICO PARA JULGAR A HUMANIDADE?

Não. A crença no Juízo Final, como já vimos neste livro, não é uma doutrina exclusiva do cristianismo mítico, pois ela já existia em religiões bem mais antigas do que o cristianismo, por exemplo, no Egito Antigo, como nos esclarece o escritor Richard Russell Cassaro, nos seguintes termos:

As representações de Cristo e Osíris como juízes são notavelmente semelhantes. O quadro de Michelangelo, *O Juízo Final*, tem muitas características em comum com o Dia do Juízo gravado em papiros egípcios e esculpido nas paredes. [...] Como juiz, Osíris era retratado na posição sentada, uma postura que é semelhante à caracterização do tribunal de Cristo nas escrituras cristãs. O que fazer com essas semelhanças notáveis? Os estudiosos cristãos simplesmente tomaram emprestadas as imagens e os símbolos de Osíris da religião egípcia? Ou essas evidências revelam um fenômeno profundo e até agora não admitido que teria influenciado o sentido da civilização humana? Ao revelar as semelhanças comuns entre as religiões egípcia e cristã, na realidade estaríamos redescobrimo os planos sagrados de uma tradição messiânica antiga que apressou o desenvolvimento cultural humano desde o princípio da história? (CASSARO, 2008, p. 31-32)

90 - JESUS FOI O ÚNICO QUE INSTITUIU E PREGOU O DOGMA DA TRINDADE?

A doutrina da Trindade e muitas outras doutrinas cristãs não foram instituídas nem pregadas pelo Jesus histórico, mas foram falsamente intercaladas no Novo Testamento para satisfazer interesses cristãos. A esse respeito, vejamos o que diz o escritor Paulo Finotti (citado em ANDRADE, 1995, p. 49-50):

Depois da proclamação da divindade de Cristo, no século IV, e depois da introdução, no sistema eclesiástico, do dogma da Trindade, no século VI, muitas passagens do Novo Testamento foram modificadas, a fim de que exprimissem as novas doutrinas. Em sua obra, "As Bíblias

e os Iniciadores Religiosos”, diz Leblois, pastor em Strasburgo: “Vimos na Biblioteca Nacional, na de Santa Genoveva, na do Mosteiro de Saint Gall, manuscritos em que o dogma da Trindade está apenas acrescentado à margem. Mais tarde foi intercalado no texto, onde ainda se encontra” (p. 272).

A doutrina da Trindade foi, de fato, intercalada no Evangelho de Mateus, como nos esclarece, apropriadamente, o escritor judeu Vicente Francimar de Oliveira (cf. OLIVEIRA, 1995, p. 13-14), através da interpolação do seguinte versículo (falsamente atribuído ao Jesus histórico): “Ide, portanto, e fazei que todas as nações se tornem discípulas, **batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo**” (Mateus 28,19) (negrito meu).

Outra famosa intercalação da doutrina da Trindade no Novo Testamento, conforme explica o escritor Bart D. Ehrman (cf. EHRMAN, 2006, p. 91-92), ocorreu quando, na Vulgata latina (tradução da Bíblia para o latim, feita por São Jerônimo, no século IV), foi inserida, na Primeira Carta de João, uma passagem que não se encontra na vasta maioria dos manuscritos gregos do NT, passagem essa que os pesquisadores chamaram de “**o parêntese joanino**” (1João 5,7-8), “uma passagem que foi, por muito tempo, a predileta entre os teólogos cristãos, dado que é a única passagem na Bíblia inteira que delineia explicitamente a doutrina da Trindade, segundo a qual há três pessoas na divindade, com todas as três constituindo um só Deus. Na Vulgata, a passagem é lida assim: *Há três que conduzem o testemunho nos céus: o Pai, o Verbo e o Espírito e esses três são um*” (apud EHRMAN, 2006, p. 91). Por incrível que pareça, essa enxertia bíblica mentirosa, acerca do dogma ou mito da Trindade cristã, alimentou (e continua alimentando) a “fé cega” da maioria dos cristãos no dogma (ou mito) do Deus Uno e Trino.

91 - JESUS FOI O ÚNICO QUE INSTITUIU E PREGOU O SACRAMENTO DO BATISMO COMO NECESSÁRIO PARA A “SALVAÇÃO”?

O Jesus histórico não instituiu nenhum sacramento. Todos os sacramentos da Igreja Católica foram instituídos por ela mesma,

e não pelo Jesus histórico. Segundo a grande maioria dos cristãos, com base numa inautêntica passagem do Evangelho de Marcos, Jesus teria afirmado que o batismo é necessário para a “salvação” e que só pode ser “cristão” (e “salvar-se”) quem crer e for batizado: “E disse-lhes: ‘Ide por todo o mundo, proclamai o Evangelho a toda criatura. Aquele que crer e for batizado, será salvo; o que não crer será condenado’ “ (Marcos 16, 15-16).

Os mesmos cristãos, baseados numa falsa e intercalada passagem do Evangelho de Mateus, igualmente asseguram que Jesus ordenou o seguinte: “Ide, portanto, e fazei que todas as nações se tornem discípulas, **batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo**” (Mateus 28,19) (negrito meu).

A verdade, porém, é que o Jesus histórico nunca disse isso. Tanto o versículo bíblico de Marcos (Marcos 16,16) como o de Mateus (Mateus 28,19) são inautênticos, uma vez que não se encontram em versões mais antigas dos mesmos Evangelhos.

Além disso, a passagem de Mateus foi copiada do chamado “Pseudo Evangelho de Marcos (Marcos 16,9-20), que é, segundo os pesquisadores do Seminário de Jesus, um caso de acréscimo a todo o Evangelho de Marcos, uma vez que não consta nas versões mais antigas desse mesmo Evangelho. Esses doze versículos falam das aparições de Jesus ressuscitado e de sua suposta ordem aos discípulos, dizendo-lhes: “Ide por todo o mundo, proclamai o Evangelho a toda criatura. **Aquele que crer e for batizado será salvo; o que não crer será condenado**” (Marcos 16,15-16) (negrito meu).

Fica, portanto, mais do que claro que a doutrina do batismo não foi ensinada pelo Jesus histórico. Apesar de ser bastante provável que Jesus tenha sido batizado por João Batista, ele nunca fez uso do batismo nem ordenou aos discípulos que fossem por todo o mundo evangelizando e batizando toda criatura em nome da Trindade, nem jamais afirmou que só seria salvo quem crese e fosse batizado. Isso tudo foi doutrina mítica exclusivista acrescentada posteriormente pela Igreja Católica, a fim de legitimar bíblicamente a sua hegemonia eclesial.

Com base nesse dado histórico, o batismo é, por conseguinte, mais um mito cristão. Jesus ensinou que, para alguém “salvar-se” (ou melhor, para “libertar-se”) e para ser “cristão”, isto é, para ser

“seu discípulo”, a condição necessária e suficiente, conforme já vimos neste livro, mas convém repetir, é **amar o próximo**: “Nisso conhecerão todos que sois meus discípulos [isto é, que sois cristãos], se tiverdes amor uns pelos outros” (João 13,35).

Por conseguinte, não é o batismo nem qualquer outro sacramento ou prática ritualística que “salva” (ou “liberta”) e que caracteriza o “cristão” como Jesus o definiu. Assim, o hinduísta Mahatma Gandhi, um dos espíritos mais iluminados do século XX, grande admirador do Evangelho de Cristo, praticante como Jesus da não violência, isto é, do amor, nunca foi “batizado”, entretanto, no feliz dizer do escritor espírita Hermínio C. Miranda, “foi cristão dos melhores, na vivência do amor ao próximo, na mansidão, no entendimento fraterno, no viver limpo, correto, modesto, autêntico” (MIRANDA, 1988, p. 18).

Os cristãos dogmáticos alegam que o batismo é necessário para a salvação, porque ele apaga o “pecado original”.

92 - JESUS FALOU SOBRE O “PECADO ORIGINAL”?

Não. Essa é uma das crenças míticas que une a grande maioria dos cristãos, para os quais “no batismo erradica-se o pecado original, restaurando-se o estado de graça” (DER, verbete **pecado original**), o que implica afirmar que todos os seres humanos nasceram em estado de “desgraça”, ou seja, nasceram todos com o “pecado original” – um pecado que não cometeram, mas que absurda e injustamente lhes foi transmitido por herança de seus primeiros pais (Adão e Eva). Além do mais, se os seres humanos não tivessem herdado esse tal de “pecado original”, cometido pelos seus supostos primeiros pais, não “morreriam”. Seriam todos imortais!

93 - O “PECADO ORIGINAL” EXISTIU?

De modo algum. O pecado original, literalmente interpretado, como na visão cristã dogmática, é, de fato, um grande erro (uma grande mentira) do cristianismo mítico, e não uma verdade histórica absoluta. Fazendo uso da “fé raciocinada”, questionamos esse dogma cristão mediante a seguinte reflexão: que Deus mesquinho é esse que, por causa de uma suposta desobediência do primeiro

casal humano, faz nascer todos os demais seres humanos em estado de tamanha “desgraça” moral, obrigando seu suposto Filho unigênito a encarnar-se na Terra para redimir a humanidade de tão “grande” falta, mediante sua morte na cruz? Deus, com o sangue do seu Filho Unigênito, teria, assim, pago a Satanás o resgate da humanidade. Entretanto, numa justa crítica do filósofo Pietro Ubaldi, em seu livro *Cristo*,

é absurdo que Deus seja submisso ao poder de Satanás, e tenha enviado Seu Filho primogênito para pagar com o Seu sangue o resgate da humanidade, que foi induzida ao pecado pelo próprio Satanás. Como pode Deus justificar esta culpa, a ponto de reconhecer uma dívida Sua para com Satanás? [...] Justificando semelhante absurdo, conceberíamos e converteríamos Deus numa espécie de servo de Satanás (UBALDI, 1988, p. 274).

94 - A HUMANIDADE DESCENDE DE “ADÃO E EVA”?

De forma alguma. A Humanidade não descende de Adão e Eva, casal mítico que nunca existiu. A ciência, há muito tempo, já comprovou que os seres humanos não se originaram de um único primeiro casal (Adão e Eva). Essa crença mítica não tem o menor sentido perante as pesquisas antropológicas sobre a origem do homem e das diversas raças de nosso planeta. A crença de que todos descendemos de Adão e Eva, casal responsável pelo “pecado original”, é, portanto, totalmente falsa, mentirosa.

95 - O EXCLUSIVISMO ATRIBUÍDO A JESUS NOS EVANGELHOS É VERDADEIRO?

De forma alguma. Discordo de qualquer forma de exclusivismo atribuído a Jesus, porque, como já disse, mas não me cansarei de repetir, Jesus, que pregou e viveu a humildade, a justiça, o amor e a fraternidade, jamais fez ou faria qualquer acepção de povos, de pessoas ou de religião.

Sem dúvida alguma, quero reafirmar que foram os autores humanos do Novo Testamento, e não o Jesus histórico, os responsáveis por nos dar a falsa imagem de um Jesus parcial e

exclusivista. Sendo Jesus um Mestre pluralista, amoroso e justo, ele jamais iria proclamar-se como o único Messias, o único Salvador, o único Filho de Deus, o único Deus encarnado etc., como ainda acreditam os cristãos dogmáticos e fundamentalistas.

96 - JESUS FOI O ÚNICO “DEUS ENCARNADO”?

Definitivamente, não. O MITO DO DEUS ENCARNADO, isto é, a crença segundo a qual uma divindade se encarna numa pessoa humana, era (e ainda continua sendo) muito comum. Assim, por exemplo, no hinduísmo, Krishna é considerado a oitava encarnação do deus hindu Vishnu; para os hinduístas, Buda é a nona encarnação da mesma divindade (Vishnu); “O Dalai Lama do Tibete é considerado um avatar [=encarnação divina] de Avalokitezvara” (BLAVATSKY, 2000, p. 65); “A Sociedade Teosófica anunciou, como encarnação divina da época, em suas próprias fileiras a Krishnamurti” (ARMOND, 1999, p. 137); ainda hoje, em vários países (por exemplo no Nepal), monarcas são considerados a reencarnação de um deus. O guru indiano Sathya Sai Baba era considerado uma encarnação da divindade (cf. HISLOP, 2003).

Diante de todos esses exemplos de supostas encarnações divinas na História de muitos povos, fica muito difícil aceitar a crença exclusivista e mítica da maioria dos cristãos, segundo a qual Jesus Cristo teria sido a única encarnação de Deus na História.

97 - JESUS DECLAROU SER “DEUS”?

Os cristãos dogmáticos, fundamentados em interpretações literalistas de várias passagens do Evangelho de João, por exemplo, “Eu e o Pai somos um” (João 10,30), “Quem me viu, viu o Pai” (João 14,9) e “Não crês que estou no Pai, e o Pai está em mim?” (João 14,10), argumentam que Jesus realmente declarou “ser Deus”.

Refuto essa argumentação da grande maioria dos cristãos, com base nos argumentos que apresentarei a seguir.

Essas passagens joaninas, atribuídas a Jesus, não querem dizer que ele era literalmente “Deus”, como erroneamente interpretaram (e continuam interpretando) os cristãos convencionais e os adeptos de algumas filosofias e/ou religiões panteístas, mas

pretendem apenas expressar a união e comunhão íntima de Jesus com Deus.

Essa união e comunhão íntima com Deus (**que está dentro de nós**) não significam dizer que existe uma identidade perfeita entre nós e a divindade, mas expressa apenas a união, a comunhão íntima e imanente entre nós e Deus, “no qual vivemos, nos movemos e existimos” (Atos 17,28).

Procurar constantemente essa união íntima e mística com Deus é tarefa de todos nós, o que não significa dizer, como afirmam os panteístas, que “todos somos Deus”. Por isso, no mesmo Evangelho de João (João 1,12), como elucida o escritor espírita (e ex-pastor evangélico) Jayme Andrade (cf. ANDRADE, 1995, p. 59), Jesus supostamente incluiu na mesma categoria de “união com o Pai” seus apóstolos, quando afirmou: “Pai Santo, guarda em teu nome aqueles que me deste, para que sejam um, assim como nós” e “para que também eles sejam **um em nós**” (João 17,21) (negrito meu).

Por conseguinte, a crença dos cristãos tradicionais, segundo a qual as passagens joaninas há pouco citadas seriam provas de que Jesus declarou “ser Deus” (no sentido natural), perde totalmente o seu sentido, sem mencionar o fato de que o Evangelho de João é o menos histórico de todos, cujo objetivo principal é provar que Jesus é, literalmente, Deus encarnado. Por isso, para atingir esse seu objetivo teológico, João não teme colocar nos lábios de Jesus frases que ele nunca disse.

Mas, os que seguem a interpretação literal desses versículos joaninos deveriam notar que, em várias outros trechos do mesmo Evangelho de João, ele se contradiz, porquanto, como ressalta Andrade (1995, p. 59), ele mostra em várias outras passagens que Jesus não era Deus, mas um “enviado de Deus” (João 4,34; 5,24; 6,44; 7,29; 8,26; 12,45; 17,3) e que chegou a afirmar: “Porque eu descí do Céu, não para fazer a minha vontade, mas a daquele que me enviou” (João 6,38). E, como conclui Andrade (ibid.), “é claro que um enviado é sempre inferior àquele que o enviou”. Jesus também teria afirmado: “O Pai é maior do que eu” (João 14,28); “Subirei ao meu Pai e ao vosso Pai, ao meu Deus e ao vosso Deus” (João 20, 17); e também teria dito: “Eu rogarei ao Pai” (João 14,16 e 16,26) e o que roga é obviamente inferior ao rogado.

Essas passagens bíblicas são mais do que suficientes para se concluir, à luz da “fé raciocinada”, que Jesus nunca cometeu a blasfêmia de afirmar que era *literalmente* Deus, mas que foram os cristãos que, de fato, o “endeusaram”.

Por mais que eu respeite essa crença sincera e honesta da maioria dos cristãos, não posso deixar de dizer, a bem da verdade, que ela é uma crença puramente mitológica, e não uma verdade histórica, absoluta e exclusiva do cristianismo dogmático, como já vêm entendendo há bastante tempo os próprios cristãos liberais e, mais recentemente, diversos teólogos cristãos pluralistas, sem falar, é lógico, nas religiões e/ou filosofias espiritualistas reencarnacionistas (como o espiritismo), que vêm há muito tempo fornecendo lúcidos esclarecimentos sobre o caráter puramente mitológico, e não histórico, do fenômeno de se “endeusar” (“divinizar” ou “deificar”) personagens marcantes da História.

A própria Bíblia judaico-cristã declara também que alguém pode ser chamado “deus” ou “filho de Deus”, não no sentido natural, mas no sentido metafórico ou honorífico, principalmente quando exerce uma função importante na sociedade. Exemplos:

Eu declarei: Vós sois deuses, todos vós sois filhos do Altíssimo. (Salmo 82, 6)

Não está escrito em vossa Lei: *Eu disse: Sois deuses?* (João 10,34)

A *Bíblia de Jerusalém* elucidada, nas notas de rodapé referentes a essas duas passagens bíblicas, o sentido *metafórico* (e não *literal*) de alguém ser chamado “deus” ou “filho de Deus” na Bíblia:

Os príncipes e os juízes são comparados aos “filhos do Altíssimo”, membros da corte divina. (*A Bíblia de Jerusalém*, Salmo 82, 6, nota g)

Esta palavra dirige-se aos juízes, chamados “deuses” metaforicamente, por causa de seu ofício, pois “o julgamento cabe a Deus”. (*A Bíblia de Jerusalém*, João 10,34, nota c)

Além disso, essas passagens não dizem que todos somos “deus” (no singular), mas “*deuses*” (no plural), o que significa,

metaforicamente, que todos somos como deuses, como seres divinos. Por conseguinte, essas e outras passagens bíblicas semelhantes não podem servir de apoio para provar que todos somos literalmente “Deus” e “filhos de Deus”, nem que Jesus tenha declarado ser literalmente como o único “Deus encarnado” e o único “Filho de Deus”.

Esse mito exclusivista cristão de Jesus ser o único Deus encarnado é falso, pois **todos nós também somos Deus encarnado**, não no nosso ego, mas na profundidade do nosso ser, como bem expressou Joseph Campbell, uma das maiores autoridades no campo da mitologia no século XX, em sua monumental obra “O Poder do Mito”, já com 28 edições:

Veja, há dois modos de pensar “**Eu sou Deus**”. Se você pensa: “Aqui, em minha presença física e em meu caráter temporal, eu sou Deus”, então você está louco e provocou um curto-circuito na experiência. **Você é Deus não em seu ego, mas em seu mais profundo ser, onde você é uno com o transcendente não dual** (CAMPBELL, 2011, p. 221) (negrito meu).

É este Deus transcendente, não dual, não pessoal e invisível (o chamado *Cristo interno, a chama divina, Deus dentro de nós*) que nos sustenta: **“O tema básico de toda a mitologia é o de que existe um plano invisível sustentando o visível** (CAMPBELL, 2011, p. 76) (negrito meu).

Os antigos situaram no centro do mito uma pessoa ideal que simbolizasse a humanidade em si na sua natureza dual humana e divina. Essa pessoa ideal – os nomes eram Tamuz, Adônis, Mitra, Dioniso, Krishna, Cristo, entre muitos outros – simbolizava a centelha divina encarnada em todo ser humano, o elemento “destinado em última análise a deificar a humanidade” (HARPUR, 2008, p. 36).

Para concluir a resposta da presente pergunta, reafirmo que Jesus não é o único Deus encarnado, uma vez que todos nós também o somos, não no nosso ego, ou seja, no nosso eu inferior, mas na profundidade do nosso ser.

98 - JESUS FOI O ÚNICO QUE INSTITUIU A CEIA EUCARÍSTICA NA HISTÓRIA DAS RELIGIÕES?

Evidentemente, não. Se quase toda a Igreja Católica é de origem pagã, como comprovo em meus livros ecumênicos, não há como ignorar o fato de que todos os seus **sacramentos** são também de origem pagã, conforme argumentam muitos estudiosos das religiões.

Com todo o meu respeito à crença católica no Sacramento da Eucaristia, que alimenta a fé de mais de um bilhão de fiéis, devo expressar, contudo, a bem da verdade, meu pensamento atual sobre a sua origem pagã, à luz da história das religiões e da “fé raciocinada”.

Segundo o teólogo e ex-padre católico Franz GRIESE (cf. GRIESE, 1957, p. 106), a cena da Última Ceia Eucarística católica é uma cópia exata da cena da Última Ceia Eucarística de Agni (divindade hindu e védica, cultuada na Índia), em que **os fiéis tomavam pão e vinho consagrados como se fossem o corpo e o sangue do filho de Deus.**

Analogamente, como já vimos neste livro, os adoradores do deus Mitra também deviam servi-lo com absoluta pureza, recebendo **sete sacramentos**, entre os quais figuravam **o batismo, a confirmação e a comunhão: pão e vinho consagrados** por fórmulas rituais. **Os fiéis tomavam pão e vinho consagrados como se fossem o corpo e o sangue do próprio deus Mitra (ou Mitras).**

Mais explicitamente, uma das principais características do mitraísmo era precisamente **a refeição sacrificial** (que certamente deu origem à Ceia Eucarística cristã e à Missa dos católicos), que envolvia **comer a carne e beber o sangue de um touro como se fossem a carne e o sangue do próprio deus Mitra.** Em outros termos, Mitra, como o Cristo da fé (no pão e vinho eucarísticos), estava “presente” na carne e no sangue do touro e, quando consumido, concedia salvação àqueles que tomavam parte da refeição sacrificial (rito de **teofagia = comer o próprio deus**).

É muito interessante saber que o apóstolo Paulo, o verdadeiro fundador do cristianismo mítico dos cristãos, não interpretava a

Ceia Eucarística (pagã ou cristã) literalmente, mas simbolicamente. Logo, para Paulo (o maior apóstolo do cristianismo dogmático), a Ceia Eucarística é metaforicamente (simbolicamente) “verdadeira”, mas é literalmente “falsa”.

Nesse sentido, Paulo chamava os elementos da Ceia de **pão** e **vinho** (ou de **pão** e **cálice**), e não de **corpo** e **sangue**: “Porque **todas as vezes que comerdes este pão e beberdes o cálice**, anunciais a morte do Senhor até que ele venha” (1Coríntios 11,26) (negrito meu).

Como também nos esclarece o teólogo Franz GRIESE (cf. GRIESE, p. 174-175), no tempo de Paulo, os pagãos e os judeus costumavam sacrificar animais aos respectivos deuses. A carne desses animais sacrificados era consumida nos mercados públicos, na qualidade de carne de Júpiter (o Senhor dos deuses), carne de Minerva (deusa da sabedoria), carne de Mitra (deus da luz) etc., segundo as divindades a quem haviam sido sacrificados os animais.

Os consumidores escolhiam a carne que mais lhes convinha, crendo que comendo esta carne recebiam uma bênção especial da divindade respectiva, e até entrar em certa união com ela, mediante aquela carne.

Pois bem, o apóstolo Paulo, para induzir os novos cristãos, oriundos dos povos pagãos, a não participarem dos sacrifícios pagãos e não comerem a carne dos animais sacrificados aos ídolos, proíbe essa prática, substituindo-a pela “Ceia do Senhor”, dizendo que, como pela carne dos ídolos, o homem participa dos “demônios”, ou seja, dos “deuses pagãos”, do mesmo modo pelo consumo do pão e do vinho eucarísticos o cristão participa do “Cristo da fé” (o **Deus-Jesus**).

Mas, como afirma o teólogo católico Franz GRIESE (ibid.), não há a menor dúvida de que Paulo não acreditava numa participação literal da própria pessoa dos deuses pagãos, mediante a carne dos ídolos e, portanto, tampouco na participação literal da verdadeira pessoa de Cristo, mediante o pão e o vinho eucarísticos.

99 - O CRISTIANISMO É A ÚNICA RELIGIÃO VERDEIRA?

De modo algum. Um dos maiores erros dos cristãos dogmáticos (e de quase todos os seguidores de outras religiões) é precisamente o de se julgarem donos exclusivos da verdade religiosa, causa principal das divisões entre as religiões, como bem expressam os seguintes autores: **Só existe uma “verdade”** no Universo, no entanto, ela ainda se encontra dividida em **“minha verdade”** e **“tua verdade”**. Conseqüentemente, enquanto a minha **“verdade”** diferir da tua **“verdade”**, ainda não atingimos a **“real e incontestável verdade”** que está acima de toda e qualquer divisão. (SILVA, 2000, p. 91) (negritos do autor.)

A linha de separação entre as religiões é sempre esta: *a minha religião é a verdadeira, todas as outras são falsas*. Assim raciocinam o monge budista, o intérprete do Alcorão, o padre xintoísta, o ministro protestante, o pregador jesuíta. [...] Cada classe tende a se apresentar sob a indumentária do eterno, do infalível, da verdade absoluta. (DONINI, 1965, p. 14) (itálicos do autor.)

Nenhuma questão na história das religiões tem gerado tantas disputas, tantos conflitos sangrentos e tantas guerras religiosas como a questão da verdade. (KÜNG, 2001, p. 19.)

A postura exclusivista dos seguidores das diferentes religiões de se julgarem donos da verdade é, de fato, a principal causa das divisões, dos conflitos e das guerras entre as religiões. Logo, é um grande erro que precisa ser questionado e reavaliado na mesa do diálogo inter-religioso. Por isso, não posso aceitar a pretensão arrogante do cristianismo (nem de nenhuma outra crença religiosa) de ser a única religião verdadeira. A única saída para se saber quem é que está mais próximo da verdade é o diálogo inter-religioso aberto e sincero.

[...] Se um de nós está certo, o outro está errado [...]. Com o decorrer do tempo, um dos dois lados vai realmente vencer essa discussão [...]. (Richard Dawkins, no Prefácio do livro de Sam HARRIS, *Carta a uma Nação Cristã*, 2007, p. 9.)

Em meu livro “Entrevistas com Jesus: Reflexões Ecumênicas”, tema nº 2, emprego o termo “religião” nos dois sentidos seguintes: 1) “religião” no sentido de uma instituição religiosa particular (por ex., judaísmo, catolicismo, islamismo etc.), geralmente “exprimindo-se em crenças e práticas pessoais ou coletivas” (DER: Dicionário Enciclopédico das Religiões, SCHLESINGER & PORTO, 1995, verbete religião), e 2) “religião” no sentido genuinamente prático e ético da vivência do amor, da caridade, por qualquer pessoa, independentemente de estar ou não filiada a uma instituição religiosa particular.

Nesse sentido ético, deixo bem claro, em minhas obras ecumênicas, que tenho um grande e igual respeito por todas as crenças religiosas, mas defendo a ideia maior de que **A VERDADEIRA RELIGIÃO** não consiste essencialmente em aderir a crenças, a dogmas ou a mitos de Religião A ou B, mas em vivenciar o amor, em praticar a caridade (“FORA DA CARIDADE, NÃO HÁ SALVAÇÃO”, como bem expressa o Espiritismo, em oposição frontal aos que afirmam: “FORA DE MINHA CRENÇA, NÃO HÁ SALVAÇÃO”, “SÓ CRISTO SALVA”!).

100 - OS CHEFES DA IGREJA CATÓLICA (OS PAPAS) SÃO OS ÚNICOS DIRIGENTES INFALÍVEIS DE UMA INSTITUIÇÃO RELIGIOSA DESTE PLANETA?

À luz da “fé raciocinada”, não. O Concílio Vaticano I, realizado em 1870, proclamou o dogma da infalibilidade papal, estabelecendo que, quando o Papa ensina “ex-cathedra”, isto é, como Vigário de Cristo, com o poder dado por Jesus a São Pedro (cf. Mateus 16, 18-19), ensinando doutrina de Fé ou de Moral, o Papa é “infalível”, ou seja, não pode errar, porque ele é supostamente assistido pelo Espírito Santo.

Este dogma católico, à luz da “fé raciocinada”, é, repito, totalmente falso, pelas razões que apresentarei a seguir:

Em primeiro lugar, a passagem bíblica sobre a suposta fundação da “Igreja de Cristo”, que sustenta o referido dogma, é inautêntica, pois, como já foi dito, não se encontra em nenhuma outra passagem do Novo Testamento. Jesus, de fato, nunca disse:

“Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja. E eu te darei as chaves do Reino dos céus. Tudo o que ligares na terra será ligado no céu. Tudo o que desligares na terra, será desligado no céu” (Mateus 16, 18-19).

A Igreja Católica, fundada por Paulo de Tarso, e não por Jesus de Nazaré, tem, de fato, ensinado mais erros do que verdades ao longo de dois mil anos. Até quando vai permanecer nos seus erros? Só Deus sabe!

O dogma da infalibilidade papal foi proclamado pelo Concílio Vaticano I, no dia 18 de julho de 1870, cuja fórmula adotada por esse Concílio e sancionada por Pio IX diz o seguinte:

“Nós, com aprovação do Sacro Concílio, ensinamos e definimos ser dogma revelado por Deus que o Pontífice Romano, quando fala *ex cathedra*, isto é, quando em sua função de Pastor e Mestre de todos os cristãos, em virtude de sua suprema autoridade apostólica, define que uma doutrina resguardante da fé e dos costumes deve ser abraçada por toda a Igreja, graças à assistência divina que lhe foi prometida na pessoa de São Pedro, goze aquela infalibilidade da qual o Divino Redentor quer que seja dotada a sua Igreja todas as vezes que deva ser definida uma doutrina concernente à Fé e aos costumes, pelo que tais definições do Pontífice Romano, por si mesmas, e não por consenso da Igreja, são irreformáveis.” (JANUS, 2002, p. 9)

A infalibilidade papal é contraditada por outros dogmas católicos como veremos a seguir, ou seja, os outros dogmas cristãos, por serem errôneos, contradizem abertamente o dogma da infalibilidade papal, tais como:

- 1) **O dogma da Trindade:** Como já foi esclarecido, Deus, sendo infinito, não pode ser conceituado como *pessoa* (ou como *três pessoas*), pois toda “pessoa” é, por definição, limitada. Conceituar Deus como *pessoa*, como já vimos, é um *antropomorfismo*, ou seja, um modo de conceber Deus na forma de um ser humano. O dogma cristão, contudo, define Deus *literalmente* como *pessoa*, ou melhor, como *três pessoas*, dogma, portanto, literalmente falso.

- 2) **O dogma da igualdade das três pessoas divinas:** Este dogma, como também já vimos, é falso e contradito pela própria Bíblia cristã, a qual expressa uma aberta inferioridade e subordinação do Filho em relação ao Pai, e do Espírito Santo em relação ao Filho: o Filho é enviado à Terra pelo Pai e o Espírito Santo é enviado à Terra pelo Filho; ora, todo enviado é obviamente inferior ao que o enviou. Logo, esse dogma da igualdade das três pessoas divinas é uma crença errada que também contradiz a infalibilidade papal.
- 3) **O dogma da divindade de Jesus:** Jesus não é *literalmente* Deus encarnado. Como pode o Infinito, o Absoluto, encarnar-se no ventre de uma pessoa finita e nascer como uma criança? Não confundamos mito com verdade histórica.
- 4) **O dogma da filiação divina natural de Jesus:** Proclamar que Jesus é *literalmente* “Filho de Deus”, tendo sido “gerado” (e não “criado”) pelo Pai é, conforme já vimos, um velho mito, comum a muitas religiões bem mais antigas do que o cristianismo.
- 5) **O dogma do parto virginal:** Este dogma também é falso, pois Jesus não nasceu de um parto virginal, por obra e graça do Espírito Santo, mas nasceu de um parto normal como qualquer um de nós. Declarar que ele nasceu miraculosamente é outro velho mito.
- 6) **O dogma do inferno eterno:** Conforme esclarecido, Deus seria um monstro (e não um Pai misericordioso), se criasse seus filhos, sabendo de antemão que muitos deles iriam sofrer eternamente no inferno. Logo, a crença literal no inferno eterno é um dogma falso, que também contradiz o dogma da infalibilidade papal.
- 7) **O dogma do pecado original:** Proclamar que todos herdamos o pecado de Adão e Eva é outro grande dogma falso, e não uma verdade histórica, pois Adão e Eva nunca existiram. A ciência comprova que a humanidade não descende de um primeiro casal, Adão e Eva. E algumas entidades espirituais (espíritos desencarnados) chegam até mesmo a nos informar que “nenhum terráqueo foi criado na Terra. Todos foram para cá transportados, da mesma forma que criaturas de outros

planetas estão em visita a nós” (Galileu Galilei, apud BERBEL, p. 29). Somos todos imigrantes no planeta Terra.

- 8) **O dogma da ressurreição dos mortos:** Como pode haver “ressurreição dos mortos”, se a “morte” não existe? O que “morre” é apenas o corpo físico, e não a alma ou espírito. Somos essencialmente espíritos imortais. Além disso, segundo a teologia paulina, o que ressuscita não é o corpo físico, mas o corpo espiritual (cf. 1Coríntios 15,44).
- 9) **O dogma da maternidade divina de Maria:** Conforme já vimos, Maria não é, *literalmente*, a “Mãe de Deus”, pois Deus não pode ter mãe, e toda mulher só é mãe do corpo físico de alguém, e não de sua alma ou espírito, pois o espírito preexiste à criação biológica do corpo. Logo, Maria só é mãe do corpo físico de Jesus.
- 10) **O dogma da virgindade perpétua de Maria:** Este dogma afirma que a mãe de Jesus foi Virgem antes, durante e perpetuamente depois do parto. A liturgia da Igreja Católica celebra Maria como a “sempre-virgem” (*Catecismo da Igreja Católica*, 499). A própria Bíblia, contudo, contradiz esse dogma, ao afirmar que José só não teve relações sexuais com Maria antes do nascimento de Jesus: “E José, tendo despertado do sono, fez como o anjo lhe ordenara, e recebeu sua mulher; e não a conheceu [isto é, e não teve relações sexuais com ela] *enquanto ela não deu à luz um filho*” (Mateus 1,24-25) (grifo meu). “A forma mais natural para ler a sentença em grego é a que fica muitíssimo implícito que ele [José] realmente teve relações sexuais com Maria após o nascimento de Jesus” (SHANKS & WITHERINGTON, p. 111).
- 11) **O dogma da imaculada concepção de Maria:** Segundo esse dogma, Maria foi concebida sem mancha alguma de “pecado original”. Mas, como pode a mãe de Jesus ter sido concebida sem mancha alguma desse tal de “pecado original”, se o “pecado original”, como já vimos, nunca ocorreu historicamente, no sentido dogmático da expressão?
- 12) **O dogma da assunção de Maria:** Segundo esse dogma, a mãe de Jesus, após sua morte, foi ressuscitada *fisicamente* (como Cristo) e elevada em corpo e alma para o céu. Como já

vimos, o próprio apóstolo Paulo, principal fundador do cristianismo dogmático, não acreditava na ressurreição física do ser humano. O que ressuscita, dizia ele, não é o corpo físico, mas o corpo espiritual: “Semeado corpo físico, ressuscita corpo espiritual” (1 Coríntios 15,44).

Concluindo a última resposta deste meu 7º livro ecumênico “(O Mito da Unicidade Cristã: desafio para o diálogo inter-religioso)”, podemos reafirmar, à luz da “fé raciocinada”, que **o dogma da infalibilidade papal**, como acabamos de comprovar, não faz o menor sentido, pois é contraditado por todos os outros dogmas falsos do cristianismo, proclamados pelos papas, supostamente infalíveis.

CONCLUSÃO

Escrevi este livro (“O Mito da Unicidade Cristã: desafio para o diálogo inter-religioso”), a fim de mostrar para meus leitores que o cristianismo dogmático não é a única religião verdadeira deste planeta e que Jesus não foi um personagem “exclusivista”, mas “pluralista”.

Jesus era um personagem “pluralista”, e não “exclusivista”. Mas ele é visto pelos cristãos dogmáticos (paulinistas), conforme comprovamos neste livro, como um personagem superexclusivista: o único Deus encarnado, o único Filho de Deus, o único Salvador, o único Senhor, o único Messias, o único Mediador entre Deus e os homens, o único Caminho, a única Verdade, a única “Palavra de Deus” (O Verbo de Deus encarnado), o único nascido de um parto virginal por obra e graça do Espírito Santo, o único que ressuscitou dos mortos, o único que subiu ao céu em corpo e alma (depois de ressuscitado), o único que retornará fisicamente no fim do mundo para julgar a humanidade, enviando os bons para o céu e os maus para o inferno eterno, o verdadeiro fundador do cristianismo dogmático e da Igreja Católica, tendo instituído sete sacramentos indispensáveis à salvação, o único que fez milagres anulando as leis da natureza, como andar sobre as águas, multiplicar pães, transformar água em vinho, transformar pão e vinho em seu próprio corpo e sangue, ressuscitar mortos etc.

Como já comprovamos sobejamente em muitas respostas deste livro, todos esses títulos exclusivistas e espiritualmente arrogantes, erroneamente atribuídos a Jesus, não fazem o menor sentido, pois, além de não se coadunarem absolutamente com a lei do amor (pois quem ama não exclui nem discrimina ninguém), os mesmos são igualmente atribuídos a diversas outras pessoas marcantes do mundo e a diversos outros líderes religiosos deste planeta.

Como todos sabemos, “na Antiguidade, as pessoas notáveis ganhavam o título de ‘filho de Deus’. Platão e Apolônio de Tiana também foram assim cognominados. E com Jesus não foi diferente” (José Reis Chaves, “O Jesus Histórico e o Mítico”, Revista Espiritismo e Ciência, nº 56).

Conforme vimos em respostas anteriores deste livro, mas convém repetir, Krishna, Buda, Hórus e Mitra também nasceram “miraculosamente”. Apolônio de Tiana também ressuscitou mortos. Buda também alimentou 5.000 homens com um pouco de pão. Krishna também se transfigurou, teve três discípulos preferidos, foi crucificado e subiu aos céus. Mitra também era o Filho de Deus e a Luz do Mundo, seu sepulcro era de pedra e ressuscitou ao terceiro dia. Dioniso também era literal e etimologicamente “filho de Deus” (da língua trácio-frígia “**dio-niso**” = “**filho de deus**”), que também transformou água em vinho. Krishna e Hórus também declaravam ser **O CAMINHO, A VERDADE E A VIDA**. Krishna, Hórus e Mitra também eram Messias, Salvadores e Filhos de Deus. Krishna também era a Segunda Pessoa da Trindade hindu. Krishna, Hórus, Buda e Mitra também tiveram 12 discípulos. Os deuses Tamuz, Adônis, Átis e Osíris também ressuscitaram. Mitra também instituiu **sete sacramentos**, entre os quais figuram o batismo, a confirmação e a comunhão: pão e vinho consagrados por fórmulas rituais. No fim do mundo, virá Mitra para o Juízo Final. Será que ainda precisamos de mais dados para comprovar que **o Jesus mítico e exclusivista foi, de fato, um produto criado com elementos das antigas divindades mitológicas?**

As evidências históricas mostram sobejamente que não. Por conseguinte, a maneira mítica e exclusivista de ver Jesus (o **Jesus exclusivista**) não é *literalmente* correta. Pode até ser metaforicamente correta, mas não confundamos **verdade mítica** com **verdade histórica**, nem **sentidos metafóricos** com **sentidos literais** da linguagem humana.

Convém repetir também, conforme esclarece o famoso teólogo protestante John Hick, no livro *The Myth of God Incarnate (O Mito do Deus Encarnado)* (HICK, 1977, p. 175), que as crenças mitológicas exclusivistas a respeito da pessoa de Jesus podem ser facilmente entendidas pelo contexto histórico-cultural da época: *cultura classicista (uma só verdade, certa e imutável)*, *mentalidade escatológico-apocalíptica (profeta final, revelação definitiva)* e *expressão de uma minoria (linguagem de sobrevivência, único Salvador, único Senhor, único Messias etc.)*, como bem expresso em passagens bíblicas exclusivistas

como estas: **“E não há salvação em nenhum outro, pois não existe debaixo do Céu outro nome dado aos homens, pelo qual tenhamos de ser salvos”** (Atos 4,12). **“Pois Deus é um só, e um só também o Mediador entre Deus e os homens: esse homem, que é Cristo Jesus, que se entregou à morte para resgatar a todos”** (1Timóteo 2,6) (negrito meu).

Sem ter pretendido agredir a fé cristã dogmática (a qual merece todo o nosso respeito, como qualquer outra crença), nem diminuir o valor histórico do cristianismo e da Igreja Católica, mas apenas contribuir para o diálogo ecumênico e inter-religioso, bem como para o conhecimento da verdade que nos liberta (“Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”), abordei neste livro um dos maiores erros do “cristianismo dogmático”, ou seja, o cristianismo baseado em “dogmas de fé”, ou seja, em verdades absolutas, inquestionáveis, intocáveis, indiscutíveis.

Quero concluir este meu 7º livro ecumênico (“O Mito da Unicidade Cristã: desafio para o diálogo inter-religioso”), reafirmando que não pretendi hostilizar ou agredir o cristianismo dogmático paulinista, mas apenas incentivar o diálogo inter-religioso em busca da verdade que nos liberta.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Jayme. *O Espiritismo e as igrejas reformadas*. 4. ed. São Paulo: EME, 1995.
- ARIAS, Juan. *Jesus, esse grande desconhecido*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- ARMSTRONG, Karen. *Em Nome de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- ARMOND, Edgard. *Os Exilados da Capela: esboço sintético da evolução espiritual do mundo*. 12. ed. São Paulo: Editora LAKE, 1999.
- BACH, Marcus. *As Grandes religiões do mundo: origens, crenças e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Nova Era, 1998.
- BAIGENT, Michael; LEIGH, Richard; LINCOLN, Henry. *O Santo graal e a linhagem sagrada*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1993.
- BLAVATSKY, Helena P. *Glossário teosófico*. 4. ed. São Paulo: Ground, 2000.
- BARRERA, Pablo. Fragmentação do sagrado e crise das tradições na pós-modernidade. In: TRASFERETTI, José & GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes (Orgs.). *Teologia na Pós-Modernidade*. São Paulo: Paulinas, 2003.
- BLAVATSKY, Helena P. *Glossário teosófico*. 4. ed. São Paulo: Ground, 2000.
- BOFF, Leonardo. *Fundamentalismo: a globalização e o futuro da humanidade*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.
- _____. *Igreja: carisma e poder: ensaios de eclesiologia militante*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. *Igreja: carisma e poder: ensaios de eclesiologia militante*. Edição revista. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.
- BROWN, Dan. *O Código Da Vinci*. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.
- BRUNEL, Pierre. *Dicionário de mitos literários*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1997.

- BULTMANN, Rudolf. *Teologia do Novo Testamento*. São Paulo: Editora Teológica, 2004.
- CAMPBELL, Joseph. *O Poder do mito*, com Bil Moyers. 28. ed. São Paulo: Palas Athena, 2011.
- _____. *As Máscaras de Deus: mitologia primitiva*. São Paulo: Palas Athena, 1992. v. 1.
- CHAMPLIN, Russell Norman. *O Novo Testamento Interpretado Versículo por Versículo: Volume 2: Lucas, João*. São Paulo: Hagnos, 2002.
- CASSARO, Richard Russell. O paralelismo com Osíris. In: KENYON, J. Douglas (org.). *O que a Bíblia não nos contou: a história secreta sobre as heresias da religião ocidental*. São Paulo: Pensamento, 2008.
- CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- CHAVES, José Reis. *A Face oculta das religiões: uma visão racional da Bíblia*. 2. ed. São Paulo: Editora Bezerra de Menezes, 2006.
- _____. "O Jesus Histórico e o Mítico". *Revista Espiritismo e Ciência*, nº 56.
- COMBY, Jean. *Para ler a história da Igreja I: das origens ao século XV*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- COMMELIN, P. *Mitologia grega e romana*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- CORNWELL, John. *Quebra da fé: o papa, o povo e o destino do catolicismo*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.
- CROSSAN, John Dominic. *Quem Matou Jesus? As raízes do antissemitismo na história evangélica da morte de Jesus*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- DAWKINS, Richard. *Deus, um delírio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- Documento **Dei Verbum** do Concílio Vaticano II sobre a Relação Divina.
- DONINI, Ambrogio. *Breve história das religiões*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

- EHRMAN, Bart D. *O Que Jesus disse? O que Jesus não disse?: quem mudou a Bíblia e por quê.* São Paulo: Prestígio, 2006.
- ELIADE, Mircea. *Mito e realidade.* 6. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2006.
- ELSBURG, Robert (Ed.). *Gandhi e o cristianismo.* São Paulo: Paulus, 1996.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa.* 2.ed. Rev. Aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FRANGIOTTI, Roque. *História das heresias: conflitos ideológicos dentro do cristianismo.* São Paulo: Paulus, 1995.
- FUNK, Robert W.; HOOVER, Roy W., and THE JESUS SEMINAR. *The Five Gospels: what did Jesus really say? The search for the authentic words of Jesus.* New York: Macmillan Publishing Company, 1993.
- FUNK, Robert W., and THE JESUS SEMINAR. *The Acts of Jesus: what did Jesus really do? The search for the authentic deeds of Jesus.* New York: Harper Collins, and Harper San Francisco, 1998.
- GAGLIARDO, Vitor. "O Papa do Jesus histórico", Revista SUPER Interessante, edição 250, março/2008.
- GRIESE, Franz. *La Desilusión de un sacerdote: la verdad científica sobre la religión cristiana.* 2. ed. reformada y aumentada. Buenos Aires: Editorial Cultura Laica, 1957.
- HARPUR, Tom. *O Cristo dos pagãos: a sabedoria antiga e o significado espiritual da Bíblia e da história de Jesus.* São Paulo: Pensamento, 2008.
- _____. *Transformando Água em Vinho: uma visão profunda e transformadora sobre os Evangelhos.* São Paulo: Editora Pensamento, 2009.
- HART, Michael H. *As 100 maiores personalidades da história: uma classificação das pessoas que mais influenciaram a História.* 10. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2005.
- HASSNAIN, Fida. *Jesus, a verdade e a vida: uma busca histórica pelos caminhos apócrifos, budistas, islâmicos e sânscritos.* São Paulo: Madras, 1999.

- HICK, John (Org.). *The Myth of God incarnate*. London: SCM Press, 1977.
- _____. *Philosophy of religion*. 4. ed. Upper Saddle river, New Jersey: Prentice Hall, 1990.
- HICK, John & HEBBLETHWAITE, Brian (Orgs.). *Christianity and other religions*. Oxford: Oneworld, 2001, p. 122.
- HICK, John & KNITTER, Paul (Orgs.). *The Myth of christian uniqueness, toward a pluralistic theology of religions*. New York: Orbis Book, 1987.
- HISLOP, Dr. John S. *Meu Baba e eu: vivências com o mestre indiano Sri Sathya Sai Baba*. Rio de Janeiro: Nova Era, 2003.
- HOORNAERT, Eduardo. *Origens do cristianismo: uma leitura crítica*. Brasília: Editora Ser, 2006.
- JANUS. *O Papa e o Concílio* - volume 1, 2. ed. reimp. - Versão e Introdução de Rui Barbosa. Londrina - PR; Editora Leopoldo Machado, 2002.
- JOMANO. *Onde está Deus*. São Paulo: Elevação, 2001.
- KARDEC, Allan. *O Evangelho Segundo o Espiritismo. A Codificação da doutrina espírita: obras completas de Allan Kardec*. São Paulo: Instituto de Difusão Espírita, 1997.
- KENYON, J. Douglas (org.). *O que a Bíblia não nos contou: a história secreta sobre as heresias da religião ocidental*. São Paulo: Pensamento, 2008.
- KERSTEN, Holger. *Jesus viveu na Índia: a desconhecida história de Cristo antes e depois da crucificação*. 17. ed. São Paulo: Best Seller, 1986.
- KING, Úrsula. *Cristo em todas as coisas: a espiritualidade na visão de Teilhard de Chardin*. São Paulo: Paulinas, 2002.
- KÜNG, Hans. Is there one true religion? An essay in establishing ecumenical criteria. In: HICK, John & HEBBLETHWAITE, Brian (Orgs.). *Christianity and other religions*. Oxford: Oneworld, 2001.
- _____. *A Igreja Católica*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- LEWIS, H. Spencer. *A Vida mística de Jesus*. 7. ed. Curitiba-Paraná: Biblioteca da Ordem Rosacruz – AMORC, 1997.

- MATHER, George A.; NICHOLS, Larry A. *Dicionário de religiões, crenças e ocultismo*. São Paulo: Vidas, 2000.
- MIRANDA, Hermínio C. *Cristianismo: a mensagem esquecida*. Matão, São Paulo: O Clarim, 1988.
- OLIVEIRA, Francimar de. *O Centurião de Cafarnaum*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1995.
- PEDREIRA, Eduardo Rosa. *Do Confronto ao encontro: uma análise do cristianismo em suas posições ante os desafios do diálogo inter-religioso*. São Paulo: Paulinas, 1999.
- RAMATÍS. *O Evangelho à luz do cosmo*. Psicografia de Hercílio Maes. 5. ed. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1996.
- RATZINGER, Joseph, Card. *Dominus Iesus: sobre a unicidade e universalidade salvífica de Jesus Cristo e da Igreja*. 4. ed. São Paulo: Paulinas, 2001.
- _____. *A Caridade na Verdade*. Encíclica do Papa Bento XVI, publicada pelo Vaticano no dia 29 de junho de 2009.
- RIFFARD, Pierre A. *O Esoterismo*. São Paulo: Mandarim, 1996.
- RODRÍGUEZ, Pepe. *Mentiras Fundamentais da Igreja Católica: uma análise das graves contradições da Bíblia e de como esta foi manipulada em proveito da Igreja*. Lisboa-Portugal, Editora Terramar, 2001.
- ROHDEN, Huberto. *Bhagavad Gita*. 11. ed. Ilustrada. São Paulo: Martin Claret. [s.d.]
- _____. *O Sermão da Montanha*. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- ROUSTAING, João Batista. *Os Quatro Evangelhos: espiritismo cristão ou revelação da revelação*. 7. ed. Rio de Janeiro: FEB, 1989.
- SCHLESINGER, Hugo; PORTO, Humberto. *Dicionário enciclopédico das religiões*. Petrópolis: Vozes, 1995. v. 1 e 2.
- SCHURÉ, Édouard. *Krishna: Coleção Os Grandes Iniciados: esboço da história secreta das religiões*. São Paulo: Martin Claret Editores, 1986.

- SILVA, Severino Celestino da. *Analisando as Traduções Bíblicas: refletindo a essência da mensagem bíblica*. 2. ed., João Pessoa-Paraíba, 2000.
- SOUZA, José Pinheiro de. *Entrevistas com Jesus: reflexões ecumênicas*. 3. ed. Revista. Publicação disponível em <http://www.professorpinheiro.com>, Fortaleza, 2012.
- _____. *Mitos Cristãos: desafios para o diálogo religioso*. Divinópolis (MG): GEEC Publicações, 2007.
- _____. *Catecismo ecumênico: 200 perguntas e respostas à luz da "fé raciocinada"*. Fortaleza: Gráfica LCR, 2010a.
- _____. *Paulinismo: a doutrina de Paulo em oposição à de Jesus*. Fortaleza: Gráfica LCR, 2010b.
- _____. *Mentiras sobre Jesus: desafio para o diálogo religioso*. Fortaleza: Gráfica LCR, 2011a.
- _____. *Três Maneiras de Ver Jesus: a maneira histórica, a mítica literal e a mítica simbólica*. Fortaleza: Gráfica LCR, 2011b.
- TABOR, James D. *A Dinastia de Jesus: a história secreta das origens do cristianismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- UBALDI, Pietro. *A Grande síntese*. 17. ed. Campos dos Goitacazes, Rio de Janeiro: Instituto Pietro Ubaldi, 1992.
- _____. *Cristo*. 3. ed. Campos – Rio de Janeiro: Fundação Pietro Ubaldi, 1988.
- VASCONCELOS, Yuri. O Homem que inventou Cristo. *SUPER Interessante*. Edição 195, dez. 2003.
- WEISER, Alfons. *O Que é milagre na Bíblia: para você entender os relatos dos evangelhos*. São Paulo: Edições Paulinas, 1978.
- YOUNG, Frances. A Cloud of witnesses. In: HICK, John (Org.). *The Myth of God incarnate*. London: SCM Press, 1977.

APÊNDICE A

MENSAGENS DO ALÉM

BLOG DO PINHEIRO: QUARTO ANIVERSÁRIO (1/4/2012)

Hoje está fazendo quatro anos que inaugurei este blog, no qual já publiquei 341 matérias e o qual já teve mais de 37 mil acessos e cerca de 500 comentários. Agradeço a todos os que já o visitaram, particularmente aos que lhe fizeram comentários, positivos ou mesmo negativos, uma vez que ninguém está obrigado a concordar com meus pontos de vista sobre os assuntos abordados nele. Para comemorar o quarto aniversário deste blog, republico as mensagens do além de cinco espíritos desencarnados que fazem elogios às minhas obras ecumênicas:

Como acredito em mediunidade e em psicografia, republico hoje, para comemorar **OS QUATRO ANOS DE EXISTÊNCIA DESTE BLOG**, mensagens de **cinco espíritos desencarnados**, através de médiuns espíritas kardecistas, mensagens positivas às minhas obras ecumênicas, prova de que esse meu trabalho é, de fato, uma tarefa ou missão ecumênica que me foi confiada pela Espiritualidade.

A 1ª mensagem do além, recebi-a em fevereiro de 2005, quando participava do 14º Encontro para a Nova Consciência, realizado em Campina Grande, Paraíba, de 4 a 8 de fevereiro de 2005. Nesse mês eu ainda estava com muitas dúvidas se deveria ou não publicar meu 1º livro ecumênico (“Entrevistas com Jesus: reflexões ecumênicas”). De repente, apareceu-me um dos participantes do Encontro, que eu nunca tinha visto em minha vida, aproximou-se de mim, tocou no meu ombro, e me disse: “Sr. Pinheiro, sou um médium espírita kardecista e acabo de receber uma mensagem de um espírito desencarnado, pedindo-me para dizer ao Senhor que não tenha medo de publicar o seu livro “Entrevistas com Jesus: reflexões ecumênicas”, o qual vai fazer um grande bem à humanidade”. Essa mensagem foi igualmente ouvida por minha e esposa (Iaci) e por minha filha (Jocely), que

também participavam do referido Encontro e que estavam perto de mim na hora em que o médium me transmitiu a mensagem vinda do além. Depois da referida mensagem, perdi o medo de publicar meu livro e, assim que voltei para Fortaleza, procurei uma gráfica para publicar 1.500 exemplares da referida obra, que a lancei no dia 21 de junho do mesmo ano, edição esgotada.

A 2ª mensagem que recebi foi de **três espíritos desencarnados**, através da psicografia do médium espírita kardecista **Aélio Rocha**, em 2006, durante uma palestra que ministrava numa casa espírita de Fortaleza sobre meu livro “Entrevistas com Jesus: reflexões ecumênicas”, palestra essa que foi ministrada no Centro Espírita Antônio Alves de Linhares, Fortaleza-CE, no dia 29 de agosto de 2006. Eis o texto dos três espíritos desencarnados:

“Chegamos, meus amigos terráqueos, ou melhor, habitantes do Planeta Terra (presença na casa espírita). Somos aparelhos vindos de outros planos. Na verdade, estamos bem mais em trabalho no plano terrestre, circulando também nos cosmos celestiais desse mundo a fora. Carregados de amor, estamos aqui presentes para assistirmos juntos essa palestra do Prof. Pinheiro. Muito boa vontade do nobre Prof. Pinheiro, ecumênico por natureza agora, uma vez que antes era católico. Houve mudanças, um afloramento do Espírito do Prof. Pinheiro. Parabéns por esta obra magnífica e tão bem aproveitável na maneira da busca do conhecimento ecumênico. É preciso que tenhamos consciência cada vez mais para a abertura de novas ideias e sabedoria. Não podemos ficar à mercê de apenas uma religião, como diz o autor. É pela religião do amor, o amor ao próximo e a Deus, que chegaremos à evolução da humanidade. Portanto, queiram ler esta obra e conhecerão muitas verdades até então desconhecidas por milhares de pessoas. Reconhecemos o bem que esta obra fará para todos aqueles que adquirirem o livro. Sejam leitores assíduos das boas obras literárias, não só precisamente da religião a que pertençam. Façam uma boa leitura e tirem suas próprias conclusões.”

Psicografia: **Aélio Rocha** (médium espírita kardecista)
Local: Centro Espírita Antônio Alves de Linhares
Fortaleza-CE, 29/08/2006.

Trabalhadores espirituais desencarnados autores da mensagem:

Carla Veridiana (terapeuta)
Júnior Guimarães (afazeres espirituais) e
Tito Donadone (italiano interessado na obra literária)

A 3ª mensagem espiritual que recebi do alto foi em 2008, do famoso Espírito Dom Hélder Câmara (ex-bispo cearense, nascido em 7 de fevereiro de 1909 e falecido em Recife, PE, no dia 27 de agosto de 1999. Recebi sua mensagem através da psicografada do médium kardecista pernambucano **Carlos Pereira**, no autógrafo do livro “Novas Utopias”, lançado em Fortaleza, no dia 1º de fevereiro de 2008, na FEEC (Federação Espírita do Estado do Ceará). Esse autógrafo de Dom Hélder Câmara convenceu-me de que estou realmente cumprindo uma tarefa para oferecer o melhor de mim para todos os meus irmãos, conforme suas próprias palavras:

“**Pinheiro,**

Tuas mãos trazem a sabedoria dos homens irrequietos que procuram, de toda sorte, oferecer o melhor de si para todos os seus irmãos. Continue nesta tarefa, irmão. Deus te abençoe. Hélder Câmara, 1º fev/2008.”

Confesso que fiquei deveras muito emocionado ao ler esse belíssimo autógrafo do Espírito Dom Hélder Câmara, através do médium Carlos Pereira, o qual faz implicitamente boa referência ao meu trabalho ecumênico e me pede para continuar nesta tarefa.

Vou concluir este Apêndice A com a seguinte frase de Madre Tereza de Calcutá: “Nós mesmos sentimos que o que fazemos é uma gota no oceano. Mas o oceano seria menor se essa gota faltasse” (Madre Tereza de Calcutá). Essa frase de Madre Tereza me anima muito a continuar com essa minha tarefa espiritual de escrever “gotinhas” de matérias no “oceano” ecumênico, em busca da verdade que nos liberta (“Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”).



APÊNDICE B

CITAÇÕES DO LIVRO

***The Myth of Christian Uniqueness* ('O Mito da Unicidade Cristã'), organizado pelos teólogos pluralistas cristãos John Hick – protestante – e Paul Knitter – católico (HICK & KNITTER, 1987)**

Já está fazendo 25 anos que esse famoso livro foi publicado, mas até agora ele parece ser desconhecido pela maioria dos cristãos. Publico neste Apêndice B várias citações, traduzidas do inglês pelo Professor baiano Hyljoss Angelo de Souza. As citações apresentadas neste Apêndice B, foram retiradas das seguintes partes do livro: a) Orelha esquerda do livro; b) Prefácio do livro; c) Capítulo 1 do livro; d) Capítulo 2 do livro.

Orelha esquerda do livro:

O Mito da Unicidade Cristã Editado por John Hick e Paul F. Knitter

Uma década depois de *O Mito do Deus Encarnado*, este livro, escrito por uma representativa variedade de teólogos cristãos – protestantes e católicos, homens e mulheres, orientais e ocidentais, oriundos do Primeiro e do Terceiro Mundo – enfrenta o maior questionamento teológico do nosso tempo: a relação entre a cristandade e as outras religiões.

Aqueles que contribuíram com essa publicação, resolveram fazer uma travessia “sem volta” como afirmam, saindo da insistência na superioridade e no caráter definitivo de Cristo e da cristandade para um reconhecimento da credibilidade de outras abordagens religiosas. Os artigos procuram mostrar que seus posicionamentos, apesar de experimentais e controversos, representam uma opção viável para fiéis cristãos.

Três pontes são utilizadas para fazer essa travessia e o livro é dividido a partir delas. A primeira consiste na relatividade histórica, a segunda discute teologia e misticismo e a terceira trata de ética

e questões práticas. Além de um pós-escrito que apresenta a questão do pluralismo.

Colaboradores: Tom Driver, Langdon Gilkey, John Hick, Gordon Kaufman, Paul Knitter, Raimundo Panikkar, Aloysius Pieris, Rosemary Radford Ruether, Stanley Samartha, Wilfred Cantwell Smith, Marjorie Suchocki and Seiichi Yagi.

Paul Knitter é professor de Teologia na Xavier University em Cincinnati e John Hick é professor de Religião na Claremont Graduate School na Califórnia.

Citações do Prefácio do livro (escrito por Paul F. Knitter):

Mesmo podendo transmitir uma ideia errada, o título deste livro é significativo. Nós estamos considerando a “Unicidade Cristã” um “mito” não porque pensamos que o discurso da unicidade da cristandade seja puro e simplesmente falso e, por conseguinte, deva ser descartado. Ao contrário, sentimos que tal discurso, como toda linguagem mítica, deva ser compreendido cuidadosamente, deva ser interpretado; pois sua “verdade” não está na sua superfície literal, mas dentro de um significado pessoal e histórico em permanente mudança. Este livro, então, ao invés de pretender negar a unicidade cristã, quer interpretá-la de uma maneira nova. De fato, sugerimos, a partir de várias perspectivas, que o mito da unicidade cristã requer uma nova interpretação genuína – tão diferente que, talvez, alguns dirão que a palavra “unicidade” não seja mais apropriada (Paul F. Knitter, Prefácio do livro, p. vii).

“A cristandade, obviamente, é única em sentido preciso e literal pelo qual toda tradição religiosa é única – isto é, que existe apenas uma e que não há, portanto, alguma outra exatamente igual. Porém, em grande parte do discurso cristão, a unicidade da cristandade tem assumido um significado mitológico maior, chegando a significar definitividade, imperiosidade, normatividade, superioridade da cristandade em comparação com outras religiões do mundo. É este sentido mitológico da expressão, com tudo que a acompanha, que criticamos neste livro” (Paul F. Knitter, Prefácio do livro, p. vii).

“O contexto geral que fornece o significado e a motivação deste volume é o mesmo que tem inspirado uma enxurrada de publicações recentes tratando de “Cristandade e Religiões do

Mundo” ou “Cristo em um Mundo Pluralista.” Cada vez mais e mais cristãos, juntamente com povos de outras fés e ideologias, estão vivenciando o pluralismo religioso de uma nova maneira – eles estão sentindo não somente a realidade de tantos outros caminhos religiosos, mas também sua vitalidade, sua influência em nosso mundo moderno, sua profundidade, beleza e atratividade. E por causa desta nova experiência de pluralismo, os cristãos estão sentindo a necessidade de um diálogo mais produtivo, cooperação com outras religiões e uma nova atitude em relação a elas” (Paul F. Knitter, Prefácio do livro, p. vii).

“O que faz deste presente volume diferente das propostas mais recentes para uma teologia cristã das religiões está inserido na visão do que o seu subtítulo chama de uma teologia pluralística das religiões. Um modelo pluralista representa uma nova mudança – que pode ser chamada de “mudança de paradigma” – nos esforços de teólogos cristãos, do presente e do passado, em compreender o mundo das outras religiões e o lugar da cristandade nesse mundo. Uma mudança de paradigma representa uma alteração que seja genuinamente diferente, contudo dependente do que veio antes” (Paul F. Knitter, Prefácio do livro, p. vii).

“Através desta compilação de ensaios, esperamos mostrar que tal mudança pluralista está tomando forma, que está sendo proposta por uma variedade de pensadores cristãos respeitados e que, portanto, representa uma opção viável para fiéis cristãos, apesar de ainda rudimentar a controvérsia. Nossa intenção, como editores, foi a de reunir uma mescla representativa de teólogos cristãos – protestantes e católicos, homens e mulheres, orientais e ocidentais, do primeiro mundo e o do terceiro mundo que sentiam a urgência e a complexidade de explorar genuinamente novos entendimentos cristãos em relação a outras religiões e a cristandade à luz de outras fés. Tentamos especificar muito precisamente as condições e objetivos de nosso projeto, a fim de que somente aqueles que sentissem claramente a possibilidade de apoiá-lo aderissem” (Paul F. Knitter, Prefácio do livro, p. viii).

“Novos entendimentos” foram descritos como qualquer esforço para ir além dos dois modelos gerais que têm dominado atitudes cristãs com relação a outras religiões até hoje: a

abordagem exclusivista “conservadora”, que encontra a salvação somente em Cristo e pouco ou nenhum valor em outra parte; e a atitude “liberal” inclusivista, que reconhece a riqueza salvífica de outras fés, mas as vê como resultado do trabalho redentor de Cristo e como tendo de ser completadas em Cristo. Nós quisemos reunir teólogos que estivessem explorando as possibilidades de uma posição pluralista – um afastamento da insistência na superioridade ou caráter definitivo de Cristo e da cristandade em direção ao reconhecimento da validade de outros caminhos. Esse movimento passou a ser descrito pelos participantes de nosso projeto como uma travessia de um Rubicon teológico *. (*A travessia do Rubicon, um riacho na Itália, por Júlio César significou o início de uma guerra civil, a expressão “cross or pass the Rubicon” passou a ser usada como uma atitude de chegada a um ponto de onde não se pode mais voltar ou retroagir). Nas palavras de Langdon Gilkey, tal movimento representa “uma monstruosa mudança de fato... uma posição bastante nova para as igrejas, até mesmo para as igrejas liberais” (Paul F. Knitter, Prefácio do livro, p. viii).

“Reconhecendo a complexidade e os perigos do assim chamado paradigma pluralista, nós quisemos atuar o mais cautelosamente possível. Parte do propósito deste livro é “expor” esta nova abordagem, tornando-a conhecida, a fim de que outros teólogos, juntamente com a comunidade cristã como um todo, possam avaliar melhor seu conteúdo e coerência, e julgar sua adequação para a experiência humana e o quanto é apropriada e fiel à tradição cristã. Assim, nós pensamos que um primeiro passo de ajuste seria reunir os autores para um encontro no qual os primeiros esboços destes capítulos seriam submetidos a não somente a crítica mútua (e muito disso ocorreu!), mas também e especialmente à crítica dos outros” (Paul F. Knitter, Prefácio do livro, p. vii).

“Nós nos reunimos na Claremont Graduate School, Claremont, California, nos dias 7 e 8 de março de 1986. Entre os críticos estavam teólogos que – como John B. Cobb, Jr., Schubert Ogden, David Tracy – são ardentes defensores do diálogo inter-religioso, mas que sentem que o movimento pluralista é infundado,

desnecessário ou inoportuno. Todos os manuscritos foram lidos com antecedência para que nossas sessões pudessem ser abertas com os comentários de um crítico, seguida pela resposta do autor e em seguida, uma rápida e sempre animada discussão. À luz dessas discussões, cada autor voltava para casa para revisar seus capítulos. Embora, nós não tenhamos incluído os comentários e sugestões dos críticos nesse volume, eles estão presentes, ao menos implicitamente, até certo ponto nos produtos finais revisados que compõe cada capítulo. O ensaio de Tom Driver é único escrito após este encontro; sua tarefa foi a de observar a dinâmica, as novas questões e as inquietações críticas, e então, delinear alguns pontos essenciais para o que são os maiores problemas e mais promissoras direções em uma teologia pluralística das religiões” (Paul F. Knitter, Prefácio do livro, p. vii).

“A ordem destes ensaios aqui apresentados são também posteriores ao encontro em Claremont. Os autores foram solicitados a elaborar suas visões sobre as razões pelas quais eles sentiam que o contexto contemporâneo estava pressionando os cristãos a uma abordagem pluralista em relação a outras religiões, como tal abordagem poderia ser mais bem elaborada, se estava alinhada com a tradição do passado e a experiência cristã atual, e quais seriam suas implicações para outras áreas da doutrina e prática cristãs. Tanto nos próprios ensaios quanto em nossas discussões acerca deles, os pontos de vista dos autores ficaram mais ricos e variados do que se esperava, e frequentemente em equilíbrio uns com os outros. No desenrolar do nosso árduo trabalho editorial, entretanto, nos pareceu que a variedade de perspectivas foram se reduzindo a três formas principais através das quais nossos autores estavam realizando o movimento pluralista – ou, se focarmos na imagem do Rubicon, três “pontes” pelas quais eles cruzaram os limites do exclusivismo ou inclusivismo para chegar ao pluralismo. Embora a maioria dos colaboradores façam “múltiplas travessias”, estas três pontes podem, nós achamos, ajudar a esclarecer a diversidade e a tensão produtiva, assim como a unidade subjacente dentro desta coleção de ensaios” (Paul F. Knitter, Prefácio do livro, p. ix).

A PONTE HISTÓRICO-CULTURAL: RELATIVIDADE

“O ponto inicial e luz condutora para estes ensaios na parte I é a consciência histórica – a consciência sempre impulsionadora da limitação de todo conhecimento e crenças religiosas, e a dificuldade, se não impossibilidade, de julgar os postulados de verdade de outra cultura ou religião com base na sua própria. Gordon Kaufman e John Hick são as vozes mais lúcidas neste campo. Argumentando que a ameaça das guerras impele todas as religiões ao diálogo e cooperação, Kaufman propõe como uma condição necessária para tal diálogo que os fiéis reconheçam a relatividade histórica de todas as formas de religião e abandonem afirmações do passado tais como “única” ou “mais elevada” forma de religião” (Paul F. Knitter, Prefácio do livro, p. ix).

“John Hick propõe uma mudança de perspectiva para essa consciência de relatividade histórica que vai ainda mais longe. Atualmente, ele sugere, se qualquer religião por afirmar sua superioridade, terá de fazê-lo com base em um “exame de fatos”, isto é, através de alguma informação empírica ou experimental disponível para todos. Tais informações teriam de ser encontradas na habilidade de uma religião em promover o bem-estar da humanidade melhor do que qualquer outra religião. Conclusão de Hick:

Parece impossível fazer um julgamento completo se alguma tradição religiosa tem contribuído mais para o bem ou para o mal, ou se tem um equilíbrio mais favorável entre fazer bem ou mal, do que outras. Enquanto totalidades vastas e complexas, as tradições do mundo parecem estar mais ou menos em paridade umas com as outras. Nenhuma pode se destacar como manifestamente superior” (Paul F. Knitter, Prefácio do livro, p. ix).

“Langdon Gilkey oferece uma afirmação mais cautelosa e dialética da consciência histórica. Por um lado, ele admite não poder mais fazer afirmações da definitividade da cristandade ou do Cristo como o fez durante a maior parte da sua vida, porque hoje, “a revelação de ninguém é ou pode ser critério para todos os outros.” Por outro lado, Gilkey está dolorosamente consciente que admitir essa relatividade histórica facilmente leva para a instabilidade do

relativismo histórico pelo qual a ninguém é permitido fazer julgamentos “absolutos” de quem quer que seja. Mas especialmente hoje, confrontados pelas maldades intoleráveis que seres humanos impõem a outros (muitas delas sancionadas ou impostas pela religião), devemos ser capazes de ser tão apegados à verdade a fim de que possamos falar e defender a absoluta não aceitação de tais coisas intoleráveis. Mas como, se toda alegação religiosa é relativa? Em sua luta com o dilema de como unir a relatividade do pluralismo religioso com a práxis profética, Gilkey sugere como nós podemos do paradoxo do “absoluto relativo” (Paul F. Knitter, Prefácio do livro, p. x).

A PONTE TEOLÓGICO-MÍSTICA: MISTÉRIO

“Os teólogos na parte 2 apresentam sua proposta para uma teologia pluralista das religiões impelida pelo reconhecimento de que não somente nossos meios de percepção religiosa são historicamente relativos, mas também, e mais importante, que o objeto ou conteúdo da experiência religiosa é infinito – Mistério além de todas as formas, indo além da nossa compreensão. A infinidade e inefabilidade do Mistério-Deus exige um pluralismo religioso e proíbe qualquer religião de possuir a palavra “única” ou “final” (Paul F. Knitter, Prefácio do livro, p. x).

W.C. Smith usa a noção de idolatria consagrada ao longo do tempo para afirmar a razão pelo qual uma nova atitude em relação à fé é necessária. Para ele, entretanto, a idolatria não descreve outra religião senão a nossa. “A cristandade tem sido nosso ídolo.” Os cristãos têm cedido à tentação de equiparar sua religião com o próprio Deus fazendo dela algo absoluto e definitivo. Arrepende-se dessa idolatria significa cessar toda alegação exclusivista ou inclusivista e estar aberto à possibilidade da igualdade através de outras formas.

“Raimundo Panikkar e Stanley Samartha recorreram à suas experiências hinduístas para construir uma base mística para a sinalização de Smith contra a idolatria. Para eles, o Mistério Último é tão inefável (neti-neti) quanto real; todas as religiões podem participar dele e refleti-lo; ninguém pode possuí-lo. Samartha propõe uma cristologia teocêntrica indiana e assim, mostra que os cristãos podem

até mesmo fazer um ídolo a partir de Jesus Cristo. Com a insistência oriental deles no que diz respeito às limitações da razão, ambos Samartha e Panikkar advertem seus colegas ocidentais contra a elaboração de uma teologia pluralista das religiões “excessivamente sensatas” (Paul F. Knitter, Prefácio do livro, p. x).

“Pannikar é particularmente insistente nas limitações da razão e assim se posiciona com certo grau de tensão em relação às outras propostas. Para ele, o Mistério Último é inelutavelmente não apenas inefável, como também é radicalmente pluralista. A realidade também assim o é. Pannikar sugere que muitos dos seus colegas que endossam um novo pluralismo e se lançam numa travessia “sem volta” não sabem realmente o que isso significa. Pluralismo nos diz que não existe “um” que possa ser imposto para “muitos”. Sempre haverá muitos; sempre haverá diferença e discordância. Pannikar adverte:

Pluralismo não permite um sistema universal. Um sistema pluralístico seria uma contradição em si mesmo. A incomensurabilidade de sistemas definitivos é intransponível. Esta incompatibilidade não é menos má... Mas uma revelação em si mesma da natureza da realidade” (Paul F. Knitter, Prefácio do livro, p. xi).

“Confrontando os Mistérios dentro do contexto de sua experiência budista do Vazio (Sunyata) ou do Amorfismo, Seiichi Yagi oferece um ensaio que é, de certo modo, único entre as contribuições para este livro. Ele usa um exemplo concreto do diálogo cristão-budista com o objetivo de lançar a base para uma teologia pluralista das religiões. A partir da perspectiva Budista, mas recorrendo também à erudição quanto ao Novo Testamento, ele apresenta a reinterpretção do “Eu” de Jesus que irá permitir aos cristãos que possam ir além tanto da compreensão exclusivista como inclusivista da unicidade cristã. Tal cristologia preserva a unicidade de ambos Jesus e Buda” (Paul F. Knitter, Prefácio do livro, p. xi).

A PONTE ÉTICO-PRÁTICA: JUSTIÇA

“Para os autores da parte 3, a principal motivação para se chegar a uma abordagem pluralista para outras fés não é a consciência da relatividade histórica ou do Mistério absoluto, mas

a confrontação com os sofrimentos da humanidade e a necessidade de se por um fim a tais afrontas. A necessidade de promover justiça torna-se, para esta perspectiva, a necessidade de uma nova atitude cristã com relação às outras fés. O que temos aqui é o primórdio da “teologia da libertação das religiões” (Paul F. Knitter, Prefácio do livro, p. xi).

“A partir de suas experiências feministas, Rosemary Rueter e Marjorie Suchocki deixam claro o quanto os entendimentos da cristandade como detentora da única e mais elevada revelação têm levado a “um ultrajante e absurdo chauvinismo religioso”. É impressionante que até mesmo liberais e radicais fracassam em questionar essa presunção” (Ruether). Sustentar a cristandade ou Cristo como “norma” para todas as religiões é algo tão explorador quanto à tentativa do sexismo em tornar a experiência masculina norma universal para a humanidade. De acordo com tais acusações, Aloysius Pieris e Paul Knitter acrescentaram algumas razões positivas para uma nova atitude em relação às outras fés – não somente evitar injustiça, mas também promover justiça. “Libertação econômica, política e nuclear um trabalho grande demais para uma só nação, uma só cultura, uma só religião... Um movimento de libertação mundial necessita de um diálogo inter-religioso” (Knitter)” (Paul F. Knitter, Prefácio do livro, p. xi).

“Pieris explora as implicações de tal abordagem liberacionista para a cristologia. Após traçar similaridades e conflitos resultantes entre as alegações “absolutas” que têm sido feitas tanto na cristologia quanto na budologia, e sugere que se budistas e cristãos se encontrarem no “único caminho da salvação”, Buda e Cristo podem se complementar, ao invés de competir um com o outro” (Paul F. Knitter, Prefácio do livro, p. xi).

Suchocki e Knitter expandem a sugestão de Pieris. Concordando com Gilkey sobre os limites da tolerância e a necessidade de resistir às maldades intoleráveis que infestam nosso mundo, eles recomendam que as religiões do mundo aceitem um interesse compartilhado por justiça como o ponto de partida e norma condutora para seus esforços de diálogo. Bem conscientes da variedade de caminhos para se entender “justiça” ou “salvação” ou bem-estar humano,” estes autores ainda sugerem que algo

como uma “opção preferencial” para os mais necessitados possa servir como contexto para um novo encontro de religiões. Pessoas de diferentes tradições religiosas poderiam entrar em uma práxis compartilhada em favor dos pobres e sofredores, assim como, buscar uma reflexão compartilhada sobre como essa práxis relaciona-se com outras fés; isto os forneceria, ele sugere, meios manejáveis de melhor compreender e julgar o outro. Práxis e compromisso conduziriam à clarificação doutrinária e correção” (Paul F. Knitter, Prefácio do livro, p. xii).

“No seu Pós-escrito, Tom Driver apresenta alguns alertas finais e fornece diretrizes para investigações mais aprofundadas da teologia pluralista das religiões. Há um risco de se compreender o pluralismo muito ingenuamente. Dadas as disjunções e descontinuidades existentes entre as tradições religiosas, é impossível e imperialista agrupar as religiões em categorias universais. Ressoando com o último conjunto de artigos, Driver conclui que o caso do pluralismo é no fundo uma questão ética e moral, não o resultado de alguma harmonia salvífica, revelacional ou racional” (Paul F. Knitter, Prefácio do livro, p. xii).

[...]

Citações do Capítulo 1 do livro (escrito por GORDON D. KAUFMAN):

CAPÍTULO 1 – DIVERSIDADE RELIGIOSA, CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E TEOLOGIA CRISTÃ

GORDON D. KAUFMAN

“Como podem pessoas e comunidades com concepções radicalmente diferentes do mundo e da vida humana, com visões bastante diversas dos problemas mais urgentes enfrentados pelos seres humanos e com as mais eficientes maneiras de lidar com esses problemas, chegar a um entendimento e apreciação mútua das formas de agir de cada um enquanto ser humano? Como, em toda nossa diversidade, podemos nós humanos aprender a viver juntos frutuosamente, produtivamente e em paz no mundo de hoje complexamente interconectado, ao invés de regularmente entrarmos em toda sorte de conflito e luta que pode desencadear

um holocausto nuclear que nos destruirá a todos? Estes são pontos que levantam questões especiais para os cristãos por conta das alegações absolutistas sobre a revelação divina e a verdade última que tem frequentemente sido consideradas como centrais para a fé; essas alegações requerem um cuidadoso escrutínio teológico. Uma séria atenção a essas questões, em minha opinião, sugere que hoje, devemos nos tornar autoconscientes da fé cristã de novas formas – formas que irão nos capacitar a progredir em direção a algumas correções fundamentais das tarefas e métodos da teologia cristã. Eu tentarei explicar estas controvérsias neste capítulo (GORDON D. KAUFMAN, capítulo 1, p. 3).

“Entre fiéis cristãos comuns assim como, entre a maioria dos teólogos, é tido como certo que as verdades e valores fundamentais para a condução adequada da vida humana estão disponíveis e conhecidos dentro da tradição cristã: a eles foram concedidas pela revelação divina (apesar de poder ser entendida). A tarefa dos teólogos e outros professores da igreja, deste modo, é compreendida como sendo a de interpretar e transmitir estas verdades e valores da tradição, sem questioná-los fundamentalmente, criticá-los ou reconstruí-los. Por isso, quando outros posicionamentos religiosos (ou muito antigos) apresentam afirmações que são divergentes ou até mesmo incongruentes, estas são refutadas como equivocadas ou interpretadas à luz dos princípios básicos que os cristãos aceitam” (GORDON D. KAUFMAN, capítulo 1, p. 4).

“Para muitos cristãos, entretanto, este tipo de prática, que tem mantido a igreja em uma posição confortável por dois milênios, parece cada vez mais imperfeita e perigosa. Em primeiro lugar, é notório que existem muitas outras comunidades religiosas e tradições seculares – o budismo, o judaísmo, certas formas de humanismo secular e assim por diante – que têm fontes bastante impressionantes para interpretar e orientar a existência humana e para dar uma formação significativa para o indivíduo humano e para a vida social. Parece um tipo de autoempobrecimento limitador se recusar a aprender com essas formas distintas de “ser” humano, contudo, estar alheio a algumas delas é o que acaba por se configurar em princípio. Em segundo lugar e muito mais importante, tem se tornado

óbvio hoje que se os humanos não aprenderem a apreciar o comprometimento uns dos outros o bastante para nos capacitar todos a vivermos juntos em nossa diversidade, se continuarmos a tentar – como a maioria das comunidades e tradições têm feito desde o passado – viver totalmente por nós mesmos e para nós mesmos, agindo voluntariamente para destruir até mesmo aqueles que consideramos como nossos inimigos, nosso único sucesso pode ser apenas o de levar a vida humana na Terra ao seu fim. Agora, nós vivemos em um único mundo interconectado e interdependente gostando ou não, e não é mais possível ou ignorar as outras formas de “ser” humano ou atuar para eliminá-las. Ao invés disso, devemos aprender a nos deparar com esses outros em bases de igualdade, buscando, com o máximo de empatia possível, apreciar os seus entendimentos da condição humana, assim como, as formas de crença e prática por eles recomendadas e inculcadas” (GORDON D. KAUFMAN, capítulo 1, p. 4).

“Os próximos comentários tomam como premissa fundamental a necessidade, hoje, de que comunidades religiosas e seculares que diferem e discordam cheguem a um entendimento suficiente e apreciação mútua para habilitá-los a entrar em um diálogo positivo e outro tipo de interação, ao invés de persistirem na ideia de separação, desconfiança e até beligerância que pode destruir a todos. Com este problema geral em mente, eu desejo propor aos cristãos certas mudanças que irão, eu acredito, ajudar a abrir nosso autoentendimento de tal forma a facilitar um intercâmbio significativo com os outros em questões de convicção fundamental e fé. Se os cristãos quiserem levar outras fés e outras orientações de vida completamente a sério, é necessário que reexaminem certas afirmações teológicas que frequentemente fazem. Eu sugiro que a consciência histórica moderna torne possível apenas o tipo de reavaliação que é pedido aqui e assim, pode-se promover a base para a reconstrução teológica que é necessária” (GORDON D. KAUFMAN, capítulo 1, p. 4).

II

“Deve ficar claro que nosso objetivo é proceder ao longo da estrada que leve a um maior entendimento mútuo com aqueles de

quem discordamos em questões fundamentais, nós não podemos continuar a seguir nossa prática usual de simplesmente ter como verdade que nossas tradições religiosas nos oferecem tudo que precisamos. É este tipo de abordagem paroquial do pensar e viver que faz surgir o problema que estamos tentando tratar” (GORDON D. KAUFMAN, capítulo 1, p. 5).

“Alguns sugerem que deveríamos tentar superar nosso tradicional paroquialismo para o que se afirma ser uma posição “universalmente humana”, uma que vá mais fundo, além das diferenças “acidentais” e “históricas” entre as pessoas e suas religiões, chegando a uma suposta “unidade essencial” que todos possamos compartilhar. Então, com base nessa profunda unidade subjacente a tudo que é humano, podemos compreender e negociar as diferenças com as quais várias grandes tradições religiosas nos confrontam. Mas não existe realmente tão posição universalmente humana disponível para nós, toda compreensão religiosa (ou secular) e forma de vida que possamos desvendar é específica e que tem se desenvolvido em uma história específica, faz alegações específicas e é acompanhada por práticas e injunções específicas, e assim se distingue de todas as outras orientações religiosas e seculares específicas. Indubitavelmente, existem similaridades, paralelos e sobreposições das mais variadas dentro desta enorme diversidade humana – e é tão importante compreender estas conexões quanto apreender as diferenças – mas parece inegável que todo posicionamento para qual nos podemos nos direcionar é historicamente específico em si mesmo. Um parâmetro universal de orientação para o entendimento humano e para a vida é tão indisponível para nós quanto uma língua universal” (GORDON D. KAUFMAN, capítulo 1, p. 5).

“Ao invés de buscar uma única “posição universal” que estabeleça, supostamente, a “essência” do homem e da religiosidade humana, eu quero afirmar que, em minha visão, é impossível simplesmente sair deixando para trás os parâmetros específicos simbólicos, linguísticos e conceituais de referência dentro dos quais alguém pauta seu pensamento e modo de viver. Não obstante, se pretendemos nos inclinar favoravelmente e entramos em um diálogo com outros de convicções e engajamentos bastante

diferentes, devemos encontrar formas de relativizar e tornar acessível nosso sistema simbólico básico. As tendências voltadas ao caráter absoluto e exclusivista da fé tradicional cristã facilmente conduzem a um tipo de idolatria que dificulta levar outras fés a sério a partir de suas próprias bases, essa atitude dificulta ainda investigar a compreensão de outras fés sobre a existência humana e os problemas humanos mais profundos, ou ainda, observar cuidadosamente suas propostas de como lidar com tais problemas” (GORDON D. KAUFMAN, capítulo 1, p. 5).

“Para tratar deste problema inerente à fé tradicional cristã, eu quero fazer uma proposta relativamente modesta e simples: ao elaborarmos nossa compreensão teológica da fé cristã, devemos considerar certas implicações de nossa consciência histórica moderna e o tipo de reflexão que ela produz. Muitos cristãos já aceitam métodos históricos modernos como apropriados para a compreensão das origens da cristandade, assim como as instituições, práticas e crenças de outras tradições religiosas. O que pretendo sugerir agora é que, o conjunto de atitudes e percepções subjacentes às tentativas modernas de engajamento em estudos comparativos da religiosidade humana possa oferecer um caminho para romper com as tendências de poder absoluto e autoidolatria que frequentemente obstruem a interação entre cristãos e pessoas de outras religiões” (GORDON D. KAUFMAN, capítulo 1, p. 5).

“Estudos históricos comparativos modernos direcionam a atenção precisamente à particularidade e concretude de comunidades e tradições, tentando assim compreender sua completa significação e importância humanas. Quando começamos a apreciar a riqueza e significado da vida em uma comunidade ou tradição, nos movemos para uma posição a partir da qual somos capazes de levar a sério sua integridade e suas alegações únicas. Quando gradualmente chegamos a perceber como adquiriu sua estrutura única, ênfase e caráter na história e através da história na qual foi criada, nós compreendemos sua historicidade especial” (GORDON D. KAUFMAN, capítulo 1, p. 6).

“Tomemos nota do que significa compreender uma posição religiosa através desse método histórico. Isso significa alcançar os

padrões de vida antes de nós, as práticas ritualísticas, os costumes, os valores, as ideias, as formas de pensar e meditar, as visões de mundo, todos em conexão com seus contextos históricos específicos com o objetivo de ver como e porque eles se constituíram com as qualidades especiais e características que desenvolveram. É evidente que padrões de vida amplamente diversos, estruturas de papéis e instituições, práticas religiosas e experiências têm se desenvolvido em várias sociedades ao redor do mundo e em diferentes períodos históricos. Assim, mulheres e homens que cresceram nessas sociedades e períodos históricos foram educados de modos diferentes, desenvolveram habilidades diferentes, interesses diferentes, necessidades diferentes e diferentes padrões de relacionamento com outros seres humanos. Eles tornaram-se pessoas bastante diferentes do que teriam sido se tivessem sido formados em alguma outra sociedade ou algum outro período. Cada um de nós seria uma pessoa muito diferente se tivéssemos sido criados até a maturidade em uma vila indiana (como os hindus de casta inferior), em uma comuna no centro da China ou em uma família de um imperador romano. (Estas observações são, obviamente, algo comum na compreensão histórica moderna.)” (GORDON D. KAUFMAN, capítulo 1, p. 6).

“Com essa consciência da historicidade humana em mente, podemos nos voltar para o surgimento e desenvolvimento da religiosidade humana propriamente dita. A vida humana, como entendemos hoje, gradualmente evoluiu a partir de origens animais até formas moldadas pela atividade cultural e somente ao longo do curso de muitas gerações tornaram-se efetivamente históricas no sentido que estamos considerando. O desenvolvimento de idiomas e cultura capacitaram homens e mulheres a se tornarem conscientes deles mesmos e do mundo ao seu redor a um grau maior do que era possível para outras formas de vida animal e desse modo, progressivamente se orientaram e guiaram suas vidas em termos desta consciência cultural e linguística crescente. Com o tempo, a unificação de ideias e imagens do mundo começou a parecer mais imaginativa e poética, ideias que permitiram que as pessoas vissem e compreendessem seu mundo melhor, tornando possível se adaptarem a ele com mais eficiência e nele viverem. E

também começaram a se formar as noções do que os próprios humanos são e quais são suas necessidades mais profundas e como essas necessidades podem ser satisfeitas” (GORDON D. KAUFMAN, capítulo 1, p. 6).

“As primeiras versões destas concepções acerca do ser humano e do mundo eram aparentemente apresentadas na forma de histórias, poemas e canções contadas e cantadas de geração em geração. Estas imagens criativas da vida humana, apresentando os problemas que devem ser enfrentados e as tarefas, possibilitaram que homens e mulheres tivessem alguma ideia de como era o mundo e quais eram os poderes ou seres humanos com os quais se deveria lidar na existência humana. A partir disso, a vida humana poderia ser vista, por exemplo, como uma jornada através de um território perigoso onde poderíamos nos deparar com feras e monstros malignos quando se busca chegar à segurança do lar, ou poderia ser descrita como a participação em uma guerra entre forças da luz e forças da escuridão. Poderia também ser apresentada essencialmente sob o ponto de vista de uma cidadania responsável em certa ordem política, ou como o reino de Deus, ou ainda com um estágio de uma transmigração sem fim de uma forma de vida para outra. O indivíduo humano ou o “eu” pôde ser visto como uma alma caída do seu lar original no paraíso, aprisionado no corpo físico do qual se deve encontrar alguma forma de escapar. Ou, em um nítido contraste, o próprio senso de “eu” ou alma poderia ser considerado como uma ilusão, como produto da ignorância, o véu de maya que a correta compreensão interior pode remover, dissolvendo assim, os problemas humanos mais profundos que surgem desta falsa consciência. Ou ainda, a existência humana poderia ser compreendida como produto da distribuição acidental de átomos ou de um processo evolucionário cego que poderia tranquilamente ter ido à outra direção e formado outros padrões” (GORDON D. KAUFMAN, capítulo 1, p. 7).

“No curso da história, homens e mulheres desenvolveram as mais diversas visões de mundo, muitas concepções diferentes sobre a vida e sobre o mundo, sobre quais são os problemas centrais e quais as possíveis soluções para esses problemas. Toda grande

civilização, na verdade, toda tribo isolada, elaborou uma ou mais quadros conceituais ou imagéticos para a compreensão, interpretação e orientação da vida humana, e os seres humanos têm ajustado e reajustado suas vidas, instituições, valores e práticas de acordo com essas variadas visões da realidade e do ser humano. É a partir de visões primordiais deste tipo que as diferentes tradições religiosas têm se desenvolvido. Em suas práticas religiosas, instituições e rituais humanos tem se encontrado orientação para a vida, tem se encontrado interpretação para o que significa a existência humana e como ela deve ser vivida. Ou melhor, devemos dizer que foi a busca por orientação para a vida, na tentativa de chegar a uma compreensão do que é a existência humana e como ela deve ser vivida, que levou os seres humanos a criarem e desenvolverem as várias tradições religiosas, dando à vida, desse modo, significados mutáveis que ela passou a ter” (GORDON D. KAUFMAN, capítulo 1, p. 7).

“Obviamente, os grandes poetas religiosos, profetas e contadores de histórias raramente se perceberam como criadores diretos de tradições de valores e significados que serviram desta forma, como interpretações do Mistério último das coisas, como baluartes contra o “vazio”. Na verdade, eles se percebiam como capazes de expressar as coisas como realmente são, simplesmente retratando o que é a vida humana. Na condição de seres humanos, os indivíduos sempre recorreram à consciência e autoconsciência dentro de uma comunidade e tradição já existentes que lhes fora transmitida por antepassados, os pais e as mães, como a sabedoria sobre a vida, ninguém já se experimentou construindo uma concepção de mundo e de ser humano a partir do zero. Viver e trabalhar dentro de um de um parâmetro de compreensão transmitido verticalmente pelos antepassados, faz com que cada nova geração faça mudanças, adições, extrações apenas quando sua experiência assim o exigir. Ninguém, assim, se compreendeu enquanto ser simplesmente criando ou construindo uma imagem do mundo e do ser humano dentro do mundo; na verdade, o máximo que se fez foram pequenas correções de imagens recebidas que eram tidas como substancialmente verdadeiras. Da nossa posição historicamente moderna privilegiada, entretanto, ao

olharmos para trás e visualizando as grandes e diversas tradições religiosas que têm surgido na história humana, todas estas concepções diversas e imagens parecem ser melhor compreendidas como produto da criatividade humana imaginativa face ao grande mistério que é a vida para todos nós. Todos os homens e mulheres vivem a partir de e inseridos em tais tradições de significados, valores e verdades” (GORDON D. KAUFMAN, capítulo 1, p. 8).

III

“Tal abordagem histórica para a compreensão da religiosidade humana, suas origens e funções, tem sido aceita há muito tempo em estudos acadêmicos da religião (inclusive o estudo da Cristandade), mas não tem sido adotado com muita frequência como ponto de partida para a construção teológica cristã. Quero sugerir agora, que a autocompreensão informada pela consciência histórica possa proporcionar uma interpretação da fé que, sem destruir ou minar os significados fundamentais da simbologia de Deus e Cristo na orientação para a vida, possibilitará aos cristãos a capacidade de conceder às outras tradições religiosas sua integridade e significado totais, sem condescender e sem também rebaixá-las” (GORDON D. KAUFMAN, capítulo 1, p. 8).

“Se nossa autocompreensão for alimentada por uma concepção histórica da existência humana como foi aqui delineada, devemos então pensar sobre nós mesmos como seres históricos como todo mundo e veremos as tradições de valor, significado e verdade pelas quais nós estamos vivendo e orientamos nossas próprias vidas com um caráter histórico, isto é, como criações da imaginação humana ao longo da história, como qualquer outro povo ou comunidade. Este tipo de autointerpretação historicista suscita obviamente algumas questões teológicas que devem ser tratadas com clareza, de fato, alguns podem crer que essa visão enfraquece a fé cristã. Se concordarmos que tudo religioso – inclusive nossos próprios comprometimentos e convicções – é de caráter histórico, o significativo normativo da fé não passa a enfraquecer? Se os significados e valores cristãos, percepções e entendimentos, pelos quais vivemos são considerados basicamente

produtos de desenvolvimento histórico, ao invés de estarem apoiados simples e diretamente na revelação divina, não os faz perder o objetivo?” (GORDON D. KAUFMAN, capítulo 1, p. 8).

“Eu não acredito que estas conclusões precisam seguir a proposta que estou elaborando, mas certamente, a partir dessas considerações, a ideia de poder absoluto de nossas convicções religiosas enfraquecerá. Isto não significa, entretanto, que sejam inoperantes ou ineficientes. De fato, um entendimento da existência humana como histórica do modo que estou propondo – precisamente porque enfatiza a função e importância das visões de mundo e das estruturas conceituais para a contínua vida humana – mostra claramente como são humanamente significativas, e de fato indispensáveis, a linguagem e reflexão religiosas. Não há razão para supormos que a construção de estruturas holísticas de orientação, de imagens do mundo, possa ou deva ser descontinuadas hoje. Faz-se necessário que as mulheres e os homens contemporâneos uma visão de mundo ou estrutura conceitual para ordenarem e compreenderem suas vidas como foi para toda geração. Desse modo, estruturas religiosas de orientação e reflexões religiosas as tão importantes hoje como foram no passado – mas (à luz de um entendimento histórico moderno) devem ser concebidas agora muito mais explicitamente em termos da criatividade humana imaginativa. Nossas atividades religiosas ainda precisam ser conduzidas, mas agora de uma forma crítica e autoconsciente que não era possível em momentos anteriores” (GORDON D. KAUFMAN, capítulo 1, p. 9).

“O que isto significa para a teologia cristã? Se entendermos a historicidade no sentido em que estou instigando aqui, a fé cristã (como qualquer outra fé) será vista sob “uma” perspectiva, “uma” visão de mundo que tem se desenvolvido ao longo da história em paralelo a outras tradições, muitas das quais estão buscando a atenção e lealdade de todos nós hoje. Quando uma pessoa aplica o conceito de “visão de mundo” para sua própria tradição, ela simultaneamente se distingue e se relaciona com as outras visões de mundo. Isto envolve certo distanciamento de si mesmo e de sua tradição, recuando um passo do simplório e não mediado comprometimento com ela. Atualmente, nós vemos os grandes

teólogos da história do Cristianismo, por exemplo, não simplesmente como estabelecedores da verdade salvífica última para toda a humanidade (da maneira como foram compreendidos no passado), mas sim como essencialmente engajados em discernir e articular uma perspectiva específica de vida entre muitas outras” (GORDON D. KAUFMAN, capítulo 1, p. 9).

“A interpretação refletida da fé cristã hoje envolve uma atividade similar de discernimento e articulação, entretanto, deve agora ser realizada de uma maneira muito mais autoconsciente. Esta mudança no grau da autoconsciência transforma as questões críticas para a teologia cristã. No passado, podíamos perguntar – quais são as principais doutrinas ou ideias prescritas pela tradição para que os cristãos acreditem? E como devemos interpretá-las hoje? Agora, torna-se necessário dirigir a atenção para outras questões – como articularmos uma visão de mundo, especificamente a cristã, e como mensurar sua importância para a vida humana hoje? Mudar o foco da reflexão religiosa, desta forma, conduz a atenção para uma agenda bastante diferente daquela seguida pela maioria dos teólogos no passado. Ao invés de focar em doutrinas particulares e dogmas, passa-se a investigar categorias fundamentais – a estrutura básica conceitual e simbólica – que têm dado perspectivas cristãs às suas estruturas únicas, à organização e à essência empírica. Caso isto possa se verificar, pode-se explorar o quão bem estas categorias podem organizar e oferecer orientação para a vida humana contemporânea” (GORDON D. KAUFMAN, capítulo 1, p. 9).

“Uma estrutura humana de orientação, naturalmente, adquire seu caráter pleno e significado através de um padrão historicamente complexo de instituições e costumes, palavras e símbolos, práticas litúrgicas e afirmações morais, histórias e mitos transmitidos de geração a geração, moldando e interpretando a experiência dos que vivem dentro dela. Contudo, nem todas essas expressões, padrões e práticas têm a mesma relevância: a estrutura básica e o caráter de toda visão de mundo é definida em grande parte por algumas categorias fundamentais que a ela dão forma e ordem. Estas categorias estão conectadas e inter-relacionadas de várias maneiras por um repertório de termos e

símbolos usados nos rituais e na meditação, na ideologia e na história, oferecendo, assim, concretude e um preenchimento detalhado do panorama geral ou o desenvolvimento de panoramas complexos que acomodem e interpretem as infinitas variações e nuances das experiências de muitas gerações. Esta configuração de termos e símbolos que definem – explorada de muitas formas diferentes, com diferentes nuances de significado e implicações comportamentais e institucionais diversas – é chamada por mim de estrutura categorial de visões de mundo. A tarefa dos teólogos cristãos hoje (a partir da perspectiva que estou apresentando aqui) é adentrar na multiplicidade das instituições, práticas e liturgias cristãs assim como, nas filosofias, teologias e mitos até ao padrão categorial básico que os apresenta. Com este padrão categorial em mente, o teólogo está em uma posição, por um lado, de se engajar no tipo mais fundamental de análise e crítica das visões mundo cristãs, levando em consideração percepções e entendimentos oferecidos por outras religiões e posturas seculares, ambas antigas e modernas. E, por outro lado, o teólogo está em uma condição de dar prosseguimento à construção de um entendimento cristão da vida humana, do mundo e de Deus” (GORDON D. KAUFMAN, capítulo 1, p. 10).

“Eu tenho aqui como oferecer uma análise detalhada, uma crítica e uma reconstrução do esquema categorial cristão básico. Em vez disso, eu esboçarei brevemente o que considero como os quatro símbolos ou categorias principais que dão às visões de mundo cristãs sua estrutura básica e caráter: Deus, mundo, humanidade, Cristo. As três primeiras, como se pode notar, não são exclusivamente cristãs, elas também figuram de forma significativa nas perspectivas judias e muçulmanas. Essas quatro categorias representam os principais marcos ou pontos de referência em termos de como se configuram os mapas da realidade cristã. Ou mudando a metáfora, tais categorias são os principais ganchos e prendedores, aos quais as redes de experiência, vida e interpretação cristãs estão conectadas, determinando seus padrões básicos e caráter. Falarei um pouco sobre cada uma dessas categorias” (GORDON D. KAUFMAN, capítulo 1, p. 10).

“Deus” é, obviamente, o ponto máximo de referência nas perspectivas cristãs. Tradições cristãs têm expressado isto através

do discurso sobre Deus como fonte de tudo que existe, como o ponto mais elevado de toda a realidade, como o criador do mundo e o senhor do tempo. Nos documentos bíblicos, Deus é retratado como uma espécie personificação da realidade essencial, isto é, é a partir desse modelo e noção de Deus que se construirá o “eu” humano ou o “agente” humano. Na teologia cristã clássica, entretanto, isso torna altamente complexo por conta do desenvolvimento das concepções sobre a trindade. Hoje, entender como esse “ponto máximo de referência” para a toda vida e o pensamento humanos pode ser concebido é a principal questão para a teologia construtiva contemporânea” (GORDON D. KAUFMAN, capítulo 1, p. 10).

“Mundo”, o segundo termo do esquema categorial, refere-se ao contexto geral dentro do qual a vida humana acontece. Nas mais antigas versões mitopoéticas da perspectiva cristã, este contexto era simplesmente caracterizado como “os céus e a terra”. Mas hoje, somos obrigados a pensar no mundo como algo inimaginavelmente imenso centenas de milhões de anos-luz para percorrer e bilhões de anos de existência. Dentro deste universo, existem milhões de galáxias e dentro destas galáxias, está o sistema solar que dá um contexto imediato ao planeta terra. A terra por sua vez, é um complexo ecossistema sem o qual a vida humana não existiria. Tudo isso, nas visões de mundo cristãs, é compreendido como “criação” de Deus” (GORDON D. KAUFMAN, capítulo 1, p. 10).

“A terceira categoria principal, “humanidade,” refere-se àquelas criaturas viventes na terra que são suficientemente autoconscientes e capazes de assumir responsabilidades por suas próprias ações e vidas (pois foram “criadas à imagem de Deus”) no que diz respeito à exigência que eles tenham uma estrutura simbólica para orientação e ordenamento de todas as suas atividades. A orientação é obtida, como notamos, quando os humanos criaram imaginativamente imagens do mundo e interpretações da existência humana que estabeleceram várias possibilidades, problemas e parâmetros de vida de forma relevante para suas experiências históricas e para seu conhecimento acumulado. Está é uma parte principal da tarefa da teologia

contemporânea cristã, mostrar como e por que uma imagem adequada e moderna do mundo e uma compreensão humana requerem - ou pelo menos possa empregar apropriadamente – os símbolos “Deus” e “Cristo” para ajudar a orientar a vida hoje” (GORDON D. KAUFMAN, capítulo 1, p. 11).

“A quarta categoria é “Cristo”, a figura da história da humanidade que revela ou define para o credo cristão, por um lado, quem e o que Deus realmente é e, por outro lado, em que consiste a verdadeira humanidade. A figura histórica de Jesus Cristo dá, assim, um aspecto concreto e especificidade à compreensão tanto de Deus quanto da humanidade, configurando significativamente, dessa maneira, estes símbolos centrais que definem o que é normativo para a orientação da existência humana em termos cristãos” (GORDON D. KAUFMAN, capítulo 1, p. 11).

“Este modelo dividido em quadro partes – Deus/mundo/humanidade/Cristo – tem definido significativamente e dado forma aos entendimentos cristãos da vida e do mundo. Outros termos no vocabulário cristão, por exemplo: pecado, salvação, igreja, sacramento, trindade, fé, esperança, amor, criação, revelação, espírito santo e outros similares – todos ajudam a elaborar e preencher esta estrutura categorial a fim de que possa uma interpretação completa ou imagem do significado da vida humana, como ela deve ser conduzida no mundo e a que deve se direcionar a devoção humana, a adoração, o amor e o serviço” (GORDON D. KAUFMAN, capítulo 1, p. 11).

“É essencial que se faça uma reflexão cuidadosa e profunda dos quatro termos deste padrão categorial para se desenvolver uma teologia cristã esclarecida (como estou propondo aqui) pela consciência histórica moderna. É necessário que os teólogos aprendam o máximo possível sobre as formas diferentes de pensar sobre Deus, o mundo, a humanidade e Cristo, que têm surgido na história cristã. Os teólogos devem também procurar entender os principais argumentos dessas diversas visões. Desse modo, eles estarão em condição de levantar algumas questões importantes que outros no passado fracassaram em propor: Quais destas visões cristãs têm sido destrutivas, danosas ou opressivas para os seres humanos e que por conta disso são vis? Quais delas têm promovido

o amor, a criatividade, a paz e a justiça, realizações humanas pelas quais a fé cristã anseia? Quais delas, apesar de poderosas e significativas do ponto de vista histórico, devem agora ser consideradas arcaicas e enganosas como a “mitologia” de uma outra era? Quais delas se comprometem a oferecer um entendimento adequado e profundo de nossa existência contemporânea e seus problemas e suas possibilidades? Um teólogo trabalhando com este tipo de autoconsciência histórica, que estou defendendo aqui, é capaz de examinar e avaliar as posições teológicas tradicionais de modo crítico, mas também complacente” (GORDON D. KAUFMAN, capítulo 1, p. 11).

“Normalmente, deveria se esperar esta tentativa de uma avaliação crítica, histórica e abrangente como uma preparação para se atingir um meio para uma interpretação construtiva da vida e do mundo, uma interpretação que possa efetivamente orientar a existência de mulheres e homens hoje. Em alguns casos, entretanto, pode levar algum teólogo à conclusão de que o padrão categorial ordena e interpreta a vida humana de uma forma que não é viável ou útil. Talvez uma ou mais categorias principais requeira uma revisão drástica, recorrendo a ideias sugeridas por outras religiões ou tradições seculares. O teólogo pode até mesmo sentir-se forçado a concluir (como alguns nos últimos anos) que tais símbolos cristãos centrais como “Deus” ou “Cristo” devem ser abandonados completamente, dando lugar para outras imagens ou conceitos que deveriam ser elevadas à condição categorial. Há, obviamente, uma ilimitada variedade de possibilidades teológicas e permutações. Para uma teologia que deseja permanecer cristã, entretanto, a tarefa fundamental é bastante clara: atuar cautelosa e criticamente sobre as propostas para a compreensão da vida humana e do mundo apresentadas pela tradição cristã (e pelas reflexões teológicas de dessa tradição), tentar compreender nossa experiência e vida contemporâneas nos termos dessas categorias, imagens e conceitos, e reconstruí-los em todos os aspectos necessários para torna-los capazes de servir como base para uma visão de mundo que possa fornecer orientação adequada para a vida hoje” (GORDON D. KAUFMAN, capítulo 1, p. 12).

“Uma teologia contemporânea, esclarecida desta forma através de uma completa consciência histórica, não alegaria – como a teologia cristã fez reiteradamente no passado – que suas afirmações são as únicas autênticas, fidedignas e diretamente recebidas pela revelação divina. (Isto não significa, obviamente, que elas não estejam de alguma forma significativa fundamentadas em Deus “como o ponto máximo de referência”; nem também significa que não existam maneiras pelas quais o conceito de revelação possa ser usado para articular essa fundamentação.) A teologia cristã entenderia a si mesma essencialmente nos mesmos termos que entende outras atividades e reflexões religiosas – ou seja, como uma resposta humana imaginativa à necessidade de encontrar orientação para a vida em uma situação histórica particular. Assim, ela se manteria aberta a entendimentos, críticas e correções a partir de outros pontos de vista, inclusive de outras religiões e perspectivas seculares, assim como, de outras visões de mundo” (GORDON D. KAUFMAN, capítulo 1, p. 12).

“Certamente, isto é um avanço enorme em comparação a outras abordagens tradicionais. Como nosso conhecimento histórico moderno vividamente nos mostra, toda posição teológica têm sido sempre conduzida e toda afirmação tem sido feita por algum ser humano finito e limitado, seja Paulo de Tarso ou Tomás de Aquino ou João Calvino ou Karl Barth. Crenças sobre a inspiração e revelação divinas muito frequentemente fizeram com que teólogos no passado obscurecessem este fato, ao afirmarem que esta ou aquela afirmação (ou posição) está apoiada diretamente na plena verdade de Deus. E hereges foram queimados por não reconhecerem adequadamente o que Deus havia revelado tão claramente e que era tido como certeza para determinados teólogos ou autoridades da igreja. Admitir francamente e regularmente que nossas afirmações e alegações teológicas são simplesmente “nossas” – que elas são produto do nosso próprio estudo e reflexão humanos e da espontaneidade e criatividade dos nossos próprias forças humanas que imaginativamente concebe um mundo e nosso lugar humano dentro deste mundo - significa nos libertarmos dessa predisposição falsa ao autoritarismo que caracterizou bastante a teologia cristã no passado. Além disso, ficamos abertos a ampliar o alcance das experiências, da vida e do entendimento que residem

fora da nossa própria tradição, também obtemos o incentivo poderoso para nos engajarmos no diálogo e outras formas de intercâmbio – em posição de igualdade – com representantes de outras religiões e com outros pontos de vista seculares” (GORDON D. KAUFMAN, capítulo 1, p. 12).

[...]

Citações do Capítulo 2 do livro (escrito por JOHN HICK):

O Caráter Não Absoluto do Cristianismo

John Hick

I

“O famoso livro de Ernst Troeltsch, O Caráter Absoluto do Cristianismo (1901), traz como tema central o que tem sido, do ponto de vista da igreja cristã, a questão central na relação com outras correntes de vida religiosa. Até bem pouco tempo atrás, havia a hipótese cristã (praticamente universal e com um status de credo dogmático implícito) de que Cristo, o Evangelho cristão e o cristianismo tinham um caráter “absoluto”, “único”, “conclusivo”, “normativo”, “definitivo”, decisivamente superior a todos os outros salvadores, Evangelhos e religiões. A própria jornada intelectual de Troeltsch ilustra como este dogma implícito se torna agora uma questão séria. Na palestra por ele escrita para ser apresentada em Oxford em 1923 (ele faleceu antes de proferi-la), na qual critica sua própria posição anterior e opta por uma visão bastante diferente, afirmando que o cristianismo é “absoluto” para os cristãos, do mesmo modo que outras fés são absolutas para seus próprios adeptos. Claramente, a “relatividade do caráter absoluto” do texto de 1923 é muito diferente, em termos de suas implicações, do caráter absoluto apresentado no livro publicado em 1901 (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 16).

“A mente cristã tem sido composta por muitos segmentos e camadas, exibindo graus muito diferentes de autoconsciência e reflexão autocrítica. Porém, em seu hemisfério mais intelectual, tem havido, desde a Primeira Guerra mundial, um nítido desenvolvimento nas formas de conceber o lugar do cristianismo

dentre do conjunto total das formas de vida religiosa no mundo. Estamos agora em um momento crucial no qual esse desenvolvimento pode ser interrompido ou pode prosseguir até atingir sua conclusão lógica. Tendo como ponto de partida a metáfora da travessia do rio em que cada passo significa se aproximar de uma variedade de opções e, ao mesmo tempo, criar outras. Com o intuito de ver para onde corre esse “rio teológico”, devemos voltar, por um momento, para uma hipótese medieval, mas que efetivamente se mantém até o final do século 19 – um monopólio cristão sobre verdade salvífica e sobre a vida, expressa na doutrina extra ecclesiam nulla salus. Esta doutrina cristã romana exclusivista teve seu igualmente enfático equivalente dentro do protestantismo, com a convicção de que não há salvação fora do cristianismo. Assim, missionários foram enviados para salvar almas que, sem essa intervenção, perderiam a vida eterna. Foi com essa hipótese, praticamente não questionada, que o cristianismo se espalhou pelo mundo, substituindo tradições não cristãs. Assim, em 1913, Julius Richter definiu sua disciplina de missiologia como “um ramo da teologia que, em oposição às religiões não cristãs, apresenta a religião cristã como sendo o Caminho, a Verdade e a Vida; que busca destituir as religiões não cristãs e, em seu lugar, plantar a fé evangélica e a vida cristã no solo da vida nacional pagã” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 17).

“O que tem levado muitos, ou talvez a maioria, dos cristãos pensantes a gradualmente abandonarem esta posição absolutista durante os últimos setenta anos ou mais? A resposta completa para essa pergunta seria multifacetada. Talvez, o fator mais importante tenha sido a moderna explosão de conhecimento entre os cristãos no ocidente acerca de outras grandes tradições religiosas do mundo. No período entre as duas guerras mundiais, e ainda mais desde a segunda, estereótipos ocidentais equivocados e hostis sobre outras comunidades religiosas tem sido progressivamente substituídos por um conhecimento mais preciso e por um entendimento mais favorável. As riquezas espirituais grandiosas do Judaísmo e Islamismo, do Hinduísmo, Budismo e Sikhismo, do Confucionismo e Taoísmo e religiões africanas primordiais, têm se tornado mais conhecidas no ocidente e têm enfraquecido a credibilidade do antigo exclusivismo cristão. Ainda

sobre esse tema, outro fator é a percepção de que o caráter absoluto do cristianismo aliado à natureza humana ávida e violenta tem contribuído bastante para comprometer as relações entre a minoria cristã e a maioria não cristã da população mundial, consagrando a exploração e a opressão em grandes proporções. Eu pretendo observar aqui algumas formas pelas quais o cristianismo tem aprovado e encorajado ações vis nas esferas política e econômica em grande escala, considerando a natureza humana como ela é” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 17).

“Essa expressão “sendo a natureza humana como ela é” é importante, haja vista que poderíamos imaginar um mundo muito diferente no qual os cristãos sempre acreditassem que seu Evangelho fosse superior, mas sem que tivessem o desejo de dominar e explorar os outros. Nesse mundo imaginário, a cristandade teria libertado seus adeptos de desejos gananciosos a fim de que nenhuma das ações vis que vamos abordar tivesse ocorrido. Desse modo, a conexão entre o caráter absoluto e estas ações históricas malévolas não é a priori uma necessidade lógica, mas uma conexão factual que se processa através de uma natureza humana “caída” que o cristianismo tem sido bastante impotente em transformar. Mas, obviamente, essa grande impotência é, em si mesma, um fator importante a se considerar. O cenário seria bastante diferente se o cristianismo, de maneira proporcional à sua alegada condição de verdade absoluta e única, tivesse mostrado uma capacidade singular de transformar a natureza humana para o bem” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 17).

Deve-se acrescentar, a esse ponto, que alegações de outras religiões que se fundamentam em um caráter absoluto e em uma consequente superioridade têm similarmente, em função da mesma natureza humana, endossado as agressões, a exploração e a intolerância. Um estudo histórico longo e a nível mundial desses efeitos nocivos do caráter absoluto religioso produziria material de quase toda tradição religiosa – com o cristianismo e o islamismo fornecendo o maior número de exemplos, e o budismo talvez o que menos contribuísse com esse estudo. Entretanto, escrevo aqui como cristão, especificamente acerca de nossa atitude cristã em relação a outras religiões, sendo assim vou focar apenas no caráter

absoluto do cristianismo, não tratando de tal aspecto em outras religiões” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 18).

II

“Os principais efeitos destrutivos da afirmação da superioridade do cristianismo têm surgido por um lado, nas relações entre os cristãos da Europa e os da América do Norte e, por outro lado, nas relações com os povos negros, pardos e judeus, sendo que para estes por um período ainda maior” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 18).

“Em se tratando dos judeus, existe uma nítida conexão entre os quinze séculos ou mais de poder absoluto do cristianismo, com seu corolário da inferioridade radical e perversidade do judaísmo que o cristianismo “suplantou”, e o conseqüente antissemitismo endêmico da civilização cristã, que entrou pelo século XX com um ressentimento que não arrefeceu. Esta conexão tem se tornado apenas uma questão de consciência cristã – dentro de círculos bastante limitados – desde a metade da década de 50. Rosemary Ruether, uma das responsáveis por trazer essa situação para a consciência cristã, escreve sobre isso em outro capítulo deste livro, por conta disso, não vou me alongar sobre esse tema. Ela também escreve sobre os efeitos destrutivos duradouros, sobre as mulheres, das afirmações absolutas do sistema patriarcal da igreja e, por esse motivo, não intenciono reproduzir aqui. Ao invés disso, eu completarei o que ela escreveu acrescentando um comentário sobre a forma pela qual a complexa superioridade cristã apoiou e legitimou a exploração imperialista ocidental do que chamamos hoje de Terceiro Mundo” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 18).

“A colonização europeia, chegando forçosamente à África, Índia, sudeste asiático, China, América do Sul e ilhas do Pacífico, e estabelecendo uma hegemonia branca sobre vastas populações negras e pardas, constitui um tecido complexo com muitos e variados fios. Os padrões de dano causados pela exploração organizada e, dentro dela, os elementos que também surgiram a partir de benefícios fortuitos, estão bem retratados no que diz respeito ao livro recente de história em três volumes escrito por James Morris sobre o surgimento e a queda do império britânico.

Moldado pelo poder agressivo da tecnologia militar ocidental, este império no seu apogeu cobria um quarto da superfície do globo e incluía um quarto da população humana mundial. Colocava a Grã-Bretanha no centro de uma vasta rede de comércio, obtendo matéria-prima barata para sustentar sua expansão industrial do século XIX, exportando produtos manufaturados para mercados altamente receptivos. Em alguns casos, o comércio seguia a bandeira, ao passo que em outros, a bandeira era colocada para proteger um fluxo comercial estabelecido. As principais razões eram a ganância e o engrandecimento – apesar de, dentro das estruturas criadas por estas forças, houve espaço também para ações brilhantes oriundas do idealismo pessoal e da coragem, e às vezes de um genuíno espírito de serviço aos povos subjugados, ainda que paternalista” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 18).

“As atitudes racistas, que continuam contaminando a comunidade humana depois do colapso das estruturas colonialistas, produziram um poderoso ingrediente na mentalidade que as criou e manteve. Visto que durante o período quando era aceitável como correto que os ingleses, franceses, alemães, holandeses, espanhóis, italianos e portugueses deveriam governar todos os povos negros e pardos, era praticamente inevitável do que ponto de vista psicológico que eles não vissem como inferiores os povos por eles dominados e que, por conseguinte, necessitavam de uma tutela superior. Essa categorização dos negros e pardos como inferiores incluía suas culturas e religiões. Embora houvesse administradores coloniais individuais – alguns deles homens notáveis e admiráveis – que genuinamente respeitaram os povos por eles governados, na maioria das vezes suas culturas eram vistas como bárbaras e suas religiões como superstições idólatras. A aceitação moral do empreendimento imperialista baseava-se na convicção de que esta era uma missão civilizadora e nobre que possuía, entre outras atividades, a tarefa de conduzir os desafortunados idólatras incivilizados ao cristianismo – uma religião mais elevada, ou melhor, a mais elevada. Apropriadamente, o Evangelho representou um papel vital na autojustificação do imperialismo ocidental. Sobre o início do século XIX na Índia, Morris diz:

Os territórios indígenas foram distribuídos para a Grã-Bretanha pela divina providência, escreveu Charles Grant, presidente do Tribunal de Diretores da Companhia Britânica das Índias Ocidentais, “nós não podemos apenas extrair lucros anuais a partir deles, mas podemos também difundir entre esses habitantes, já afundados na escuridão, na depravação e miséria, a luz e a influência benigna da verdade, as bênçãos de uma sociedade bem regulada, os benefícios e confortos da indústria ativa...” James Stephen escreveu sobre “os ritos bárbaros e obscenos da superstição hindu” e Wilberforce declarou que a missão cristã na Índia era a maior de todas as causas. “Vamos nos esforçar para fincar nossas raízes no solo deles,” ele escreveu, “através da introdução gradual e o estabelecimento de nossos próprios princípios e opiniões, de nossas leis, instituições e costumes, e acima de tudo, tendo isso como uma fonte de aprimoramento constante da nossa religião e conseqüentemente, do nosso moralismo” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 19).

David Livingstone, o grande explorador e missionário, falou para uma plateia de ingleses em 1857, “Eu volto para África para tentar abrir caminho para o comércio e para o cristianismo.” De fato, diz Morris, “As missões que, por toda a segunda metade do século, se espalharam pelos domínios tropicais eram conduzidas, em geral, por militantes convictos – tudo isto faz parte de um império cristão e é dever imperial difundir a palavra cristã entre seus súditos pagãos.” Ele resume:

Os administradores do império também, e muito frequentemente os conquistadores, eram em geral cristãos praticantes: as novas escolas públicas, onde muitos deles foram educados, eram invariavelmente fundações da Igreja da Inglaterra com sacerdotes diretores... Exploradores como Speke ou Grant se viam como sentinelas de Deus – até mesmo Stanley se converteu ao Evangelho, em 1875, e converteu o rei de Uganda e toda sua corte ao cristianismo. Generais como Havelock e Nicholson mataram seus inimigos certos de estarem cumprindo ordens bíblicas... e a maioria dos heróis imperiais eram identificados, pelas pessoas em geral, como membros do império da cristandade – não apenas humanitarismo, não apenas no sentido de tutela, mas uma militância cristã, uma fé

soberana cujo Defensor na terra era a própria rainha e cujo supremo comandante não precisava de identificação. Todo aspecto do império era um aspecto de Cristo” (apud JOHN HICK, Capítulo 2, p. 19).

“Muito mais poderia ser dito. Mas, sem irmos fundo nos detalhes, eu acredito estar claro que nos séculos XVIII e XIX, a convicção da superioridade decisiva do cristianismo impregnada na expansão imperial do ocidente com um poderoso ímpeto moralizador e uma legitimação sem a qual essa iniciativa imperialista não teria sido viável do ponto de vista psicológico” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 19).

“Um breve comentário deve ser feito, neste ponto, sobre os missionários. A maioria deles não estava interessada nos efeitos do seu trabalho na construção do império ou no desenvolvimento do comércio. Eles dedicaram suas vidas genuinamente para salvar almas pagãs e isso os levou a enfrentarem voluntariamente privações e perigos, inclusive a ameaça permanente das doenças tropicais fatais. Eles também tinham de aceitar a separação dos seus filhos quando eles eram enviados de volta para a escola. Mais uma vez, embora muitos pareçam ter considerado as primitivas religiões indígenas, o hinduísmo, o budismo, o islamismo, como manifestações religiosas sem valor e até demoníacas, e seus adultos convertidos como crianças a serem guiadas e instruídas, havia outros que desenvolveram um profundo respeito e afeição pelas pessoas que eram o motivo da ida deles até lá. Estes foram capazes de reconhecer elementos de profunda sabedoria e ideais inspiradores dentro de todas essas tradições diferentes. Verificar as formas pelas quais o serviço missionário cristão foi usado dentro da consciência nacional para motivar e legitimar o imperialismo não significa impugnar a motivação intrínseca dos missionários” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 20).

III

“Referir-se à nossa consciência do século XX acerca dos valores de outras grandes tradições do mundo, e nossa concomitante nova consciência da face perniciosa do absolutismo cristão na história, não significa contar a história completa do moderno e progressivo

enfraquecimento do exclusivismo teológico. Mas estes dois fatores têm sido os mais importantes. Independente da velocidade, esse enfraquecimento tem indubitavelmente ocorrido. O Segundo Concílio do Vaticano (1963-1965) ressaltou e consolidou a nova forma de pensar que já vinha ganhando espaço por vários anos entre alguns dos mais corajosos teólogos católicos romanos. Este Concílio – embora não com muitas palavras, obviamente – revogou a doutrina *extra ecclesiam nulla salus* ao declarar que há salvação fora da igreja visível, a redenção que custou o sangue de Cristo é oferecida a todos os seres humanos até mesmo sem fazer parte formalmente da igreja. Assim, sobre o sacrifício redentor de Cristo, o Segundo Concílio do Vaticano ensinou:

Tudo isto é verdade não apenas para os cristãos, mas para todos os homens de boa vontade em cujos corações a graça atua de maneira invisível. Pois, tendo Cristo morrido por todos os homens, é já que a vocação do homem é de fato única e divina, devemos acreditar que o Espírito Santo, de uma maneira apenas conhecida por Deus, oferece a todo homem a possibilidade de participar deste mistério pascal” (apud JOHN HICK, Capítulo 2, p. 21).

“Desse modo, a possibilidade de salvação foi, de modo geral, oficialmente estendida a todo o mundo. Essa extensão foi reiterada, ainda com mais intensidade, pela primeira encíclica *Redemptor Hominis* (1979) do Papa João Paulo II, na qual se declara que – “o homem – todo homem sem qualquer exceção – foi redimido por Cristo... porque com o homem – com todo e qualquer homem sem exceção – Cristo está de algum modo unido, ainda que tal homem não esteja consciente disso” (apud JOHN HICK, Capítulo 2, p. 21).

“Entretanto, isto não significa que a visão antiga da superioridade do cristianismo tenha desaparecido ou que a alegação tradicional do caráter definitivo do Evangelho cristão tenha sido revogada. No passado, esta alegação assumiu formas muito explícitas: apenas o cristianismo possui o conhecimento completo sobre Deus porque apenas o cristianismo está apoiado na autorrevelação direta de Deus e é o único veículo contínuo para que ela se manifeste. O cristianismo surgiu a partir do ato salvador de Deus com

a morte expiatória de Cristo e exclusivamente o propaga. O cristianismo, apesar de todas as suas imperfeições históricas, é o único movimento religioso a ser fundado na terra pelo próprio Deus em pessoa. Tais alegações têm sido apresentadas de formas menos ruidosas e menos ofensivas” (apud JOHN HICK, Capítulo 2, p. 21).

“Na reação moderna contra o triunfalismo do passado, a suposição da superioridade cristã, ainda acalentada pela igreja, tem se deslocado discretamente para um segundo plano. Por exemplo, no texto do Segundo Concílio do Vaticano sobre o Relacionamento da Igreja com Religiões Não Cristãs (Nostra Aetate), que foi na realidade dirigida a membros dessas outras tradições, a superioridade conclusiva de Cristo, do Evangelho e da igreja não foi colocada abertamente, embora estivesse implícita de forma delicada e indireta. Neste documento, o título convidativo do tema era “A igreja católica não rejeita coisa alguma que seja verdadeira e sagrada nestas religiões”. Entretanto, através da Constituição Dogmática da Igreja (significativamente iniciada com as palavras Lumen Gentium), na qual a igreja esclarece suas crenças para o benefício dos seus próprios membros, foi abertamente afirmado que “Tudo que for encontrado de bondade e verdade entre eles (isto é, “entre aqueles, que não por sua própria culpa, desconhecem o Evangelho de Cristo” e “entre aqueles que, por sua própria culpa, ainda não chegaram ao conhecimento claro de Deus”) é visto como algo inferior, uma preparação para o Evangelho.” E outro pronunciamento do Segundo Concílio do Vaticano, o Decreto sobre a Atividade Missionária da Igreja (Ad Gentes), declara enfaticamente:

Todos devem ser convertidos a [Cristo] do modo que a pregação da igreja O tornou conhecido. Todos devem ser incorporados nEle pelo batismo e na igreja pelo Seu corpo. Portanto, embora Deus, por meios só por ele conhecidos, pode conduzir aqueles que inocentemente ignoram o Evangelho a essa fé e que sem ela é impossível agradá-Lo, outra necessidade, e ao mesmo tempo dever sagrado, reside na igreja – pregar o Evangelho. Assim, a atividade missionária hoje se mantém necessária e poderosa como sempre” (apud JOHN HICK, Capítulo 2, p. 22).

“O pensamento protestante, por sua vez, tem se posicionado através do Conselho Mundial de Igrejas, indo nessa mesma direção de uma maneira amplamente significativa. O trabalho da Subunidade do Conselho sobre Diálogo com Pessoas de Religiões e Ideologias é praticamente incompatível com a antiga teologia exclusivista. Entretanto, ao mesmo tempo, outro elemento poderoso dentro do Conselho Mundial, nas Assembleias de Uppsala (1968), Nairóbi (1975) e Vancouver (1983) continuava a falar de um modo que fazia lembrar o antigo exclusivismo. De fato, o estudioso católico Arnulf Camps está provavelmente certo no que diz respeito à contínua tensão dentro do pensamento protestante entre um absolutismo basicamente barthiano e uma aceitação mais liberal do diálogo inter-religioso, “um dilema que nem o Conselho Missionário Internacional, nem o Conselho Mundial de Igrejas tem conseguido superar.” Tendo reconhecido isso, acredito que ainda pode-se dizer que tem havido um constante movimento dentro do protestantismo e do catolicismo no sentido de compreender outras religiões, ainda que não seja totalmente entusiasta e consistente” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 22).

“O novo consenso, ou quase consenso, que tem surgido dessa tendência de afastamento do antigo exclusivismo, é geralmente chamado hoje de inclusivismo. A mente cristã, em grande parte, tem agora deixado o exclusivismo intolerante em favor do inclusivismo benevolente. Mas, ou último, não menos que o primeiro, se baseia na afirmação do caráter definitivo do cristianismo como o local da única revelação divina completa e o único para a ocorrência da salvação. Não cristãos podem ser salvos porque, mesmo desconhecido para eles, Cristo está secretamente “unido de alguma forma” com eles. Mas a verdade salvacionista desconhecida por eles é conhecida pela igreja, que é instrumento de Deus para tornar a redenção conhecida. Abandonar esta afirmação de uma superioridade religiosa definitiva é, portanto ultrapassar a um ponto crítico, entrando em um novo território no qual todo o domínio da verdade passa a assumir um caráter diferente. Pois, do outro lado deste cristianismo dividido, ele é visto em um contexto pluralista como uma das grandes fés do mundo, uma das vertentes de vida religiosa através da qual os seres

humanos podem seguramente se conectar com a Realidade última que os cristãos conhecem como o Pai celestial” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 22).

“De um ponto de vista, cruzar esse “rio teológico” parece ser um próximo passo quase inevitável, dando segmento à sua própria conclusão natural dentro da trajetória cujo caminho nós traçamos a partir de uma visão exclusivista e inclusivista de outras religiões. Pois, uma vez que se assegura que a salvação é um fato que ocorre não somente no cristianismo, mas também dentro de outras grandes tradições, parece arbitrário e irrealista continuar insistindo que Cristo é a única e exclusiva fonte da salvação humana. Ao se reconhecer que os judeus são salvos dentro e através da religiosidade judia, os muçulmanos dentro da tradição islâmica, os hindus dentro do hinduísmo e assim por diante, não parece uma alienação do imperialismo do passado insistir em atrelar o rótulo cristão à salvação dentre essas outras formas de fé? Isto seria como a anomalia de aceitar a revolução copernicana na astronomia, através da qual a terra parou de ser considerada como o centro do universo e passou a ser vista como apenas como um dos planetas que circula o sol, e ao mesmo tempo insistir que os raios vitais do sol apenas incidem sobre outros planetas por serem refletidos a partir da terra!” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 23).

“Mas a mudança do inclusivismo cristão para o pluralismo, embora, por um lado, pareça natural e inevitável, coloca o cristianismo diante de uma nova perspectiva, alarmante para alguns, pela qual não haverá mais qualquer hipótese a priori de superioridade total. Haja vista que a tradição cristã hoje é vista como um dos contextos plurais de salvação – contextos, isto quer dizer, dentro dos quais a transformação da existência humana, saindo do egocentrismo e chegando a Deus ou chegando à Realidade, está ocorrendo. Consequentemente, para afirmar agora que o cristianismo constitui um cenário mais favorável para a transformação do que outras tradições são necessárias evidências históricas. Tal afirmação não se sustenta mais por simplesmente definir a salvação a partir da inclusão dentro do escopo do perdão divino obtido pela morte expiatória de Cristo. Essa definição resulta na ideia de que o cristianismo, como representante de Cristo na terra, é superior a todas as outras religiões. Mas este tipo de

superioridade arbitrária por definição não é mais defensável, até mesmo para muitos cristãos. Hoje, não podemos evitar que essa questão de superioridade tenha de ser colocada como uma questão empírica, e que para ser resolvida (se é que de fato pode ser resolvida) se faz necessária a investigação dos fatos” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 23).

IV

“Os fatos observáveis – que constituem os frutos da fé religiosa na vida humana – são atordoantes em sua variedade e escopo. Entretanto, duas linhas estão disponíveis para nos guiar: podemos olhar para a transformação individual e social. Encontramos a primeira na sua forma mais evidente a partir daqueles que são conhecidos como santos das diferentes tradições – admitindo que existam diferentes padrões de santidade, alguns buscando os caminhos interiores da oração, contemplação e meditação, e outros buscando caminhos externos de serviço social e ação política. Mas se entendemos como santa uma pessoa que é mais avançada do que a maioria de nós na transformação do egocentrismo para o estar centrado na Realidade então, eu me arrisco a propor que cada uma das grandes tradições religiosas parece, até onde podemos dizer, promover está transformação de uma forma ou de outra com mais ou menos o mesmo alcance. Ao relacionar isto com a hipótese tradicional de superioridade, estou assim sugerindo que não temos bons fundamentos para manter que o cristianismo tem produzido ou tenha produzido mais santos, proporcionalmente à população ou uma qualidade mais elevada de santidade, do que qualquer outra das grandes correntes de vida religiosa” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 23).

“Um exemplo recente desafiador é Gandhi, reconhecido por centenas de milhões na Índia como um Mahatma ou grande alma. A maioria de nós enxerga nele um ser humano que, em resposta ao chamado de Deus em sua vida, tornou-se consciente do potencial espiritual e moral humano em um grau raro, inspirando muitos outros a se elevarem a um novo nível de amor em que se doa para os outros. Gandhi era hindu, e o nome de Deus que estava nos seus lábios quando ele foi alvejado por balas assassinas

em 1948 não foi o de Cristo Pai Celestial ou da Santíssima Trindade, mas sim o nome hindu Rama. Mas se a salvação humana, ou liberação, tiver algum significado concreto para homens e mulheres neste mundo, este deve incluir o tipo de transformação na existência humana visto em Gandhi e, de formas e graus variados, nos santos de todas as grandes tradições. Mas esta transformação, com esta grande influência sobre os outros indivíduos e através deles, e mais remotamente, sobre sociedades, não está absolutamente confinada às áreas cristãs do mundo. Há pessoas que têm, em graus variados, se rendido a Deus, ou à Realidade definitiva, dentro de cada uma dessas grandes tradições” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 24).

“Reconheço que isto não pode ser provado. A razão pela qual não pode ser provado – ou refutado – é que no momento, nós não conhecemos a fundo a precisão conceitual ou as informações exaustivas necessárias para julgamentos objetivos comparados. Tudo que temos é uma variedade de conceitos de santidade que se sobrepõe e um corpo de conhecimento histórico muito parcial e assistemático. Conseqüentemente, cada um de nós tem de confiar na sua própria concepção ativa de santo, no nosso próprio limitado alcance de observação contemporânea e em nossa própria leitura dentro da vasta literatura da história das religiões – uma literatura que não foi criada e não está organizada com a finalidade de responder a presente questão. O que estou propondo sobre este ponto, como um cristão tentando pesquisar o mundo contemporâneo e ao mesmo tempo olhando para o passado com seu vasto campo de visão histórica, é que não estamos em condição de atribuir um poder maior ao cristianismo do que a qualquer outra das grandes fés do mundo, no que diz respeito à capacidade de trazer à tona o tipo de transformação nos seres humanos que todos desejamos” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 24).

V

“Então, a linha de santidade que sugiro não nos leva à conclusão de que o cristianismo é manifestamente superior. A outra linha a ser acompanhada é a dos desdobramentos sociais das diferentes fés. Nesse ponto, muito do pensamento cristão começa a partir da firme proposição da superioridade manifesta e, quando

desafiada, apresenta uma imagem do hemisfério norte relativamente rico, justo, pacífico, iluminado, democrático que deve ao cristianismo seus valores, em contraste com o hemisfério Sul relativamente pobre, injusto, atrasado e não democrático, mantido nessa condição por conta de suas fés não cristãs. Contudo, essa imagem tem de ser desconstruída em vários níveis. Começando pela superfície, o Japão budista-shinto não é pobre ou tecnologicamente atrasado, e várias outras nações não cristãs do Pacífico estão rapidamente se tornando grandes potências industriais. A Arábia Saudita muçulmana e outras nações do Golfo Pérsico estão muito distantes da pobreza, e a Índia hindu, que tem produzido muitos físicos de primeiro escalão, é também a maior democracia do mundo. A injustiça social é, de fato, endêmica em vários níveis em todos estes países, mas é infelizmente, endêmica em praticamente todo país do mundo, ricos e pobres, ocidentais e orientais, cristãos e não cristãos” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 24).

“E no outro lado da mesma moeda, existem muito grandes populações cristãs que são desesperadamente pobres – particularmente no sul das Américas e no sul da África. Existem países cristãos na América Latina e no Sul da África cujas estruturas sociais são profundamente injustas e onde a insígnia da democracia é uma farsa. Na Irlanda e no Líbano existem populações cristãs atualmente engajadas em violência política. Nos Estados Unidos e na maioria dos países europeus, os recursos naturais preciosos da terra têm sido transformados em armas de destruição em uma escala espantosa. Mais uma vez, a Anistia Internacional relata a Tortura dos Anos 80 e imparcialmente cita como culpados por tortura vários países muçulmanos (incluindo Turquia, Irã, Iraque, Líbia, o Paquistão e Bangladesh), vários países cristãos (incluindo África do Sul, Espanha, Argentina, Brasil, Chile, El Salvador, Guatemala, Paraguai e Peru), a Índia hindu, o Sri Lanka budista e a Israel judia” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 25).

“Entretanto, continua sendo verdadeiro que o Ocidente cristão, pós-cristão e marxista constituem o Primeiro e Segundo Mundos relativamente mais ricos, enquanto o Oriente não cristão e parcialmente o Sul cristão constituem o Terceiro Mundo afetado pela pobreza. Também continua sendo verdade que nossos ideais liberais modernos de liberdade política e igualdade humana se

desenvolveram inicialmente no Ocidente. Então temos de nos perguntar até que ponto esta riqueza e estes ideais são dádivas da religião cristã e evidência de sua superioridade moral e intelectual” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 25).

“A prosperidade econômica do Ocidente é produto da ciência moderna e da tecnologia. Tem sido sugerido por vários autores que o nascimento da ciência moderna necessitou do ambiente intelectual do cristianismo, com sua crença em um criador racional que produziu um universo ordenado e governado por leis. E parece claro que a ciência precisa para seu nascimento e crescimento inicial a hospitalidade de uma visão de mundo que visse o cosmos como um sistema sujeito a leis universais. Mas todas as grandes tradições religiosas de formas diferentes – a dos Semitas e as originárias da Índia – veem o universo dessa forma. A cosmologia budista e hinduísta têm de fato maiores afinidades com algumas das grandes teorias científicas modernas do que a tradicional cosmologia cristã. A remota concepção hindu das vastas e sucessivas Kalpas, cada uma culminando com a devastação do universo pelo fogo e sua renovação, em seguida passando a se desenvolver do mesmo modo. Tudo isso, está próximo de um dos modelos científicos atuais de um universo que se expande e se contrai interminavelmente. A ênfase dada pelo budismo a um processo incessante em um fluxo interdependente de mudanças sem começo e sem fim está de acordo com a concepção dos físicos acerca do universo, um campo de energia passando por transformações perpétuas” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 25).

“Mas nem o hinduísmo, nem o budismo, nem o cristianismo, durante os primeiros quinze séculos de sua história, de fato promoveu o nascimento da ciência moderna. Então nos perguntamos que fator despertou a mente humana do seu longo sono pré-científico. A resposta parece ser o renascimento, na Europa renascentista e em seguida com o Iluminismo, do espírito grego do questionamento livre, libertando gradualmente as mentes da escravidão dos dogmas inquestionáveis e capacitando-as a se voltarem para a observação, experimentação e razão para entender o universo no qual nos encontramos. Uma vez que a ciência moderna tivesse sido assim lançada, rapidamente tornou-se um empreendimento autônomo, com poder sempre crescente,

obedecendo apenas às suas próprias regras metodológicas e enfaticamente declarando sua independência das crenças religiosas dentro das quais havia nascido. Esta independência criou tensões dolorosas e conflitos com fundamentos religiosos como, primeiro, a astronomia que moveu nosso mundo do centro do universo para a posição de um dos satélites do sol; em seguida, a geologia que estabeleceu a idade da terra como enormemente maior do que a cronologia bíblica havia imaginado, e por fim, a biologia que posicionou o homo sapiens dentro de uma evolução geral da vida, apagando desse modo a imagem bíblica da criação especial da humanidade e, como um subproduto da perspectiva e do método científicos, surgiu o estudo objetivo das escrituras antigas que logo começou a minar a tradicional autoridade literal daqueles textos” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 26).

“De fato, o nascimento da ciência moderna dentro da cultura cristã da Europa nos faz lembrar o cuco sendo chocado em um ninho de tordo e crescendo rapidamente para atacar seus hospedeiros! Nos debates entre ciência e religião no século XIX, assim como, no tratamento dispensado a Galileu em suas tentativas de reprimir a nova cosmologia, o Cristianismo, longe de considerar a ciência como sua própria dádiva distintiva para o mundo, travou uma batalha longa e malsucedida contra ela. Isto levou, apesar do ressurgimento hoje de uma resistência fundamentalista, a uma tardia aceitação do novo conhecimento científico e uma consequente reavaliação intensa da doutrina cristã. Desse modo, o cristianismo não pode reivindicar participação no empreendimento científico moderno. Sua relação especial consiste simplesmente no fato de que foi a primeira das fés do mundo a ser atingida pelo impacto da nova perspectiva e conhecimento empíricos. Mas este mesmo impacto está agora afetando inevitavelmente o resto do mundo. Nós podemos especular que o Islã irá considerar este encontro tão traumático quanto o cristianismo considerou, ao passo que o hinduísmo e o budismo possam ser capazes de se ajustar sem grandes dificuldades. Porém, em cada caso o efeito mais profundo deve ser, como no Ocidente cristão, uma progressiva secularização tanto do pensamento quanto da sociedade. E o desafio mais profundo será o de desenvolver formas de fé através

da quais o espírito humano possa se relacionar com o Transcendente de modo transformador dentro do contexto de nosso conhecimento moderno acerca de nós mesmos e de nosso ambiente” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 26).

“Considerações similares são aplicáveis à moderna explosão tecnológica, com seus frutos de uma riqueza material até agora inimagináveis. O Primeiro Mundo é “primeiro” em virtude de ter sido a primeira parte do globo a ter se tornado industrializado e, por conseguinte, ter se beneficiado da produção em massa de bens de consumo. Mas isso não significa que os pobres do Terceiro Mundo, amplamente não cristão, também não gostariam de ter alimento em abundância e um amplo suprimento de bens de consumo! É verdade que há uma forte corrente de pensamento hindu e budista que prega a renúncia às riquezas e entende este mundo mutável como sendo, em última análise, irreal. Daí a famosa oração hindu, “leve-me do irreal para o Real.” Mas também é verdade que existe uma corrente de pensamento cristã similarmente forte que prega a renúncia ao mundo, praticamente converge com a hindu, “o mundo, a carne, o demônio”. Isso começou no Novo Testamento, quando Jesus diz a seus discípulos: “Se fosseis do mundo, o mundo vos amaria com sendo seus, porém, que não sois do mundo, mas vos escolhi de dentro do mundo, o mundo vos odeia” (João 15:19); e: “Se a alguém vem a mim e não odeia o seu pai, sua mãe, sua mulher, seus filhos, seus irmãos, suas irmãs e até a sua própria vida, este não pode ser meu discípulo” (Lucas 14:26). Em outra passagem do Novo Testamento se lê que “o mundo todo jaz sobre o mal” (1 João 5:19); e a convicção de que o está sobre o domínio do demônio até o último dia foi bastante difundida. Tais ensinamentos, contudo, não evitaram o desenvolvimento do capitalismo ocidental e o desejo generalizado que ele fomenta por mais e mais posses, inclusive por luxos cada vez mais sofisticados” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 27).

“É improvável que o ensinamento hindu possa inibir a corrida por bens de consumo em uma Índia que vem se industrializando rapidamente. Pois o fundamento para pobreza relativa da Índia na modernidade – a Índia antiga havia sido tão próspera quanto a Europa – está no fato de sua fase medieval somente agora, na segunda metade do século XX, abriu caminho para a revolução

industrial. E se nos perguntarmos por que a transformação industrial britânica dos séculos XVIII e XIX não se expandiu até a Índia, como ocorreu nos Estados Unidos e nos domínios britânicos de raça branca, a resposta é que era interesse da Inglaterra manter o subcontinente indiano como uma fonte de matéria-prima e como um mercado controlado, ao invés de encorajá-la a tornar-se um competidor industrial independente. Citando a História Econômica da Índia de Dutt:

Infelizmente, é verdade que a Companhia das Índias Ocidentais e o Parlamento Britânico, seguindo a política comercial gananciosa de cem anos atrás, desencorajaram a produção manufatureira indiana nos primeiros anos do governo britânico a fim de encorajar as manufaturas em ascensão na Inglaterra. Sua política rígida, adotada durante as últimas décadas do século XVIII e a primeira década do século XIX, era a de tornar a Índia subserviente às indústrias da Grã-Bretanha, e de fazer com que o povo da Índia apenas cultivasse produtos em estado natural para fornecer material para as tecelagens e manufaturas da Grã-Bretanha” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 27).

“Na década de 20, Gandhi fez uma campanha contra o fato de que os indianos eram obrigados a exportar seu algodão bruto para Lancashire e depois comprá-lo de novo sob a forma de roupa pronta, para o lucro dos moinhos de Lancashire em detrimento da grande população indiana. Foi somente desde a independência em 1947 que a Índia começou a industrializar-se em larga escala” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 27).

“A situação geral, então, parece ser esta. A revolução industrial geradora de riquezas, levando a sociedade humana de sua fase feudal à sua fase moderna, ocorreu primeiro na Europa, e foi auxiliada sobremaneira pela concomitante expansão imperial europeia, que deu acesso privilegiado às matérias-primas e a amplos e novos mercados. O processo industrial tinha de começar em algum lugar; e se não tivesse começado quando e como começou, teria começado em algum outro tempo e lugar. Mas não parece razoável estabelecer qualquer conexão causal exclusiva entre industrialização e Cristianismo, de tal modo que sem o

Cristianismo a industrialização não teria ocorrido nas sociedades humanas” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 27).

VI

“Outra área importante na qual o Cristianismo contemporâneo é inclinado a considerar-se superior, diz respeito à sua incorporação dos ideais liberais modernos de igualdade e liberalidade humanas, expressos politicamente em formas democráticas de governo. Esses ideais liberais surgiram a partir da desconstrução do mundo de pensamento dogmático-hierárquico da Idade Média. Tais ideais não são puramente ideais cristãos, mas o produto de uma interação criativa de influências culturais, haja vista que, nos mil anos anteriores, o Ocidente cristão havia sido fortemente hierárquico, corroborando a servidão e a submissão das mulheres; não acreditando nos direitos do homem, e sim no direito divino dos reis; queimando hereges e bruxas; e suprimindo brutalmente tanto a agitação social quanto a especulação intelectual considerada anômala. Os incipientes conceitos de direitos humanos, de liberdade individual e de igualdade foram no princípio tão peremptoriamente atacados pela Igreja quanto o foi a ciência moderna em seus primeiros dias. No século 19, por exemplo, aquilo que veio a tornar-se a campanha cristã contra a escravidão, começou como um pequeno movimento minoritário dentro das igrejas, que sofreu a oposição de muitos clérigos que atuavam em benefício dos interesses dos proprietários de escravos. E outros esforços por parte de grupos como os Quakers, e depois pelo Evangelho social e de movimentos socialistas cristãos, no sentido de alcançar uma maior justiça social nas sociedades ocidentais, sempre constituíram lutas árduas contra a maré, e que geralmente sofriam a oposição das instituições eclesiásticas estabelecidas. A conversão tardia e ainda muitas vezes hesitante das igrejas aos ideais de igualdade e liberdade humana é um desdobramento muito recente, que agora está ocorrendo também em outras tradições universais” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 28).

“Mais uma vez, então, o Cristianismo não possui um direito adquirido sobre esses poderosos ideais seculares do mundo moderno. Eles têm uma base teórica segura nos ensinamentos

de cada uma das grandes religiões, mas em cada caso o seu surgimento enquanto uma força real deve-se largamente às influências da modernidade com sua dissolução de hierarquias. O Cristianismo, porém, tem a distinção - e aqui reside sua unicidade histórica genuína - de ser a primeira das religiões universais a ter sido em grande medida transformada pela modernidade” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 28).

“Os resultados no Ocidente cristão foram parcialmente benéficos e criativos, e parcialmente prejudiciais e destrutivos. Como aspectos positivos, temos que com a ciência tornou-se possível o surgimento de tecnologias cada vez mais avançadas, que por sua vez geraram uma imensa proliferação de riquezas, de sorte que atualmente o mundo ocidental desfruta do mais alto padrão de vida material da história. Isto estimulou, ao mesmo tempo, um enorme crescimento e extensão da educação, e uma explosão sem precedentes de atividade cultural. Do lado negativo, observamos que a mesma expansão do conhecimento científico produziu armas cada vez mais poderosas de destruição em massa, culminando em mísseis nucleares e químicos que fazem a humanidade tremer hoje diante da ameaça de um confronto nuclear que poderia abruptamente exterminar a civilização humana no Ocidente e produzir um “inverno nuclear”, reduzindo a raça humana a pontos dispersos de sobreviventes vivendo uma nova idade da pedra. Além disso, nossa riqueza moderna foi obtida à custa de um consumo galopante dos recursos não renováveis da terra, e de uma polarização entre o Hemisfério Norte, extremamente rico, e o Hemisfério Sul, desesperadamente pobre. Por outro lado, essa mesma riqueza estabelece, nas áreas materialmente prósperas, estresses e tensões sociais e psicológicas, com níveis assustadores de toxicomania, suicídio, divórcio, crime, violência urbana e um trágico sentimento de falta de sentido e frustração geral” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 29).

VII

“Então, quando tentamos considerar as tradições religiosas como entidades históricas duradouras, encontramos em cada caso uma mistura complexa de elementos valiosos e nocivos. Cada uma delas forneceu uma estrutura eficaz de significado para milhões de

adeptos, conduzindo-os através dos estágios da vida, oferecendo-lhes consolo nas doenças, penúrias e calamidades, e capacitando-os a celebrar em comunidade suas fases de saúde, bem-estar e criatividade. No espaço psíquico organizado criado por uma fé viva, assim como esta se expressa nas instituições e costumes de uma sociedade, milhões de homens e mulheres, geração após geração, lidaram com as dores e desafios da vida e se alegraram com as bênçãos que lhes foram concedidas; alguns até ultrapassaram a dominação do ego rumo a uma relação transformadora com o Eterno. Muitos responderam – mais uma vez, em diferentes graus – à reivindicação moral de amor/compaixão mediada pelas grandes tradições e amplamente formulada como a Regra de Ouro: “Que nenhum homem cometa contra qualquer outro qualquer ato que ele não desejaria que os outros lhe fizessem, sabendo que isto seria doloroso para ele mesmo” (Mahabarata hindu, Shanti parva, cclx. 21); “Não faças aos outros o que não desejarias que te fizessem” (Confúcio, Analects, Livro XII, par.2); “Não firas os outros com aquilo que te causa dor” (Udanavarga budista, v. 18); “O que quereis que os homens vos façam, fazei também a eles” (Lucas 6.31); “Nenhum homem é um verdadeiro crente a menos que deseje para seu irmão o que deseja para si mesmo” (Hadith muçulmano, imam 71-2)” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 29).

“Este é o lado bom das grandes tradições. Mas, ao mesmo tempo, cada uma delas legitimou males humanos perniciosos. O hinduísmo, apesar de constituir um universo de sentido imensamente rico e poderoso, e apesar de mostrar o caminho da libertação interior, também valida o sistema hierárquico de castas da Índia, inclusive o fato de milhões serem relegados à posição de párias - uma injustiça que ainda persiste a despeito da sua abolição oficial na Constituição de 1947. A sociedade indiana tolerou a antiga prática da auto-imolação de viúvas (suttee), e ainda tolera a contínua e cruel perseguição, e algumas vezes assassinato, das noivas cujo dote é julgado insuficiente. O Budismo, embora basicamente pacífico e tolerante, e apesar de infundir em milhões o ideal da existência não centrada no eu, tem sido indiferente até bem recentemente a questões de justiça social, de modo que muitos países budistas permaneceram por longas épocas num estado de

desigualdade feudal. O Islamismo, embora convocando os fiéis à submissão e à paz com Deus, e embora promovendo uma fraternidade muçulmana, que é notavelmente livre de preconceito racial, sancionou “guerras santas”, intolerância fanática e punições bárbaras de mutilação e açoite, destinando ainda às mulheres, de uma maneira geral, uma vida protegida, mas estreitamente limitada. O cristianismo, embora oferecendo em séculos recentes um espaço para o nascimento da ciência moderna e um lar para os ideais liberais modernos de igualdade e liberdade, gerou guerras religiosas selvagens e apoiou inumeráveis “guerras justas”; torturou e queimou multidões de hereges e bruxas em nome de Deus; motivou e autorizou a perseguição dos judeus; endossou o racismo sistemático; tolerou a “violação da terra” perpetrada pelo capitalismo ocidental, o uso incorreto da energia nuclear e a injustiça básica da divisão Norte e Sul em nações ricas e pobres. A conclusão que se pode tirar é que cada tradição constituiu sua própria mescla única de bem e mal. Cada uma delas é uma realidade social duradoura que passou por tempos de florescimento e de declínio. E cada uma delas é altamente diferenciada internamente, com alguns aspectos que promovem o bem da humanidade e com outros que prejudicam a família humana. Em face dessas complexidades, parece impossível estabelecer um juízo global de que qualquer uma das tradições religiosas específicas tenha contribuído mais com um bem maior ou um mal menor, ou comum equilíbrio mais favorável de bem e mal do que as outras tradições. É naturalmente possível que, para o olhar da onisciência, uma tradição seja de fato, em termos de equilíbrio, superior às demais. Mas para o nosso ponto de vista humano parcial e falível, elas constituem diferentes formas de ser humano em relação com o Eterno, cada uma delas com suas glórias culturais e seus episódios de destrutividade violenta, cada uma delas elevando vastas populações a um nível moral e espiritual superior, não obstante tudo isso, cada uma delas às vezes funcionando como um veículo de chauvinismo, cobiça e crueldade humanas. Bem podemos considerar que em alguns aspectos, ou em alguns períodos ou regiões, os frutos de uma tradição são melhores do que os de outra - ao passo que em outros aspectos, períodos ou regiões possam ser inferiores. Mas como vastas totalidades complexas,

as tradições universais parecem estar mais ou menos no mesmo nível. Nenhuma dentre elas pode ser destacada das outras como claramente superior” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 30).

“Se este é o caso, nós podemos começar a considerar como esta verdade está propensa a afetar o trabalho contínuo da teologia cristã” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 30).

VIII

“As três doutrinas centrais da trindade, da encarnação e da expiação demonstram uma coesão entre si. A partir de uma concepção jurídica da expiação, Jesus tinha que ser Deus, como Santo Anselmo demonstrou em seu *Cur Deus Homo*? Pois somente um sacrifício de valor divino e, portanto infinito, poderia propiciar uma satisfação adequada compensatória do erro cometido pelo pecado humano contra o criador e senhor do universo, ou poderia cumprir as exigências inexoráveis de justiça divina, com isso possibilitando a Deus considerar homens e mulheres pecadores como justos e aptos a serem recebidos no reino. E dado que Jesus era Deus, a Divindade tinha que ser uma trindade - ou pelo menos uma divindade dual; pois Deus encarnou-se na terra como Jesus de Nazaré, e Deus estava também no céu, sustentando o universo, ouvindo e respondendo preces. Portanto, foi necessário pensar em Deus pelo menos como dois em um, Pai e Filho, que estavam respectivamente (por um breve período) no céu e na terra. Mas, na verdade, o pensamento cristão foi adiante, incluindo a presença divina na vida humana, indo além dos aproximadamente trinta anos da encarnação do Cristo, através de uma terceira pessoa, o Espírito Santo. Em teoria poderia ter sido possível dar conta dessa presença com uma doutrina binitariana mais econômica, atribuindo o que veio a ser considerado como a obra do Espírito Santo ao eterno espírito de Cristo ou Logos; e realmente decorreu um período antes que o Espírito Santo e o espírito de Cristo fossem distinguidos como duas realidades distintas. Contudo, no final o padrão trinitário se tornou estabelecido e agora permeia a linguagem teológica e litúrgica cristãs” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 31).

“Quando se aborda esse conjunto de doutrinas através da ideia e encarnação, nota-se um amplo consenso atual dos estudiosos do Novo Testamento, inclusive alguns relativamente conservadores,

de que o Jesus histórico não ensinou que era o Deus o Filho, a segunda pessoa de uma trindade divina, levando uma vida humana. Ele estava profundamente consciente de que Deus como o Pai celeste, sua vida (certamente durante os dois ou três anos de seu ministério) foi dedicada a proclamar a vinda iminente do reino de Deus, a manifestar seu poder em atos de cura, e a ensinar outros como viver de modo a tornar-se parte do reino que seria estabelecido em breve. Ele provavelmente se considerou como o último profeta, cuja missão era anunciar o fim dos tempos. Ele pode ter aplicado a si mesmo um dos dois títulos principais que a tradição judaica oferecia para aquele que desempenhasse este papel – o do filho do homem que deveria de vir em glória sobre as nuvens do céu e aquele do Messias que governaria o mundo a partir de seu novo centro, Jerusalém. Deve-se observar que nenhum desses dois papéis implicava em ser Deus; ambas as figuras eram servos glorificados, mas humanos de Deus. Mas é igualmente possível que Jesus tenha recusado todas essas designações, e que tenha sido seus seguidores que lhe atribuíram estes e outros títulos. Ou ele pode ter usado o termo “filho do homem” simplesmente como um hebraísmo, um termo que poderia ser adotado por qualquer um” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 31).

“O título “Filho de Deus”, que veio a se tomar padrão na teologia da Igreja, provavelmente começou com seu uso no Antigo Testamento e, mais amplamente, no antigo Oriente Próximo; neste uso o título significava um servo especial de Deus. Nesse sentido, reis, imperadores, faraós, grandes filósofos, operadores de milagres e outros homens santos eram comumente chamados de “filhos de Deus”. Mas como o Evangelho ultrapassou o seu ambiente hebreu e se difundiu no mundo pagão do Império Romano, essa poesia foi transformada em prosa e a metáfora viva foi congelada em um dogma rígido e literal. Foi para acomodar essa filiação metafísica daí resultante que a Igreja, depois de aproximadamente três séculos de debates conflitantes, resolveu-se pela teoria de que Jesus tinha duas naturezas, uma divina e outra humana, sendo em uma natureza da mesma substância de Deus Pai e na outra da mesma substância da humanidade - uma construção filosófica tão distante do mundo de pensamento e dos ensinamentos do próprio Jesus, o mesmo paralelo pode ser observado na doutrina

Trikaya da linha budista Mayahana com relação ao histórico príncipe Gautama” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 31).

“Mas sempre houve outras vertentes do pensamento cristológico, muito embora as variações tenham sido oficialmente suprimidas durante o longo e relativamente monolítico período da cristandade medieval. A vertente de linguagem mais antiga nos documentos do Novo Testamento provavelmente expressava uma cristologia de inspiração, vendo Jesus como um grande profeta cheio do Espírito divino. Hoje em dia, este tipo de cristologia, mais uma vez, se tornou uma opção viva, no livro de D. M. Baillie, *Deus Estava em Cristo* (1958); as várias contribuições para a obra *O Mito do Deus Encarnado* (1977); e a obra de Geoffrey Lampe *Deus Como Espírito* (1977). A ideia básica é que falar do amor de Deus que se torna encarnado é falar de homens e mulheres em cujas vidas a inspiração de Deus, ou graça, estão efetivamente atuando, de modo que eles se tornam instrumentos do propósito divino na terra. “Ser para a Bondade Eterna o que a mão é para o homem” é ser a morada da encarnação divina. Nesse sentido a encarnação ocorreu e está ocorrendo de muitas maneiras e graus diferentes em muitas pessoas diferentes. Sé isto aconteceu mais plenamente no caso de Jesus do que em qualquer outro ser humano, ou talvez mesmo de modo absoluto em Jesus, não pode ser decidido a priori (embora pareça ser esta a maneira como Baillie e Lampe decidiram a questão), mas somente com base em informações históricas. Isto na prática significa que a questão não pode ser decidida definitivamente, pois falta o tipo de evidência referente a cada momento e aspecto da vida interior e exterior de Jesus, que poderia nos assegurar o direito de emitir tal juízo” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 32).

“Este tipo de cristologia de inspiração ou do paradoxo-da-graça está dentro do quadro de opções abertas para aqueles que não são fundamentalistas que insistem na inspiração verbal das formulações de Niceia e Calcedônia. Tal cristologia é ao mesmo tempo compatível com o pluralismo religioso defendido neste livro e parece indicar um caminho - embora não seja o único caminho possível - pelo qual a cristologia possa se desenvolver dentro dos círculos teológicos que ultrapassaram o inclusivismo e chegaram a um entendimento pluralista da cristandade na vida total do mundo” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 32).

“Uma cristologia de inspiração se adequa melhor a algumas maneiras de compreender a linguagem trinitária do que a outras. Não requer ou apoia a noção de três pessoas divinas no sentido moderno segundo o qual uma pessoa é um centro distinto de consciência, vontade e emoção - de tal modo que se pudesse falar do Pai, do Filho e do Espírito Santo como amando uns aos outros dentro da família eterna da trindade, e do Filho vindo à Terra para expiar em favor dos seres humanos diante de seu Pai. Uma cristologia de inspiração é, contudo, plenamente compatível com a concepção da trindade que afirma três maneiras distintas pelas quais o Deus único é experimentado como agindo em relação a nós, e por nós sendo designado de três maneiras diferentes, como criador, redentor e inspirador. Nesta interpretação, as três pessoas não são três centros diferentes de consciência, mas três aspectos principais de uma natureza divina única. Eles não transformam Deus em três seres pessoais, assim como não o fazem os vários nomes de Deus na tradição judaica ou os noventa e nove Belos Nomes de Deus no Qur'an. Tal compreensão “econômica” da trindade é tão ortodoxa quanto “social” e parece representar a direção que o pensamento trinitário provavelmente irá seguir em teologias que aceitam uma compreensão pluralista da situação religiosa humana” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 32).

“A teoria da expiação também assumiu uma variedade de formas, algumas se adequando melhor do que outras a uma cristologia de inspiração e a um trinitarismo econômico ou modal. Como no caso da cristologia, o tipo de pensamento sobre expiação mais simpático ao pluralismo religioso está mais próximo do que parece ter sido o ensinamento do próprio Jesus. Aqui nós encontramos, nas palavras familiares do Pai Nosso e em parábolas como a do filho pródigo, a presunção de uma relação direta com Deus na qual todos que são verdadeiramente penitentes, podemos pedir e receber perdão e vida nova. O pai na parábola não exigiu um sacrifício de sangue para aplacar seu senso de justiça: assim que ele viu seu filho retornando ele “teve compaixão, e correu, e pulou no seu pescoço, e o beijou... [e disse] ‘Este meu filho estava morto e reviveu; tinha-se perdido e foi achado’” (Lucas 15.20,24). E a única condição para o perdão de Deus no Pai Nosso é que também nos perdoemos uns aos outros” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 33).

“Isto está bem longe da ideia de que Deus pode perdoar pecadores somente porque Jesus sofreu nossa justa punição por sua morte na cruz, ou porque de algum modo satisfaz, com sua morte, a justiça divina. Um perdão que tivesse que ser obtido por um pagamento total de um débito moral absolutamente não é um perdão. Mas Jesus falou do autêntico milagre do perdão, um milagre não captado pelas teorias-padrão da expiação. Não obstante, o mérito delas parece estar em oferecerem um modo de focalizar a atenção sobre a morte de Jesus como uma expressão do amor que se doa que estava encarnado em sua vida. E, de acordo com a crença judaica contemporânea de que a morte de um mártir justo de alguma forma contribuía para o bem de Israel, o próprio Jesus bem pode ter pensado em sua morte iminente como uma fonte de bênção para muitos (cf. Marcos 10.45) - como de fato, sua morte demonstrou ser, tendo em vista as muitas e diferentes apropriações que dela se fez ao longo dos séculos” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 33).

“Portanto, no caso de cada uma dessas doutrinas, o espectro teológico existente da tradição cristã, à medida que e foi se diversificando na modernidade, oferece amplos recursos para teologias que possam aceitar o pluralismo religioso. De acordo com isso, o que a visão pluralista requer não é uma ruptura radical com a tradição cristã - diversa e em constante crescimento - mas seu desenvolvimento continuado a partir da descoberta da presença e atividade salvífica de Deus dentro de outras correntes da vida humana. A percepção daí resultante é que o Cristianismo não é o único e exclusivo caminho de salvação, mas um entre vários” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 33).

“Ao mesmo tempo, dois outros entendimentos importantes - que não tive tempo nem de tentar tratar aqui - também passaram a exigir uma elaboração em paralelo. Uma é a percepção, expressa na teologia da libertação, de que Deus atua onde quer que haja um compromisso exigente com a luta pela justiça humana, e de que ele está conseqüentemente presente nos movimentos de libertação seculares e marxistas, tanto quanto, e às vezes até mais, na Igreja. Na verdade, é muito frequente que setores dominantes da igreja estiveram, e ainda estão do lado errado nas lutas por

libertação. Visto que o caráter absoluto cristão pode nos cegar para esse fato, a perspectiva pluralista nos torna capazes de reconhecê-lo e de participar de um amplo movimento mundial pela libertação humana, que não está restrito aos limites de tradição alguma em particular. A outra nova descoberta está expressa na teologia feminista contemporânea: Deus é a fonte da vida e do sentido das coisas de forma verdadeira tanto para mulheres quanto para homens e, por conseguinte, nossa compreensão religiosa deve ser levada a um novo equilíbrio. A abertura para a vida religiosa mais ampla da humanidade, com sua rica pluralidade de formas – tanto femininas quanto masculinas – de simbolização do divino, pode ajudar a nos libertar das garras do patriarcalismo cristão absoluto” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 34).

“Essas três preocupações, estão criando hoje uma nova rede de opções para o pensamento cristão. Como no caso da última grande transformação da autoconsciência cristã – a reação no século XIX à ciência moderna -, novas opções serão adotadas e desenvolvidas numa variedade de formas por algumas, mas certamente serão rejeitadas na mesma proporção por outros. Nossa tarefa é a de tentar expor e explicar a nova visão que estão gradualmente sendo colocada em destaque de modo que muitos possam reconhecer nessa visão uma iluminação contemporânea do Espírito, e possam através dela responder à presença desafiadora de Deus” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 34).

“Por fim, neste capítulo, tratei da questão da posição do cristianismo dentro de uma vida religiosa humana mais ampla como um tópico da teologia cristã. Nesse contexto, utilizei o termo Deus para me referir à Realidade última, para a qual as grandes tradições religiosas constituem diferentes respostas humanas. Mas quando nos distanciamos de nossa própria tradição para tentarmos uma interpretação filosófica do fato da pluralidade religiosa, temos que levar em conta a consciência pessoal e impessoal da Verdade Última. Tentei isso em outro texto, mas preferi não complicar este estudo haja vista que se trata de um debate intracristão, nesse sentido” (JOHN HICK, Capítulo 2, p. 34).